

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**SHEILA CORRÊA DA SILVA**

**A TECNOLOGIZAÇÃO DO CUIDADO NO CONTEMPORÂNEO:  
REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA PSICOLOGIA EM UMA  
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA MENINAS**

**Niterói - RJ**

**2019**

**SHEILA CORRÊA DA SILVA**

**A TECNOLOGIZAÇÃO DO CUIDADO NO CONTEMPORÂNEO:  
REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA PSICOLOGIA EM UMA  
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA MENINAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Psicologia.

Área de Concentração: Clínica e Subjetividade

Orientador: Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá

**Niterói - RJ**

**2019**

**Ficha catalográfica automática – SDC/BCG  
Gerada com informações fornecidas pelo autor**

<b>S586t</b>	<p><b>Silva, Sheila Corrêa da.</b> A tecnologização do cuidado no contemporâneo: reflexões sobre o lugar da Psicologia em uma instituição de acolhimento para meninas / Sheila Corrêa da Silva; Roberto Novaes de Sá, orientador. Niterói, 2019. 236 f. : il.</p> <p>Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.</p> <p>DOI: <a href="http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2019.d.01193024706">http://dx.doi.org/10.22409/PPGP.2019.d.01193024706</a></p> <p>1. Cuidado Psicológico. Acolhimento Institucional. Técnica. Serenidade. Produção Intelectual. I. Sá, Roberto Novaes de orientador. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Psicologia. III. Título. CDD -</p>
--------------	--

**Bibliotecário responsável: Thiago Santos de Assis – CRB7/6164**

**SHEILA CORRÊA DA SILVA**

**A TÉCNOLOGIZAÇÃO DO CUIDADO NO CONTEMPORÂNEO:  
REFLEXÕES SOBRE O LUGAR DA PSICOLOGIA EM UMA  
INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA MENINAS**

Aprovado em: 22/05/2019

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá - Orientador  
Universidade Federal Fluminense – UFF

---

Prof. Dra. Márcia Moraes  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof. Dr. Alessandro Germino  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ

---

Prof. Dr. Jadir Lessa  
Universidade Federal do Maranhã - UFMA

PARA MARIA MANUELA MINHA FILHA

& ANNE MINHA SOBRINHA.

NASCERAM

REUNIRAM CUIDADO

&

AMOR.

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo a todas as meninas e famílias de origem, extensa ou substitutas que ao compartilharem suas histórias contribuíram com minha experiência de escuta e cuidado, bem como pensamento, pesquisa e escrita.

Gostaria de agradecer a psicóloga Márcia Barbosa que me apresentou a instituição de acolhimento para meninas e a Janaina Panisset que ao lado das Irmãs Franciscanas que apostaram no meu cuidado, em especial, Irmã Melo, Fonseca Lima, Lima, Silva, Bernardo, França, Trajano, Oliveira e Leão. Ao serviço social da instituição, agradeço a B. Gonçalves e a suas estagiárias por toda troca e parceria psicossocial. A tia Olivia, agradeço as preces.

Agradeço às equipes técnicas e aos demais atores da rede de proteção à infância que através do diálogo contribuíram com o meu cuidado. Lembro aqui de modo especial, das psicólogas Márcia Ribeiro, Regina Mendonça e da assistente social Adriana Felicia. A Machado, Juíza titular da Vara da Infância da Juventude e do Idoso, muito obrigada por autorizar a pesquisa.

A Claudia Carvalho Amaral agradeço pela acolhida e cuidado clínico no Espaço Terapêutico.

Ao Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá, meu orientador, agradeço pelo abrigo e cuidado com a nossa pesquisa.

Ao grupo de pesquisa da UFF agradeço pelos diálogos e incentivos, em especial, a Danielle de Gois, Ana Gabriela Rebelo, Agnes Pala, Sofia Godois, Janete Borges e a Kléber Carva.

Agradeço aos professores doutores Márcia Moraes, André do Eirado e Alessandro Germino que gentilmente aceitaram o convite em tempos de qualificação e com delicadeza contribuíram e estiveram ao meu lado no tempo da defesa. Aos professores doutores Jadir Lessa, Crisóstomo Nascimento e Ana Gabriela Rebelo agradeço por juntaram-se a banca de defesa em um tempo corrido.

A UFF agradeço, em especial, a professora Luiza de Oliveira pelo cuidado com o tempo da pesquisadora e a todos os demais professores que votaram a favor da prorrogação do prazo para a defesa em reunião de colegiado.

Finalizo, agradecendo minha família que me cuida e me permite cuidar, em especial, a minha mãe e irmãs Joice e Cintia que com toda disponibilidade cuidaram da minha borboletinha Manu para que o trabalho junto a instituição, a pesquisa e escrita se

realizasse. A minha irmã Joice agradeço ainda pela leitura dos capítulos da tese. Assim, coloco o ponto final aos agradecimentos reconhecendo que fui agraciada pelo mistério que presenteou minha família com o nascimento de duas meninas, Manu e Anne, inseparáveis, cuidam da família doando colorido e leveza.

SILVA, Sheila Corrêa. A Tecnologização do Cuidado no Contemporâneo: Reflexões Sobre o Lugar da Psicologia em uma Instituição de Acolhimento para Meninas. Tese de Doutorado. Orientador: Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.

## RESUMO

Buscamos tematizar os limites e as possibilidades de uma experiência de cuidado psicológico em uma instituição de acolhimento para meninas na cidade do Rio de Janeiro, dialogando com um horizonte técnico que circunstancia o cuidado da infância acolhida por meio de normatizações que surgem capitaneando a vida. Deste modo, práticas prescritivas de cuidados substituem não só a criança em seu caráter de cuidado próprio e poder-ser, mas ainda atravessa o fazer daqueles que atuam em tais serviços. Desta forma, frente à descentralização do campo de cuidado, psicólogos que atuam em instituições de acolhimento para crianças não devem realizar cuidado clínico no âmbito, uma vez que o atendimento integra uma política mais ampla de proteção à infância. No entanto, ao considerarmos nossa escuta indissociável da clínica recorreremos ao pensamento do filósofo Martin Heidegger em *Ser e Tempo* (1927) para elucidar a questão do cuidado como contribuição reflexiva a nossa experiência. Logo, a tematização nos fez compreender que as relações de cuidado são constituídas de mundo, orientadas pela preocupação que se funda essencialmente no ser-aí enquanto “ser-no-mundo-com-o-outro”. Preocupar-se, portanto, é o modo mais originário e fundamental da relação entre os entes que tem o modo de ser dotado de existência. Desta maneira, se a questão que se instala no cuidado do psicólogo é a mesma imposta pela vida, não se pode atribuir a tal profissional nenhum privilégio quanto a uma maior objetividade, neutralidade ou afastamento técnico. Para além da técnica buscamos corresponder a um cuidado mais meditativo, assim recorreremos ao pensamento tardio de Heidegger e fomos ao encontro dos ensaios *A Questão da Técnica* (1953) e *Serenidade* (1955). Tal visada foi capaz de iluminar o diálogo com os limites do mundo técnico contemporâneo, nos reconduzindo a possibilidade de estarmos em jogo ao lado da menina acolhida que buscamos cuidar junto ao campo institucional. Com isso, não deixamos de considerar o trabalho articulado em rede, mas antes, privilegamos o caráter de cuidado próprio e o poder-ser da criança acolhida no próprio âmbito institucional. Ilustraremos nossa experiência de cuidado com mais detalhes com o caso da menina Lua ao final da tese.

Palavras-chaves: Cuidado Psicológico. Acolhimento Institucional. Técnica. Serenidade.



## ABSTRACT

The present work aims to thematize the limits and possibilities of a psychological care experience in a host institution for girls in the city of Rio de Janeiro. Faced with a technical horizon that circumstance the care of the foster children, norms arise capturing the life. In this way, prescriptive practices of care replace, not only the child in his character of self-care and power-to-be, but still goes through the doing of those who act in such services. Thus, in the face of the decentralization of the field of care, psychologists who work in child care institutions should not perform clinical care in the scope, since the service integrates a broader policy of child protection. However, when we consider our listening inseparable from the clinic we resort to the thought of the philosopher Martin Heidegger in *Being and Time* (1927) to elucidate the question of care as a reflexive contribution to our experience. Thus the thematization made us understand that care relationships are made up of meaning, guided by the concern that is essentially based on *Dasein* as "being-in-the-world-with-others." To worry, therefore, is the most original and fundamental way of the relation between the beings that has the way of being endowed with existence. In this way, if the question that is installed in the care of the psychologist is the same imposed by the life, it can not be attributed to that professional no privilege as to a greater objectivity, neutrality or technical distance. In addition to the technique we seek to correspond to a more meditative care, so we resort to Heidegger's late thinking and went on to meet the essays *The Question Concerning Technology* (1953) and *Serenity* (1955). In this way we illuminate the dialogue with the limits of the contemporary technical world, bringing us back to the possibility of being in play alongside the welcome girl that we seek to take care of in the institutional field. With this, we do not forget to consider the work articulated in a network, but rather, we privilege the character of self care and the power-being of the child received in the institutional scope itself. We will illustrate our experience of taking care in more detail with the case of the Lua girl at the end of the thesis.

Keywords: Psychological Care. Institutional Hosting. Technique. Serenity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Os Meninos da Funabem .....	28
Figura 2	- Caso Menino Bernardino .....	36
Figura 3	- O Grande Coração da Menina .....	51
Figura 4	- O Orfanato 1932 .....	62
Figura 5	- O Orfanato Pela Menina .....	63
Figura 6	- Dia de Audiência Concentrada .....	66
Figura 7	- O Choro da Menina Mila .....	116
Figura 8	- Lembrança do Pai, Alegria da Menina Mila .....	122
Figura 9	- Pela Menina Isabela: A Psicóloga .....	125
Figura10	- O Desenho da Família de Duda .....	140
Figura11	- Mila: Dirigindo o Ônibus para Visitar kay .....	153
Figura12	- A Sala da Psicologia .....	195
Figura13	- O Mundo de Lua .....	197
Figura14	- Sentimentos de Lua .....	198
Figura15	- Afetos da Menina .....	204
Figura16	- A Proteção da Família .....	208
Figura17	- Família Institucional .....	212
Figura18	- O Que Guarda o Coração .....	213
Figura19	- O Poder-ser da Menina Em Família Substituta .....	215
Figura20	- A Família de Origem Vira de Coração e a de Coração Vira de Origem ...	217
Figura21	- Estou Feliz! .....	217
Figura22	- Cuidado-Próprio e Poder-ser da Menina Lua .....	218

## LISTA DE ABREVIACÕES

<b>AA</b>	Alcólicos Anônimos
<b>CAP</b>	Centro de Atenção Psicossocial
<b>CAPSad</b>	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
<b>CAPSI</b>	Centro de Atenção Psicossocial Infantil
<b>CMDCA</b>	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente
<b>CNAS</b>	Conselho Nacional de Assistência Social
<b>CONANDA</b>	Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
<b>CRAS</b>	Centro de referência de Assistência Social
<b>DCA</b>	Defesa da Criança e do Adolescente
<b>DEGASE</b>	Departamento Educativo Geral de Ações Sócio-Educativas
<b>DP</b>	Defensoria Pública
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>FUNABEM</b>	Fundação do Bem-Estar do Menor
<b>INFA</b>	Instituto da Família
<b>LBA</b>	Legião Brasileira de Assistência
<b>LOAS</b>	Lei Orgânica de Assistência Social
<b>MPRJ</b>	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
<b>OMS</b>	Organização Mundial de Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PAI</b>	Plano de Atendimento Individual
<b>PIA</b>	Plano Individual de Atendimento
<b>PNAS</b>	Política Nacional de Assistência Social
<b>PNCFC</b>	Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
<b>PPP</b>	Projeto Político Pedagógico
<b>SAM</b>	Serviço de Assistência ao Menor
<b>SPA</b>	Serviço de Psicologia Aplicada
<b>SISREG</b>	Sistema de Regulação
<b>SDH</b>	Secretaria de Direitos Humanos
<b>SGD</b>	Sistema de Garantias de Direitos
<b>SPA</b>	Serviço de Psicologia Aplicada
<b>SUAS</b>	Sistema Único de Assistência Social
<b>UFF</b>	Universidade Federal Fluminense
<b>UNICEF</b>	Fundação das Nações Unidas para a Infância
<b>VIJ</b>	Vara da Infância e Juventude

## SUMÁRIO

Resumo .....	VII
Abstract .....	VII
Lista de Ilustrações .....	IX
Lista de Abreviações .....	X
Sumário .....	XI
Introdução .....	13

### CAPÍTULO I: OS CAMINHOS DO CUIDADO DA INFÂNCIA ACOLHIDA NO BRASIL

1.1 – Acolhimento Institucional Para Quem? .....	19
1.2 – Advento do Novo ou do Mesmo? .....	38
1.3 – Proteção Social Especial de Alta Complexidade: Campo que Reuniu e Afinou o nosso Cuidado .....	59

### CAPÍTULO II: PARA ALÉM DA TÉCNICA: CORRESPONDÊNCIAS AO CUIDADO MEDITATIVO

2.1– A Questão da Técnica .....	79
2.1- Em Tempos de Articulação em Rede: Possibilidades de Escutas.....	94
2.2 –Cuidado Meditativo .....	113

### CAPÍTULO III: DA MENINA NÃO SE OCUPA, COM ELA SE PREOCUPA

3.1 – Acolhimento Institucional: Por Uma Visada Fenomenológica Hermenêutica .....	125
3.2 – A Dignidade da Existência da Menina .....	140
3.3 – Cuidado-Próprio e Poder-ser de Uma Menina Que Se Chama Lua .....	162
3.3.1 – A História de Vento Irmã de Brisa, Lua, Antônio e Danilo .....	168
3.3.2 – A História da Família Extensa Materna .....	172
3.3.3 – A História da Família Extensa Paterna .....	173
3.3.4 – A Histórias do Pai de Lua, Antônio e Danilo .....	174
3.3.5 –A História da Mãe de Brisa, Vento, do Bebê Adotado, Lua, Antônio e Danilo .....	176
3.3.6 – A História de Antônio e Danilo, Irmãos da Menina Lua .....	190

3.3.7 – A História da Menina Lua .....	191
Considerações Finais .....	222
Referências Bibliográficas .....	226
APÊNDICE I: Autorização da Instituição de Acolhimento .....	234
APÊNDICE II: Autorização da Vara da Infância e Juventude .....	235

“Mamãe, eu existo, a vovó existe, a titia e a priminha também!  
É filha! E o que não existe?  
Hum... O armário, a cortina e as bonecas.”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Tematizações da Manu (minha borboletinha) aos 3 anos e seis meses em um certo dia de janeiro de 2018.

## INTRODUÇÃO

O campo que reuniu cuidado, pensamento e pesquisa parecia que já vinha ao encontro desde os tempos da graduação em psicologia. No início, longe de ser uma certeza o tema da infância apenas soprava com suavidade ao pé do ouvido e talvez por isso, a intuição não tenha sido privilegiada de imediato.

Tomada por lembranças agora que escrevo estas linhas introdutórias para a tese, recordo ter sentido abertura para o trabalho com criança durante certa aula de psicologia jurídica. Tal desejo considero que tenha surgido na época por conhecer de perto algumas das vulnerabilidades enfrentadas para quem nasce na pobreza e vive em favelas da cidade do Rio de Janeiro, pois afinal não é difícil acompanhar violências e perceber abandonos quando se olha com atenção por onde passamos.

Se o processo de formação como psicóloga afinava certo desinteresse pelas correntes que afirmam relações de causa e efeito, à medida que habitava e sentia o campo da psicologia tomava gosto pelos diálogos com o social através da proximidade com as comunidades. Mas, o caminhar junto a clínica também se realizava e convocava atenção face à sua possibilidade de escuta, compreensão e cuidado.

Recordo do primeiro contato com a clínica através do estágio no Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) que se deu em dois momentos durante um ano. Diante da dispersão teórica compreendia que seria preciso corresponder a formação, logo no primeiro período de estágio fui de encontro a supervisão de uma psicanalista e juntas buscamos interpretar a fala de uma jovem mulher que havia perdido o noivo em um atropelamento. Inexperiente, escutava o sofrimento e o lamento da “paciente” que parecia ultrapassar os limites teóricos.

No segundo período de estágio busquei a supervisão de uma professora sartreana que ministrava aulas de existencialismo. Desta vez, a “cliente” era uma menina de 08 anos, que revelou durante os atendimentos de triagem ter sofrido abuso por parte do namorado de sua mãe. A menina cuidadora de irmã caçula se preocupava com a possibilidade de tal homem realizar tal violência contra sua irmãzinha que estava prestes a completar 06 anos, idade que a menina atendida no SPA teria começado a sofrer o absurdo. Assim, pela clínica o tema da infância vulnerável veio ao encontro.

O meu cuidado foi se abrindo para a prática clínica afinada pelos diálogos com a filosofia, em especial, com a de Martin Heidegger, logo em correspondência a esse

pensamento situei o fazer inicialmente, não voltado para o tempo da infância, mas antes interessado em melhor compreender a analítica existencial de Ser e Tempo (1927).

Nesse sentido, busquei exercitar tal compreensão a partir de uma experiência da clínica junto ao Complexo da Maré através da pesquisa de mestrado (2008-2010), entretanto, não demorou para que a questão da infância em vulnerabilidade voltasse a se pronunciar através de uma prática junto a uma ONG (2010-2011) que realizava projetos com “jovens infratores” no Novo Degase. Embora, tal experiência não tenha ocorrido pela clínica propriamente dita, estar em relação com os jovens ampliava mundo e afinava escuta.

Finalmente, em 2011, a possibilidade de escuta e cuidado clínico chegou a uma comunidade onde passei a atender meninas e meninos da rede pública de ensino também através do terceiro setor. Desta maneira, o tema da infância, bem como da adolescência afirmavam atenção para violências e abandonos que de tempos em tempos vinham ao meu encontro.

Em finais de 2011, fui apresentada a uma instituição de acolhimento para meninas. A chegada ao campo aconteceu em correspondência ao convite de uma amiga psicóloga para uma visita ao “orfanato” para juntas pensarmos um projeto de trabalho com as crianças “internas”. Recebidas pela diretora da instituição enquanto trocava um pouco da experiência de cuidado foi convidada para me juntar à equipe do abrigo.

O campo ofertava liberdade para atuar desde que as meninas não deixassem de ser atendidas, contudo, à medida que permanecia no contexto meu cuidado de inspiração fenomenológica hermenêutica foi sendo afetado por uma certa tecnologização do cuidado da criança acolhida.

A questão da técnica quanto ao cuidado da infância acolhida veio ao encontro por meio dos processos de reordenamento dos serviços das instituições de acolhimento e, nesse sentido, meu cuidado afinado pela escuta clínica foi sendo desautorizado.

Por recomendação técnica, sabe-se que os psicólogos que atuam em equipes técnicas de instituições de acolhimento não devem realizar atendimento clínico uma vez que tais serviços integram uma rede mais ampla de proteção.

Legislado, o campo que reunia minha atual prática na maioria das vezes, substituía o cuidado-próprio e o poder-ser da criança capitaneando sua existência entre tempos em serviços de acolhimento, família de origem, extensa ou adotivas.



Para tal fim, entre outras atribuições deve atuar a equipe técnica composta por assistente social e psicólogo. Deste modo, afetada pelo cálculo e seu controle voltei à clínica desta vez, para ser cuidada.

Amparada pelo cuidado clínico pensava minhas ocupações junto ao campo com preocupação. Pela escuta cuidadosa, sustentava minha estranheza frente ao contexto que julgava o tempo e determinava o destino de crianças e famílias. Assim, fui compreendendo uma certa convocação e logo busquei pensar minhas afetações recorrendo novamente ao caminho da pesquisa, iniciada em 2013.

Acho importante mencionar que em tal ocasião, mais uma vez o tema da infância veio ao encontro de modo muito pessoal. Já não era uma intuição que soprava ao pé do ouvido, mas uma surpresa confirmada com o positivo do teste de gravidez em finais de 2013, quando eu e uma de minhas irmãs, soubemos que estávamos grávidas, simultaneamente. Assim, a pesquisa caminhou entre gestações, cuidados e afetos e, nesse sentido, não só é possível, mas até muito provável que a tese tenha sido tocada pelo nascimento de nossas meninas.

Voltando a questão da pesquisa, considerando a noção de cuidado em Heidegger (1927) pensava sobre liberdade diante de tanta substituição alimentada pela técnica. Desta maneira, pensava nos limites e nas possibilidades da escuta que entre técnicas afinava sua relação de cuidado com as meninas acolhidas no próprio âmbito da instituição.

Acolhida pelo programa de pós-graduação em psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), através da linha de pesquisa “clínica e subjetividade” com a orientação do prof. Dr. Roberto Novaes de Sá, abandono o uso da primeira pessoa do singular e assim trilharemos até o final de nossa pesquisa de campo de inspiração fenomenológica hermenêutica. Diante de tal perspectiva, já esclarecemos sem maiores tematizações que ao longo da tese contaremos com as contribuições do pensamento heideggeriano em *Ser e Tempo* (1927), *A Questão da Técnica* (1953) e *Serenidade* (1955).

Assim, guardando ainda a noção de ser-aí<sup>2</sup>, buscamos compreender nosso aí junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas, lembrando que o modo de ser mais

---

<sup>2</sup> Ser-aí: tradução de Dasein, termo destacado em *Ser e Tempo* (1927), onde Heidegger aponta algumas noções desse ente que nós mesmos somos e que foi esquecido ao logo da tradição que elaborou uma série de conceitos para caracterizar o ser humano (animal racional, espírito, corpo, alma, psique, sujeito). Heidegger se distancia das terminologias da tradição filosófica por estarem impregnadas de preconceitos e assim, faz uso da palavra Dasein que significa existência. A partícula locativa “Da” designa espaço, um aí, uma região, ao mesmo tempo, que a palavra também tem o componente ser (sein), ser-aí. Deste modo, Heidegger destaca uma característica essencial dos seres humanos que é o ser que tendo um espaço de habitação se relaciona com as coisas, com a natureza e com os outros, logo tornando possível a compreensão de ser. Portanto, somos o aí no qual nos encontramos.

comum desse ente que mesmo somos é cotidiano e mediano. Desta maneira, de imediato compreendemos que nos apresentamos uns aos outros impessoalmente.

Para pensar nossas relações de cuidado junto a um serviço de acolhimento, devemos considerar que na maioria das vezes, a criança acaba sendo acolhida como impessoalmente se acolhe uma vez que, pela automação técnica não se costuma dispensar tempo para pensar a correspondência do trato cotidiano.

O impessoal desenvolve sua própria ditadura nesta falta de surpresa e de possibilidade de constatação. Assim nos divertimos e entretemos como impessoalmente se faz; lemos, vemos e julgamos [...] como impessoalmente se vê e se julga; também nos retiramos das ‘grandes multidões’ como impessoalmente se retira; achamos ‘revoltante’ o que impessoalmente se considera revoltante. O impessoal, que não é nada determinado, mas que todos são, embora não como soma, prescreve o modo de ser da cotidianidade (HEIDEGGER, 2008, p. 184).

Em tal passagem, Heidegger (1927) não está se referindo a um fenômeno da sociedade moderna, mas aponta para um fenômeno culturalmente independente dizendo que estamos quase sempre dispersos.

[...] o impessoal retira a responsabilidade de cada presença. O impessoal pode, por assim dizer, permitir que se apoie impessoalmente nele. Pode assumir tudo com a maior facilidade e responder por tudo, já que não há ninguém que precise responsabilizar-se por alguma coisa. O impessoal sempre “foi” quem... e, no entanto, pode-se dizer que não foi “ninguém”. Na cotidianidade da presença, a maioria das coisas é feita por alguém de quem se deve dizer que não é ninguém (HEIDEGGER, 2008, P. 185).

Se pelo caminho aberto por Ser e Tempo (1927) compreendemos as dispersões de nosso horizonte através da impessoalidade, consideramos que abruptamente abandonamos o cotidiano e assim, pouco nos responsabilizamos. No entanto, ainda compreendemos que justamente por ser impessoal podemos nos reencontrar e nos responsabilizar por nosso cuidado. Nesse sentido, não nos desligamos da impessoalidade principalmente, daquela que é técnica, porém a partir dela podemos tematizar nossa lida junto a um serviço de acolhimento para meninas.

Sustentando a abertura, face ao nosso horizonte técnico que privilegia a neutralidade e buscamos exercitar relações de cuidados mais livres para que assim, fosse possível dialogar com costumes, tradições e práticas de cuidados já sedimentados.

Desta maneira, considerando pensar nossos limites e possibilidades de escuta e cuidado a partir do lugar da psicologia em um serviço de acolhimento para meninas na cidade do Rio de Janeiro, apostamos na articulação da psicologia em questão com a

filosofia através da pausa proporcionada pela pesquisa, logo estruturando o caminho da tese em três capítulos.

No capítulo primeiro, visando melhor compreender o atual cenário legislado para a proteção da criança em vulnerabilidade social, bem como melhor situar o nosso cuidado de inspiração fenomenológica hermenêutica em tal contexto, buscamos traçar um breve histórico dos caminhos percorridos pela infância no Brasil uma vez que, guardamos a compreensão de que o mundo é novo, mas também é antigo. Logo, considerando a relevância da contextualização histórica para nossa prática de cuidado atual, finalizamos o capítulo descrevendo nossa experiência de chegada junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas em finais de 2011.

Se pela história, face ao horizonte o cuidado voltado a infância vulnerável foi sendo marcado por cálculo e controle fazendo surgir órfãos, abandonados, carentes, delinquentes, menores em situação irregular, sujeitos de direito e seres em desenvolvimento, consideramos que a noção de cuidado em Ser e Tempo (1927) abre uma possibilidade de correspondência ao ser criança para além da lógica que calcula seus cuidados. Assim, sustentamos a abertura frente a tecnologização do cuidado da criança que atualmente passa por medida protetiva.

Nesse sentido, através do âmbito institucional, voltamos atenção para a vida cotidiana das meninas acolhidas e, logo fomos convocados a pensar nossa responsabilidade junto ao campo. Assim, pela pausa da pesquisa, consideramos dois eixos de interesse: o histórico, onde o momento atual de proteção surge legislado, bem como o horizonte que situa limites e possibilidades de uma prática, ou seja, o lugar a partir do qual podíamos deixar falar ou calar.

Desta maneira, no segundo capítulo, inspirados pela noção de cuidado aberta por Heidegger recorreremos a conferência “A Questão da Técnica” (1953) para tematizar a era que dita nossas relações no mundo uma vez que, o cuidado da criança acolhida atualmente acontece em meio a uma ampla rede articulada que deveria funcionar com eficiência.

A descentralização dos serviços assistenciais justifica-se pela incompletude institucional e por uma história de segregação abrindo espaço para múltiplas possibilidades de escuta. Por meio de uma rede de atuação “inter” ou “multi” profissional precisa-se avaliar a história da criança acolhida para então decidir o seu cuidado, por exemplo.

O esgarçamento das fronteiras disciplinares acabou sendo inevitável, no entanto, isso não quer dizer que todas as disciplinas devam guardar a mesma compreensão,

tornando o campo da assistência social altamente complexo. Assim, pensando nosso lugar junto a tal contexto consideramos ainda no segundo capítulo, revisitar até certo ponto, um pouco da história da psicologia uma vez que, nosso campo não se configura de modo coeso.

Portanto, nossa escuta de compreensão clínica não se deu por meio de uma escolha voluntária que realizamos junto ao âmbito da psicologia enquanto ciência e profissão, mas antes ao longo de nossa formação, correspondeu a um modo de cuidado mais meditativo. Em tempos de escutas em rede, pensamos nosso aí e exercitando nossa abertura face as restrições técnicas.

Desta maneira, à medida que nos apropriamos de nossa situação hermenêutica, esperamos relativizar de algum modo o cuidado-próprio e o poder-ser das meninas que acolhemos buscando o bem cuidar da criança e assim, finalizamos, o segundo capítulo recorreremos a conferência Serenidade (1955) disposição que vem da própria abertura consistindo no aguardar sereno através do qual realizamos nossa experiência de cuidado.

Nesse sentido, no terceiro capítulo, tematizamos a experiência afinada junto a instituição de acolhimento para meninas, onde contamos com uma visada fenomenológica hermenêutica, guardamos a lembrança de que o ser da menina que acolhemos se relaciona com o mundo, com os outros e com os demais entes sempre a partir do próprio aí que é o dela. Logo, para além da noção desenvolvimentista o ser da criança, em nossa compreensão surge antes como intencionalidade.

Desta maneira, escutamos e cuidamos e esperando ter correspondido à dignidade da existência da menina Lua para além da técnica que legislava o tempo. Cuidar implica caminhar ao lado educando para que a criança livre consiga realizar seu cuidado-próprio e poder-ser em família e comunidade.

# CAPÍTULO I: OS CAMINHOS DO CUIDADO DA INFÂNCIA ACOLHIDA NO BRASIL

“O mundo inteiro é um vasto lugar”  
(SCANLON & FRAZEE, 2013).

## 1.1 - Acolhimento Institucional para Quem?

“Uma sociedade a nossa que aprisiona a infância... se julga ela própria”.<sup>3</sup>

Começamos a presente escrita partindo da nossa experiência como psicóloga e pesquisadora entre os anos de 2013 a 2018, em uma instituição de acolhimento para meninas que, em tempos de reordenamento de seus serviços, nos convidou a revisitar um pouco da história da infância pobre no Brasil.

Nesse sentido, mesmo que as teses históricas não possam representar de modo fidedigno a experiência já ocorrida em um dado período de tempo, consideramos que revisitar algumas práticas de cuidados dirigidos a infância possa iluminar e contextualizar o atual cuidado calculado.

No entanto, não podemos esquecer que ao buscarmos determinado período histórico, de início correspondemos, logo, partimos de nosso próprio contexto existencial e, portanto, carregamos os modos de realização de nosso próprio tempo (HEIDEGGER, 1927).

Nossa reflexão neste trabalho buscou apoio na noção de ser-aí<sup>4</sup> para compreender o seu aí em relação com o campo da instituição de acolhimento para meninas que se abriu ao nosso cuidado em tempos de reordenamento de seus serviços. Assim, inspirados por uma perspectiva fenomenológica hermenêutica, visamos pensar nossa lida, contando

---

<sup>3</sup> René Lourau, 1990 apud Altóe, 1990, p. VII.

<sup>4</sup> O Ser-aí é a tradução para o termo alemão *Dasein*, muito utilizado em contextos filosóficos e também pela clínica psicológica com inspiração fenomenológica hermenêutica. A palavra *Dasein* significa abertura (DA) do ser (SEIN). Em *Heidegger (1927)* a palavra é utilizada em seu sentido literal para referir-se ao ser do homem e, assim, explicita a diferença fundamental entre o ente que é sendo em relação aos demais entes.

especialmente com a noção de cuidado em Martin Heidegger (1927), como contribuição reflexiva ao campo que reuniu e afinou nossa experiência.

Tentar resgatar alguns rastros da história da infância no Brasil surgiu como uma tarefa necessária na tentativa de ampliar nossa compreensão acerca da tecnologização do cuidado<sup>5</sup> que afeta os atuais serviços de acolhimento para criança em nosso tempo. Tal recurso, ainda que realizado de modo breve, ampliou nosso entendimento acerca de nossa lida junto a instituição onde atuamos, auxiliando na recondução de nosso cuidado.

Maria [...] olhava e gostava de saber das coisas. Assim, escutando, ela descobriu que outros mágicos tinham invadido a Terra e faziam coisas incríveis:  
bicicleta com trote de cavalo  
chiclete com vitaminas do super-homem  
refrigerantes com sabor de vitória  
televisão com poeira de guerra  
petróleo com gosto de sangue  
míssil mais feroz que a ambição (QUEIRÓS, 2002, p. 10).

Ao nos aproximarmos da história, encontramos complexas contradições que evidenciam, provavelmente, o que poderia ter sido da experiência da infância situada em tempos e espaços sedimentados por desamparos. Como lembra Baptista (2006, p. 26), no desenrolar da história não é difícil encontrar situações de desigualdades sociais, bem como cuidados que velavam outros interesses. Sem muito esforço, encontramos resquícios de uma lógica ainda muito atual, onde a infância surge como fundo de reserva.

Iniciamos nossa breve contextualização pelo século XVI, onde nos deparamos com uma história que fala de órfãos e abandonados que tiveram seus cuidados afinados pela caridade.

“Habitada por indígenas, as terras brasileiras foram colonizadas por portugueses que impoariam aos nativos um modelo educacional repressor como parte do projeto de colonização da Terra de Santa Cruz” (BELLO, 2001 apud DAVID et al 2014, p. 185). Segundo Baptista (2006, p. 26), vistas como “almas menos duras”, as crianças daquele tempo foram catequizadas pelos jesuítas, sendo muitas delas desenraizadas de suas tribos de origem, formando um verdadeiro exército de intérpretes que serviam aos interesses de seus colonizadores.

A história das crianças abandonadas e órfãs no Brasil começa nas embarcações portuguesas do século XVI ao XVIII [...] Além dos homens e das escassas mulheres que se aventuravam a vir à “Terra de Santa Cruz” nas embarcações navais, estavam também as crianças ou os “miúdos”, como eram chamados na

---

<sup>5</sup> Informamos que ao longo deste trabalho empregaremos as expressões: “tecnologização do cuidado”, “legislação da vida” e “cuidado calculador” para designar fenômenos constitutivos da era da técnica.

época. Essas crianças encontravam-se na condição de grumetes, pajens, órfãos do rei enviadas para casar com os súditos da coroa, ou ainda como passageiros sob responsabilidade dos pais (B. T. DIAS, 2011; RAMOS, 2007 apud FREITAS, 2014, p. 19).

De acordo com Baptista (2006, p. 26), entre 1550 e 1553, diante do crescente abandono da infância, as casas de Muchachos são inauguradas para o recebimento de crianças indígenas, órfãs e abandonadas, uma vez que muitas vinham da Europa com o propósito inicial de servir na conversão das crianças da terra. A prática de abandono da infância, portanto, teria chegado a América por intermédio dos europeus.

De acordo com Paula (2010 apud FREITAS, 2014, p. 23), abandonadas de modo “civilizado”, as crianças eram deixadas em locais com a mínima assistência. Eram colocadas ainda em situação de risco por meio do “abandono selvagem”, sendo largadas a própria sorte. Para Baptista (2006, p. 26), a proteção da infância encontrava-se sob o julgo das determinações de Portugal, sendo as câmaras municipais responsáveis por buscar meios para assistir aos órfãos e abandonados, destinando a eles um sexto de seus recursos o que frequentemente faziam a contragosto.

“A negligência e a falta de interesse, refletia-se no pagamento quase que irrisório das amas-de-leite ou no encaminhamento das crianças abandonadas aos cuidados de instituições como as Santas Casas de Misericórdia” (BAPTISTA, 2006, p. 26). Segundo Lorenzi (2016), até o final do Império e início da República a população vulnerável era, predominantemente, entregue aos cuidados da Igreja Católica.

Nasce assim o cuidado caritativo voltado a criança abandonada ou órfã, fazendo surgir em terras brasileiras o Sistema da Roda dos Expostos espelhado no modelo europeu. Desta maneira, “o Brasil buscava amparar a infância abandonada garantindo-lhe o batismo e o anonimato do expositor, além do recolhimento de donativos para manutenção da missão” (MARCILIO, 2010 apud FREITAS, 2014, p. 24). Tal prática sobreviveu até metade do século XX, quando foi extinta em 1927, pelo Código de Menores.

As crianças sobreviventes eram enviadas a “criadeiras”, pagas pela Santa Casa, com as quais permaneciam até os 7 anos, sendo posteriormente entregues aos cuidados de uma família adotiva ou, se meninos, ao Arsenal da Marinha, se meninas ao Recolhimento de Órfãos. Nas situações expostas, as crianças deveriam trabalhar sete anos para pagar o teto e a alimentação. Aos 14 anos podiam receber salário. As meninas transferidas para fundações de recolhimento eram instruídas para o exercício de atividades manuais associadas ao sexo feminino. Nas casas, as moças ficavam à espera de uma família ou do casamento (FREITAS, 2014, p. 25).

Segundo Marcílio (2006, p. 168-169 apud FREITAS 2014, p. 25), até as décadas iniciais do século XIX, os estudos não eram compreendidos como prioridade para as crianças, tanto das rodas dos expostos quanto dos recolhimentos. Tais contextos funcionavam apenas como abrigos, onde não se oferecia nenhuma atividade educativa.

O regimento interno de tais instituições seguia o modelo da clausura, onde a prática religiosa e o pouco contato comunitário marcavam o cotidiano de meninos e meninas. Como bem nos assegura Rizzini (2004, p. 24-27 apud BAPTISTA, 2006, p. 27), às crianças faltava acesso à educação “sistemática”, sendo restritos planos e objetivos de trabalho em tais contextos.

A passagem do período colonial para o monárquico, depois de proclamada a Independência do Brasil (1822), fez surgir outras conjunturas políticas e econômicas junto à sociedade da época impulsionando a necessidade do enfrentamento da pobreza. O crescimento populacional influenciou de maneira negativa o desenvolvimento econômico, uma vez que a pobreza se tornava onerosa para o Estado e alavancava o número de crianças abandonadas em todo o país.

Essas ideias desencadeavam iniciativas tanto públicas quanto privadas para enfrentar essas questões, efetivando um processo que gradativamente substituiu a atenção individual pela asilar por meio da institucionalização maciça mantendo em condições de órfãos e abandonados aqueles que, carentes de apoio familiar, foram assumidos como problemas sociais (BAPTISTA, 2006, p. 27).

Diante da complexa situação de abandono da infância, o cuidado afinado pela caridade abria espaço para o cuidado asilar dos carentes. Em 1828, as responsabilidades das câmaras municipais foram revistas por meio da Lei dos Municípios, que oficializou o repasse dos expostos aos cuidados das Santas Casas.

Nesse período, por iniciativa da igreja Católica, foi fundada a primeira Casa de Recolhimento dos Expostos. Essas casas eram instituições complementares à roda que recebiam crianças a partir de 3 anos (antes dessa idade permaneciam com amas-de-leite [...] até 7 anos, quando eram procuradas formas de colocá-las em casas de famílias [...]) Esse atendimento asilar era organizado mediante a divisão por sexo e, em muitos casos, mediante a situação legal – havia asilos somente para a proteção de órfãos pobres, filhas de casamentos legítimos e outros para indigentes, filhas naturais de mães pobres ou órfãs desvalidas. Havia ainda divisões determinadas pelo critério racial, ou seja, espaços para órfãs brancas e outros para “meninas de cor” (BAPTISTA, 2006, p. 27).

Nesse contexto, já se anunciavam complexidades – que se arrastaram e atravessaram o tempo – como a questão do acesso universal à educação. Segundo Lorenzi (2016), o ensino foi regularizado em 1854, contudo, não era universal sendo negado aos



doentes contagiosos e aos não vacinados. Tais restrições atingiam crianças de famílias que não tinham pleno acesso à saúde, fazendo pensar sobre o encurtamento da “acessibilidade e qualidade de uma política social sobre a outra, ou como vemos aqui, de como a não cobertura da saúde restringiu o acesso das crianças à escola, propiciando uma dupla exclusão aos direitos sociais” (LORENZI, 2016).

Maria [...] triste com o poente, amanheceu pronta para partir no último raio de Sol, ao entardecer.

Mas justo nesse dia ela encontrou um amigo. Menino que lhe pediu para aprender a ler e escrever [...]. Com um gesto breve e leve, Maria encostou uma ponta da estrela na cabeça do menino.

A alegria do menino foi tão grande que aprendeu ainda geografia, história, astronomia e política.

Maria [...] não partiu no pôr-da-noite (QUEIRÓS, 2002, p. 13).

Em meados do século XIX, os cuidados com a criança pelas ações das Misericórdias, deixaram de recorrer aos serviços das amas-de-leite consideradas pela história como as principais responsáveis pelo alto índice de mortalidade infantil. De acordo com Marcílio (1988 apud Baptista, 2006, p. 27), a adoção aberta de um sistema de escritório para admissão das crianças possibilitou a identificação de quem as entregava, sendo a faixa etária ampliada até os 7 anos.

Em pesquisa realizada por Lima e Venâncio (1991 apud FREITAS, 2014, p. 25), as Santas Casas, ao longo dos séculos XVIII e XIX, registraram o recebimento de 42.200 (quarenta e dois mil e duzentos) bebês, estes oriundos de pais pobres, mulheres da elite que não podiam assumir os filhos e de senhores que os enjeitavam para alugar suas mães escravas como amas-de-leite.

A história aponta que nesse período de tempo, as Misericórdias perderam sua autonomia e a serviço do Estado passaram a ser controladas, uma vez que os repasses de recursos financeiros eram escassos. “Surgem em tal contexto, as primeiras propostas de políticas públicas voltadas a infância excluída que se multiplicavam diante das leis do Ventre Livre (1871) e Área (1888)” (MARICOND, 1997 apud BAPTISTA, 2006, p. 28).

De acordo com Rizzini (2008, p. 23), face às transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no cenário industrial capitalista do século XIX, culminou para que o cuidado da infância carente deixasse o âmbito da família e da igreja para situar-se no âmbito social e de competência do Estado.

Para Rizzini (2008, p. 28), a legislação voltada à infância apontava para uma certa noção que contrastava com a herdada pela “cultura cristão europeia”, onde a infância antes concebida como livres dos pecados humanos era substituída por outra, produto de

uma concepção científico-racional do mundo, onde a ‘célula do vício’ surge podendo ser transmitida antes mesmo do nascimento. Tal mudança marcou de modo crucial a inserção da criança junto ao contexto da “sociedade moderna”.

Nesse cenário de final de século XIX e início de XX, médicos higienistas e juristas influenciados pelo iluminismo europeu passaram a se ocupar da infância fazendo surgir “propostas de reformulação de práticas e comportamentos tradicionais e arcaicos com uso de técnicas científicas”. (MARCÍLIO, 1998, p. 194 apud BAPTISTA, 2006, p. 28). “Menino só pode saber das coisas que já foram testadas pelos adultos. Na Terra não se pode aprender nada pelo coração. Ah!, os mágicos! – exclamou Maria”. (QUEIRÓS, 2002, p. 14).

Considerado como um período historicamente importante para a formação das sociedades modernas, o século XIX fez surgir confrontos entre dogmas e ideologias, acarretando uma revolução nos conceitos. A descoberta da evolução das espécies fascinava o homem. “Dentro desta perspectiva, importa conceber cientificamente a sua origem e explicar positivamente o seu comportamento; este visto como um fato social, resultado de fatores bio-psico-sociais” (RIZZINI, 2008, p. 24).

A concentração urbana e o aumento da pobreza, faz aparecer outras categorias sociais que despontaram no horizonte. A diversificação econômica e o crescimento populacional chamaram a atenção para o fenômeno da pobreza logo nos primeiros anos do século XX. Em tal cenário, a criança é classificada como carente ou ainda delinquente, “exigindo políticas públicas que respondessem à questão tal como vinha se configurando” (BAPTISTA, 2006, p. 28).

O interesse pela infância, nitidamente mais aguçado e de natureza diversa daquela observada nos séculos anteriores, deve ser entendido como reflexo dos contornos das novas ideias. A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma nação; como ‘*chave para o futuro*’, um ser em formação – ‘*ductil e moldavel*’ – que tanto pode ser transformado em ‘*homem de bem*’ (elemento útil para o progresso da nação) ou num ‘*degenerado*’ (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos) (RIZZINI, 2008, p. 24, grifo do autor).

Seguir as pistas lançadas por Rizzini (2008), nos conduziu a um contexto pesquisado pela autora entre 1870 a 1930, onde predominava no cenário social brasileiro o ideal salvacionista acerca da infância pobre - especialmente na cidade do Rio de Janeiro. Mobilizados, médicos e juristas da época, apostavam que por meio da salvação da infância, formar-se-ia um “novo povo”.

Diante de tal lógica cuidar da infância corresponderia a um gesto de humanidade descolado da religião, iniciativa que ia além do âmbito das relações familiares, bem como da caridade, garantindo a ordem e a paz social, conforme apontavam as tendências evolucionistas e positivistas da época: “vigiar a criança para evitar que ela se desvie é entendido como parte de uma missão eugênica, cuja meta é a regeneração da raça humana (RIZZINI, 2008, p. 24).

Naquela noite, o silêncio não deixou Maria dormir. Com o pensamento livre, ela pensou o mundo secretamente. [...].

O silêncio de Maria pesou ainda sobre os mágicos que moravam na Terra. Eles só fabricavam magias convenientes para eles. E, para facilitar a produção, eles enchiam o coração dos meninos de esperanças. Quando uma esperança começava a morrer eles fabricavam uma nova.

A esperança passou a ser uma certa doçura que sossegava a todos (QUEIRÓS, 2002, p. 15).

Portanto, a prática do abandono da infância passa a ser condenável. De acordo com Rizzini (2008, p. 24), a degradação dos pobres era interpretada como um problema de ordem moral e social que devia ser enfrentado e combatido, uma vez que gerava comportamentos viciosos que poderiam fazer surgir criminalidade e descontrole social, sendo este um dos temores até hoje presente na sociedade.

A criança passa a ser então, foco de estratégia e investimento da intervenção do Estado junto à família que visando combater transgressores da ordem e dos bons costumes, correspondia às ressonâncias mundiais. Segundo o historiador José Murilo de Carvalho (apud RIZZINI, 2008, p. 25), em terras brasileiras do final do século XIX, o anseio pela emancipação e pela nacionalidade predominava, sendo este o ideal a ser perseguido pelos intelectuais da primeira República.

Os anos da República de 1900 a 1930, foram marcados por lutas sociais que reivindicavam mudanças. Em tal cenário, meninos e meninas pobres designados como infratores eram recusados por instituições filantrópicas fazendo recair sobre o Estado a responsabilidade da criação de instituições de cunho público para o recebimento de tal público.

Então no início do século XX, foram criadas as instituições de regime prisional para menores de 21 anos e “pequenos mendigos, vadios, viciosos, abandonados”, maiores de 9 e menores de 14 anos que já deveriam ficar até completarem 21 anos. A “recuperação” desses meninos era baseada na pedagogia do trabalho e no combate ao ócio. A ideia que norteava a criação dessas instituições era a de que “para a correção preventiva de meninos viciosos pelo abandono ou pela má educação familiar seriam necessárias instituições especiais além das de pura caridade (MARCÍLIO, 1998, p. 218 apud BAPTISTA, 2006, p. 28).

Segundo Fernandes (1998 apud BAPTISTA, 2006, p. 28), a situação que já era estatal foi regulamentada pela Lei n.º 4.242 de 1921 que em seu artigo terceiro direcionava para o governo a responsabilidade de organizar o serviço de assistência e proteção da infância abandonada e “delincente”. Como nos relata o autor, isso se daria por meio da construção de abrigos, que receberiam provisoriamente meninos e meninas pobres designando, ainda a figura de um juiz de direito de menores, bem como de funcionários necessários ao juízo.

A regulamentação da assistência e da proteção de menores viria em 1923 com o Decreto de lei n.º 16.272, cujo objetivo e fim visavam “o menor” de ambos os sexos que, submetido às autoridades competentes devido ao abandono ou delinquência, “seriam encaminhados aos abrigos até que tivessem seus destinos definidos” (BAPTISTA, 2006, p. 28).

Atendendo às determinações da Lei n.º 4.242 de 1921, sob a influência da primeira Declaração dos Direitos da Criança também chamada de Declaração de Genebra (1923), em 1924, foi criado o primeiro Juizado Privativo dos Menores Abandonados e Delinquentes, revestindo de poder a figura do juiz de direito “que estabelecia as diretrizes para a proteção e o cuidado de meninos e meninas pobres” (RIZZINI, 2008).

Mello Marques foi nomeado então, como o primeiro juiz de menores e, em 1927, foi promulgado o Código de Menores, primeiro documento legal e não universal para menores de 18 anos.

O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delincente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste código (BRASIL. Código de Menores. Decreto n.º 17.943, de 12 out. 1972).

Portanto, mais conhecido como Mello Marques, o Código reduzia a existência de meninos e meninas à classificação de abandonados e delinquentes, expostos, as crianças de até 7 anos eram tratadas como abandonadas se encontradas em situação de negligência, exploração ou maus tratos. Já os delinquentes eram “tipificados” como menores vadios (art. 28), mendigos (art. 29) e libertinos (art. 30). O art. 159 do Código de Menores determinava que “recebendo o menor o juiz o fará recolher ao abrigo, mandará submetê-lo a exame médico e pedagógico e iniciará o processo que na espécie couber”. (BAPTISTA, 2006, p. 29).

Assim, o Código de 27 determinava que os abrigos de menores deveriam ser subordinados ao juiz responsável não apenas em encaminhar meninos e meninas ao

acolhimento, mas ainda pela designação de cargos institucionais devendo o diretor ser subordinado ao juiz de menores. De acordo com Baptista (2006, p. 29) o regimento interno de tais instituições deveria receber aprovação do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, autorizando o governo a confiar a direção e a administração dos institutos subordinados ao juiz e a associações civis, exceto alguns nomeados pelo próprio Código.

Maria, sabendo agora das manhas dos mágicos, tinha no rosto um riso quase de raiva...

Os meninos [...] viviam tão acostumados a ter só esperança que a ideia de ter uma coisa de verdade fazia o coração ficar aflito (QUEIROS, 2002, p. 16-18).

As leis promulgadas entre 1870 e 1927 revelam como o cenário nacional se relacionava com as questões voltadas à pobreza e a infância. Nesse sentido, assistência e repressão eram as alternativas encontradas para cuidar da infância excluída, logo, a infância passa a receber cuidado asilar.

Os anos finais da década de 20 até os anos 40, marcaram os anos da industrialização contextualizando uma crise econômica que afetava o mundo. Segundo Colmán (2004 apud BAPTISTA, 2006, p. 29), o discurso desse período acerca da proteção social ganhava força entre os representantes políticos e o problema dos menores adquiria outros contornos. Desta maneira, a Constituição de 1937, introduziu a responsabilidade do Estado no provimento e auxílio das famílias em extrema pobreza cujo fim visava a preservação física e moral das crianças.

O Serviço de Assistência ao Menor (SAM) foi criado em 1942, período considerado autoritário do Estado Novo. Segundo Lorenzi (2016), o SAM era um órgão ligado ao Ministério da Justiça e funcionava junto à população excluída de modo equivalente ao Sistema Penitenciário da época, visando atendimento diferenciado para aqueles que cometiam algum tipo de ato infracional.

Os carentes e abandonados continuavam recebendo atenção de patronatos agrícolas e escolas de aprendizagem de ofícios urbanos, já os que cometiam ato infracional, eram encaminhados aos reformatórios e casas de correção.

Nesse contexto, em Porto Alegre, deu-se o Primeiro Encontro Nacional de Juízes de Menores cujo sentido ia além da proposta de reforma do Código de Menores de 27. Segundo Rizzini (1995 apud BAPTISTA, 2006, p. 29), o encontro visava outros quatro pontos: criação de uma fundação de âmbito nacional; instituição de um Conselho Nacional de Menores que orientasse a assistência e a proteção; subordinação da instância

executora ao Juízo de Menores e estabelecimento de uma polícia especial para lidar com os menores.

Em 1948, foi realizada na cidade de São Paulo uma pesquisa acerca da situação dos menores institucionalizados. Tal pesquisa foi conduzida pelo movimento Economia e Humanismo dando início às semanas de Estudos dos Problemas dos Menores, cujo objetivo principal era buscar alternativas para o enfrentamento da questão.

Os menores abandonados cuja falta foi nascerem em lares desajustados, são realmente abandonados principalmente quando recolhidos aos abrigos oficiais que se destinam a protegê-los. Neles se transformam em coisas em quantidades em seres amorfos que não exigem cuidados e às vezes nem mesmo alimentação. São apenas tolerados. E são porque sua presença dependem a instituição e seus agregados [...] A rigidez da disciplina esmaga qualquer veleidade de ação ou iniciativa. Em autômatos se transformam as crianças deformadas psicologicamente para o resto da existência quando não viciadas pervertidas, imbuídas de um sentimento falso da vida, como se durante o resto de seus dias carregassem atrás de si o espectro do vigilante ou do diretor, ou a ameaça dos castigos corporais (FÁVERO, 1999, p. 34 apud BAPTISTA, 2006, p. 29).

A conclusão que se apontava como saída ao problema do abandono e da delinquência, encontrava-se no auxílio da família, vista como melhor lugar para o ajustamento e reajustamento do abandonado ou do delinquente. Diante das elevadas demandas de internações em abrigos e reformatórios, defendia-se a necessidade de “programas preventivos que pudessem dar conta de orientar as famílias no exercício de seu papel social” (CÓLMAN, 2004 apud BAPTISTA, 2006, p. 29).

[...] De repente, uma voz de menina murmurou com medo:  
- Eu quero uma cama para dormir. Sem cama não posso pedir sonhos.  
Os meninos calaram...  
A fada, assustada, olhou no coração da menina e viu a esperança balançando.  
Com um gesto preciso, fez surgir, no centro da praça, uma cama de madeira polida e mais um colchão de algodão macio.  
- É sua – disse a fada.  
A menina, olhando de longe e com medo daquela verdade, respondeu:  
- Não quero mais. Não tenho casa para guardar a cama (QUEIRÓS, 2002, p. 20-21).

Em 1949, o Juizado de Menores de São Paulo iniciava o Serviço de Colocação Familiar buscando evitar a internação dos considerados abandonados e delinquentes. O serviço visava “garantir à criança o direito de crescer no interior de uma família considerada estruturada” (FÁVERO, 1999, p. 76 apud BAPTISTA, 2006, p. 30). Para Baptista (2006, p. 30) forjava-se assim, uma outra alternativa sobre como se deveria atuar junto as políticas de atendimento.

Logo, o desvelo de tais alternativas políticas refletia as ideias debatidas em fóruns nacionais e internacionais, onde o auxílio da família deveria ser reforçado frente aos

processos de abandono e delinquência. Tal iniciativa foi delineada pela Declaração dos Direitos da Criança promulgada pelas Nações Unidas em 1959 “que colocava o Brasil em situação desconfortável em relação a população infantil” (BAPTISTA, 2006, p. 30).

No entanto, a ideia de proteção da infância na virada do século XIX e início do XX, acabou desmistificada para além de princípios humanitários e cientificistas que privilegiava a necessidade de moralizar a infância vulnerável. Segundo Rizzini (2008) se faz necessário repensar os ideais da medicina, da justiça e da assistência pública, bem como as filantropias voltadas para a infância pobre que através da história demonstra se multiplicar em nosso contexto.

A fada, sem vacilar, continuou seu trabalho, fazendo nascer, no meio da praça, uma casa, com janelas para os quatro cantos do mundo! E, dentro da casa, a cama.

A alegria engoliu os meninos, que dançavam roda em volta da casa, olhavam pelas janelas, subiam no telhado, fingiam sono sobre a cama.

A alegria é também uma maneira de menino organizar o coração, pensou a fada (QUEIRÓS, 2002, p. 22).

O cuidado asilar afinado pela técnica fez surgir categorias, onde a infância pobre aparece como “menor em situação irregular”. O início dos anos 60, marcados por uma sociedade civil mais mobilizada apesar de reprimida e controlada pela Ditadura Militar (1964-1985), posicionou o país frente a um panorama internacional de guerra e em linha com países capitalistas e assim, a instituída ditadura interrompeu por mais de 20 anos os avanços democráticos no país.

O SAM – serviço anterior ao Golpe Militar como já anunciado, era visto pela opinião pública como desumano e repressivo e deu lugar a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) por meio da aprovação da Lei n.º 4.513 em 01 de dezembro de 1964. A FUNABEM visava instituir práticas contrárias ao SAM.

Figura 1 – Os Meninos da FUNABEM



Fonte: PUC-Rio

No entanto, de acordo com Baptista (2006) considerado como problema de segurança nacional, a questão da infância e adolescência passa a ser combatida “por meio de um conjunto de medidas legislativas, administrativas e políticas”, o cuidado caminhava ao lado do cálculo, consolidando, sua tecnologização.

O artigo sexto da Política Nacional do Menor assegurava prioridade aos programas de integração do menor na comunidade por meio de assistência à família e da colocação de menores em lares substitutos. Além disso, incentivava a criação de instituições ou a adaptação daquelas já existentes de modo que os menores nelas abrigados tivessem vida bastante aproximada da familiar devendo o internamento restringir-se aos casos em que não existissem instituições desse tipo no lugar ou por determinação judicial. Em pouco tempo ficou claro que essas diretrizes não se concretizaram principalmente em razão da estrutura altamente centralizadora da Funabem e da permanência da priorização da internação como medida de segregação dos menores marginalizados (BAPTISTA, 2006, p. 31).

Logo, em 1967, uma nova Constituição buscou estabelecer diferentes diretrizes a vida civil, onde a presença autoritária do Estado e as práticas de exceção adquiriam força no cenário da época.

Em 1979, a realização do Ano Internacional da Criança em comemoração aos 20 anos da Declaração Universal dos Direitos da Criança ocorrida em 1959, abria espaço e doava sentido para a Doutrina da Proteção integral. É nesse cenário, que o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), fortalecia suas ações junto ao no Brasil por meio de trabalhos direcionados a comunidades e grupos, ampliando, desta forma, a problematização e da infância pobre.

As mobilizações atingidas nessa época sensibilizaram reflexões e a aprovação da Convenção dos Direitos das Crianças garantiu que o país respondesse ao clamor de uma legislação voltada para a infância.

Em outubro de 1979, ainda sob Regime Militar foi aprovado então, um novo Código de Menores promulgado pela Lei n.º 6.697, que como o Código Mello Mattos de 27, preservava a não universalidade dos cuidados voltados a infância brasileira.

A Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor tinha como objetivo formular e implantar a Política Nacional do Bem Estar do Menor, herdando do SAM prédio e pessoal e, com isso, toda a sua cultura organizacional. A FUNABEM propunha-se a ser a grande instituição de assistência à infância, cuja linha de ação tinha na internação, tanto dos abandonados e carentes como infratores, seu principal foco. [...] O Código de Menores de 1979 constitui-se em uma revisão do Código de Menores de 27, não rompendo, no entanto, com sua linha principal de arbitrariedade, assistencialismo e repressão junto à população infanto-juvenil. Esta lei introduziu o conceito de “menor em situação irregular”, que reunia o conjunto de meninos e meninas que estavam dentro do que alguns autores denominam infância em “perigo” e infância “perigosa” (LORENZI, 2016).



Assim, classificado por categorias, “o menor” reafirmava o empenho do cuidado calculador. Portanto, o termo criança estava voltado para os filhos de famílias com êxito social, revelando uma noção de infância ambivalente que se contrapunha entre “criança em perigo versus criança perigosa”. Para Rizzini (2008 apud FREITAS, 2014, p. 30) tais sedimentações, embora veladas, ainda atravessaram o tempo fazendo eco junto ao nosso contexto atual. Nesse sentido, os períodos históricos se revelam de modo não linear.

Desta maneira, revistamos os caminhos dos cuidados voltados a infância no Brasil para localizar o sentido que sustenta hoje a descentralização dos atendimentos da criança que ainda precisam da proteção e do cuidado das instituições de acolhimento.

Logo, compreendemos que em um passado não tão distante, a infância era abrigada em locais semelhantes aos antigos reformatórios e orfanatos, reclusa, fazia a experiência de isolamento social. Tais campos de concentração guardavam o propósito de impedir o contato da criança com o mundo além de seus muros, junto a tais âmbitos funcionavam escolas, quadras esportivas, núcleos profissionalizantes e atendimento de saúde. O sistema de atendimento baseava-se na segregação de idade e gênero e distribuídos por unidades meninos e meninas, muitas vezes, foram separados de irmãos e parentes através de espaços superlotados (BAPTISTA, 2006, p. 31).

A primeira experiência de transferência institucional que a criança vive é quando sai do Internato I para o Internato II. A partir daí a mudança de internato será realizada com frequência, ao longo de sua vida de “menor” interno, numa verdadeira roda-vida de mudanças [...] Isto tem como consequência a prática do rompimento de vínculos afetivos e o impedimento da formação da criança, numa total ignorância dos resultados de estudos já realizados [...] O sistema de transferência só obedece às regras burocráticas administrativas. Não há cuidado institucional em relação à criança de qualquer faixa etária. O mais comum é que a transferência seja feita de maneira repentina, sem que a própria direção do internato e seus funcionários saibam da data com antecedência [...] a criança nunca é avisada previamente – ela aprende através de seu sofrimento e vivência institucional. A transferência repentina pretende evitar problemas de resistência à mudança, que os internos expressam através do choro, depressão e fuga. Toda expressão de afeto da criança é mobilizadora e perturba o funcionamento, portanto, deve ser evitada. Assim o mais comum é que se engane as crianças dizendo que “elas irão dar um passeio” [...] A questão da transferência é duplamente complicada porque, além de afetar diretamente a criança, com todas as perdas e mudanças a que ela tem que fazer face, muda também a rotina dos internatos, o que complica seu funcionamento e se reflete novamente na criança, ou seja, na qualidade de atendimento que recebe [...] Mas, se a responsabilidade das transferências é dos órgãos de convênios com suas exigências, a Fundação também não cumpre o compromisso que, estatutariamente, é defender os interesses das crianças [...] devido a tantas transferências, é comum que os internos não só se percam dos irmãos como também muitas vezes percam a referência da família (que nem sempre é avisada da transferência do interno e, quando vai visitá-lo, ninguém sabe informar para onde foi). [...] Separar os irmãos é acabar com uma referência de identidade importante e com o vínculo familiar mais estável do interno. Trata-se de total desrespeito à criança, feito sem qualquer

constrangimento. O que me leva a dizer que a prática de atendimento, se chega a suprir as necessidades da criança, o faz de maneira perversa. O procedimento de transferência é um analisador por excelência do desrespeito a que essas crianças são submetidas, uma vez que entram no sistema de atendimento mantido pelo governo federal e estadual, contraditoriamente chamado de “Bem-Estar do Menor” (ALTOÉ, 1990, p. 35-45).

“O que perpassa todos os internatos indiferentemente é a disciplina, a mesmice, o determinismo, o massacre, o não reconhecimento, a vitória da morte psicológica”. (ALTOÉ, 1990, p. IX). Assim, tematizações sobre políticas públicas e direitos humanos por meio da pesquisa acadêmica em meados dos anos 70 e início da década de 80<sup>6</sup>, em pleno Regime Militar, deram visibilidade a uma população excluída de crianças e adolescentes.

Contudo, para Rizzini (2008, p. 39) o interesse de estudiosos pela infância excluída é recente em nossa história e caminhou a passos lentos até o final da década de 80. Antes, para a pesquisadora, aqueles que escreveram sobre a infância nos séculos XIX e XX no Brasil, eram os mesmos que ocupavam a elite brasileira. A elite intervinha e fazia as leis para a desvalida infância que para tal seguimento precisava de vigilância e controle.

De volta aos anos de 1980, declarado o fim da ditadura militar, abriu-se espaço para a ampliação da cultura democrática que entre resquícios deixados pelo regime anterior, impulsionaram o surgimento de alguns movimentos populares em defesa do direito de cidadania e de poder local na participação da administração pública.

Para os movimentos sociais pela infância brasileira, a década de 80 representou também importantes e decisivas conquistas. A organização dos grupos em torno do tema da infância era basicamente de dois tipos: os menoristas e os estatutistas. Os primeiros defendiam a manutenção do Código de Menores, que se propunha a regulamentar a situação das crianças e adolescentes que estivessem em situação irregular (Doutrina da Situação Irregular). Já os estatutistas defendiam uma grande mudança no código, instituindo novos e amplos direitos às crianças e aos adolescentes, que passariam a ser sujeitos de direitos e a contar com uma Política de Proteção Integral. O grupo dos estatutistas era articulado, tendo representação e capacidade de atuação importante (LORENZI, 2010).

Tais articulações contribuíram com artigos específicos voltados para a infância junto a Constituição Federal de 1988, onde o artigo 227, introduziu no âmbito do direito, conteúdo e enfoque acerca da doutrina da proteção integral da Organização das Nações

---

<sup>6</sup> Infância perdida O cotidiano nos internatos-prisão: tese de doutorado de Sônia Altoé. Pesquisa realizada entre março de 1982 a abril de 1983.

Unidas (ONU) “trazendo mais uma vez, normativas internacionais para a proteção e o cuidado da criança e do adolescente brasileiro” (BAPTISTA, 2006, p. 31).

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL. Constituição Federal de 1988, art. 227).

A Constituição de 88 anulou os efeitos do Código de Menores de 79, ampliando a garantia de direitos reservados à criança e ao adolescente, bem como abrindo espaço para a consolidação de avanços na área através da proposta para a gestão de políticas sociais com a participação comunitária que acontecia por meio de conselhos deliberativos. No horizonte da época, estavam lançadas as bases para a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

[...] a Comissão de Redação do ECA teve representação de três grupos expressivos: o dos movimentos da sociedade civil, o dos juristas (principalmente ligados ao Ministério Público) e o de técnicos de órgãos governamentais (notadamente funcionários da própria Funabem) [...] Muitas das entidades vindas dos movimentos da sociedade civil surgiram em meados da década de 80 e tiveram uma participação fundamental na construção deste arcabouço legal que temos hoje. Como exemplos, destaca-se o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), que surgiu em 1985 em São Bernardo do Campo, um importante centro sindical do país, e a Pastoral da Criança, criada em 1983, em nome da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, envolvendo forte militância proveniente dos movimentos sociais da igreja católica (LORENZI, 2010).

Encontramos, portanto, junto ao Estatuto diretrizes abertas pela Constituição Federal de 1988 (art.204) que preconiza a descentralização político-administrativa e a participação popular por meio de organizações representativas na formulação das políticas e no controle das ações governamentais na área da assistência social nos níveis Federal, Estadual e Municipal.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) na busca da proteção e promoção de direitos da infância, chama a atenção para âmbitos além do jurídico indo de encontro da sociedade civil e da política.

Art. 6º: Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Nesse sentido, a expressão “pessoas em desenvolvimento” faz surgir a criança como sujeitos de direitos e assim, esperava-se que a dignidade da existência desta fase de

vida fosse preservada guardando na história, designações como órfãos, abandonados, carentes, menor, delinquente em situação irregular.

Contudo, lembramos que a existência da criança não se manteve a salvo face a um enquadre positivista, uma vez que a vida concebida em fases não garante direitos aos pobres. Nesse sentido, quando crianças não superam as vulnerabilidades que circunstanciam os enredos de suas famílias durante o tempo de suas infâncias, ao atingirem a vida adulta sofrem uma dupla exclusão ao serem tomadas como risco social.

Ela já teve uma chance e se não tomar jeito vou pedir novamente o acolhimento das filhas e daí é adoção. Ela não vem correspondendo ao tratamento e não comparece aos grupos psicossociais. As filhas são boas meninas e facilmente serão adotadas. Soube que a ela foi aluna da escola onde agora estudam as filhas e a diretora contou que era boa aluna e que se perdeu por conta da mãe (avó das meninas) que é alcoolista. Insistir nessa reintegração é ver a história se repetir. Se as meninas forem para adoção serão menos duas drogadas na comunidade (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro 2013-2017, manuscrito).

A noção científica de desenvolvimento humano quando classifica a vida em faixas etárias, não deixa de promover cuidado, entretanto, sedimenta ainda preconceitos se por ventura o sujeito de direitos não conseguir superar suas fragilidades sociais.

Segundo aponta a Secretaria de Direitos Humanos – SDH, (2010)<sup>7</sup>, a fragilidade dos vínculos familiares e comunitários não se dá apenas por meio da dinâmica familiar, mas ainda é influenciada por fatores estruturais e históricos de nosso horizonte. Portanto, voltar a atenção para as vulnerabilidades que enfrentam a infância é também cuidar do que afeta os adultos da família, logo, os serviços de acolhimentos atuais não acolhem somente a criança.

A família brasileira apresenta diversos arranjos e entre as mais pobres estão aquelas em que a figura feminina é a referência familiar. Face ao fenômeno da exclusão social, a família depara-se com restrições imaginárias que por vezes, potencializam a incapacidade de fazer valer seus direitos.

As famílias que enfrentam processos excludentes, mesmo quando contam com redes de amparo parental, quase sempre, enfrentam restrições quanto as suas capacidades de proteção e cuidado de suas crianças. Criar, educar e garantir os direitos dignos a existência da criança segundo legislação vigente, constitui tarefa cada vez mais difícil para as famílias pobres em nosso país.

---

<sup>7</sup> CADA CASO É UM CASO: Disponível em [www.fazendohistoria.org.br](http://www.fazendohistoria.org.br). <Acesso em 12/06/2016>.

Logo, justifica-se em nosso horizonte a importância de políticas que defendam e garantam a dignidade da existência da criança e do adolescente, sendo muito importante lembrar que a rede de proteção precisa se manter acessível, uma vez que por meio de nossa experiência podemos afirmar que, na maioria das vezes, a família só consegue acessar a assistência depois do acolhimento da criança, quando na prática o acolhimento deveria se dar como um último recurso.

Não desconsideramos os avanços consolidados através do Estatuto (1990), no entanto, compreendemos a necessária pausa para pensar a legislação da vida e suas práticas cotidianas de cuidado técnico, uma vez que a existência é anterior ao cálculo. Assim, trazemos a lembrança de que existir é originariamente negatividade, logo, abertura de sentido face a vida.

Portanto, por meio de nossa experiência junto a uma instituição de acolhimento para meninas, compreendemos que apesar dos avanços, a infância ainda se restringe a uma lógica de cuidado viciado que diante da urgência de agir perpetua abandonos:

Sem reparar na alegria dos meninos, o prefeito discursou:

- Senhores, a praça foi feita para o povo pensar a esperança. Não posso deixar esta casa plantada no meio da cidade. Como representante legítimo do povo, mandarei destruí-la.

O banqueiro perguntou ao industrial:

- Como a casa foi construída, se ninguém me pediu dinheiro emprestado?

O industrial respondeu:

- Seu material de construção não foi comprado na minha indústria. É contrabando.

O economista disse:

- Não fui consultado sobre os preços da construção.

O político discursou:

- Minha gente, eu não usei minhas Medidas Provisórias.

O arquiteto contou que não recebeu nenhuma encomenda do projeto e o professor lamentou a falta de cultura do povo.

O padre apenas rezou:

- Santo Deus!

E o delegado, que tudo ouviu, apenas ordenou aos soldados:

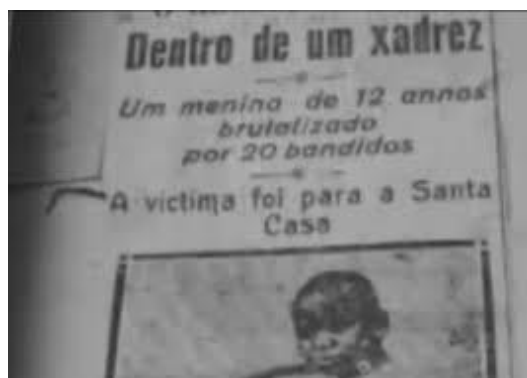
- Prendam imediatamente a pessoa que desobedeceu à lei (QUEIRÓS, 2002, p. 25-27).

Descentralizado, logo, fragmentado o cuidado calculado ainda pode, em meio a contradições, perpetuar abandonos como já foi sinalizado até aqui. Nesse sentido, compreendemos que a legislação da vida por si só não abarca toda uma tradição viciada em preconceitos que relaciona o ser da criança com um fundo de reserva, aspecto, que parece ocorrer no Brasil desde os tempos das embarcações portuguesas.

Buscamos ressaltar tal lógica e finalizamos esse tópico com duas histórias cujo tempo cronológico marca 92 anos, entre as ocorrências.

Em 1926, Bernardino de 12 (doze) anos que trabalhava como engraxate foi lançado em uma cela após ter jogado tinta na roupa de um cliente que lhe deu um calote. Bernardino foi “brutalizado” por aproximadamente 20 (vinte) presos. A história do menino rendeu capas de jornais da época e diante do impacto causado na opinião pública acabou contribuindo para a assinatura do primeiro Código de Menores promulgado no ano seguinte.

Figura 2 – Caso Menino Bernardino<sup>8</sup>



Fonte: Wikipedia

Em 2007, uma adolescente de 15 (quinze) anos acusada por furto foi lançada em uma cela com 20 (vinte) presos. A jovem foi estuprada durante todo o período que esteve reclusa em uma cadeia de Abaetetuba no interior do Pará, teve a dignidade de seu corpo rouba face ao não reconhecimento de seus direitos pelo Estado. O não reconhecimento do Estado pelos direitos já garantidos pela legislação vigente, ilustra o des-cuidado não só das autoridades no que se refere ao sistema prisional, mas ainda traz à luz preconceitos acerca da vida pobre.

Diante do não cumprimento de direitos fundamentais da criança e do adolescente ainda em nosso horizonte, casos como o de Bernardino ecoam em familiaridade com a história da adolescente de Abaetetuba. Tais ocorrências costumam render notícias muito embora, com frequência não tematizem o cotidiano que pela urgência de agir segue carente de pensamento meditativo. Esquecidas, invisíveis a dignidade da existência pobre vira estatísticas e assim, abruptamente são abandonadas.

Nossa experiência com o mundo se dá originariamente por meio de campos que reúnem e afinam nossas experiências e assim, somos atravessados por costumes, tradições

---

<sup>8</sup> Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/caso\\_menino\\_bernardino](https://pt.wikipedia.org/wiki/caso_menino_bernardino)

e práticas de cuidado, bem como des-cuidado em um contexto impessoal, onde de início nos encontramos absorvidos.

O impessoal desenvolve sua própria ditadura nesta falta de surpresa e de possibilidade de constatação. Assim nos divertimos e entretemos como impessoalmente se faz; lemos, vemos e julgamos [...] como impessoalmente se vê e se julga; também nos retiramos das 'grandes multidões' como impessoalmente se retira; achamos 'revoltante' o que impessoalmente se considera revoltante. O impessoal, que não é nada determinado, mas que todos são, embora não como soma, prescreve o modo de ser da cotidianidade (HEIDEGGER, 2000, p. 179 apud SILVA, 2010, p. 11).

E assim, vamos nos aproximando e afinando nosso diálogo com o pensamento do filósofo Martin Heidegger, recurso que lançaremos mão ao longo do caminho da tese.

Retomando o tema do tópico vamos finalizando compreendendo que o Código do Menor de 27 foi revogado pelo Código de 79 que, por sua vez foi revogado pela Constituição de 88 e pelo Estatuto em 1990 que embora vigente, nos últimos anos passou por duas alterações (Leis 12.010/2009 e 13.509/2017) que dispõem sobre adoção, ou seja, fala da colocação de crianças de famílias vulneráveis em famílias substitutas.

Esperava-se com o Estatuto que intervenções arbitrárias do Estado ficasse na história e que a infância e à adolescência preservassem condições dignas de existência (art. 7º), contudo, diante de casos como o da adolescente de Abaetetuba, compreendemos que a implementação do Estatuto representa um desafio cotidiano ainda maior para aqueles que atuam na ponta, cara a cara com a pobreza.

Não nos relacionamos somente de modo técnico com teorias, relatórios e pareceres, mas nos relacionamentos com vidas, nesse sentido, haja caminho a ser percorrido, haja tempo a ser refletido face a urgência que estrutura a descentralizada rede de proteção e cuidado da infância acolhida.

Portanto, apostamos que a urgência se localiza na pausa para cuidar e pensar a lida que precisa priorizar a qualidade de seu atendimento dirigido a infância em acolhimento institucional em nosso tempo. Assim, esperamos realizar correspondências para além da atenção já sedimentada, recorrendo a noção de cuidado em Heidegger (1927) como uma possibilidade de se estar ao lado da menina que acolhemos em tempos técnicos.

## 1.2 - Advento do Novo ou do Mesmo?

“O mundo inteiro é novo e antigo”  
(SCANLON & FRAZEE, 2013)

A palavra advento em sua etimologia latina (*adventum*) indica vinda ou chegada de um novo tempo, contudo, como vimos no tópico anterior não podemos afirmar que transformações efetivas tenham se dado em nosso horizonte histórico a partir da promulgação do Estatuto (1990). No entanto, inspirados pelo sentido de vinda ou chegada que a palavra advento nos doa, procuramos corresponder ao que veio ao encontro – por meio da experiência que tivemos junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas – atuando como psicóloga da equipe técnica e ainda, pesquisadora.

Nesse sentido, contando com o apoio da noção de cuidado em Heidegger (1927), bem como com outras noções abertas pelo pensamento do filósofo que anunciaremos no decorrer da tese, procuraremos tematizar o advento do cuidado que se abriu à nossa experiência ao lado das meninas acolhidas, em um tempo que a instituição ainda precisava reordenar seus processos de trabalho, logo, descentralizar alguns de seus atendimentos

Como vimos, os anos 1980 solicitavam mudanças para a infância de meninos e meninas institucionalizados, denunciando problemáticas que circunstanciavam a infância de crianças oriundas de famílias pobres. Fazia-se, portanto, urgente que as instituições de acolhimento se planejassem de outra maneira, conforme apontavam algumas pesquisas da época:

Pediram-me como psicóloga que pautasse meu trabalho na “mudança de mentalidade dos funcionários”, uma vez que a preocupação predominante nos internatos até então fora “disciplina”, quando deveria ser, por exigência dos novos tempos, “educação”. Todos deveriam “trabalhar como educadores, independente do cargo que ocupassem” [...] (ALTOÉ, 1990, p. XXI).

O processo de consolidação do Estatuto (1990) impulsionado pela realidade da infância institucionalizada até então, guardava grandes desafios técnicos e éticos, exigindo mudanças urgentes acerca do contexto legal e prático.

Assim, o reordenamento institucional visava garantir o advento de novos parâmetros de funcionamento trazidos pela “nova” legislação. Surgem órgãos permanentes e autônomos como, por exemplo, os Conselhos Tutelares, fundos de reservas, articulação intersetorial e a criação de instituições que executassem exclusivamente medidas sócio-educativas. Toda essa mobilização buscava a qualidade do



atendimento da infância em vulnerabilidade do mesmo modo que buscavam cuidar das famílias.

Nesse sentido, a desconstrução das grandes instituições iniciada no final dos anos 90, abriram caminhos para o processo de municipalização dos serviços de acolhimento, reforçando a ideia de que todos aqueles que atuam em contextos de acolhimento da infância devessem rever suas práticas, passando a investir no reordenamento dos espaços, bem como no aprimoramento profissional.

Justificava-se a urgência quanto à mudança de “mentalidade” dos profissionais que atuavam diretamente com as crianças e as famílias sendo preciso “mudar a maneira de ver, entender e agir” (COSTA 1993 apud LORENZI, 2010) uma vez que, historicamente, “cuidaram da infância acolhida por meio de práticas assistencialistas, disciplinares e repressoras” (ALTOÉ, 1990).

A Doutrina de Proteção Integral surge no horizonte brasileiro e passa a privilegiar o direito da criança à convivência familiar e comunitária visando romper com a lógica da segregação e exclusão da infância acolhida. A mudança de paradigma de atendimento encontra-se presente nos artigos 226 e 227 da Constituição Federal de 1988 e no artigo 19 do Estatuto de 1990.

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada à convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990).

Em 2016, o artigo ganha nova redação.

É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (BRASIL. Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016).

Diante dos importantes avanços que se deram no âmbito do cuidado da infância por meio da promulgação do Estatuto (1990), logo “criou-se um verdadeiro microsistema de tutela à criança e ao adolescente, com princípios próprios” (SOARES, 2015, p. 12) passando contar a infância com direitos juridicamente reconhecidos que abriram espaço para o surgimento das atuais normativas de atendimento voltado a infância em vulnerabilidade.

Comprendemos, portanto, que o caminho percorrido até aqui não esteve isento da necessária tematização cotidiana uma vez que, o cuidado voltado a infância ora avança,

ora retrocede face a um horizonte que privilegia poder e controle através do cálculo. Assim, conjecturamos sobre o que há de novo diante de um mundo que também é antigo.

Conjecturamos que para mudar os modos de ver e agir junto aos âmbitos institucionais se faz necessário refletir os novos paradigmas. Portanto, por exemplo, se todos devemos ser educadores em contextos institucionais de acolhimento para criança, perguntamos em que direção o fazemos uma vez que, para um cuidado mais autêntico devemos cuidar da criança e da família para libertar no lugar de controlar.

Não nos iludamos. Todos nós, mesmo aqueles que pensam por dever profissional, somos muitas vezes pobres-em-pensamentos; ficamos sem-pensamento com demasiada facilidade. A ausência-de-pensamentos é um hóspede sinistro que, no mundo actual, entra e sai em toda a parte. Pois, hoje toma-se conhecimento de tudo pelo caminho mais rápido e mais económico e, no mesmo instante e com a mesma rapidez, tudo se esquece (HEIDEGGER, 1955: 11).

Ampliadas as responsabilidades pela infância através da descentralização da proteção, surge uma rede de cuidados que precisa de articulação para que a garantia de direitos já conquistados se efetive. As trilhas abertas pela Constituição de 88 colocou à Assistência em relação com a Saúde, com a Previdência Social e com o Sistema de Garantias de Direitos (SGD), rede de proteção que tivemos a oportunidade de melhor compreender através de capacitações ofertadas pelos processos de reordenamento.

Assim, compreendemos que se constituiu o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, onde a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, passa a regulamentar e reconhecer a Assistência como uma política pública dirigidas aos contextos sociais de vulnerabilidade.

As deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003), do mesmo modo que as diretrizes orientadas pela LOAS, originou a aprovação da elaboração e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). O SUAS, portanto, estabeleceu as bases para a Política Nacional de Assistência Social (2004).

Assim, a PNAS busca efetuar os modos de gestão e financiamento da política de Assistência Social através de princípios, diretrizes e objetivos estabelecendo usuários e níveis de proteção. O SUAS viabiliza o conteúdo da LOAS apresentando e organizando a regulação das ações sócio assistenciais (NOB/SUAS 2005).

Nesse sentido, as intervenções se dão por meio de duas estruturas que devem articular-se entre si: a Proteção Social Básica (responsável pela atenção básica) e a

Proteção Social Especial (que situa as ações de média e alta complexidade)<sup>9</sup>, onde o serviço de acolhimento institucional para crianças se localiza atualmente.

Visando a excepcionalidade e a provisoriedade da medida de acolhimento para crianças<sup>10</sup>, assim como o atendimento individualizado e em pequenos grupos o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2006), impulsiona os processos de reordenamento das instituições de acolhimento, conforme preconiza as promulgações do Estatuto (1990).

O PNCFC, através de um processo participativo de elaboração conjunta, composto por uma comissão intersetorial (SUAS, SUS, SME, SGD) definiu ações para serem executadas em um período de curto, médio e longo prazo (2007 a 2015), além de práticas permanentes que pudessem fiscalizar e consolidar as garantias feitas pela Constituição de 88 e pelo Estatuto de 1990.

Portanto, a partir do documento Orientações Técnicas (2009) a expressão “serviço de acolhimento” designa um serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) que deve pautar sua prática no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), na Nova Lei da Adoção (2009) e ainda no,

Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes a Convivência Familiar e Comunitária, da Política Nacional de Assistência Social; da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, da Norma Operacional Básica do SUAS e no Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Crianças (BRASIL. Lei nº 12.010, 2009, p. 19).

Nesse sentido, o ano de 2009 foi dedicado à elaboração de documentos técnicos e normativos como podemos verificar com a publicação das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (CONANDA e CNAS – Resolução Conjunta nº 01/2009).

A proposta é reordenar os serviços de acolhimento institucional (abrigo, casa lar) partindo do princípio de que toda situação de afastamento familiar deve ser tratada como excepcional e provisória, sendo imprescindível investir no retorno das crianças e adolescentes ao convívio com a família de origem e, esgotada essa possibilidade, o encaminhamento para família substituta. Outra forma de acolhimento apresentada é o serviço de Família Acolhedora, que tem mostrado resultados positivos ao garantir espaços de cuidado e referência afetiva até que possa ser assegurada a convivência da criança ou do adolescente

---

<sup>9</sup> É importante destacar que os serviços de acolhimento para crianças e adolescentes não devem ser confundidos com estabelecimentos organizados para o acompanhamento de adolescentes que estejam cumprindo medidas sócio-educativas de internação em estabelecimento educacional (ECA, art. 112), bem como estabelecimentos destinados à Educação Infantil, regidos pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. (Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009).

<sup>10</sup> Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, art. 101.

em sua família (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 01, de 30 de março de 2009, p. 15).

O documento parte da legislação vigente e busca especificar parâmetros técnicos de funcionamento para as instituições de acolhimento. Tais orientações técnicas visam a profissionalização e acompanhamento dos serviços de acolhimento em todo país. O documento reordena as instituições de acolhimento para além da questão física de cada equipamento, sensibilizando profissionais para que se apropriem da noção de que todos devem atuar como educadores.

A promulgação da Lei Federal nº 12.010/2009, conhecida como nova lei da adoção altera o Estatuto (1990) e passa a dar ênfase aos critérios de renovação das instituições junto ao Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) ressaltando a importância da capacitação permanente dos trabalhadores das instituições de acolhimento, bem como da realização do Plano Individual de Atendimento (PIA) de cada criança acolhida.

No PIA deverão estar registrados: os resultados da avaliação interdisciplinar; os compromissos assumidos pelos pais ou responsáveis e pela rede de atendimento; e a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vistas à reintegração familiar ou, caso seja está vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, serão tomadas providências para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária (BRASIL. Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009).

A partir da Lei 12.010/2009, toda criança e adolescente que necessitar de medida protetiva e de cuidado institucional, somente poderão ser acolhidas mediante Guia de Acolhimento expedida pela justiça e sendo o acolhimento emergencial, as instituições devem notificar imediatamente a Vara da Infância. A lei traz mudanças quanto ao prazo de permanência da criança junto às instituições e proíbe a colocação voluntária da criança em abrigos visando evitar a institucionalização da infância como já ocorreu no passado. A lei dispõe ainda sobre a escuta da criança ou do adolescente os quais devem ser previamente ouvidos por equipe técnica, respeitando seu estágio de desenvolvimento e grau de compreensão acerca das implicações das medidas. Adolescentes com mais de 12 (doze) anos passam a ter o direito de ser ouvidos em audiência, sendo necessário seu consentimento para colocação em família substituta.

A publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socio-assistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), também visa organizar os serviços por níveis de complexidade tais

como: Proteção Básica, Proteção Social Especial de Média Complexidade e Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

[...] Atendimento em unidade institucional semelhante a uma residência, destinada ao atendimento de grupos de até 20 crianças e/ou adolescentes. Nessa unidade é indicado que os educadores/cuidadores trabalhem em turnos fixos diários, a fim de garantir estabilidade das tarefas de rotinas diárias, referência e previsibilidade no contato com as crianças e adolescentes. Poderá contar com espaço específico para acolhimento imediato e emergencial, com profissionais preparados para receber a criança/adolescente, em qualquer horário do dia ou noite, enquanto se realiza um estudo diagnóstico detalhado de cada situação para os encaminhamentos necessários (BRASIL. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, p. 30).

Atendimentos individualizados e em pequenos grupos indicam o caminho a ser tomado e incorporado pelo trabalho com crianças, adolescentes e famílias em vulnerabilidade. O reordenamento das instituições de acolhimento visa a diminuição do número de crianças e adolescentes acolhidos “através da elaboração e aprovação de parâmetros que buscam a qualidade dos serviços e adequação à legislação vigente, por meio da fiscalização dos serviços como uma ação permanente” (BRASIL. Resolução nº 96, de 21 de maio de 2013).

O abrigo da infância em instituições de acolhimento deve ocorrer como um último recurso, considerado, como medida extraordinário, enquanto se busca solucionar as vulnerabilidades que afetam inúmeras famílias pobres. Tais espaços caracterizam-se como locais de moradias provisórias para crianças e adolescentes até que seja possível reintegrá-los as famílias de origem, extensa ou substituta abrindo para a criança a possibilidade da adoção.

Deste modo, constatamos pelo tempo de promulgação do Estatuto (1990) que ainda existem muitas cristalizações que atravessam o tempo, logo, inúmeras crianças no país ainda deixam de realizar experiências dignas durante o tempo de suas infâncias. Por meio de nossa experiência ao lado de algumas famílias, compreendemos que os recursos legais vigentes apenas indicam alternativas para algumas vidas que por ventura caso sejam vistas, passaram a ser acompanhadas por um sistema de cuidado legislado. Diante da complexa questão social, muitas infâncias seguem na invisibilidade.

O advento de uma “nova mentalidade” que exige que todos sejam educadores nos âmbitos institucionais, antes deveria evocar junto ao nosso horizonte uma responsabilidade social que garantisse a todos educação e saúde igualitária. As ações que contemplam a infância pobre deveriam ser anteriores aos muros que delimitam os espaços das instituições de acolhimento de hoje.

Diante de nossa inquietação, frente a uma enxurrada de promulgações<sup>11</sup> que legislam a vida e que mal conseguimos acompanhar, justificamos nossa necessidade de ter revisitado a história ainda que de modo breve. Assim, compreendemos que existem sedimentações dadas no tempo que ainda não foram ultrapassadas, vigentes circunstanciam um cuidado mais calculado, técnico dirigido à infância, uma vez que o acolhimento institucional ainda é uma realidade presente no tempo.

Ainda que os grandes orfanatos em um modelo de instituição total e com trabalhadores de perfil exclusivamente caritativo e assistencialista caminhem para a extinção, a profissionalização dos abrigos ainda é um desafio, assim

---

<sup>11</sup> **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**, dispositivos constitucionais sobre criança e adolescentes; **Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991**, cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências; **Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992**, regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências; **Lei nº 8.978, de 9 de janeiro de 1995**, dispõe sobre a construção de creches e estabelecimentos de pré-escola; **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**, institui o Código Civil; **Lei nº 11.577, de 22 de novembro de 2007**, torna obrigatória a divulgação pelos meios que especifica de mensagem relativa à exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes apontando formas para efetuar denúncias; **Lei nº 12.010, de 3 de julho de 2009**, dispõe sobre adoção, alterando o ECA e, a Lei 8.560 de 29 de dezembro de 1992, revogando dispositivos ainda do Código Civil de 2002 e, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovando o Decreto Lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, dando outras providências; **Lei 12.127, de 17 de dezembro de 2009**, cria o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos; **Lei nº 12.318, de 26 de agosto de 2010**, dispõe sobre a alienação parental e altera o Art. 236 do ECA; **Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012**, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase); **Lei 12.685, de 18 de julho de 2012**, institui o Dia Nacional do Compromisso com a Criança, o Adolescente e a Educação; **Lei nº 12.845, de 1 de agosto de 2013**, dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual; **Lei Complementar nº 146, de 25 de junho de 2014**, estende a estabilidade provisória prevista na alínea *b* do inciso II do Art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à trabalhadora gestante, nos casos de morte desta, a quem detiver a guarda de seu filho; **Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014**, altera o ECA, para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1990; **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**, promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança; **Decreto nº 3.087, de 21 de junho de 1999**, promulga a Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, concluída em Haia, em 29 de maio de 1993; **Decreto nº 5.007, de 8 de março de 2004**, promulga o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil; **Decreto nº 5.089, de 20 de maio de 2004**, dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamentos do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e dá outras providências; **Decreto de 19 de outubro de 2004**, cria Comissão Intersetorial para Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, e dá outras providências; **Decreto de 11 de outubro de 2007**, institui a Comissão Nacional Intersetorial para acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária, e dá outras providências; **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**, dispõe sobre educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências; **Decreto nº 7.958, de 13 de março de 2013**, estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde; **Resolução CONANDA nº 161, de 4 de dezembro de 2013**, estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos com os princípios de diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes; **Resolução CONANDA nº 162, de 28 de janeiro de 2014**, aprova o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes. Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescentes Edição Comemorativa. Brasília. 2015.

como a existência de uma rede efetiva de programas e serviços de qualidade no atendimento à população, principalmente para aquele segmento que vive em condições de vulnerabilidade. (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2016).

Descrever os caminhos do cuidado com a infância acolhida nos colocou em contato com outras inquietações com outros tempos e espaços tematizados por outras pesquisas que voltaram sua atenção ao problema da criança pobre no Brasil. Tais pistas nos fizeram pensar que talvez o advento de novas práticas de cuidado dirigido a infância, apesar dos avanços, ainda preserva a lógica pretenciosa de que a criança seria um fundo de reserva. Assim, as palavras “perdidas” e “perdido” em correspondência a infância nos chama nossa atenção.

Em “Infâncias Perdidas: o cotidiano nos internatos – Prisão” (ALTOÉ, 1990) e “O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil” (RIZZINI, 2008) indicam que pela passagem do tempo o cuidado voltado à infância, não a qualquer uma, mas aquela nascida no berço da pobreza, manteve-se pautado na técnica da ruptura dos vínculos familiares e comunitária. Descartadas, inúmeras famílias foram substituídas pelas instituições totais, onde imperava a lógica de que a internação seria a alternativa para a adaptação social de abandonados, carentes e delinquentes.

Face ao tempo das infâncias “desperdiçadas” (ALTOÉ, 1990, p. 292), tais pesquisas apontam sedimentações viciosas que ecoam junto a nossa experiência. Somos tomados por algo familiar seja pelo discurso político que nos parecem inalteráveis, pelos recursos financeiros e humanos insuficientes ou pela criança acolhida que continua, por vezes, separada dos irmãos seja entre instituições de acolhimento, famílias extensas ou substitutas.

Em um horizonte técnico, a lógica disciplinar ainda impera e o assistencialismo e a caridade ainda são presentes. A mão de obra ainda se desdobra em funções e o conhecimento técnico busca prevenção e adequação das classes. A lógica que atravessa o tempo ecoa no atual contexto nos possibilitando dar testemunho de que os adultos das famílias das crianças acolhidas reafirmam abandonos. A vida concebida em faixas etárias facilmente, pode ser descartada.

Sendo pais na adolescência, quando ainda de modo recreativo iniciaram o uso de álcool e drogas, os jovens adultos desta família, não concluíram os estudos. A mãe com 28 anos não possui profissão e desempregada prefere ficar em casa para cuidar das filhas. O pai com 25 anos trabalha em obra como ajudante de pedreiro. Hoje, fazem a experiência da protetiva de acolhimento das quatro filhas que visa o melhor interesse das crianças diante do uso abusivo de drogas por parte dos genitores, segundo guia de acolhimento das meninas. As meninas foram separadas entre instituições de acolhimento em decorrência da faixa

etária e atualmente seguem separadas entre a família extensa (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Isadora, Graça e Adriana foram acolhidas por nossa instituição e Mila separada do grupo seguindo para uma instituição para bebês. O grupo de irmãs correm o risco ou “a sorte”, como dizem, de serem colocadas em família substituta, a brevidade do acolhimento, segundo legislação vigente, considera ainda que os pais sejam encaminhados e possam corresponder ao tratamento junto ao CAPSad para que então, as filhas possam retomar ao convívio familiar. Contudo, guardando uma relação de sentido no tempo diferente da criança, o adulto da família larga em desvantagem na corrida pela guarda das filhas.

Diante do tempo de promulgação do Estatuto (1990) que guardava o projeto “[...] de ser, estamos certos, um instrumento fundamental de habilitação do Brasil para o seu grande destino” (TITO, 1989 apud Estatuto da Criança e do Adolescente Edição Comemorativa. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p. 15) perguntamos pela dignidade da adolescência dos pais de Isadora, Graça, Adriana e Mila que segundo legislação vigente deveriam ter recebido proteção e cuidado antes de terem suplantado o tempo da infância e da adolescência.

Neste caso, em especial, os pais das meninas iniciaram o uso de cocaína por volta dos 12 (doze) anos e aos 17 (dezessete) tiveram a primeira filha. O advento dos novos tempos não garantiu os direitos fundamentais a esses pais, revelando sua insuficiência em relação à existência de muitos pobres que seguem na invisibilidade. Verificamos pela experiência dos adultos da família de Isadora, Graça, Adriana e Mila que o advento do novo se revela como o do mesmo que ora vela e ora desvela a vulnerabilidade da família das meninas.

Os processos de exclusão social revela até entre as crianças acolhidas diante dos perfis indesejados por famílias substitutas. No caso de um grupo de quatro irmãs acolhidas por duas vezes na instituição onde atuamos, a reintegração precisou ser favorável à uma ex companheira do pai das meninas, mesmo diante da compreensão das equipes técnicas que não seria o ideal para o grupo.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> Caso de quatro irmãs que foram reintegradas em favor da ex-companheira do pai mesmo sabendo-se que esta não demonstrava condições para zelar pelo cuidado do grupo de irmãs. A ex-companheira, mãe de quatro filhos biológicos, sendo uma especial, não conseguia romper com as vulnerabilidades pelas quais as meninas vinham passando. Nesse sentido, as equipes técnicas da instituição e da Vara da Infância posicionaram-se contrárias a reintegração a favor da ex-companheira do genitor que em abril de 2018, voltou a Vara para devolver duas das meninas do grupo de quatro. As meninas foram encaminhadas para FACO (Família Acolhedora). (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013 – 2018, Manuscrito).



Diante da brevidade da medida de proteção, buscam-se saídas desesperadas para que a reintegração da criança ou do adolescente sejam bem-sucedidas e assim, espera-se que talvez, a rede funcione como nunca antes.

Deste modo, em correspondência a infância as palavras “perdido” e “perdida” vindas ao nosso encontro abrigam-se em nossa experiência doando sentido, uma vez que para tais famílias não se teria muito o que fazer, a não ser “enxugar gelo” de acordo com o desabafo de uma conselheira de um certo Conselho Tutelar (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Diante do exposto, estaríamos fadados ao pessimismo ou ao fracasso se não fosse para nós a possibilidade de uma abertura prévia. Apostar na noção de ser-aí nos ajuda a compreender que não há nenhuma determinação que já não tenha sido estabelecida a partir do aí de cada existente. A sensação de “enxugar gelo” pelo trabalho realizado com algumas famílias nos possibilita ainda considerar o que se revela da intencionalidade de uma rede de cuidado face a alta complexidade da proteção e cuidado dirigido a infância pobre.

Assim, “Vem à tona originariamente e sempre como a própria vida cada elo de conexão mais ampla que não é descerrada, mas originariamente dada” (DILTHEY, 1833-1911. Tradução CASANOVA, 2011, p. 40), a noção de campo existencial nos possibilita ir de encontro às constituídas e determinadas relações históricas, sendo esta uma lição *Diltheyana*, segundo Casanova (2011)<sup>13</sup>.

Nesse sentido, devemos lembrar que antes de tudo quando caímos no mundo, imediatamente um campo determinado se configura de tal modo que jamais conseguimos experimentar o que quer que seja se não a partir de tal campo e assim, o mundo inteiro se faz novo a partir do antigo.

É desta maneira, que Heidegger (1927) realiza o seu projeto de fenomenologia hermenêutica uma vez que, a fenomenologia condiciona a experiência hermenêutica, mas retomaremos tal orientação nos próximos capítulos, por ora devemos anunciar que intencionais somos e por este motivo fazemos as experiências que se doam a nós a partir do mundo e do tempo que é o nosso.

Desta forma, sabemos que quanto mais absorção no mundo dos cuidados voltados a infância pobre, mais familiaridade e, nesse sentido, menos estranheza e maior risco de permanecermos presos as malhas do cuidado calculador. Entretanto, compreendemos

---

<sup>13</sup> CASANOVA.M. Leituras de Ser e Tempo de Martin Heidegger – Aula 1 09/03/2017 - 1ª semestre de 2017. Instituto Dasein.

ainda que precisamos recuperar a estranheza para que possamos continuar o caminho e assim, dialogar com a familiaridade que nos provoca quanto aos cuidados já sedimentados em torno do ser da criança.

A solidez do campo no qual nos movimentamos é ainda a condição de possibilidade que cotidianamente saltamos de uma atividade a outra sem que nenhuma quebra se instaure e é por isso, que o mundo se apresenta e retrai ao mesmo tempo.

Contudo, a solidez do mundo de cada um de nós, de cada criança acolhida, de cada história corre sempre o risco de quebra diante da negatividade originária do existirdoadada pela noção de ser-aí.

Se a familiaridade vem a partir do campo de nossas realizações, a estranheza constitutiva de nossa indeterminação também. Somos estranhos originariamente e o que atenua nossa indeterminação é justamente a familiaridade com o mundo que é o mundo de cada um de nós. Entretanto, à medida que nos deixamos absorver pelo campo e passamos a seguir suas orientações naturalizamos os acontecimentos diários, mas sempre existe a possibilidade de voltarmos a estranheza constitutiva do ser que somos, esse é o jogo.

Assim, a singularidade de nosso cuidado se caracteriza pela rearticulação da familiaridade a partir da estranheza junto ao campo da instituição, logo, o nosso cuidado é afetado por um processo de mobilização histórica da familiaridade a partir da estranheza, o que não significa dizer que diante da familiaridade histórica é possível decidir pela singularidade, mas ao contrário, precisamos da absorção e da sedimentação do horizonte, pois sem tais processos nenhum cuidado poderia se singularizar<sup>14</sup>.

Diante da familiaridade encontrada acerca dos cuidados sedimentados que ecoam em nosso tempo, consideramos conveniente narrar mais algumas situações que ocasionam ainda hoje a vulnerabilidade da infância pobre no país. Desta forma, continuaremos recorrendo ao recurso de citar ao longo deste trabalho – sempre que acharmos oportuno, trechos de histórias concretas que tivemos a oportunidade de acompanhar junto ao campo da instituição de acolhimento, onde a pesquisa da tese foi realizada.

As situações que trazemos são trechos de histórias de algumas meninas que deixaram a invisibilidade social por meio da medida protetiva e de cuidado institucional.

---

<sup>14</sup> CASANOVA.M Leituras de Ser e Tempo de Martin Heidegger – Aula 1 09/03/2017 – 1º semestre de 2017. Instituto Dasein.

Logo, apostamos que tal recurso possa moldurar e tematizar algumas das dificuldades cotidianas que ainda enfrentam a infância que acolhemos.

Sendo excluídas do usufruto da riqueza familiar e social, essas crianças e suas famílias tiveram profundamente bloqueados seus direitos básicos, acesso aos bens de consumo pessoal e/ou coletivos e dos serviços básicos essenciais para sua efetiva qualidade de vida (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, p. 2016).

Assim, segundo o Plano de Ação da Instituição (2016) ou de acordo com a nomenclatura Técnica, Projeto Político Pedagógico (PPP), o que determina os objetivos do trabalho da instituição é o resgate da “autoestima”, pois se acredita que diante da impossibilidade de mudança da história vivida, ainda cabe orientar a criança para uma melhor compreensão da trajetória até o acolhimento.

Lucia foi acolhida em 2013, por meio de busca e apreensão. A dignidade de sua existência se desvelava ao lado do pai e de dois irmãos nas ruas da cidade do Rio de Janeiro. Pelo acolhimento institucional, Lucia foi separada dos irmãos, acolhidos por questões de gênero entre instituições. Da mãe de Lucia nunca tivemos notícias, quanto ao pai havia proibição para visitar os filhos nas instituições de acolhimento por determinação judicial. Nesse sentido, a equipe técnica não estabeleceu nenhuma linha de atuação junto ao genitor. Lucia apesar do histórico de rua se desvela com muita alegria. Contava que o pai disse para não aceitar a adoção, pois isso era coisa de quem queria na verdade, colocá-la para se prostituir na Itália (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

A situação de acolhimento institucional da infância quase sempre angústia a todos os envolvidos na complexidade da medida, revelando e às vezes, encobrendo a vulnerabilidade de famílias que perderam o direito de cuidar, provisório ou definitivamente de suas crianças. Na maioria das vezes, são famílias que tiveram acesso restrito à educação, afetadas não só pelo desemprego ou pela falta de recursos materiais como moradia ou ainda, pelo crescente problema da das drogas.

A menina destituída da família materna por conta do uso abusivo de álcool e drogas dos adultos da família além da prostituição da mãe, já estava em seu terceiro acolhimento em nossa instituição. Seu Zé, pai da menina, em audiência concentrada justificava dizendo que não havia mais nada que ele pudesse fazer, logo, se outra família seria o melhor para a menina, ele, concordava então que a filha fosse para “doação”. Seu Zé já não era mais capaz, nessa altura da audiência, de segurar o nó preso em sua garganta até aquele momento e perguntou ainda, mais uma vez a juíza se poderia visitar a filha depois que fosse adotada. Frente à negativa chorou como uma criança, dizendo para si em voz alta: “eu fiz de tudo que deu pra fazer... tudo... se vai ser melhor para ela”. Quase toda rede de proteção ali presente buscava também silenciar sua impotência, e o próprio choro (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

“A menina teve vontade de mais um abraço e correu, mas o pai já tinha sumido” (ABREU, 2013)

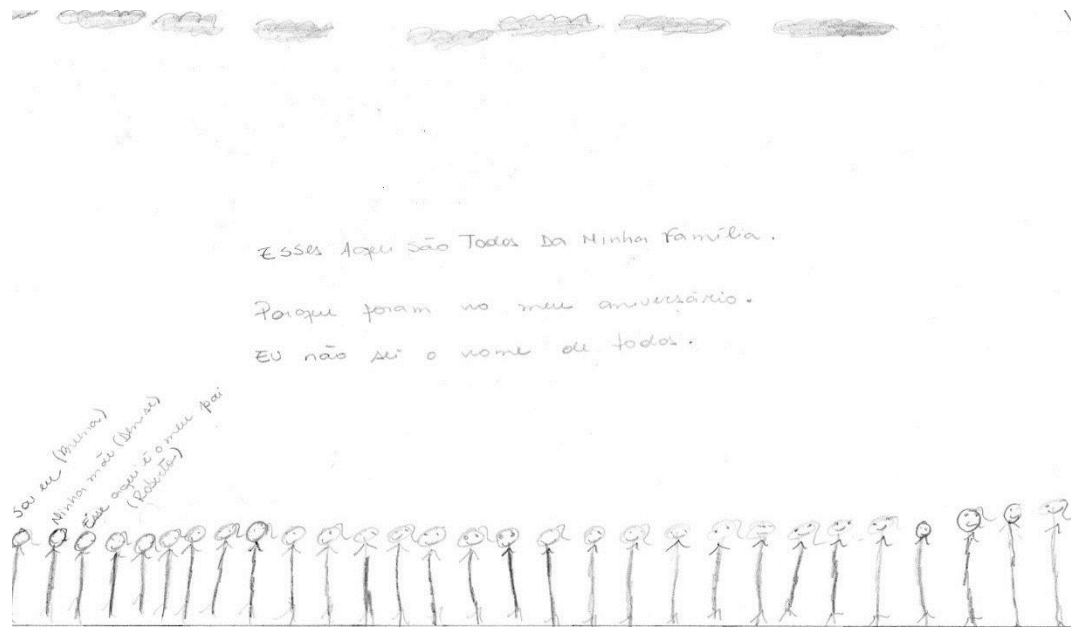
Pela terceira vez a menina foi acolhida. Então, depois dessa audiência foi adotada por um casal que já tinha um filho biológico, um novo irmão para a menina que precisou deixar para traz o pai, a mãe e também irmãos que até então conhecia como seus. O processo foi rápido, urgente, e a menina como nas tentativas de reintegrações em favor das tias paternas fez de tudo para ser devolvida e voltar para o abrigo da instituição (SILVA. Diária de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Nossa menina em seu quarto acolhimento iniciou um novo estágio de convivência com um casal sem filhos e, portanto, não haviam irmãos para substituir aqueles que a menina guardava no coração. Desta vez a mãe e o pai de coração pareciam aceitar a menina do jeitinho mesmo que ela estava e foi tal abertura que fez a menina desejar tentar mais uma vez uma outra experiência de adoção.

Enfim, a legislação da vida compreendeu que o tempo daquela menina era único contrapondo-se as urgências impostas pelo cuidado calculador. Desta vez, o tempo do estágio de convivência foi mais arrastado e no final de 2017, por meio de guarda provisória, a menina fez nascer em seu crescido coração os novos pais que em respeito a seus laços sempre que possível a leva para visitar seus irmãos que estiveram durante todo o tempo bem guardados no fundo do coração da menina (SILVA, Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Diante da história da menina podemos dizer que a experiência de tempo da criança divergiu do tempo imposto pela legislação da vida. A menina, não correspondeu ao tempo dos adultos de sua família de origem ou extensa e, nem tão pouco ao tempo da família substituta cuja colocação foi mal sucedida. A menina só sossegou o coração quando foi aceita como costumava ser, intensa e com um coração cheio de família de origem.

Figura 3 – O grande Coração da Menina



Fonte: A autora

A imposição de um tempo marcado pela legislação da vida promove proteção e cuidado a infância. Contudo, em relação a família de origem composta, quase sempre, por jovens adultos parece realizar uma dupla exclusão quando estes diante das vulnerabilidades vividas ainda perdem os filhos para adoção.

Vento foi criada pela família extensa, sua irmã Lua, conseguiu ser cuidada pelos pais até os 07 anos, quando foram acolhidas pela primeira vez em nossa instituição. As irmãs Vento e Lua, não se conheciam muito bem, uma vez que não cresceram juntas, pois foram separadas entre a família de origem e extensa. A mãe de Vento e Lua, uma jovem mulher, justificou que sofria violência doméstica nas mãos do pai de Vento e por isso, não pode continuar com o mesmo e disse que antes de entregar Vento para os tios cuidarem, já havia entregue a primeira filha, Brisa, aos cuidados da família paterna. A mãe de Vento e Lua, também encontrou no álcool refúgio. Envolveu-se com outro homem que, segundo ela “*não prestava*”, teve um menino que já na maternidade deu para adoção. Foi quando conheceu o pai de Lua, com quem teve mais dois filhos e continuou casada, dizendo ser este o amor de sua vida. Vento ao entrar na adolescência começou a dar trabalho para os tios e, assim foi devolvida para a mãe que alcoolista, passou a praticar maus tratos físicos e psicológicos a filha adolescente que a denunciou a clínica da família que, acionou o Conselho Tutelar, dando início a história de acolhimento desse grupo de irmãos separados, por instituições de acolhimento em decorrência de faixa etária e sexo. O grupo foi acolhido e reintegrado à família extensa e aos pais mais de uma vez sem sucesso. Em atendimento, a mãe contou um pouco de sua história, narrando que sua mãe era “*alcoólatra*” e que viveu em busca de atenção de seu pai, um homem do exército. Contou que como a mãe não era correspondida pelo pai foi ficando desgostosa da vida e se entregou a bebida até morrer. A mãe do grupo de crianças acolhidas, falava que costuma procurar manter contato com o pai em ocasiões como aniversário e final de ano, mas que este, assim como fez com sua mãe, também não a procura. Diante desse processo de acolhimento dos filhos, a mãe foi encaminhada para ser

acompanhada pelo CAPSad pela justiça, mas rompendo com o tratamento algumas vezes, parecia realizá-lo como medida compulsória. A mãe das crianças acolhidas, contava que não estudou e nunca trabalhou de modo formal, repassou a familiares os cuidados de duas filhas, entregou um filho para adoção e viu quatro de seus filhos, Vento, Lua, Antônio e Danilo serem acolhidos. Danilo nasceu durante o último acolhimento de Vento, Lua e Antônio e foi direto da maternidade para o abrigo de uma instituição de acolhimento para bebês. A visitação dos pais foi suspensa em agosto de 2017, e em atendimento em nossa instituição, os pais disseram que iriam recorrer da decisão da justiça quantas vezes fosse preciso. Lua aos 11 anos, seguiu separada dos irmãos apesar do relatório psicossocial ser contrário em manter a separação do grupo entre famílias substitutas. Lua foi adotada em janeiro de 2018. Antônio e Danilo, iniciaram estágio de convivência com outro casal, segundo a psicóloga do abrigo que acolheu os meninos (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Nesse sentido, compreendemos a importância de se fazer valer o que prevê os documentos que orientam os serviços para que se evite o desmembramento de grupos de irmãos – situação que ainda persiste, não só por questões de gênero ou faixa etária restrita de algumas instituições de acolhimento, mas ainda pela impossibilidade de colocação de numerosos grupos de crianças em uma única família substituta.

A Lei nº 12.010 (2009) reforça a necessidade da preservação dos vínculos familiares e fraternais, declarando que “os grupos de irmãos serão colocados sob adoção, tutela ou guarda da mesma família substituta, ressalvada a comprovada existência de risco de abuso ou outra situação que justifique plenamente a excepcionalidade de solução diversa, procurando-se, em qualquer caso, evitar o rompimento definitivo dos vínculos” (BRASIL. Lei nº 12.010, 2009, art. 28).

Embora a atual legislação assegure para que não ocorra mais a colocação voluntária da criança em instituições de acolhimento, o abandono da infância retrata um horizonte marcado por questões sociais mais amplas.

Júnia (09 anos), Juçara (09), Camila (06) e Ana (04), foram acolhidas em nossa instituição. Seus irmãos Júlio (14 anos), Francisco (12 anos) e Alice (02 anos) acolhidos em Família Acolhedora. Segundo guia de acolhimento, o motivo fala de abandono de pais ou responsáveis. O grupo de irmãos, filhos do mesmo genitor, foram abandonados pela mãe durante o carnaval sob os cuidados da avó materna. A avó alegando cansaço diante da situação dos netos entregou as crianças e o adolescente a Vara da Infância e Juventude, alegando que não teria condições de prover o sustento dos netos. Diante da história de acolhimento e reintegrações mal sucedidas a favor da família de origem, a juíza decidiu por reintegrar as crianças em famílias substitutas. O numeroso grupo, separados por serviços de acolhimento, assim permaneceram quando reintegrados as famílias substitutas uma vez que, dificilmente se consegue uma única família capaz de adotar todas as crianças juntas (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro. 2013-2018. Manuscrito).

Apesar do abandono e entrega de crianças serem recorrentes na história brasileira, as famílias de origem das crianças que fazem a experiência de acolhimento institucional pouco são mencionadas em estudos sobre a questão da separação dos filhos. Segundo

Gere (1994 apud FREITAS, 2014, p. 43) as famílias permanecem na invisibilidade sendo raramente acompanhadas após a destituição da criança. Escassas são as publicações e estudos acerca dos desdobramentos da perda da guarda dos filhos junto a tais famílias em curto, médio e a longo prazo.

Em estudo de caso por telefone com uma psicóloga da Vara da Infância, a mesma dizia se sentir mobilizada pelas histórias que ocasionam o acolhimento da criança. Contou que o contato que tinha com as famílias de origem era breve durando apenas, quase sempre, o tempo de um único atendimento. Logo, voltar a ter notícias da família era algo raro, reconhecendo, portanto, que as equipes dos abrigos eram as que mais tinham a oportunidade de contato com as famílias das crianças. Para a psicóloga atuar junto a Vara da Infância, analogicamente, era como trabalhar em uma emergência hospitalar (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Tematizar a experiência de tais famílias guarda sua relevância uma vez que, não se percebe ações efetivas por parte do Estado junto ao âmbito da educação e saúde, por exemplo. Se tais acessos fossem igualitários, talvez hoje após 29 anos de Estatuto (1990), fosse possível sentir o sabor do advento do novo e, assim, a infância teria resguardada a dignidade de sua existência face a um contexto social mais consciente. No entanto, a população em questão permanece à margem de tais políticas desde que nascem e com isso, perde-se a oportunidade de ampliar seu cuidado próprio e poder-ser.

O abandono ou entrega da criança ao poder judiciário se reafirma mais uma vez em nosso contexto. O fenômeno da colocação voluntária da criança em lares de terceiros ainda resiste em cidades do interior do Brasil ou ainda em interiores das grandes favelas da cidade, onde o poder público não consegue acessar seja pela falta de vontade política ou mesmo pelo impedimento de poderes paralelos presentes em tais territórios.

Maju foi resgatada de sua vulnerabilidade por intermédio da escola. A criança vivia ao lado de sua família que tinha envolvimento com atividades ilícitas. Após seis meses de acolhimento institucional foi reintegrada em uma família substituta. Contudo, não sabemos o que aconteceu com Blanca, sua irmãzinha que continuou no interior da favela ao lado da mãe (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Segundo Melo<sup>15</sup> a vulnerabilidade enfrentada pelas famílias tem colaborado com o atual processo de adoção de “órfãos de pais vivos” em todo Brasil. Experimentamos certo assombro ao conjecturar a possibilidade do cálculo face a tais processos, uma vez

---

<sup>15</sup> MELO.M.M.L. Adoção: ATO DE AMOR OU FALTA DE OPÇÃO? Artigo não publicado. A autora é graduada em Serviço Social. Religiosa e ex-diretora da instituição de acolhimento, onde atuamos na cidade do Rio de Janeiro.

que consolida a colocação da criança e do adolescente que nasceram “no berço da pobreza”, em famílias substitutas de modo “definitivo e irrevogável”.

§ 1º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar e institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada seis meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta lei.

§ 2º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de dois anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Art. 19. Estatuto da Criança e do Adolescente, 2015: 22. Grifo nosso).

Desde a promulgação do Estatuto (1990) os processos de adoção foram ainda mais facilitados pelo caráter provisório do abrigo das instituições de acolhimento conforme prevê o art. 43: “a adoção será deferida quando apresentar reais vantagens para o adotando e fundar-se em motivos legítimos”. Portanto, cabe à Justiça, a decisão final quanto ao melhor interesse da criança acerca de sua reintegração familiar.

O Estatuto (1990) que já havia sido alterado pela chamada Nova Lei de adoção 12.010 (2009), sofreu sua segunda alteração pela Lei nº 13.509 (2016) que altera o tempo da medida protetiva expressa no art. 19 que passou a dispor em seu 1º parágrafo que a situação seja reavaliada a cada três meses, e no 2º, que o acolhimento não deva prolongar-se por mais de 18 (dezoito) meses.

Embora a pobreza não configure motivo legal suficiente para que se dê o acolhimento institucional da criança, cotidianamente, por meio de nossa experiência, constatamos tal correspondência. A falta de recursos não só material, ainda circunstância a dificuldade enfrentada pela família quanto ao poder de exercer o cuidado de suas crianças, embora, o cenário indique que o cuidado da família devesse ser o caminho mais apropriado para o cuidado da criança.

Júlia (11 anos) passou a ser acompanhada pela Vara da Infância em decorrência de um suposto quadro de anorexia. Após ter sido hospitalizada a justiça foi acionada e uma dinâmica familiar estressante para a criança foi revelada. Por determinação da justiça, a criança foi encaminhada para acompanhamento em CAPSI e pelo Serviço de Proteção Social Básica e fortalecimento de vínculos também ofertado por nossa instituição. A aposta em nosso serviço visava que a menina pudesse entrar em contato com outros mundos, mas tal estratégia não funcionou, permanecendo a criança por pouco tempo inscrita em nosso projeto. A situação de saúde de Júlia era delicada, mas em momento algum a menina correu risco de acolhimento institucional. A família de Júlia não carecia de recursos financeiros, a menina era filha de pais doutores e de avós professores.



Portanto, a desordem da família de Julia era de outra ordem (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

O Estatuto (1990) trata a questão dos maus-tratos físicos ou psicológicos como um problema de saúde que segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), não se define apenas por meio da ausência de doença, mas seria um estado de completo bem-estar. Seguindo essa trilha, as suspeitas de maus-tratos contra a criança devem ser notificadas aos Conselhos Tutelares como um dos caminhos possíveis para a requisição de serviços, confirmação de denúncias e providências priorizando a doutrina do melhor interesse da criança frente a compreensão que se tem de que a mesma é um ser peculiar e em desenvolvimento. No caso de Júlia tivemos notícias de que a menina continuou sendo acompanhada pelo CAPSI, pela Vara da Infância e Juventude e ao lado de sua família de origem.

Para nós a questão dos maus-tratos é um acontecimento histórico, como verificamos até aqui, podemos afetar a criança não só no âmbito da família de origem, mas ainda na comunidade, em instituições de acolhimento e até mesmo no seio da família substituta.

Desde que iniciei minhas atividades junto à instituição de acolhimento, o Grupo de irmãs Joana, Maria e Ana, foi o primeiro caso de orfandade que acompanhei. O pai faleceu em 2016, em decorrência de traumatismo craniano, a mãe faleceu em 2017, depois de perder a luta para o câncer de colo de útero. Depois do falecimento da mãe, o grupo de 06 irmãos, a mais velha com 18 anos (Denise que já é mãe de uma menina) e o caçula com 11 meses, foram distribuídos entre familiares e vizinhos. As crianças moravam com os pais em uma favela da cidade do Rio de Janeiro, mas foram acolhidas pela justiça que recebeu uma denúncia de que as crianças estariam sendo negligenciadas após o falecimento da mãe. Realizaram busca e apreensão do grupo que seguiram separados, desta vez, entre instituições de acolhimento por questões de gênero e faixa etária. O grupo que acolhemos foi reintegrado a uma prima da mãe das meninas. No dia da reintegração Maria de apenas 04 anos estava assustada, pois havia estado com sua nova guardiã apenas por duas vezes. As meninas foram acolhidas em julho de 2017 e reintegradas em setembro do mesmo ano a família extensa. Na semana seguinte a reintegração do grupo em favor da família extensa, Denise, irmã mais velha nos procurou para obter maiores informações das irmãs reintegradas a prima da falecida mãe. Denise estava nervosa diante da decisão judicial favorável a prima: *“perdi meu pai, perdi minha mãe, agora estou perdendo minhas irmãs, só porque a gente mora em um lugar perigoso!?! Bala perdida qualquer um pode levar na cara, na rua, em qualquer lugar”* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

A Lei nº 12.010 (2009) determina que somente em casos excepcionais os candidatos a pais não terão que passar pelo cadastro nacional de adoção, quando for pedida por parente com o qual a criança tenha afinidade ou quando o pedido for de família que já detém tutela. No entanto, o que determinou a reintegração das meninas em favor

da prima, apesar da falta de vinculação entre as partes, foi a fragilidade que ainda circunstanciava Denise, irmã mais velha do grupo da qual não voltamos a ter notícias depois do desligamento de suas irmãs de nossa instituição.

Segundo o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC, 2007, p. 7), reordenar as instituições de acolhimento significa reorientar as redes públicas e privadas de atendimento a infância a uma perspectiva em que a família deva ser considerada como unidade básica para a atuação da ação social deixando, desta maneira, de acolher a criança de modo isolado e apartado de seu contexto de origem.

Acolher a criança em serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade deveria significar para além da protetiva da criança, o cuidado ainda dos processos de exclusão social que enveredam suas famílias. No caso de Denise a rede foi insuficiente e deixou escapar o acompanhamento da jovem uma vez que, suas irmãs foram reintegradas em favor da família extensa que residia em outro Estado. Denise com 18 (dezoito) anos completos foi descartada diante da perspectiva desenvolvimentista que no lugar de libertar, aprisiona o sujeito.

Reencontrei Giulia nos corredores do fórum em um dia de audiência concentrada em abril de 2018, assim que chegamos e tentávamos acomodar o atual grupo de meninas acolhidos. Giulia, reconhecendo-me veio ao meu encontro e eu, após alguns segundos revisitando a memória, reconheci a menina de 07 anos que hoje habitava o corpo de uma adolescente prestes a completar 17 anos. Giulia, fez parte do primeiro grupo de meninas que tive a oportunidade de atender assim que iniciei as atividades junto a instituição. Logo, sua história me invadiu e começamos a conversar e atualizar notícias como velhas conhecidas. Giulia me perguntava sobre as freiras de seu tempo, e eu apresentava a atual configuração das religiosas da instituição. Giulia contava que estava morando em Família Acolhedora e que depois de algumas tentativas frustradas de ir morar com sua irmã, motivo que a impediu de abrir-se para uma possibilidade de adoção internacional na ocasião que esteve acolhida em nossa instituição, havia desistido de continuar tentando ir morar com a irmã. Encontrava-se no fórum para ver a possibilidade de fazer um intercâmbio de um mês no Canadá dizendo que precisava aproveitar para se qualificar enquanto podia contar com o amparo da juíza, pois sabia que todo ficará mais difícil depois que completasse 18 anos (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Diante da ampliação do cuidado pela legislação vigente, a família passa a ser concebida como lugar em sanar as necessidades de proteção das crianças e dos adolescentes, mas sabemos que na realidade não é o que acontece.

As famílias têm o direito de receber orientação sócio familiar e acesso a serviços públicos de apoio. As crianças e os adolescentes devem ser acolhidos em residências ou unidades pequenas, e não em grandes instituições. O atendimento deve ser feito em pequenos grupos. Os irmãos devem permanecer juntos. O encaminhamento para as unidades deve ser de caráter excepcional e provisório. As transferências de abrigo devem ser evitadas. Os atendimentos

passam a ser personalizados. Os recursos públicos da comunidade do entorno das unidades de acolhimento passam a ser utilizados para assegurar saúde, educação, cultura e lazer. As unidades de acolhimento devem estimular e favorecer a convivência familiar e comunitária (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2016).

Os desafios que se impõe ao nosso contexto são inúmeros e solicita atenção e disposição afetiva, em especial, das equipes técnicas compostas por psicólogos e assistentes sociais que atuam junto ao Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente<sup>16</sup>.

A intenção de outros modos de relação junto aos serviços de acolhimento para criança chega por meio da proteção, da saúde e da educação, cuidados fundamentais para a dignidade da existência de qualquer criança (art. 7º do Estatuto, 1990). Apostamos que o caminho deva ser iluminado por tais garantias, logo, faz-se necessário tematizar o cuidado calculado face as urgências de agir, para que possamos caminhar na direção do advento de um “novo enraizamento” (HEIDEGGER, 1955, p. 25), assim consideramos que possamos exercitar junto aos âmbitos institucionais um cuidado mais meditativo.

A perda do enraizamento não é provocada somente por circunstâncias externas e fatalidades do destino, nem é o efeito da negligência e do modo de vida superficial dos Homens. A perda do enraizamento provém do espírito da época no qual todos nós nascemos (HEIDEGGER, 1955, p. 17)

“Portanto, urgente se faz a pausa para escutar e corresponder ao que solicita passagem. Urgente para nós é dar atenção ao cuidado da criança, mais ainda ao dos adultos que hoje educam as crianças” (JOBIM, 2018).

Se cada caso de acolhimento é único, se o que se pretende com o reordenamento previsto pelos documentos legais, em especial, pelas “Orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes (2009)”, é que possamos ultrapassar sedimentações históricas contextualizando tais orientações a “realidade cultural e local” de cada Município é preciso dialogar para que tais parâmetros ampliem e não engessem os serviços que por ventura já são ofertados.

---

<sup>16</sup> O Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente é um conjunto articulado de atores sociais e instituições que atuam para efetivar os direitos Infante juvenil. Fazem parte desse sistema: a família, as organizações da sociedade – instituições sociais, associações comunitárias, sindicatos, escolas, empresas – os órgãos e serviços dos diferentes sistemas – SUS, SUAS – os Conselhos de Direitos, os Conselhos Tutelares e as diferentes instâncias do Sistema de Justiça – Ministério Público, Juizado da Infância e da Juventude, Defensoria Pública – e do Sistema de segurança Pública. O Sistema de Garantia de Direitos é composto por três eixos: promoção – responsável pela formulação de políticas públicas; defesa – responsabilização do Estado, da sociedade e da família; controle social – espaço da sociedade civil articulado em fóruns, frente e pactos.

Adaptado à realidade e cultura local, o presente documento deverá nortear a organização, no país, dos diversos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e das repúblicas para jovens. Em nenhuma hipótese, todavia, esses parâmetros deverão representar perda da qualidade dos serviços de acolhimento atualmente prestados nas diversas localidades, sendo permitidos arranjos distintos quando estes representarem maior qualidade no atendimento ofertado (BRASIL. Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, 2009, p. 18).

Assim, acreditamos que a questão que nos constrange quando mencionamos a possibilidade de uma escuta clínica junto ao âmbito da instituição de acolhimento, dar-se pela leitura técnica que, historicamente, engessam as práticas de escuta restringindo tal cuidado a parâmetros preconcebidos. No entanto, recorrendo a noção de cuidado em Heidegger (1927) esperamos que seja possível dizer, simultaneamente, sim e ainda não (HEIDEGGER, 1955) a técnica (HEIDEGGER, 1953) que normatiza o fazer em nosso horizonte.

Assim, reafirmamos a possibilidade de uma escuta indissociável da clínica junto ao âmbito da instituição de acolhimento para meninas onde atuamos e realizamos a pesquisa da tese uma vez que, ao chegarmos ao campo, orientados por uma abertura prévia, iniciamos tal cuidado junto ao contexto.

Se buscarmos exercitar uma relação de cuidado mais livre podemos ainda, contribuir por meio de nossa afinação com um cuidado mais meditativo. Assim, esperamos sustentar o diálogo com o cuidado calculador não para contradizê-lo, pois seríamos ingênuos se dele prescindíssemos radicalmente, entretanto, compreendemos que não podemos restringir nossa lida sem antes tematizar o cotidiano.

Nesse sentido, pretendemos tematizar ao longo da pesquisa um cuidado mais meditativo por meio de nossa escuta reunida junto ao campo da instituição de acolhimento, contudo, por ora anunciamos que a restrição provocada pela técnica nos reconduziu a abertura que cada caso de acolhimento carrega consigo. Portanto, o acolhimento de cada criança é único e assim, problematizamos o encurtamento da experiência cotidiana do campo por meio de atmosferas que historicamente padronizam o cuidado da infância em acolhimento.

### 1.3 - Proteção Social de Alta Complexidade: Campo que Reuniu e Afinou o Nosso Cuidado

“O mundo inteiro é tudo o que se encontra à nossa volta agora.”  
(SCANLON & FRAZEE, 2013)

Logo que um campo se abre o cuidado também acontece...

Atuamos em uma instituição que guarda uma história face a sua data de fundação, que marca 20 de janeiro de 1932. Foi fundada por um comendador e um grupo de empresários da cidade do Rio de Janeiro, em um tempo que a colocação voluntária de crianças em instituições de acolhimentos era permitida.

Lá fora estava um dia que a menina não conhecia. Tinha só uma nuvem grande, pesada. Soprou um vento de amarrotar. E se ele nunca voltar? --- Nunca... Nunca... --- a menina escutava o vento soprar. E foi assim que, pela primeira vez, ela amarrotou. Andava por lá toda cinza. Sentia uma coisa, não sei o que. A menina não sabia. Tristeza não era. Nem braveza. Não era raiva nem nada. Era uma falta. Um buraco sei lá onde, bem dentro. Do buraco nasceu a cisma de ver. O que tinha do outro lado? Será que encontrava o pai e mandava embora o vento? (ABREU, 2013, p. 15-21).

Atualmente, Linda (28 anos) está de volta ao orfanato, porém não mais como menina acolhida, mas como funcionária da secretária da instituição. Formou-se em direito e está prestes a se casar. Quando ainda era menina, o pai buscou o juizado de menores para saber como poderia proteger os numerosos filhos da fome. Linda e os irmãos foram acolhidos e passaram por alguns anos de suas infâncias em âmbitos institucionais. De alguns desses espaços, Linda, não guarda boas memórias, pois ao lado dos irmãos apanhava e ficava de castigo. Entre transferências institucionais chegou ao orfanato e pelas freiras, Linda, foi cuidada no tempo de sua infância. Nos finais de semana nem mais queria passar com o pai, preferia ficar no abrigo do orfanato. Surgiu uma oportunidade de adoção internacional ao lado das irmãs, mas por amor aos irmãos meninos, as meninas não aceitaram o casal italiano. Após algum tempo, unidos todos foram reintegrados ao pai que conseguiu uma casa com a ajuda do casal italiano. Linda narra que se pudesse escolher continuaria morando com as freiras e, por isso precisou ser enganada pela assistente social da época para voltar a casa do pai em um certo final de semana de modo definitivo. Assim, Linda passou a visitar o orfanato sempre que podia e se dizia filha de uma das freiras. Da mãe biológica pouco fala, mas diz que voltaram a ter contato. Conta que tudo começou quando a mãe saiu para comprar leite e nunca mais voltou deixando

ela e seus irmãos com fome. Hoje narra que compreende a mãe que não aguentava mais apanhar de seu pai, no entanto, parece-nos que ainda guarda certo ressentimento ao dizer que foi deixada para traz com fome. Feliz, outro dia comentou ter encontrado nos arquivos da instituição um de seus desenhos do tempo de menina (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Aninha, hoje com 75 anos, conta que foi morar em uma instituição em Recife aos 17 anos. Filha única e órfã de pai e mãe, foi cuidada durante um tempo pela madrinha que faz questão de frisar que a batizou na igreja. Contudo, Aninha, narra que preferiu deixar a casa da madrinha e ser acolhida pelas freiras depois que a madrinha “*contraiu matrimônio*”. Aninha conta que soube mais tarde que também a madrinha e seu esposo faleceram. No colégio, com as religiosas estudou até a terceira série, mas não deu continuidade aos estudos quando veio para o Rio de Janeiro com algumas freiras para trabalhar no orfanato. Perguntamos a Aninha se lhe ocorreu em algum momento continuar os estudos, casar, deixar o orfanato para trabalhar em outro lugar ou até seguir a vida religiosa, Aninha que trata as pessoas por senhor e senhora, com um sorrisinho no rosto e outro no olhar respondeu com suavidade: “*nunca pensei não senhora*”. Agradecida pelo interesse voltado a sua história disse que talvez, fosse bom conversar mais um pouquinho outra hora. De vida social limitada, restringe-se ao convívio com as pessoas que o âmbito institucional lhe oferece uma vez que, ao longo da vida, dedicou-se exclusivamente ao trabalho no orfanato. Desvela-se, quase sempre de maneira silenciosa e respeitosa. De saúde frágil, apresentou alguns problemas e pelas freiras foi cuidada. Em dezembro de 2017, passou por um procedimento cirúrgico delicado, ocasião que disse com serenidade que estava pronta para deixar essa vida. Sobreviveu para continuar sua rotina existencial, logo cedo se levanta para fazer o café do qual se orgulha dos elogios que recebe pelo saboroso café, ajuda cortar verduras e legumes para o almoço e seca as louças depois das refeições das 12 horas, à tarde dorme um pouco, mas logo se levanta para passar um cafezinho fresco para os funcionários. Por ordem médica caminha um pouco na quadra da instituição e segue à risca todas as prescrições. Dorme cedo junto com as meninas acolhidas e, assim, agradece a Deus pela vida de cada dia. Atualmente, passou a sair para passar alguns finais de semana com a família de nossa recepcionista e assim, parece que Aninha está em um modo de “apadrinhamento afetivo”. Gostamos de pensar que família é coisa de coração, e coração é parte da gente que só faz crescer ao longo da vida (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Para além das experiências acima descritas, encontramos em “Adoção: ato de amor ou falta de opção? ”, artigo não publicado de Melo<sup>17</sup> o depoimento da religiosa, assistente social e ex-diretora da instituição, que nos traz uma pouco de sua experiência anterior a nossa junto ao campo onde realizamos a pesquisa da tese.

Em abril de 2002, foi acolhida a criança Laura no Orfanato. A mãe Diana com quatro filhos trabalhava como diarista e recebia doações de amigos e vizinhos. Quando a mesma ia trabalhar levava Laura para o local de trabalho, na época com quatro anos. A “patroa” de Diana era professora e na escola em que trabalhava estudavam cinco crianças do Orfanato. Ela orientou Diana a procurar o Conselho Tutelar para abrigar (o acolhimento institucional) a filha, assim ela teria mais tempo para o trabalho [...]. A mãe procurou o Conselho Tutelar contou sua história e em seguida foi realizado o acolhimento institucional. Laura passou três anos na instituição, foi reintegrada à família em dezembro de 2005, passando a participar do Programa de Atendimento Dia da instituição, em janeiro de 2006. Entretanto, nem sempre as histórias das famílias que passam pelas instituições brasileiras têm esse “final feliz.” [...] A colocação voluntária dos filhos em instituições (abrigos) no Brasil atual ocorre em exemplos como o de Roberta que chorou quando a mãe lhe disse: "Depois mamãe vem te buscar, aqui é melhor para você filha, vai com a Irmã. Você vai ficar perto de sua amiguinha Laura, que já está aqui e sexta-feira te pego para passar o final de semana comigo". [...] Roberta passou quatro anos no Orfanato e neste período, poucas vezes recebera a visita da mãe (MELO em Adoção: ato de amor ou falta de opção?).

A história do orfanato começa com sede no bairro da Tijuca em 1932. A iniciativa visava dar abrigo a filhas de funcionários que não tinham com quem deixar suas meninas para trabalhar. Nos anos 1960, a sede foi transferida para outro bairro da cidade do Rio de Janeiro por motivações que não conseguimos desvelar. No início dos anos 2000, soubemos que o grupo de empresários que fundou o orfanato, face aos ventos trazidos pela nova legislação, transferiu em definitivo a responsabilidade legal da instituição a congregação religiosa, que até então auxiliava com os cuidados das meninas acolhidas.

---

<sup>17</sup> MELO.M.M.L. Adoção: ATO DE AMOR OU FALTA DE OPÇÃO? Artigo não publicado. Graduada em Serviço Social e aluna do curso de pós-graduação da Universidade Veiga de Almeida. Religiosa da Congregação e ex-diretora do Orfanato situado na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

Figura 4 – O Orfanato 1932



Fonte: Foto retirada do Plano de Ação - Ano 2016

O início das atividades da instituição, sendo anterior a promulgação do Estatuto (1990), bem como a suas leis correlatas sugere que o campo institucional precisou reorganizar suas atividades em consideração a nova vigente legislação. Assim, nossa prática de cuidado situava-se em meio aos processos de reordenamento.

Após a transferência do orfanato nos anos 60 para o atual endereço, encontramos bem conservadas características de uma grande instituição do passado, bem como a preservação da palavra orfanato no estatuto e na fachada do imóvel. Desta maneira, contraria-se as orientações técnicas que chama a atenção do serviço em tempos de fiscalizações do Ministério Público.

Na entrada do imóvel permanece a identificação do tipo de serviço ofertado, como já assinalado pela equipe técnica do MPRJ em vistorias anteriores, o que pode vir a contribuir para a estigmatização e segregação das crianças atendidas. Ademais estaria em desacordo com as normativas vigentes (RELATÓRIO TÉCNICO DA PSICOLOGIA DO MPRJ, 2015, p. 4, grifo nosso).

Acerca da descrição do serviço na fachada, a instituição costuma justufucar que diante da falta de verba pública, precisa manter a indicação da natureza do serviço, uma vez que sobrevive de doações, eventos, trabalhos voluntariados e parcerias não governamentais, reafirmando, desta maneira, a necessidade de dar visibilidade aos serviços prestados.

Em sua história, o orfanato já chegou a acolher aproximadamente 80 (oitenta) meninas, mas atualmente oferece acolhimento institucional para 10 (dez) crianças entre 4 (quatro) e 10 (dez) anos de idade através do Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, e pelo Serviço de Proteção Social Básica e Fortalecimento de Vínculos



que atende diariamente no contra turno escolar, aproximadamente, 80 (oitenta) meninas na faixa etária de 4 (quatro) a 12 (doze) anos de idade.

Cabe ressaltar que a instituição em tela mantém o perfil limitado (faixa etária/sexo) para o público atendido no serviço de acolhimento, e não há flexibilidade para acolher grupos de irmãos quando há crianças de sexo masculino (RELATÓRIO TÉCNICO DA PSICOLOGA DO MPRJ, 2015, p. 3, grifo nosso).

A justificativa apresentada pelo orfanato em tempos de vistoria do Ministério Público, diz que o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) está voltado para o trabalho com meninas desde que suas atividades tiveram início nos anos 30, ou seja, se ocorrem desmembramentos de grupos de irmãos, seria anterior ao acolhimento da menina pela instituição, uma vez que, atualmente para acolher se faz necessária a expedição de guia de acolhimento pela Vara da Infância e Juventude. Em tais ocorrências, argumenta a diretora: “a menina deveria ter sido encaminhada para a mesma instituição que acolheu seus irmãos” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Quando não há suspensão de visitas por determinação judicial, e ocorre separação de grupos de irmãos entre instituições de acolhimento por restrição de gênero ou faixa etária, as equipes técnicas se esforçam para manter a vinculação entre irmãos através de visitas programadas. A menina acolhida por nossa instituição costuma ser levada para encontrar os irmãos a cada quinzena, e aguarda que a instituição que acolheu os meninos ou crianças menores de quatro anos, as tragam para visita-la no orfanato. Contudo, tal articulação entre a rede protetiva, quase sempre, é frágil e assim, grupos numerosos de irmãos acabam sempre sofrendo de alguma maneira com a separação.

Figura 5 – O Orfanato pela Menina



Fonte: A autora

<sup>18</sup> Desenho da instituição de acolhimento feito por menina de 10 anos, acolhida com as irmãs, segundo guia de acolhimento, por negligência.

Nesse sentido, técnicos do MPRJ por meio de fiscalizações que acontecem a cada seis meses, reiteram a instituição quanto a importância de reordenar alguns de seus processos de trabalho.

Para além das questões da identificação do serviço na fachada, restrição de gênero e faixa etária ainda não flexibilizada, em 2011, recebemos um ofício, que considerava o relatório técnico social e psicológico da equipe do MPRJ, que recomendava que a instituição melhorasse a qualidade de seu atendimento por meio da reforma de espaços, flexibilização dos horários de visitas, remanejamento de funcionários ou contratação de novos, revisão quanto ao uso de uniforme pelas meninas acolhidas, aprimoramento da articulação com a rede e ainda,

- h) Que haja 1 psicólogo e 1 assistente social cumprindo, no mínimo, 30 horas semanais, para atender até 20 crianças/adolescentes, exclusivamente, do programa de acolhimento, ressaltando que a existência desses profissionais não exclui a figura do coordenador do programa;
- o) Articulação com a rede pública e/ou privada (CAPS, Universidades, clínicas de psicologia com atendimento social) para atendimento psicoterapêutico às acolhidas. (Ofício 11ª PJIJ nº --/2011, grifo nosso)<sup>19</sup>

Desta maneira, contando com uma parceria multinacional que esteve situada no Brasil até 2016, a instituição conseguiu reformar espaços e ainda obter financiamento para o pagamento de parte da folha de funcionários. Foi assim, que no final de novembro de 2011, chegamos ao âmbito institucional.

Durante um ano e quatro meses (antes da contratação como celetista), que ocorreu em maio de 2013, três vezes por semana recebendo pouco mais de um salário mínimo e almoço no local, atuamos junto ao campo por meio de prestação de serviço e assim, tal cuidado foi possível de ser abraçado graças à renda complementada pela prática clínica em consultório particular.

Como celetista foi preciso pegar carona no sindicato dos assistentes sociais acerca da jornada de trabalho e base salarial, uma vez que o sindicato dos psicólogos ainda caminha nesse sentido. Adequada a jornada de trabalho de 30 horas semanais e recebendo a mesma base salarial da assistente social, passamos a compor a única equipe técnica de referência da instituição<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da Comarca da Capital (Matéria Não-Infracional) – Núcleo Jacarepaguá e Cidade de Deus.

<sup>20</sup> “Os parâmetros para a composição mínima da equipe técnica dos serviços de acolhimento foram estabelecidos pela NOB-RH/SUAS, a qual define que a equipe de referência dos serviços de acolhimento deve ser formada por psicólogo e assistente social. É importante que sejam agregados à equipe mínima profissionais com diferentes formações, compondo uma equipe interdisciplinar” (Orientações Técnicas, 2009: 70).

Voltando ao início das atividades, lembramos que na época, sem maiores esclarecimentos acerca dos documentos legais vigentes que norteiam as práticas dos serviços de acolhimento, recebemos uma sala nova cuidadosamente preparada para o atendimento psicológico das meninas. Pelas religiosas, foi concedida liberdade para elaborar e apresentar um plano de trabalho e assim, enquanto aguardávamos por um certo enraizamento junto ao campo, seguimos algumas pistas que o próprio campo doava.

Logo, afetações técnicas vieram ao nosso encontro e um certo incomodo forçava nossa atenção para um certo modo de cuidado calculado, que ora correspondia as meninas do Serviço Social Especial de Alta Complexidade, ora precisa dizer sobre as meninas do Serviço de Proteção Social Básica, público alvo e exclusivo da multinacional que financiava parte do pagamento de nossos salários.

As capacitações que visavam orientar as práticas voltadas ao Serviço Social Especial de Alta Complexidade, logo vieram ao nosso encontro através da aproximação com as histórias de acolhimento das meninas que exigiam pesquisa, levante de informações em prontuários do serviço social e leituras de relatórios técnicos emitidos pela rede de proteção. Vários estudos de caso foram realizados com a assistente social da instituição e com a diretora, que sempre compartilhavam situações que envolviam as histórias das atuais meninas acolhidas, bem como relembavam histórias de meninas que já haviam sido desligadas da instituição.

Iluminados por uma abertura prévia e buscando sustentá-la, recorreremos a lembrança de cuidados anteriores a nossa chegada ao campo. Tal exercício apontava um caminho que à medida que ia sendo percorrido auxiliava na lida atual junto a instituição.

Desta maneira, a relação com o campo ia sendo estabelecida. As conversas livres com os demais funcionários no balcão da cozinha durante um cafezinho ou através dos encontros que aconteciam pelos espaços em comum da instituição, revelavam algumas queixas acerca das meninas atendidas pelo serviço, como diziam ainda dos processos de trabalho.

As demandas dos adultos guardavam íntima relação com os processos de trabalho, logo através das queixas, compreendíamos que também os adultos careciam de cuidado, no entanto, tal escuta pouco avançou em reflexão, uma vez que a dinâmica institucional proporcionava poucas pausas cotidianas para se cuidar de quem cuida.

Já com as meninas acolhidas, naquele momento, como nós é que estávamos chegando, logo, sendo acolhidos, o encontro foi pontuado por curiosidades de umas “vem, vamos na sua sala para a gente conversar um pouquinho” (Ranna, 6 anos), e de outras

desconfianças: “tia não tenho nada para falar, já disse tudo que tinha para falar com a outra tia” (Daniela, 12 anos). (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

A atenção foi se ampliando e pela perspectiva do adulto fomos conhecendo as famílias das meninas e suas histórias. Pelo serviço social fomos apresentados a realidade das visitas domiciliares e assim, atuamos ao lado de peritas designadas pelo juízo para avaliação de determinado caso além dos estudos com a equipe técnica do fórum que antecedia a cada audiência concentrada que passamos a ter de participar.

Figura 6 – Dia de Audiência Concentrada



Fonte: A autora

O momento de escrever os primeiros relatórios psicossociais chegou e com ele o angustiante parecer técnico, que buscava auxiliar a juíza na decisão da reintegração da menina a família de origem, extensa ou substituta.

Até aqui o campo de realização da instituição foi se descerrando sem maiores surpresas, apesar das mobilizações experimentadas diante de um novo acolhimento de menina, ou em tempos de audiências concentradas quando o sofrimento pesava mais no coração de cada menina.

A menina escutava o vento soprar.  
E amarrotava ainda mais.  
Mesmo com tanto Nunca na cabeça ela seguiu curiosa até a beirada do fim do lado de lá. Se esticava toda. Pensava em sanfona que enche e ar e... ia e vinha, ia e vinha, ia e... (ABREU, 2013: 23-25).

Também à flor da pele e com o coração aflito, sentíamos que o cuidado próprio exigia atenção assim, inicialmente, recorreremos a psicoterapia pessoal e posteriormente, a

pesquisa acadêmica (em 2013), uma vez que a lida diante da legislação da vida clamava por pausas para pensar as urgências de agir.

Assim, o ano de 2013, pelo vigor do processo de reordenamento, fez a instituição entender que era preciso promover pausas para reuniões de funcionários, uma vez que todos deveriam compreender que para atuar na proteção da criança acolhida, deveríamos exercitar o papel de educadores.

Logo, a instituição financiada pela iniciativa privada promoveu palestras para os funcionários com profissionais convidados, além de inscrever a equipe técnica e educadoras/cuidadoras, em capacitações promovidas pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescentes (CMDCA-Rio).

Face ao reordenamento, tais capacitações foram importantes para o nosso entendimento, uma vez que situou o campo institucional dentro de uma rede mais ampla de proteção e cuidado. Tal empreendimento nos fez considerar que a atenção voltada a infância pobre ainda preserva padrões viciosos, logo, o cuidado com a infância assistida se revelava de modo substitutivo.

Nesse sentido, esclarecemos que a tese voltou atenção ao Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, capitaneado pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, uma vez que a experiência junto a tal âmbito mobilizava certa familiaridade e ainda estranheza face a um tempo marcado pela técnica. Assim, a tecnologização do cuidado da criança surge restringindo cuidados que poderiam, em suas práticas, serem mais meditativos face ao o tempo da infância acolhida.

Pela normatização protetiva, fomos advertidos de como deveríamos cuidar antes mesmo que a experiência ao lado da menina acolhida se revelasse. Tal característica da técnica, quase sempre, aflige profissionais da área da psicologia que por formação guardam certa peculiaridade em relação ao tempo.

Uma dúvida comum de psicólogos quando começam a trabalhar em serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes é o que faz um psicólogo no abrigo? O que não se faz é em geral percebido mais rapidamente: não se fazem, por exemplo, atendimentos clínicos, visto que o serviço de acolhimento, inserido nos dispositivos de proteção especial da Política Nacional de Assistência Social, funciona como moradia, mesmo que provisória, para as crianças e adolescentes. Também não se trata (ou não deveria se tratar) de um trabalho burocrático. (NÚCLEO ENTRE TEMPOS, 2014).

Atuando especificamente no contexto do acolhimento nos deparamos constantemente com questionamentos comuns nesta área: o que significa trabalhar com famílias? Como ajudá-las a se fortalecer? Como oferecer uma escuta acolhedora e respeitosa que supere julgamentos e preconceitos? Como

evitar que as famílias se sintam cobradas e fiscalizadas? Como buscar a potência de cada família e não o fracasso? (INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA, 2017).

Frente à instituição de acolhimento que se abriu ao nosso cuidado, imediatamente um campo se doou em articulações de sentidos e assim, a atuação teve início sem muitas surpresas. No entanto, à medida que buscávamos corresponder ao âmbito fomos sendo mobilizados por questionamentos de ordem técnica e ainda ética o que nos fez considerar a pesquisa, uma vez que muito provavelmente, tais afetações já haviam sido tematizadas por outros profissionais da área.

O campo se revelava em limites e possibilidades acerca da escuta da psicologia, tais circunstâncias impostas pelo horizonte técnico definia os contornos quanto ao cuidado voltado a infância de crianças pobres como até aqui buscamos contextualizar. Assim, veio ao nosso encontro através do âmbito da instituição de acolhimento um julgo técnico.

A entidade conta com equipe técnica composta por uma advogada, uma psicóloga e uma assistente social (...). No entanto, há o entendimento, equivocado, de que o psicólogo da entidade tem como atribuição o atendimento terapêutico às crianças acolhidas. Apesar das orientações e esclarecimentos fornecidos por parte desta equipe técnica, no momento da visita tal entendimento equivocado tem sido observado em muitas entidades de acolhimento, o que indica que a questão não é pontual, demandando assim, ações de capacitação técnica continuadas, a serem promovidas pelo Poder Público (Prefeitura e/ou Governo do Estado) com o objetivo de qualificar o atendimento prestado a essas crianças e adolescentes, baseadas no entendimento de que as entidades, ainda que privadas, compõem um sistema de atendimento que é público, e por isso, desempenham funções públicas (RELATÓRIO TÉCNICO DA PSICOLOGIA DO MPRJ, 2011, p. 3).

Voltando atenção a uma ética do cuidado perguntávamos ao nosso modo: Como ficaria a escuta, logo, a compreensão junto ao âmbito institucional a partir das determinações técnicas? Como se ficaria a escuta e a fala durante o atendimento das meninas e de suas famílias? Toda menina deveria ser encaminhada para acompanhamento psicológico na rede de saúde? Quais possibilidades ainda restavam para o nosso cuidado também compreendido como meditativo, logo, terapêutico junto ao contexto institucional? Afinal, será que a experiência de nossa escuta indissociável da clínica não estaria situada para além dos limites técnicos? Como a noção de cuidado em Heidegger (1927) poderia contribuir para nossa atual experiência?

O campo de acolhimento da menina solicitava reflexão e nos fez recorrer a pesquisa acadêmica em 2013, como já anunciamos. Nesse sentido, buscamos dar ênfase

a um modo de atenção cuja experiência anterior ao campo nos foi aberto pela pesquisa de mestrado<sup>21</sup>.

Assim, a atual experiência mesmo afetava pela questão da técnica, nos fez reafirmar nossa disposição quando da chegada ao âmbito institucional, logo retomamos o exercício de uma escuta de inspiração fenomenológica hermenêutica, onde a noção de ser-aí é privilegiada.

O ente que temos a tarefa de analisar somos nós mesmos. O ser deste ente é sempre e cada vez meu. Em seu ser, isto é, sendo, este ente se relaciona com o seu ser. Como um ente deste ser, a presença se entrega à responsabilidade de assumir seu próprio ser. *Ser* é o que neste ente está sempre em jogo. Desta caracterização da presença resultam duas coisas: 1. A “essência” deste ente está em ter de ser [...] 2. O ser, que está em jogo no ser deste ente, é sempre meu (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 85-86).<sup>22</sup>

Sabemos que, embora, o interesse de Martin Heidegger (1927) não seja o ente, mas sim a questão do ser, compreendemos pelo filósofo que o ser-aí, “é sim uma filosofia voltada para a questão que indaga sobre o sentido do ser, ele se depara com a necessidade de perguntar que ente é esse para quem um tal tema é questão”. E somente é questão porque ao existir, nós humanos, estamos abertos para a compreensão do ser dos entes do mundo e do nosso próprio ser (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 76-77).

Deste modo, a compreensão não se caracteriza por uma faculdade, mas carrega o modo de ser fundamental do homem, “cuja existência pode ser chamada de ek-sistencia, que significa ser ‘fora’, para o aberto, ser abertura, o lugar da manifestação de tudo o que há” (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 77).

Ser-aí é o termo que designa o ente que somos e para quem o ser dos entes vem ao encontro. Descerramos mundo, somos o aí onde o mundo se doa em originalidade e assim, (co) criamos nossos mundos, logo, ser-aí é ser-no-mundo. Sempre para fora, sendo somos ontologicamente afinados por estruturas co-originárias e constitutivas conhecidas como existenciais.

O modo de ser do Dasein é ontologicamente marcado por alguns caracteres fundamentais, constitutivos da existência, aos quais chamamos existenciais. Assim, por exemplo, a compreensão é um existencial, pois ela articula o Dasein com o mundo; nela se estrutura o poder-ser do Dasein, pois abre o campo do possível. Mas o poder-ser do Dasein é sempre dentro das possibilidades do mundo fático que é o seu, onde ele já se encontra desde o princípio jogado.

---

<sup>21</sup> SILVA. C.S. Liberdade: Limites e Possibilidade de uma Prática Clínica com Moradores do Complexo da Maré. 2010. Dissertação de Mestrado em Psicologia. UFF, 2010.

<sup>22</sup> Esclarecemos que por questão de tradução em algumas citações de *Ser e Tempo* (1927), a palavra “presença” poderá aparecer como tradução da palavra *Dasein*, bem como o termo também pode variar nas citações de alguns autores. No entanto, ao longo de nosso texto, utilizaremos ser-aí para designar a palavra *Dasein*.

Esse já “encontra-se” sempre em um mundo é designado pelo termo disposição. Tanto quanto a compreensão, a disposição é também um existencial, ela se expressa sempre numa determinada tonalidade afetiva. Outro existencial igualmente cooriginário com a disposição e a compreensão é o discurso, que articula a compreensibilidade dos significados. Espacialidade e temporalidade também são constitutivos da existência, são existenciais (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 77).

Dialogando com a filosofia de Heidegger (1927), consideramos como tal pensamento mais uma vez, contribui com a nossa experiência, logo com o nosso interesse situado agora em um serviço de acolhimento para meninas. Nesse sentido, buscamos corresponder a um modo de cuidado que está para além do cuidado calculador de nosso tempo.

A partir de nosso horizonte, face as nossas angústias, reafirmamos à noção de cuidado heideggeriano com apoio de “Ser e Tempo” (1927) e assim, fomos conduzidos a outros dois ensaios do filósofo: “A Questão da Técnica” (1953) e “Serenidade” (1955). Desta maneira, por meio de tal percurso nos próximos capítulos, procuraremos tematizar o que compreendemos por cuidado calculador e cuidado meditativo, logo, seguiremos pausando e pensando os limites e as possibilidades que se abriram para a psicologia em questão junto ao campo da instituição que acolheu o nosso cuidado.

Nesse sentido, por ora consideramos apenas que existir significa essencialmente cuidar e por isso somos capazes de reunir a totalidade que nos estrutura para realizar uma experiência mais livre ao lado das meninas que acolhemos.

Tal reflexão nos fez considerar que nosso estar em jogo na instituição, caminhava para uma ética do cuidado que situado nos fez estabelecer relações com uma instituição de arquitetura antiga, que embora bem conservada, guardava um pé no passado frente a data de sua fundação e, um pé no presente que projeta futuro face aos processos de reordenamento.

Nos relacionamos com um tempo, uma história voltada a inúmeras infâncias de crianças pobres. Nos relacionamos com uma legislação, serviços e equipamentos norteados por técnicas que calculam o cuidado da infância que ainda em nosso horizonte precisa de acolhimento institucional. Portanto, não esquecemos frente a cegueira que circunstancia abandonos, que nos relacionamos com entes que carregam consigo a marca da existência, logo, nos relacionamos com aqueles dotados de possibilidade de cuidado próprio e poder-ser.



Por meio desta relação preocupada, abrimos um caminho possível de diálogo com o que nos mobilizava e nos retirava de nossa absorção cotidiana. Por meio dessa atenção, buscamos dizer como cuidamos ao longo desta pausa delimitada pelo tempo da pesquisa.

Assim, compreendemos que se o horizonte se preocupa com a infância aprioristicamente, através de um cuidado afinado pelo cálculo, também por aí reafirmamos nosso cuidado meditativo. O contexto impregnado pela técnica pode guardar ainda zelo pela originalidade do que se toma para acolher e cuidar. Preocupados, escutamos histórias de meninas e consideramos seu caráter de abertura, demos, portanto, atenção ao que se doou pela palavra que privilegiando sua abertura, buscou libertar-se das cristalizações que presam poder e controle técnico.

“Desse ente não se ocupa, com ele se preocupa” (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 177). Ao apostarmos na escuta de inspiração clínica junto ao campo da instituição de acolhimento buscamos dar voz ao que nos veio ao encontro. Nesse sentido, antes de passarmos aos demais capítulos da tese, esclarecemos que a nossa escuta “clínica” não se restringe “ao consultório privado e nem à prática da psicoterapia como antigamente se pensava”, mas busca acolher o sofrimento, “entendendo-o como expressão de uma relação de sentidos” (DUTRA, 2008, p. 227).

Assim, compreendemos que o sofrimento desvelado no âmbito da instituição possa ser acolhido e cuidado pela equipe técnica, uma vez que as orientações que norteiam tais serviços nos dizem ainda atentarmos para:

Motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com frustração e separação; habilidade para trabalhar em grupo; disponibilidade afetiva; empatia; capacidade de lidar com conflitos; criatividade; flexibilidade; tolerância; pró-atividade; capacidade de escuta; estabilidade emocional, dentre outras. (...). No caso do coordenador, equipe técnica e educador/cuidador, constituem habilidades e conhecimentos técnicos desejáveis; Equipe Técnica: violência e exclusão, crianças e adolescentes em situação de risco, separação, vinculações, dependência química; desenvolvimento infanto-juvenil; seleção e desenvolvimento de Recursos Humanos; atendimento a criança, adolescente e família; atendimento em grupo; trabalho em rede; acesso a serviços, programas e benefícios; ECA; SUAS; Sistema de Justiça e PNCFC. (RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE JUNHO DE 2009: 63, grifo nosso)

Acompanhamento psicossocial dos usuários e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar; (...) Preparação da criança / adolescente para o desligamento (em parceria com o (a) cuidador (a) /educador (a) de referência; Mediação, em parceria com o educador/cuidador de referência do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso. (RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE JUNHO DE 2009: 71 DE 2009: 71, grifo nosso).

Logo, atender à criança e sua família implica para nós escuta e fala, sendo tal prática indissociável de uma compreensão de cuidado clínico que para nós é um modo de atenção, uma abertura prévia, uma possibilidade meditativa que se doa no encontro, na relação próxima ao âmbito que representa morada, mesmo que provisória para as meninas acolhidas. Nesse sentido, somos autorizados a fazer uma analogia com um termo técnico atual.

Portanto, é como se o psicólogo que compõe a equipe técnica da instituição de acolhimento, por meio de seu ir e vir, de seu cuidado, realizasse através do encontro diário com a menina acolhida uma espécie de *home care* cuja expressão guarda o sentido de cuidados no lar, uma vez que *home* significa lar e *care* se traduz por cuidados.

Com isso, não estamos sugerindo a centralização dos cuidados no âmbito da instituição de acolhimento, e nem deixando de considerar a importância da convivência comunitária ou da articulação mais afinada com a rede de proteção que se abre para a criança e sua família para que a reintegração aconteça de modo seguro e responsável.

A proteção integral a que têm direito as crianças e adolescentes deve ser viabilizada por meio da utilização de equipamentos comunitários e da rede de serviços local. É preciso atentar para que não se reproduza a lógica – que por muito tempo vigorou no campo do acolhimento institucional – da centralização da oferta de cuidados dentro do espaço de acolhimento (Relatório Técnico da Psicologia do MPRJ, 2017, p. 3).

Diante do princípio da incompletude institucional, reconhecemos a necessária articulação com a rede, no entanto, compreendemos ainda que não devemos deixar de considerar que também a escuta e a fala da psicóloga em questão pode ofertar cuidado meditativo quando tal disposição se abre para a relação com a criança acolhida.

Deste modo, apesar da técnica nos alertar como devemos atuar antes mesmo que a experiência com a criança acolhida aconteça, antes mesmo da lembrança de que cada caso é único, consideramos a tese de que podemos cuidar da menina durante seu tempo de acolhimento privilegiando uma atitude aberta.

Heidegger, fala no § 26 de *Ser e Tempo* (1927), em dois modos de cuidado presentes nas relações cotidianas do ser-aí. Designa como ocupação (*Besorgen*) a relação que estabelecemos com as coisas enquanto utensílios à mão, logo, com os entes simplesmente dados, e preocupação (*Fürsorge*), a relação estabelecida com os outros. Guardaremos, portanto, tais distinções para iluminar nossa tematização ao longo deste trabalho.

[...] vale ressaltar que, para apreender este sentido ontológico do “cuidado”, deve-se lembrar que o ser-aí é o seu “aí”, enquanto abertura de “mundo” em que se revela o sentido (o ser) dos entes que lhe vêm ao encontro. Isso significa que a realização das possibilidades existenciais num modo próprio ou impróprio, autêntico ou inautêntico, singular ou impessoal, não é apenas uma questão de transformações psicológicas internas, sem nenhuma relação ontológica com o ser dos entes que lhe rodeiam no mundo afetando-os apenas posteriormente por mudanças no modo de representá-los (SÁ, 2017, p. 52).

Nesse sentido, consideramos que o anseio pela técnica, logo, pelo cuidado calculado possa ser motivado não só pelo que se pretende controlar, mas ainda pela angústia que mobiliza a história de acolhimento da infância pobre no Brasil. Assim, busca-se por prevenções e soluções urgentes para as vulnerabilidades de inúmeras crianças.

Não surpreende dizer que a prática nos afeta na totalidade da nossa existência. Além das experiências na cotidianidade, em que somos lançados num mundo inóspito, as experiências com o sofrimento que se desvela nas práticas psicológicas desocultam sentidos, promovem angústias, nos lançam no vazio, enfim, muitas vezes nos desalojam das nossas existências (DUTRA, 2011, p. 21).

Se em Heidegger (1927, § 40), lembramos que a angústia nos reconduz a nossa originária abertura e, assim, reagimos diante de nossas cristalizações, podemos dizer que por ela estamos desde sempre engajados, e por isso empenhados com nossas ocupações e preocupações.

Diante de nossas lidas somos sempre “enraizados” pela comunhão com a totalidade dos entes que permeia o nosso mundo. Pensar nossa constituição fora desta dependência, é deixar de considerar o que nos é mais próprio que é “estar numa ‘teia’ relacional” (CABRAL, 2009, p. 76) de proteção da infância que se abre ao nosso cuidado.

É o fenômeno da angustia que, dissolvendo o sentido público, mediano e impessoal dos entes intramundanos, lança o ser-aí diante da liberdade e da responsabilidade de singularizar-se na escolha de suas possibilidades próprias. Se, do ponto de vista ôntico, o ser-aí se encontra inicialmente num modo de ser impróprio e impessoal, tomando-se por um ente cujo modo de se é simplesmente dado, a singularização apontada com o fenômeno da angústia só é possível porque, do ponto de vista ontológico, o ser-aí já é sempre originariamente a abertura em que se dá o “estar em jogo” do ser e, portanto, do seu próprio ser. Mesmo numa atitude imprópria e impessoal, o ser-aí sempre precede a si mesmo por já ser-no-mundo (SÁ, 2017, p. 51).

Por isso, como sinalizado anteriormente, consideramos que diante de nossa experiência no serviço de acolhimento para meninas, nem sempre o esperado “enraizamento” vai possibilitar a transformação de um campo, uma vez que podemos retornar sempre para um ponto já aberto no mundo cotidiano.

Assim, o advento do novo como vimos pode revelar-se como o do mesmo e é, nesse sentido, que buscaremos tematizar nossa experiência de diálogo entre os modos de pensar, logo, cuidar calculador e meditativo. Mesmo que a angústia seja uma disposição afetiva fundamental, privilegiada, capaz de nos reconduzir ao aberto, nos parece que ainda tal disposição não tenha sido suficiente para a necessária singularização da atenção voltada para a infância pobre no Brasil. Logo, para que um campo consiga singularizar-se é preciso que todo um conjunto de elementos da dinâmica da singularização entre em cena, pois ao contrário corremos o risco de permanecermos presos a cristalizações.

A fim de se apreender ontologicamente a totalidade do todo estrutural, deve-se questionar, em primeiro lugar, se o fenômeno da angústia e o que nela se abre podem propiciar fenomenalmente, de maneira igualmente originária, o todo da presença, de modo a satisfazer com esses dados a visão indagadora da totalidade. Todo o seu acervo pode ser registrado através de uma enumeração formal: enquanto disposição, o angustiar-se é um modo de ser-no-mundo; a angústia se angústia com o ser-no-mundo lançado; a angústia se angústia por poder ser-no-mundo. Em sua completude, o fenômeno da angústia mostra, portanto, a presença como ser-no-mundo que existe faticamente (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 258).

Se em jogo existimos faticamente e assim, nos encontramos frente as possibilidades de ser já dadas a existência, nos movimentamos junto a totalidade dos entes que compõem a vida cotidiana. Pela angústia, somos capazes de reunir os “existenciais fundamentais da existência” do ser-aí e ficamos frente a nossa originária negatividade, como diante de nossas absorções, portanto,

[...] existencialidade, facticidade e decadência compõem uma estrutura una, o que não significa que os três termos sejam a mesma coisa. Significa somente que há unidade “vitalizando” a tríade mencionada, ou seja, que a pluralidade de modos de ser fundamentais da existência é dinamizada por uma unidade ontológica. Unidade e pluralidade, portanto, se co-pertencem. Ser *Dasein*, então, é ser factualmente o ter de ser seu poder ser, junto com a totalidade dos entes presente no mundo. *Cuidar deste ter de ser o seu poder ser na imbricação ontológica com os entes que compõem o real é o que define a cura, como essência do Dasein* (CABRAL, 2009, p. 77).

Para que possamos experimentar de modo singular o campo que habitamos pelo trabalho junto as meninas acolhidas, é preciso sustentar a abertura constitutiva do ser-aí menina, lembrando da necessária pausa para o diálogo com o poder que prescreve o horizonte fático onde nos encontramos todos lançados.

Nesse sentido, apostamos para que haja um reordenamento mais originário junto ao campo de proteção da infância acolhida, se faz necessário que o poder prescritivo possa ser tematizado e não abandonado abruptamente como habitualmente se realiza diante das

urgências de agir, assim, guardamos a cada vez a lembrança de que cada história de menina acolhida é única.

Pela experiência de nosso cuidado resguardamos a noção de ser-aí como possibilidade de um “novo enraizamento” (HEIDEGGER, 1955, p. 25), e a partir daí voltamos a iluminar o contexto que unia e afinava o encontro com a menina acolhida, afinando nossa atuação a cada nova história de acolhimento.

Compreendemos a variação dos existenciais da estrutura ser-no-mundo que diz respeito sobre um único fenômeno que é o nosso e, nesse sentido, pela noção de cuidado segundo Heidegger (1927), buscamos dialogar com os limites impostos pela técnica, bem como com as “possibilidades de ser sempre em jogo no existir e estruturalmente articuladas como totalidade existencial” (SÁ, 2017, p. 51). Essencialmente existimos como cuidado e só porque somos cuidado.

O que agora se apresenta a nossa compreensão surge no início do § 41 de Ser e Tempo (1927), onde a necessária totalidade do todo estrutural aparece por meio da própria dinâmica da obra que nos apresenta os existenciais ao passo que vamos caminhando em sua compreensão. Assim, Heidegger, traz a experiência da “cura” (Sorge) ou cuidado como essência do ser-aí, a experiência unificadora da “totalidade do todo estrutural” que somos.

Heidegger (1927, v. 1) propõe apreender a totalidade estrutural do ser-aí na unidade da cotidianidade mediana, imprópria e impessoal e das possibilidades de transformação que já sempre lhe pertencem. Essa unidade existencial-ontológica do ser-aí é por ele denominada com o termo “cuidado” (Sorge): “o ser do ser-aí diz antecipar-se a si mesmo já sendo em (no mundo) junto a (os entes intramundanos que vêm ao encontro)”. (1927, p. 257). A designação do ser do ser-aí como “cuidado” é um desenvolvimento integrador da multiplicidade estrutural que a análise fenomenológica do “ser-no-mundo” revela em Ser e Tempo”. Por não ser nenhuma “substância” ou “ser-simplesmente-dado”, o ser-aí se dá sempre “no-mundo” numa estrutura de significância, num contexto de relações (SÁ, 2017, p. 52).

Existir, fazer a experiência de nosso horizonte a partir de nosso tempo, abriu um campo compreensivo acompanhado por um acontecimento de sentido junto com as meninas acolhidas, assim, nos foi possível realizar nosso cuidado institucional de modo mais livre face a técnica normalizadora.

Nesse sentido, lembramos que quando a existência se dá situada ao lado de outras existências, não há como esperar que o sentido de cuidar apareça posteriormente à relação estabelecida no ato do encontro, mas de modo originário e anterior o cuidado é articulado.

Quando a existência da menina acolhida se dá no âmbito institucional, o sentido também acontece articulando o cuidado daqueles que acolhem. Deste modo,

compreendemos, que o cuidado que calcula legisla e articula uma rede de sentidos que operacionalizam a proteção da criança em vulnerabilidade.

Assim a criança surge como sujeito de direito e ser em desenvolvimento que em vulnerabilidade deve ser acolhido e protegido integralmente.

“Ocupar-se” da alimentação e vestuário, tratar do corpo doente é também preocupação. Numa simetria com a ocupação, entendemos essa expressão como termo de um existencial. A “preocupação”, no sentido de instituição social fática, por exemplo, funda-se na constituição de ser da presença enquanto ser-com. Sua urgência provém de, numa primeira aproximação e na maior parte das vezes, a presença manter-se nos moldes deficientes de preocupação (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 178).

A pequena menina de apenas 4 anos, todas as vezes que recebia a visita da avó paterna, apesar da vinculação preservada, dizia que não queria ir embora da instituição. Certo dia quando a avó e o pai da menina vieram visitá-la, a menina chorando no colo do pai me olhou e falou: “*não quero ir embora*” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Coisas que tem em todos os lugares a menina tinha lá. Tinha macarrão com tomate, leite com chocolate, biscoito de maisena. Tinha coisas que não tem em todos os lugares, mas que todo mundo quer. A menina tinha balanço pendurado na árvore e tudo (ABREU, 2013, p. 7-9).

O que nos veio ao encontro a partir do campo institucional, doava sentido à lida cotidiana e nos possibilitava pensar em como estávamos cuidando. Pela medida de acolhimento, a menina encontrava nos profissionais situados no âmbito a condição de possibilidade para o seu poder-se ao lado das famílias sejam elas institucionais, acolhedoras, de origem, extensa ou substituta. Tais possibilidades podem ser ainda encobertas em meio a técnicas de cuidados viciosos que inviabilizam qualquer modo de surpresa ou estranhamento da vida. “Viu ela já está brincando e rindo com o pai, é assim mesmo, vou ser favorável a reintegração dela para a avó” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Quando a criança passa a ter visibilidade por meio da medida protetiva é sempre previamente dada como vulnerável, sujeito de direito e em peculiar condição de desenvolvimento no mundo de preocupação da rede de proteção.

Como em qualquer outra área de concentração, também o contexto mediano da escuta da psicologia de equipe técnica dos serviços de acolhimento, tende a ser, quase sempre, “dominado por modos indiferentes de convivência, isto é, modos em que a identidade e a alteridade radicais em jogo no ‘ser-com’ são encobertas pelo encontro do outro a partir das determinações provenientes do mundo cotidiano” (SÁ, 2017, p. 58).

O ser por um outro, contra um outro, sem os outros, o passar ao lado do outro, o não sentir-se tocado pelos outros são modos possíveis de preocupação. E precisamente estes modos, que mencionamos por último, de deficiência e indiferença, caracterizam a convivência [...] cotidiana com o outro. Também esses modos de ser apresentam o caráter de não surpresa e evidência que convém tanto à co-presença intramundana cotidiana no dia-a-dia. Esses modos indiferentes da convivência recíproca facilmente desviam a interpretação ontológica para um entendimento imediato desse ser como ser simplesmente dado de muitos sujeitos (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 178).

Se o cotidiano em seu modo mediano de preocupação com o ser-aí criança é a ausência de surpresas, para além da indiferença, Heidegger em *Ser e Tempo* (1927), nos fala em outros dois modos de preocupação, relevantes para a tematização do cuidado meditativo que propomos nos abrir junto ao contexto de acolhimento para meninas.

O primeiro modo diz respeito à preocupação que “substitui” (*Einspringt*) a criança, retirando-a, por assim dizer, do seu cuidado próprio, assumindo suas ocupações, pondo-se no seu lugar para libera-la delas ou devolvê-las posteriormente como algo já pronto. “Nessa preocupação, o outro pode tornar-se dependente e dominado mesmo que esse domínio seja silencioso e permaneça encoberto para o dominado” (HEIDEGGER, 1927, p. 178). Por preocupação substitutiva compreendemos todo o esforço e empenho de cuidado calculador dirigido à infância da criança.

Portanto, cremos que a preocupação substitutiva seja um dos modos mais marcantes entre as relações de cuidado dos serviços de acolhimento, uma vez que visa dar conta da história da criança que de modo concreto, deve ser reintegrada a família.

Entretanto, lembramos aqui das meninas que recusam tais possibilidades e acabam entre devoluções, passando o tempo da infância e parte da juventude em serviços de acolhimento como, por exemplo, aconteceu com Giulia, que após recusar uma família substituta passou por várias Famílias Acolhedoras no aguardo da vida adulta (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

O segundo modo de preocupação que Heidegger em *Ser e Tempo* (1927) menciona, é aquele que se “antepõe” (*vorausspringt*) ao outro não para substituí-lo, mas para pô-lo diante de suas próprias possibilidades existenciais, portanto,

Em contrapartida, subsiste ainda a possibilidade de uma preocupação que não tanto substitui o outro, mas que *salta antecipando-se a ele* [...] em sua possibilidade existenciária de ser, não para lhe retirar o “cuidado” e sim para devolvê-lo como tal. Essa preocupação que, em sua essência, diz respeito à cura propriamente dita, ou seja, à existência do outro e não a uma *coisa* de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, *em* sua cura, transparente a si mesmo e *livre para ela* (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 179, grifo do autor).

Elucidar o cuidado como estruturador da relação entre adultos e crianças, guarda a importância de que a relação humana é constituída de mundo, logo, orientada pela preocupação que se funda na constituição essencial do ser-aí enquanto ser-no-mundo-com-o-outro. Preocupar-se, portanto, é o modo mais originário e fundamental da relação entre os entes dotados de existência.

Tal compreensão aponta o caminho para uma correspondência ao cuidado meditativo que vislumbramos estabelecer com a menina acolhida no âmbito da própria instituição através do auxílio das conferências de Heidegger de 1953 e 1955.

Sendo assim, a noção de cuidado em *Ser e Tempo* (1927), abriu o caminho para pensarmos nossa relação de cuidado com a menina acolhida e com sua família, sempre que possível em correspondência com a noção de serenidade (1955).

Portanto, se a questão que se instala no cuidado do psicólogo da equipe técnica institucional é a mesma imposta pela vida, logo, não se pode atribuir a tal profissional “nenhum privilégio no sentido de maior objetividade, neutralidade ou afastamento” técnico (SÁ, 2017, p. 55) assim, só podemos compreender que nossa escuta, o nosso cuidado correspondeu a seu campo e buscou manter-se aberto diante da existência da menina que buscamos acolher.



## CAPÍTULO II: PARA ALÉM DA TÉCNICA: CORRESPONDÊNCIAS AO CUIDADO MEDITATIVO

“O mundo inteiro é um canteiro”  
(SCANLON & FRAZEE, 2013)

### 2.1- A Questão da Técnica

Uma pausa para pensar as urgências de agir...

Verificamos no primeiro capítulo que a infância, em especial a pobre, ao longo da história do Brasil, foi sendo classificada e cuidada como abandonada, carente, menor, delinquente e, em situação irregular, adquirindo nos anos 90, status legal de sujeito de direito e de ser em desenvolvimento. Assim, contextualizamos um caminho, predominante, calculador.

Sempre tive como inconcussa verdade aquilo que ainda mui recentemente dizia, na Inglaterra, durante a “Semana da Crença”, William Cheverry: “Nada mais dignifica uma Nação do que os cuidados nella empregados com a infância”. E ainda mais: “O progresso de uma Nação Infere-se pelo passado de sua infancia; o módo porque são alimentadas, educadas e investidas nas suas responsabilidades de procreadôras são as indispensáveis realidades da vida social” (MONCORVO FILHO, 1920, p. 4 apud RIZZINI, 2008, p. 87).

Seguindo o histórico caminho, encontramos ainda em uma edição comemorativa do ECA (2015) um trecho que justificava o projeto de lei nº 193/89 apresentado ao Senado Federal.

Pertence às crianças e aos adolescentes deste país. Ele haverá de ser, estamos certos, um instrumento fundamental de habilitação do Brasil para o seu grande destino (RONAN TITO, 1989 apud BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Edição Comemorativa, 2015: 15).

Em ambas as citações, podemos verificar que a noção de cuidado voltado a infância se articula a uma certa noção de verdade que diante da prevalência do cálculo, logo da técnica, surge como “aquela da adequação entre juízo e a coisa a que se refere” (SÁ, 2017, p. 83).

Baseados em saberes apriorísticos, a legislação da vida preocupa-se com a criança como se ela fosse uma substância dada em um tempo marcado por cronologias e, desta forma, espera-se controlar e combater suas vulnerabilidades.

Mesmo diante dos inegáveis avanços legais, o advento do novo revela-se restrito ao mesmo e assim, a legislação vigente embasada em fatos históricos e saberes científicos, saturada, busca garantir direitos a infância. Nesse sentido, a legislação é tardia diante da existência da criança que fez e faz dramáticas experiências de mundo.

[...] tudo o que faz parte da realidade é visto ou como produção ou como matéria-prima para a produção, tudo se enquadra nesse esquema, e o que não se enquadra não é digno de ser pensado. Não há espaço para o que não se encaixa no pensamento calculador. Não há espaço para o mistério, para o sagrado; tudo, em princípio, está ao alcance da razão e da vontade. O pensável reduziu-se ao imediato, encolheu-se o horizonte. Não cabem mais aquelas perguntas que já fizeram parte das preocupações filosóficas no decorrer da história: Que é ser? Que é ente? (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 126).

Lembramos aqui, mais uma vez, das crianças das embarcações portuguesas do século XVI, lembramos dos miúdos, dos grumetes, dos pajens, dos “órfãos do Rei” em terras brasileiras, lembramos dos índios, dos escravos e, logo, compreendemos que em nenhuma época a infância esteve a salvo da lógica do cálculo.

Desta maneira, mesmo a técnica moderna que chegou a ser considerada nova em relação a uma técnica manual mais antiga, ambas são meios para fins (HEIDEGGER, 1997, p. 45). Assim, meninos e meninas atravessam o tempo prisioneiros de um pensamento que os tomam como fundo de reserva.

Face ao cuidado calculador, o tempo da infância, continua sendo negligenciado e assim, perpetuam-se abandonos por parte do Estado e da família, seja ela de origem ou adotivas, conforme verificamos por meio do crescente número de crianças devolvidas aos abrigos por famílias substitutas que, quase sempre, justificam o ato de devolver narrando dificuldades de adequação da própria criança.

**Karla** ligou para a instituição chorando, pediu ajuda para a assistente social, pois havia fugido da casa dos pais adotivos. **Dandara** uma adolescente de um grupo de quatro irmãos, chegou a nossa instituição depois de ter sido devolvida pelos pais adotivos após três anos de adoção. Os pais de Dandara, devolveram somente a adolescente alegando que a mesma estava se envolvendo com outros adolescentes “que não prestavam” e assim, a jovem mesmo depois de acolhida e desmembrada de seu grupo de irmãos que continuou morando com a família adotiva, chamava de mãe a mulher que a devolveu aos abrigos das instituições de acolhimento. **Edna** foi acolhida junto com suas irmãs, um grupo de quatro, foi adotada sozinha por um casal sem filhos. Pai, mãe e Edna, filha de coração pareciam felizes face a experiência em família que durou apenas quatro meses. Edna, foi devolvida pelo casal a Vara da Infância e novamente foi acolhida por nossa instituição, o motivo, segundo a mãe adotiva foi incompatibilidade entre o pai e a criança. A mãe de coração falou a equipe técnica que não poderia ficar contra seu marido e a favor da menina. **Eliane** iniciou um estágio de convivência ao lado da irmã com um casal, durante o estágio o casal se separou, mas a mulher continuou com as meninas, entretanto, diante do forte temperamento de Eliane, a mulher desistiu de adotá-la, permanecendo apenas com sua irmã. Depois de alguns meses na instituição, Eliane, após um período

de psicoterapia junto a rede de saúde conforme prevê orientação técnica, iniciou um novo estágio de convivência com outro casal. Desta vez, uma psicóloga da Vara também acompanhou a menina, a equipe técnica da instituição pontuou para a equipe técnica da Vara que tal estágio deveria dar-se de modo mais arrastado, mas diante da ansiedade do casal a equipe técnica da Vara deu parecer favorável a guarda de 180 dias que foi deferida. Eliane passou a morar com o casal em setembro de 2017, e foi devolvida aos abrigos em março de 2018 (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Em um grupo de adoção em uma certa rede social, comenta uma psicóloga de uma Vara da Infância acerca do tema da devolução de crianças adotadas.

Sinceramente, a maioria esmagadora dos casos é dificuldade dos adultos em lidar com as adversidades da paternidade/maternidade. Só vi uma única vez a criança pedir para sair em 17 anos de prática, foi a exceção” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

Assim, diante do fenômeno da desistência de meninos e meninas concebidos como inapropriados, assistimos à perpetuação de abandonos.

Há uma pluralidade de práticas que evidenciam como os adultos desistem das crianças, também hoje, e as abandonam a um dever que não cabe ou que lhes chega quando a infância já foi suplantada. Mesmo assim, a elas atribuem a responsabilidade recusada para que respondam, jurídica e normativamente, por seu estatuto social. Nessas desistências há uma modalidade de abandono que se materializa através da posse da criança pelo adulto, a qual devora a sua singularidade e destrói as possibilidades de diálogo (SOUSA, 2016: 1).

Em outro comentário em redes sociais, um casal habilitado desabafa que há um ano e meio na fila de espera para adoção aguardam sem nenhum contato e perguntam: “É assim mesmo? Eu tenho que ficar indo ao fórum perguntar?” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

A resposta vem da própria juíza: “Se seu perfil é padrão, é isto mesmo. Qual o perfil? Demora em média uns 4 a 6 anos se for pardo ou branco”. Realizando uma busca ativa, a mesma juíza pergunta: “Grupo de 3 irmãos: 9 (menina), 7 e 4 (meninos). Pardos. Saudáveis (...) Ninguém para perfis ótimos? São crianças saudáveis! E grupos com meninas e meninos” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

A noção de saudável atrelada a noção de produtividade e eficiência constituída historicamente ditam o ritmo da existência, sendo imprescindível ser saudável para que a engrenagem da produtividade continue a girar. Sendo assim, o que não produz acaba sendo abandonado, descartado face a lógica do controle.

Ainda sobre o fenômenos como desregulação e esfacelamento de fronteiras entre o chamado mundo dos adultos e mundo infantil” faz surgir o que Neil Postman (1999 apud Mattar, 2015, p. 13-15) designa como “desaparecimento da infância”. Segundo

Mattar (2015), tais circunstâncias desvelam comportamentos que, quase sempre, precisam corresponder a padrões de beleza, produtividade e sucesso, por exemplo.

O nosso tempo, portanto, é marcado por saberes positivistas que quase sempre, nos conduz a desafios éticos. A vida legislada surge como via única junto às instituições de acolhimento para a infância, cuja missão visa o controle em nome da proteção e do cuidado da criança.

Tais serviços ainda se fazem importantes em nosso contexto, no entanto, seguem carecendo de pausas para tematizar acontecimentos cotidianos, até mesmo face aos atuais processos de reordenamento.

Assim, pela via da normatização, compreendemos que não conseguimos ultrapassar de modo radical círculos viciosos de cuidados dirigidos a infância, mesmo quando mobilizados pela angústia, uma vez que não guardamos de modo igualitário a “dignidade da existência da criança” (BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Art. 7).

Diante da suposta neutralidade, a psicóloga da vara, não se abriu ao diálogo com a equipe técnica da instituição que pontuava as dificuldades de Rose em relação ao estágio de convivência no âmbito de nossa instituição de acolhimento com o grupo de irmãs Vitória e Maria. A psicóloga da vara orientou que agendássemos estudo com a assistente social da vara que havia feito a indicação da habilitada para as meninas, uma vez que não queria se indispor com a colega de trabalho. Em estudo com a assistente social que dominava um vocabulário psicologizante, a equipe técnica da instituição não obteve sucesso. Assim, buscamos por meio de atenção psicológica na instituição propor para Rose que considerasse a possibilidade de iniciar psicoterapia. Nossa preocupação quanto à consolidação da adoção era de que a família pudesse se tornar adoecida e que Vitória sofresse com as consequências desse adoecimento e Maria de apenas dois anos, caísse na invisibilidade face as questões entre Vitória e Rose. Como último recurso escrevemos parecer técnico com tais observações e, talvez por isso, não recebemos nenhuma notificação. No entanto, para além de possíveis cobranças, infelizmente, confirmamos nossa intuição. A família que se formou a partir da adoção conta com o apoio de especialistas, mas só para Vitória que, atualmente, passou a se chamar Luciana faz uso contínuo de medicação, de Maria quase não se escuta falar e Rose fez alguns contatos, não formais, com a diretora de nossa instituição contou sobre a possibilidade de devolução de Vitória, deixando escapar que não deu continuidade à psicoterapia pessoal. Rose responsabiliza Vitória pelas dificuldades encontradas com a maternidade (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Frente as circunstâncias buscamos tematizar nossa experiência de escuta junto ao âmbito da instituição e compreendemos que a noção de cuidado em Heidegger (1927) pode ser considerada como uma ética que no tempo se faz contemporânea aos fatos da vida histórica e ainda cotidiana em nosso campo de atuação.

Por isso, apostamos que na preocupação antepositiva habita uma ética imprescindível aos âmbitos de proteção da infância, uma vez que através de tal cuidado, podemos encontrar modos de correspondência mais meditativo que se doa pela relação interativa entre a psicóloga da equipe técnica da instituição com a criança acolhida. Logo, tal encontro pode ser terapêutico para a criança e até colaborativo com a rede protetiva, ao lançar luz sobre o cuidado próprio e o poder-ser da criança em família quando de seu desligamento institucional e reintegração familiar.

Até aqui buscamos indicar nosso caminho recorrendo a *Ser e Tempo* (1927) e, assim reafirmamos nossa condição de ser-no-mundo-com-o-outro. Logo, relacional somos diante de nossa capacidade de pensamento, pergunta e compreensão por meio de nossa vida cotidiana.

Em sua obra *Ser e Tempo* (*Sein und Zeit*, 1927), Heidegger (1989) denomina o ser do homem como *Da-sein*, ser-aí. Ser homem é ser o “aí”, a abertura de sentido na qual vem à luz o ser dos entes. Enquanto abertura, o *Da-sein* é originariamente compreensão (*Verstehen*) e disposição afetiva (*Beifindlichkeit*), ou melhor, compreensão já sempre disposta (SÁ, 2017, p. 69).

Sendo um ser-aí aos outros, ao mundo e ao devir tendemos ainda ao fechamento e quando restritos, permanecemos no impessoal doutrinário da técnica. “A técnica, encarnada tanto no homem quanto na máquina, é o signo atual de nossa relação com o mundo e o modo como a sociedade contemporânea se articula” (POSSAMAI & SOUZA, 2010, p. 630).

Nesse sentido, a existência surge como relacional e na impossibilidade de se colocar de outro modo, tal compreensão vem sendo introduzida de diversas formas. “No entanto, a pluralidade desta resposta se funda num solo comum: o eu enquanto sujeito” (CABRAL, 2009, p. 74). Assim, compreendemos que, quase sempre, o adulto situa sua relação de cuidado para com a criança acolhida por meio de uma visada positivista.

Contudo, em Heidegger (1927) nos afastamos de tal tradição, uma vez que o ser-aí aparece no mundo originariamente. Para nós, Heidegger, não é fundamentalmente um filósofo da técnica que nos ajuda a pensar nossa relação com ela, mas antes é um filósofo do cuidado que nos reconduz a um exercício ético face as lidas diárias.

Por meio de tal pensamento, voltamos atenção para os processos de reordenamento dos atuais serviços de acolhimento e assim, buscamos olhar as motivações históricas que conduziram o campo a normatização. Face ao contexto, perguntamos então pelos limites e as possibilidades da psicologia enquanto saber presente em tais contextos

e nos aproximamos do seu cerne que essencialmente, caracteriza a profissão através do cuidado pela escuta e fala.

Consideramos que tal essência seja relevante, quando queremos compreender fenômenos que dizem respeito a existência da criança e de sua família. Assim, aqui situamos a relação da psicóloga da equipe técnica com a menina acolhida, bem como com as famílias no próprio âmbito da instituição de acolhimento que reúne encontros e experiências de cuidados. Portanto, tematizar tal circunstância, remeteu-nos a lembrança de que o mundo é fático, situado, concreto, onde não nos encontramos apartados uns dos outros, mas antes, somos ser-no-mundo-com-a-criança-a-família-e-a-rede-de-proteção.

É a essa reflexão que Heidegger nos convida realizar com o apoio de Ser e Tempo (1927). Desta maneira, voltamos a atenção para os limites e as possibilidades da psicologia enquanto lida junto a um campo concreto de realização de cuidados. Voltar a atenção para o papel de educadores que devemos todos exercitar, por exemplo, é compreender que educar passa primeiro por um processo de sensibilização a negatividade<sup>23</sup>.

Logo, mesmo que caminhemos perdidos em meio às absorções reconfortantes de um mundo impróprio, todos podemos ainda aprender com a reconquista do caminho, exercitar relações mais livres e originárias sendo, portanto, para além da simples ocupação ou da preocupação que substitui o tempo da infância de crianças acolhidas.

Deste modo, nossa pausa por meio da pesquisa busca abrigo entre as modulações do cuidado que calcula e daquele que medita, uma vez que compreendemos que ainda reconhecemos a importância da técnica que busca reordenar os serviços de acolhimento para infâncias vulneráveis.

Portanto, desprezar o que nos coloca em jogo não tem garantido a infância um abrigo seguro. Parece que pela técnica nos distraímos e assim, deixamos escapar a possibilidade de trazer à luz outros modos de relação com meninos e meninas que passam por instituições de acolhimento.

Ao voltarmos a atenção para o que circunda nossa prática, nossa compreensão considerou dois âmbitos de interesse: o histórico, onde o momento atual surge legislado; e o que constitui o campo que situa os limites e as possibilidades da psicóloga da equipe técnica da instituição em sua relação de cuidado diante de seu contexto.

---

<sup>23</sup> Marco Casanova. Instituto Dasein: Reflexões a partir de Ser e Tempo de Martin Heidegger – Aula 1 10/08/2018 – 2º semestre de 2018.

Por ora, pensamos que mesmo que não haja impedimentos radicais ao nosso cuidado e ao que propomos como escuta clínica junto ao âmbito institucional, reconhecemos que nossa compreensão provoca estranheza e não aceitação, sempre que mencionado o termo “clínica” em um campo normativo, onde palavras de ordem, como lei, resolução, sujeito, desenvolvimento, acolhimento, reordenamento, rede protetiva, interdisciplinaridade, vida comunitária, reintegração, destituição, audiências e adoção correspondem às urgências de agir junto ao mundo da criança acolhida. Tais direções, são iluminadas pela instrumentalidade e refletem a simplificação do fenômeno em questão, ou seja, a proteção e o cuidado de meninos e meninas em vulnerabilidade social.

Em nosso tempo, o não saber de algo quase não encontra lugar para pouso, pois impessoalmente sabe-se dizer através do cálculo, logo pela normatização e controle. Conquistas científicas estão aí para comprovar o poder do adulto que visa conhecimento útil acerca do tempo da infância visando garantir o progresso da nação e assim, meninos e meninas se transformam em matéria-prima para produção futura. O material humano passa a ser convocado pelas exigências da técnica e pela técnica a vida se mantém legislada.

Logo, para além da habitual culpabilização das famílias acerca das vulnerabilidades sofridas por inúmeras crianças acolhidas, consideramos necessário voltar a atenção para o sentido que entra em jogo quando se acolhe uma criança, uma vez que quase sempre, acabamos recaindo em uma lógica de causa e efeito, onde se busca justificar o controle exercido.

Assim, a instrumentalidade é estabelecida e atravessa nossas relações tanto com a criança acolhida e com a família, bem como com o trabalho junto a rede protetiva. A psicologia guarda uma missão importante em tais contextos, pois em seu sentido mais próprio é capaz de identificar meios para que se possa evitar e até mesmo garantir, que novas experiências de acolhimento institucional recaia sobre a vida da criança que passa por tal medida.

Portanto, se o campo clama por mudanças compreendemos que abrir espaço para tematização da nossa vida cotidiana possa ser um caminho possível de rearticulação das situações que caracterizam invisibilidade e vulnerabilidade da infância da menina que acolhemos.

Como compreendemos em Heidegger (1927), precisamos rearticular o próprio campo fenomênico, uma vez que o mundo dos fenômenos não se transforma por si e assim, assistimos dilemas sociais que se sustentam no mundo.

Salvar não diz apenas erradicar um perigo. Significa, na verdade: deixar alguma coisa livre em seu próprio vigor. Salvar a terra é mais do que explorá-la ou esgotá-la. Salvar a terra não é assenhorar-se da terra e nem tampouco submeter-se à terra, o que constitui um passo quase imediato para a exploração ilimitada (HEIDEGGER, 1951/2008b, p. 130).

Diante desse contexto, compreendemos que não é possível garantir o cuidado da infância acolhida somente por meio da efetivação normativa. Imersos em uma era técnica, somos todos afetados por uma certa instrumentalidade que promove controle e calcula a lida.

Nesse sentido, consideramos oportuno tematizar o que chamamos por cuidado calculador recorrendo agora a Heidegger em à conferência “A Questão da Técnica” (*Die Frage nach der Technik*, 1953), preparando, desta maneira, o caminho para o final do capítulo quando recorremos a conferência “Serenidade” (*Gelassenheit*, 1955) que visa corresponder a um modo de cuidado mais meditativo, atenção própria de uma disposição de escuta clínica.

O caminho é um caminho de pensamento. Todos os caminhos de pensamento, mais ou menos perceptíveis, passam de modo incomum pela linguagem. Questionamos a *técnica* e pretendemos com isso preparar uma livre relação para com ela. A relação é livre se abrir nossa existência <*Dasein*> à essência da técnica. Caso correspondamos à essência, estaremos aptos a experimentar o técnico <*das Technische*> em sua delimitação (HEIDEGGER, 1997, p. 42).

Heidegger (1953), lança luz aos desafios que devemos ultrapassar na era da técnica caso pretendamos estabelecer com ela uma relação mais original e, portanto, livre. Para o filósofo “tecnologia é o título que conferimos ao ente quando este é perpassado não pela técnica, mas sim por sua essência – e não qualquer uma, mas a que se encontra vigente em nosso tempo”. A técnica seria um modo de desvelamento da existência “ela é formadora de uma época, expressa um modo de ser do mundo, pois é a correspondência entre processo de posicionamento da realidade e uma forma de pensamento” (POSSAMAI & SOUZA, 2010, p. 630).

Para Heidegger (1953), técnica e essência da técnica, não guardam a mesma correspondência e, nesse sentido, o filósofo nos convida a pensar que talvez, não façamos a experiência do fenômeno em sua essência se nos mantivermos restritos a técnica instrumental, ou seja, aquela que surge para colocar nos trilhos a lida cotidiana.

A instrumentalidade não é neutra e “nos torna completamente cegos perante a essência da técnica” (HEIDEGGER, 1997, p. 43), que já antecipamos é a verdade enquanto desvelamento (*alethéia*). A técnica em si não nos apresenta nenhum mistério, mas opera ou não opera, simplesmente assim.



No entanto, se pretendemos caminhar para um relacionamento mais livre face a legislação da vida, precisaremos ainda de aproximação com os limites técnicos para que a partir daí, possamos corresponder a aposta de um cuidado mais meditativo junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas. Portanto, questionar a técnica é antes, como nos diz Heidegger, perguntar o que ela é.

A essência de algo vale, segundo antiga doutrina, pelo que algo é. Questionamos a técnica quando questionamos o que ela é. Todos conhecem os dois enunciados que respondem à nossa questão. Um diz: técnica é um meio para fins. O outro diz: técnica é um fazer do homem. As duas determinações da técnica estão correlacionadas. Pois estabelecer fins e para isso arranjar e empregar os meios constitui um fazer humano. O aprontamento e o emprego de instrumentos, aparelhos e máquinas, o que é propriamente aprontado e empregado por elas e as necessidades e os fins a que servem, tudo isso pertence ao ser da técnica. O todo destas instalações é a técnica. Ela mesma é uma instalação; expressa em latim, um *instrumentum*. (HEIDEGGER, 1997, p. 43, grifo do autor).

Deste modo, Heidegger, inicia seu questionamento acerca da técnica partindo de sua definição usual, falando de duas interpretações correntes que embora corretas, ainda não nos possibilita fazer a experiência da essência da técnica.

A interpretação antropológica diz que a técnica é uma coisa do homem, uma vez que somente a este ente cabe produzi-la na amplitude de suas ações no universo técnico que o caracteriza. Assim, a interpretação instrumental diz que técnica é meio para as resoluções de fins, logo correta diante de nós, tal interpretação descreve radicalmente nossas relações cotidianas de cuidado calculador voltado a menina que acolhemos.

De início, ele questiona as opiniões usuais de que a técnica é um simples meio para a consecução de um fim e a de que se trata de uma produção do sujeito, cujo uso pode ser controlado segundo sua vontade. Para ele, a técnica não é um saber voluntariamente produzido pelo homem, mas um horizonte histórico de desvelamento de sentido dos entes, ao qual co-respondemos, tanto mais fascinados e impotentes, quanto mais confiamos na ilusão de que a produzimos e controlamos (SÁ, 2009).

Tratando a técnica como o sentido de nosso tempo o pensamento heideggeriano ainda nos indica que tal fenômeno não está ao alcance de vontades, controles ou consciências, entretanto, a concepção usual da técnica, fundamentalmente, caracteriza nosso horizonte histórico. “Por isso, todo esforço para conduzir o homem a uma correta relação com a técnica é determinado pela concepção instrumental da técnica” (HEIDEGGER, 1997, p. 45).

“Tudo se reduz ao lidar de modo adequado com a técnica enquanto meio [...] o querer-dominar se torna tão mais iminente quanto mais a técnica ameaça escapar do

domínio dos homens” (HEIDEGGER, 1997, p. 45). Somos solicitados a cuidar do aperfeiçoamento técnico para que, capacitados, possamos substituir com eficiência o cuidado próprio da criança acolhida que tem a missão de ser alguém no futuro, logo de dar certo e assim, seguir a produção e a manutenção para que o mundo continue produzindo.

Diante de tal lógica, não só a natureza (*physis*) se enquadra, mas ainda tudo passa a ser explorado e a ter que ter útil enquadramento. Para que a produção possa continuar, a técnica informa o que é importante e assim, a normatização prevalece.

Lançados aos pés da impessoalidade cotidiana cada vez mais rápido, realizamos abandonos e substituímos o existir em quase tudo. A legislação da vida segue promulgando resoluções e encurtando prazos face aos complexos desafios que se busca combater. As urgências de agir não encontram pausas e o pensamento calculador segue predominante controlando a vida.

Mas, supondo que a técnica não seja um mero meio, como se coloca a vontade de dominá-la? Havíamos dito, contudo, que a determinação instrumental da técnica estava correta. Com certeza. A certeza, afirma sempre alguma coisa que é adequada ao que está à frente. Mas para ser correta, a afirmação não necessita de modo algum desocultar em sua essência o que é verdadeiro. Por isso, o que é meramente correto ainda não é o verdadeiro (HEIDEGGER, 1997, p. 45).

Sabemos o quanto é difícil sustentar a originária abertura para não sucumbir ao fechamento que também nos é próprio. Contudo, para que possamos nos relacionar com o cuidado calculador de modo mais livre, logo de modo mais meditativo e não tanto impessoal, precisamos pela técnica fazer uma experiência para além de sua definição usual, ou seja, antropológica e instrumental.

Ao indagá-la nos aproximamos de sua essência que, por sua vez nos reconduz ao desocultamento da verdade que se doa junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas, onde atuamos e, deste modo, “somente o verdadeiro nos leva a uma livre relação com o que nos toca a partir de sua essência” (HEIDEGGER, 1997, p. 45).

Nesse sentido, se em nosso campo de atuação deixamos escapar o tempo para dar atenção ao encoberto, ao mistério, a possibilidade de um cuidado meditativo ao lado da menina acolhida, correremos o risco de nos perdemos nas malhas da normatização e assim, repetirmos padrões de cuidados viciosos.

Voltando a atenção para a história das irmãs Vitoria e Maria, adotadas por Rose, nos inquietamos com a lembrança de que as meninas foram acolhidas para serem

protegidas da dependência química da mãe biológica, entretanto, sob a guarda de Rose, Vitoria não conseguiu estar a salvo de outro tipo de droga, a risperidona.

Heidegger [...] a partir de uma desconstrução da visão instrumental da técnica, revela sua essência. Em primeiro lugar, ele aponta, como princípio da instrumentalidade, a ideia de causa e efeito, a causalidade. Em seguida, discute o sentido moderno de causa por meio de uma interpretação mais originária do termo que o leva às noções gregas de *physis* (natureza) e *alétheia* (verdade, desvelamento). Finalmente, ele mostra o parentesco entre a essência da *téchne* grega e a técnica moderna, bem como sua diferença radical (SÁ, 2017, p. 65, grifo do autor).

O pensamento heideggeriano nos fala que a causa da técnica se dá como consequência de uma provocação, bem como pelo fim de algo que irá determinar os meios “onde fins são perseguidos, meios são empregados e onde domina o instrumental, ali impera causalidade” (HEIDEGGER, 1997, p. 45). Remontando a Aristóteles, Heidegger (1953), nos fala da doutrina das quatro causas.

Há séculos a filosofia ensina que há quatro causas: 1. a *causa materialis*, o material, a matéria a partir da qual, por exemplo, uma taça de prata é feita; 2. a *causa formalis*, a forma, a figura, na qual se instala o material; 3. a *causa finalis*, o fim, por exemplo, o sacrifício para o qual a taça requerida é determinada segundo matéria e forma; 4. a *causa efficiens*, o forjado da prata que efetua o efeito, a taça real acabada. Se remetermos o instrumento à causalidade quádrupla, desocultar-se-á o que a técnica é representada como meio (HEIDEGGER, 1997, p. 47, grifo do autor).

Nesse sentido, as causas são o que provocam efeitos e determinam os modos de cuidado da infância acolhida. Pensando o cuidado calculador que se faz presente a instituição de acolhimento para meninas, justificado por um domínio científico, compreendemos que o serviço visando resultados, logo eficiência, realiza na maioria das vezes, a proteção da criança ao modo da preocupação substitutiva conforme já anunciamos. Verificamos, assim como nos alerta Heidegger (1953) que das quatro causas ensinadas por Aristóteles, somente a “*causa efficiens*” guarda seu vigor em nosso tempo (SÁ, 2017, p. 65).

*Não vamos dizer nada para o casal, depois quem é que vai querer essa menina. O que temos a perder? Já estamos com ela há quase dois anos, não temos nenhuma proposta para ela. Temos que arrumar alguma coisa, temos que tentar, ela tirou a sorte grande!* (Fala de uma assistente social em um certo estudo de caso). (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018, manuscrito, grifo do autor).

Em Heidegger (1953) compreendemos que a “*causa efficiens*” determina toda causalidade e isso de um tal modo que a “*causa finalis*” chega a deixar de ser considerada. Podemos nos arriscar a dizer que não é raro assistir a casos de acolhimento de menina

onde a adequação a “nova” legislação, aos “novos” parâmetros técnicos, aos “novos” prazos, tornaram-se tão ou mais importantes do que o tempo propriamente dito da criança.

O cuidado calculador nos conduz a instrumentalidade e onde há instrumentalidade também há causalidade. Os fins com os quais se determinam os meios da proteção e do cuidado da criança acolhida, nem sempre consideram a troca e o diálogo mesmo em tempos de multidisciplinaridade.

Desta forma, as causalidades permanecem obscuras e com elas a essência da técnica. Nesse sentido, o verdadeiro não encontra abertura para revelar-se e o cotidiano abruptamente abandonado deixa de ser tematizado. Assim, dá-se a manutenção dos processos de abandono da infância em nosso horizonte.

[...] Oculta-se a dimensão de um cuidado responsável pelo fazer-vir (*ver-anlassen*) o ente à presença. Esse “deixar vir a presença, seja ele intermediado ou não pelo homem, os gregos denominam *poieses*, pro-dução (*Hervor-bringen*). As coisas que vêm à presença por si mesmas, as coisas da natureza (*physis*), e as coisas que vêm à presença pela arte do homem (*téchne*) fazem todas partes do pro-duzir da *poiesis*. Esta, por sua vez, enquanto modo de manifestação do que se oculta, é solidária da *alétheia*, o desvelamento, que chegou a nós, pela tradição latina, como “verdade” (SÁ, 2017, p. 66, grifo do autor).

Atravessando o tempo, a noção de causa fala de uma experiência grega que buscava correspondência com a presença do que aparecia. Assim, a técnica que conhecemos hoje, guarda relação com a *téchne* grega para além de sua etimologia. Logo, técnica é um modo de desvelamento e não apenas um meio para um fim. Portanto, antes de ser produção de serviços e equipamentos, ela é produção de verdade, desvelamento e de possibilidade de sentido do ente. Contudo, se o modo de desvelamento de *téchne* “pertence à *poiesis*, enquanto produção que ‘deixa aparecer’ o que se oculta” o modo de desvelamento que prevalece na técnica tal como conhecemos “é radicalmente diferente” (SÁ, 2017, p. 66).

A noção grega para a palavra *téchne* designava controle dos processos de produção, guardava ainda o sentido de arte. Por conseguinte, o que importava na técnica dos gregos não era o emprego de meios para determinados fins, mas sim o fato de que produzir algo trazia a luz o que estava encoberto e assim, se dava a produção de *poieses* como presença da *téchne*. Se nem todas as coisas são produções humanas e sabemos que nos relacionamos com a técnica, podemos buscar experimentar por meio desta, uma experiência que nos libere um “novo enraizamento” (HEIDEGGER, 1955, p. 25).

A técnica não é, portanto, meramente um meio. É um modo de desabrigar. Se atentarmos para isso, abrir-se-á para nós um âmbito totalmente diferente para a essência da técnica. Trata-se do âmbito do desabrigamento, isto é, da verdade (HEIDEGGER, 1997, p. 53).

Acolher a menina para depois reintegrá-la a família, deveria significar ainda cuidar em correspondência com o cuidado próprio e poder-ser da criança. Isso significa aguardar o tempo de cada menina para que se abra para suas próprias possibilidades. Logo, consideramos que a instituição que acolhe, bem como as famílias de origem – extensas ou substitutas – devessem se doar em relação e espaço para que a criança pudesse habitar sua infância na paz, na segurança e na liberdade de um abrigo (HEIDEEGER, 1951/2008b). Talvez, assim, possamos vislumbrar tempos onde os abandonos não se multipliquem.

Mas, a técnica segue padronizando o tempo dos atendimentos e assim, não favorece a manifestação do que a partir dela vem à presença, mas primeiro “impõe uma provocação para que tudo se exponha apenas como matéria-prima disponível à intervenção técnica” (SÁ, 2017, p. 66).

Técnica, então, atualmente, não é simplesmente sinônimo de procedimento. Um procedimento pode ter características pessoais, pode ser um jeito próprio de alguém realizar alguma coisa. Mas a técnica é impessoal, ela é autônoma com relação ao sujeito. Uma técnica deve poder ser usada por não importa quem, contanto, que seja bem aprendida. É o que ela produz também deve servir para qualquer pessoa que pertença ao público ao qual seu produto é destinado. O importante é que haja um objetivo bem definido, a especificação dos modos, dos instrumentos pelos quais o objetivo será atingido. Ela deve chegar ao resultado previsto com exatidão, segurança e rapidez. Deve poder ser avaliada por meios previamente definidos com objetividade e, por isso, é importante a padronização em seu processo. Uma técnica é avaliada como útil quando é eficiente em vista do que se propõe atingir e quando o faz sem ou com o mínimo de efeitos colaterais, o que pode ser evidenciado por meio de pesquisas e com o emprego da estatística (POMPEIA & SAPIENZA, 2011:126-127).

Sobrepondo-se cada vez mais a ontologia tradicional, o fenômeno da técnica surge como um modo de pensar o ser a partir de uma mudança de ordem metafísica após a Idade Média, quando o homem se tornou ávido por sua figura, o que o fez apoderar-se da existência mesma, uma vez que até então, a posição do homem no cosmo era de adequação (POSSAMAI & SOUZA, 2010, p. 631).

Se, atualmente quase tudo, em nosso horizonte de sentido precisa de uma visada útil e por isso de modo apriorístico é posto, Heidegger (1953) vai designar esse modo de disponibilidade recorrendo a palavra *Bestellen* que além de trazer o sentido de provisão, fundo ou estoque, diz ainda de um modo próprio de estar presente como provocador da

técnica, sendo esse o modo histórico de desvelamento de sentido que caracteriza a essência da técnica. Heidegger (1953) então lança mão da palavra *Gestell* que embora não guarde relação com a técnica, designa o modo de desvelamento de sua essência (SÁ, 2017, p. 66).

O termo *Gestell* não é usado no sentido corrente de armação, cavalete, chassi; mas o emprego proposto por Heidegger, embora inabitual, é linguisticamente possível no alemão. O prefixo *ge-*, um dos mais usados na língua alemã, tem o sentido de relação, junção, reunião. *Gebirg* é a cadeia de montanhas (*Berge*); *Gemut* é a alma ou o coração, o centro que reúne e concentra os estados de ânimo (*Mut*); *Gestell* é a reunião, a concentração, o centro a partir do qual se manifestam todos os modos do *Stellen*, do “*pôr*”. Essa explicação indica, apenas, um caminho inicial para a compreensão, já que *Gestell*, como vimos, não é uma coisa, mas um modo de desvelamento através do qual as coisas vêm a ser (SÁ, 2017, p. 67, grifo do autor).

“A tecnologia é um modo de pensar (o ser) planetário, que serve à armação (*Gestell*) de uma nova ordem humana” (POSSAMAI & SOUZA, 2010, p. 631). Nesse sentido, para Heidegger (1953) essência da técnica tal como se emprega contemporaneamente, não se deixa apreender apenas a partir do cuidado calculador, não se resume a um simples meio onde fins são alcançados. A essência da técnica circunstancia um modo de desvelamento de sentido que não guarda neutralidades.

Ambígua, a essência da técnica de um lado provoca o homem a requisitar e a ser requisitado como material humano disponível para o consumo ocultando assim, a essência da verdade enquanto *aletheia*, conduzindo ao perigo a essência do homem enquanto cuidado.

Por outro lado, a essência da técnica é um modo de desvelamento e em tal visada, nos lembra que devemos guardar nossa escuta e correspondência ao ser, colocando-nos a salvo da desmedida que ameaça nossa essência. Se percebemos o que nos conduz a cegueira e assim, “o esquecimento pode transformar-se em lembrança e correspondência a outras possibilidades históricas de desvelamento de sentido (SÁ, 2017, p. 68-69).

Para Heidegger, a técnica moderna além de ser estranha à linguagem cotidiana, é incapaz de ser medida ou controlada pelo homem – esta talvez nossa maior ilusão [...] A técnica está relacionada diretamente com a história do ser, mas Heidegger só começa a problematizá-la ao perceber sua conexão com o destino dessa história na era moderna – nesse sentido, a técnica antiga é diferente da técnica moderna. Hoje, ela é também ideologia, pois seus objetivos participam da própria construção do sistema tecnológico. O homem passa a ser visto como matéria para qualquer tipo de cálculo e operação. A potência metafísica que os gregos viam na *phýsis*, nós vemos – por meio da técnica – no homem. Mais tarde, até isso se perderá, se transferirmos todo esse poder para a máquina. A técnica passou a ser a resposta líquida e certa para os problemas aos quais não meditamos ou sequer formulamos mais (POSSAMAI & SOUZA, 2010, p. 631, grifo do autor).

A crítica heideggeriana a questão da técnica não visa sua correção e muito menos, pretende substituí-la por outro modo de saber ôntico mais verdadeiro. O que a crítica nos convida a pensar acerca de nossa experiência atual, aponta para o modo histórico da preocupação calculada voltada para a infância.

Sendo assim, pensar a verdade como correção restringe o cuidado ao modo calculador, portanto, sugere que tomemos o campo como se ele fosse algo possível de descrição por meio da automação que toma a quem o descreve. Nesse sentido, compreendemos em Heidegger (1953) que os modos de fazer científico, predominantemente de forma incontornável, reafirmam cuidados viciosos que atravessam o tempo e fazem eco em nosso contexto de atuação.

Portanto, Heidegger (1953) nos ajuda a compreender que a experiência da verdade enquanto *aletheia*, ou seja, enquanto essência da técnica surge justamente da modulação da experiência da não verdade, logo da experiência enquanto adequação. Por isso, ao percebemos que nosso cuidado estava situado em meio aos processos de reordenamento dos atuais serviços de acolhimento, buscamos pela pesquisa nos recolocar diante da noção de ser-aí que em sua essência é cuidado.

Atentos a questão da técnica, guardamos a lembrança de que somos em abertura e assim, reconquistamos a possibilidade de correspondência ao campo cuidando de modo mais meditativo. Exercitando a possibilidade da abertura estrutural de nossa existência, esperamos conseguir rearticular as modulações existentes entre os cuidados que calcula e o que medita.

Em Heidegger (1927) compreendemos que o conhecimento, bem como a questão da técnica se coloca para além de uma função que pertence ao homem. Logo, a “compreensão” (*Verstehen*) é para o filósofo uma abertura de sentido originária ao ser-no-mundo, ou seja, não se é primeiro ser-aí para depois compreender, existir é já ser sempre uma abertura de sentido pré-compreensiva.

Todo conhecimento já se abriu de forma não temática à pré-compreensão. Não se interpreta para compreender, só é possível interpretar porque já se compreendeu. Toda interpretação, no sentido usual do termo, é elaboração e explicitação temática do pré-compreendido (SÁ, 2017, p. 63).

Assim, ao perguntarmos pela escuta indissociável da clínica por assim dizer, compreendemos que tal possibilidade encontrou abrigo na correspondência a um modo de cuidado capaz de sustentar a necessária abertura diante de um horizonte que é predominantemente técnico.

Nesse sentido, voltamos a esclarece que não pretendemos ultrapassar o projeto técnico científico através da instauração de alguma vontade individual da psicóloga em questão, mas sim compartilhamos uma possibilidade de pensar o cuidado diante de nosso horizonte.

Tal caminho não se trata de uma escolha que fizemos voluntariamente, mas justifica-se em uma identificação histórica na qual estamos lançados. Uma breve tematização sobre os possíveis sentidos de escuta clínica em tal ponto da pesquisa parece-nos relevante face a sua desautorização junto aos contextos dos serviços das instituições de acolhimento.

Deste modo, realizamos uma pausa para pensar alguns sentidos para a palavra clínica em tempos de cuidados articulados em rede. Esperamos com isso, proporcionar abertura frente ao nosso campo de atuação à medida que nos apropriamos de nossa situação hermenêutica e assim, possamos relativizar de algum modo, nossas identificações. (SÁ, 2017, p. 64).

## **2.2 - Em Tempos de Articulação em Rede: Possibilidades de Escutas**

“O mundo inteiro sopra e venta”  
(SCANLON & FRAZEE, 2013)

Até aqui buscamos contextualizar algumas noções que contribuíram com o exercício de nosso cuidado, que situado junto a um serviço institucional de acolhimento para meninas conseguiu para além dos limites técnicos corresponder a sua escuta.

Para tanto, procuramos compreender uma atitude mais livre aberta ao diálogo e assim, capaz de corresponder uma disposição mais serena mesmo diante de um horizonte tão angustiante como é o da infância em vulnerabilidade social no Brasil.

Por meio desse exercício fomos reconduzidos à essência da técnica compreendida então como um modo histórico de produção de verdade que além de seu sentido técnico cuja meta visa produção e controle, surge ainda como desvelamento, *aletheia*.

Portanto, a verdade como desvelamento afina outros modos de preocupação e faz lembrar, por exemplo, que mesmo diante do trabalho prescrito, ou seja, técnico, também podemos guardar nossa liberdade para acolher o que nos vem ao encontro pela lida



cotidiana com a menina acolhida. Como ser-no-mundo-com-as-meninas-acolhidas precisamos nos fazer em relação, logo essencialmente cuidado.

Deste modo, agora buscamos direcionar nossa atenção as possibilidades que se abriram a nossa escuta em tempos de articulação de cuidados em rede. Para tanto, não deixaremos de considerar que a psicologia, historicamente, surge em meio a um horizonte nada coeso, onde a técnica produz verdades neutras na contramão de um certo horizonte de sentido.

Se por um lado, é difícil delimitar alguma identidade mínima para o conjunto de teorias e sistemas agrupados historicamente sob a denominação de psicologia clínica, por outro, pode-se constatar nesta diversidade de abordagens e condutas a mesma intenção de fundo do projeto epistemológico da modernidade, designada por Heidegger como a era da técnica (SÁ, 2017, p. 64).

Partindo dessa noção heideggeriana, esperamos tematizar uma das principais restrições dirigidas ao nosso cuidado, logo escuta em questão.

Vale salientar que não está previsto nas normativas vigentes que o psicólogo desenvolva atividades direcionadas ao atendimento clínico da criança, quando verificada essa necessidade a criança deve ser, devidamente, encaminhada para tal atendimento na Rede de Saúde Pública, preferencialmente. Ademais, é preciso reforçar que o trabalho do psicólogo nas instituições de acolhimento é de fundamental importância para a excelência do serviço sócio-assistencial. Portanto, é imprescindível que o profissional da psicologia compreenda o seu papel neste cenário institucional e busque desenvolver atuação condizente com o propósito do serviço de acolhimento e de acordo com as orientações e normativas vigentes, relacionadas ao sistema de garantias de direitos de crianças e adolescentes (Relatório Técnico da Psicologia do MPRJ, 2014, p. 8-9).

Deste modo, ao olharmos para nossa transgressão técnica, tematizamos o fazer-se cuidado, acolhimento, ao lado da menina Lua junto ao próprio âmbito institucional, escuta que se doou e que buscaremos clarificar no próximo capítulo.

Desta maneira, para além da lógica calculante que se apresentou ao nosso cuidado como um atravessamento de nosso tempo, assumimos a hipótese de que por meio de uma certa peculiaridade da escuta em questão, a experiência junto ao campo institucional não se restringiu ao trabalho prescritivo, mas antes buscou pela construção de sua prática. Fazendo-se morada para o tempo de acolhimento da menina, lembramos que não fazia sentido negligenciar a procura da criança, mesmo diante do apelo técnico de descentralização do cuidado da infância acolhida.

O atendimento humanizado de crianças e adolescentes em serviços de acolhimento requer uma estreita articulação entre o Sistema Único de Saúde – SUS e o Sistema Único de Assistência Social – SUAS. Desse modo, orienta-

se que os órgãos gestores dessas duas políticas desenvolvam estratégias conjuntas e elaborem protocolos de atenção integral à saúde de crianças e adolescentes que se encontram em Serviços de Acolhimento, bem como de suas famílias [...] Nos casos de crianças e adolescentes com transtornos mentais e/ou que apresentam problemas devido ao uso abusivo ou dependência de álcool e outras drogas, deve ser acionada a rede de saúde mental, por meio das ações de saúde mental na Atenção Básica, do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) ou, onde houver, o Centro de Atenção Psicossocial infanto-juvenil (CAPSi), especializado no atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais graves (autismo, psicoses, neuroses graves, abuso ou dependência de álcool e outras drogas), (RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 18 DE JUNHO DE 2009, p. 46-47).

Face a orientação, achamos oportuno esclarecer que via também de regra, nossa instituição não acolhe meninas com transtornos mentais graves conforme destaca a citação acima. No entanto, algumas exceções já ocorreram desde que iniciamos nossa experiência junto à instituição e assim, lembramos de dois casos de meninas, uma com autismo e outra que se prostituiu e cheirava cola em temporadas junto as ruas da cidade.

Tais exemplificações, nos ajudam ilustrar nossa relação de cuidado com as meninas acolhidas, bem como de nossa articulação com a rede de proteção. Portanto, durante o tempo que permaneceram acolhidas, as meninas foram acompanhadas pela rede de saúde pública e ainda, encontraram uma certa terapêutica em nosso campo institucional pela abertura que também se doava.

Titi, 07 anos, foi acolhida junto com sua irmã gêmea pela equipe técnica. A menina é autista e vivia em situação de rua com a família. No ato do acolhimento estavam sujas e com fome. Após alimentá-las conduzimos as irmãs ao dormitório para um banho antes da apresentação do espaço institucional. Durante o banho, Titi nadava no chão do box do banheiro como um peixinho feliz em contato com a água e assim, dizia que gostava de brincar com água. Sorrindo, veio ao meu encontro, subindo em meu colo esboçou um beijo como forma de agradecimento. A menina me dizia que era afetuosa e também agradecida. Titi não pronunciava palavras, não escovava os dentes, não usava o vaso sanitário, não fazia as refeições sozinha e colocava na boca tudo o que via pela frente, mas pelo abrigo, aos poucos, começou a balbuciar alguns sons, aprendeu a comer sozinha a mesa e demonstrou gosto por frutas, a sua preferida era maçã! Através da disciplina institucional, estabeleceu outra relação com o tempo e assim, indicava quando precisava ir ao banheiro, quase sempre, no final da tarde. Para além da satisfação de observar a autonomia que crescia na menina, era bom vê-la brincar no balanço, onde se deixava tocar pelo movimento do brinquedo, logo pelo brincar, a menina, nos ofertava sorrisos largos. Titi gostava de dar carreiras nas educadoras e um dia também precisei correr atrás dela que em fuga gargalhava parecendo dizer: você não me pega. Titi demonstrava gostar receber carinho das meninas, principalmente, de Lúcia que também era irmã de autista e talvez, por isso, parecia bem compreender o mundo de Titi. Durante o tempo que durou o acolhimento de Titi, a menina passou a frequentar o CAPSi regularmente, uma vez que já era referenciada no serviço antes de chegar a nossa instituição. Pela carência de cuidadores na instituição que pudesse acompanhar a menina, a psicóloga em questão foi designada para acompanhar Titi até o equipamento e, deste modo, face a compreensão que se doava na companhia da menina, aproveitava para compreender melhor o mundo da criança. Nesse sentido, entendemos que não

ocorria sobreposição de atendimento, uma vez que a escuta de Titi junto ao CAPSi era de uma técnica de enfermagem. Portanto, acompanhar Titi ao equipamento era oportuno, pois enquanto a menina estava sendo atendida aproveitávamos para atender a mãe da criança que, quase sempre, comparecia ao CAPSi para visitar a filha. Com Maia, mãe da menina, buscávamos refletir sua situação de rua, bem como a necessidade de aderir acompanhamento junto ao CAPS para adultos. Desta atenção, tivemos retorno positivo do CAPSi que dizia que após o acolhimento de Titi, a criança passou a corresponder melhor as atividades do equipamento. Titi e a irmã quando foram transferidas para outras instituições de acolhimento acabaram separadas e, então, recebemos a notícia de que haviam sido destituídas da genitora que possuía diagnóstico de esquizofrenia. Titi seguiu acolhida e sua irmã foi adotada (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Vick, 08 anos, morava com sua mãe no morro e por vezes, habitava as ruas da cidade. Filha caçula dizia que a mãe só ligava para o irmão. Não conseguimos atender a mãe da menina, uma vez que a mesma nunca buscou pela filha junto a instituição e face a violência da comunidade onde residia a família, a equipe técnica não realizou visita domiciliar. Da história da menina soubemos por meio de relatórios emitidos pelo Conselho Tutelar, bem como pela narrativa da própria criança. O tempo de acolhimento de Vick foi breve junto ao nosso serviço, pois a menina foi transferida para uma instituição “especializada” no cuidado em dependência química. Durante o tempo que acolhemos Vick, a menina, chegou a ser referenciada no serviço de saúde, mas não iniciou acompanhamento diante da fila de espera para os serviços de saúde público. Enquanto esteve acolhida recebeu atenção psicológica na própria instituição de acolhimento e assim, nosso cuidado tentava acolher a menina nos momentos mesmos que sentisse vontade de cheirar cola e logo escutávamos as demandas de Vick que falava de sua relação com a mãe e com o irmão. A menina de modo espontâneo procurava a equipa para falar de seus desamparos e assim, não negamos escuta a criança. Após sua transferência, de modo período, passamos a ter notícias das instituições por onde passava, uma vez que a menina dizia que era do Orfanato. Logo, as novas equipes de referência de Vick faziam contato com a nossa em busca de maiores informações da menina. Nesse sentido, Vick demonstrava que o campo de nossa instituição havia sido sua casa, mesmo que de modo provisório. Soubemos entre acolhimentos e evasões que Vick continuou fugindo das instituições para as ruas para usar drogas. Na rua, corpos adultos doentes violavam seu pequeno corpo de menina. Estuprada Vick tornou-se soropositivo. O último contato de equipe técnica de Vick veio do DEGASE e pelo juízo, ao nosso encontro, veio o fim da curta trajetória da menina negra e franzina (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Diante das orientações técnicas que norteiam os serviços de acolhimento, considerando às histórias de meninas como Titi e Vick, compreendemos que a escuta do sofrimento infantil pela psicóloga da equipe técnica em questão não conseguiu deixar de se preocupar, logo de cuidar de modo meditativo das meninas, durante a brevidade de seus acolhimentos. Assim, pensando sobre a ampla rede de cuidados, questionamos o cuidado calculado entre medidas protetivas que deixou escapar a possibilidade de corresponder ao sentido, em especial, durante a trajetória de Vick.

Por viver entre pesadas paredes, era um coração que não tomava sol.  
Ele tinha como trabalho guardar na memória tudo aquilo que o castelo vivia, pensava e sonhava.  
Muitos assuntos surgiam do leste ou chegavam do oeste, e o coração tudo guardava sem saber por que vinham (QUEIRÓS, 2011: 7).

No tempo do acolhimento das meninas nossa prática se unia e afinava não só pelo cuidado orientado pela técnica, mas também acontecia no próprio âmbito institucional por meio da relação estabelecida de proximidade com as crianças. Assim, fomos cuidando de nossa abertura por meio da pesquisa, bem como das meninas de modo meditativo, sustentando liberdades face a incompletude, não só institucional, mas antes da existência.

Deste modo, problematizamos a escuta do psicólogo da equipe técnica do abrigo, pois consideramos que entre o tempo da proteção e do cuidado articulado em rede, o sentido de estar em família e em comunidade para a criança acolhida, também é rearticulado pela equipe institucional através de atendimentos individuais ou em pequenos grupos.

Logo, para a psicóloga em questão tal escuta guarda limites e possibilidades com uma pré-compreensão clínica e assim, para melhor explicitar nosso entendimento revisitaremos brevemente, um pouco, da psicologia enquanto campo de saber nada coeso, portanto, distante da suposta neutralidade.

[...] Ainda não se foi o tempo em que existiam muitas críticas e preconceitos em relação à psicologia clínica. Como, por exemplo, a ideia de alienação que reveste essa prática, dos processos sociais, e da ideologia burguesa e elitista que permeava esse campo de estudo e profissional; principalmente a partir dos anos setenta, quando o nosso país vivia uma ditadura e cobrava-se do psicólogo uma postura engajada politicamente. Nesse cenário, a clínica psicológica surgia como uma prática alienante, segundo as críticas, uma vez que não tratava dos determinantes sociais que provocavam o mal-estar da época e por focalizar somente o indivíduo e, como isso, deixando de fora o seu contexto social. Parece uma inverdade, mas tais ideias e representações acerca da clínica ainda são muito frequentes (DUTRA, 2008, p. 225).

Diante de nossa experiência junto a instituição, concordamos com Dutra (2008) quando está chama à atenção para a tradição da psicologia que parece não acompanhar alguns processos de desconstrução da clínica, não em sentido de destruição, mas de reconstrução e reinvenção de saberes e práticas que tem ocorrido nos últimos anos.

A pesquisadora lembra ainda, que se faz necessário reconhecer que a clínica tradicionalmente, pouco esteve inserida junto “ao sistema público de saúde, aos serviços de saúde mental, comunidades, instituições, públicas ou privadas, etc., enfim, naquilo que comumente é designado como social” (DUTRA, 2008, p. 225).

Nesse sentido, é preciso reconhecer que muitas das compreensões acerca da psicologia e de sua escuta guarda certa confusão (FIGUEIREDO, 1996 apud DUTRA, p. 225) em decorrência da própria história da psicologia enquanto ciência e profissão.

Sabemos que a clínica acabou adotando um modelo médico como parâmetro, “o que pode ser reconhecido quando pensamos no objetivo de cura e na noção de psicopatologia que impregnam a concepção de clínica até hoje” (DUTRA, 2008, p. 225).

Outra concepção que impregna a clínica é a científica. Voltando a atenção para a história do pensamento, mais uma vez nos deparamos com o progresso científico como podemos acompanhar, por exemplo, em o “Discurso do Método” de *Descartes*. Em tal obra o filósofo nos fala de regras inevitáveis para o âmbito do pensamento. A primeira das regras nos orienta a “duvidar de tudo que não seja por si mesmo evidente de modo claro e distinto”; a segunda sugere “dividir cada dificuldade em tantas partes quanto possível e necessário for para resolvê-las”, enquanto a última e terceira regra diz para “por em ordem os pensamentos, começando pelos assuntos mais simples e mais fáceis para atingir, paulatina e gradativamente, os mais complexos” (apud FIGUEIREDO, 2009, p. 105-106).

Assim, guardamos uma pré-compreensão acerca do método científico que consiste em fazer evoluir “o conhecimento seguindo a ordem e disposição dos objetos e indo sempre do mais simples ao mais complexo” (FIGUEIREDO, 2009, p. 106).

Com isso, espera-se “separar, desligar uma coisa da outra para poder” (FIGUEIREDO, 2009, p. 106) então cada especialidade deter-se no aprofundamento de suas partes em seus respectivos campos.

Técnico e especializado, o pensamento moderno cada vez mais marca o nosso tempo e circunscreve por assim dizer, limites onde fenômenos pertinentes a cada disciplina precisam dividir e ainda reunir seus objetos por meio de atividades “multi” e “inter” disciplinares.

Aprioristicamente, a técnica diz como devemos conceber a realidade e, desta forma, “poderíamos falar destas concepções designando-as como sendo a materialização do real” (FIGUEIREDO, 2009, p. 107). Tal caminho nos conduziria a percepções homogêneas que poderiam ser capazes de realizar descrições precisas em redes através do cálculo exato dos fenômenos naturais.

Calcular é estabelecer relações rigorosas entre partes ou aspectos da realidade e delas extrair informações que nos permitam explicar, prever e, eventualmente, controlar os fenômenos. Para que seja possível descrever com precisão e calcular com exatidão é necessário supor que a natureza seja uma e que haja na natureza tanto linhas naturais de fraude, definindo os limites de cada fenômeno e de cada região ou domínio, como inter-relações reguladoras entre os fenômenos e os domínios (FIGUEIREDO, 2009, p. 107).

Cada disciplina deveria ser naturalmente capaz de ajustar-se e complementar-se à outra como se espera da dupla psicólogo e assistente social, disciplinas, presentes não só nos limites dos âmbitos das instituições que acolhem as crianças, mas ainda em diversas equipes do Sistema de Garantias de Direitos da infância.

Portanto, nos contextos dos serviços de acolhimentos, tal dupla de disciplinas deve tratar de fenômenos próximos quando da efetivação da medida protetiva e do cuidado da criança, muito embora ainda, alguns assistentes sociais defendam a prática da visita domiciliar, por exemplo, como exclusiva ao campo. Apegados a preconceitos, acreditam que a psicologia deva se relacionar apenas com questões ligadas as emoções e revelações das crianças (SILVA. Diário de Campo. 2013-2018. Manuscrito).

As fronteiras entre as disciplinas tendem abrir espaço para o surgimento de novas abordagens, práticas, que fazem uso de teorias psicológicas independentemente da graduação em psicologia. Em tal horizonte, a técnica até pode aclarar a realidade por meio do múltiplo, no entanto, frente a convergência de muitos campos ainda pode descentralizar em demasia o cuidado próprio daqueles que buscam cuidar. Olhando para o caminho da psicologia.

[...] Wundt, um dos pioneiros da psicologia como ciência *sui generis* e que chamou a psicologia de “ciência intermediária” [...] colocava a psicologia como uma ciência entre outras ciências, como uma disciplina entre disciplinas, ou seja, como uma *ciência interdisciplinar*. É preciso que se entenda bem o sentido deste *entre*. É claro que toda ciência está sempre entre outras, ocupando o seu domínio bem determinando no sistema da natureza, o que permite, exatamente, que em dadas circunstâncias os esforços de várias disciplinas possam convergir: este é o sentido da multidisciplinaridade. No entanto, o *entre* implicado na natureza intermediária e interdisciplinar da psicologia teria outro sentido: não se trataria de uma disciplina apenas colocada entre outras, mas de uma disciplina constituída no e pelo “entre outras”. Wundt, por exemplo, via a psicologia tanto como constituída nas suas relações com as ciências biológicas – e, neste caso, a psicologia era *psicologia fisiológica e experimental* – como constituída nas suas relações com a antropologia, a filologia e os estudos da linguagem e da religião, etc. – e, neste caso, a psicologia era *etnopsicologia, psicologia dos povos ou psicologia social* (FIGUEIREDO, 2009, p. 108, grifo do autor).

Assim, a psicologia deveria significar ambas as coisas, ou seja, só se estabeleceria por meio de relações fundamentais com as ciências biológicas ou com as ciências sociais. No entanto, como as ciências naturais e sociais se integram se estas não compartilham das mesmas bases? Transitar entre estes dois polos nem sempre configura tarefa fácil.

O próprio Wundt [...] acabou lançando as bases para duas psicologias (a experimental e a social) e não para uma psicologia intermediária e interdisciplinar. Até hoje, embora a noção de ciência intermediária não seja

lembrada, grande parte da psicologia vive este impasse (FIGUEIREDO, 2009, p. 110).

Mas, se voltamos a atenção para o humano enquanto existência ao tematizamos nossa lida com as meninas acolhidas, bem como suas histórias vulneráveis articuladas a cuidados em rede, compreendemos que a psicologia em questão se situa em meio a uma grande dispersão histórico-social.

No entanto, compreendemos ainda que mesmo que as psicologias não ofereçam coesão, aqueles que decidem por tal caminho, guardam interesse comum pelo cuidado humano. Logo, as psicologias se localizam diante de um amplo sistema de pensamento que mutuamente se diferenciam (FIGUEIREDO, 2009, p. 110).

Face a dispersão frente a um campo orientado pela técnica, perguntamos ainda: Quais os limites e as possibilidades para a psicóloga em questão que acolhendo a menina precisa priorizar a articulação em rede e o diálogo interdisciplinar? Onde se localiza o entre de nossa escuta que junto ao campo se constituiu também como um cuidado indissociável de rearticulação do sentido? Em tempos marcados pelo cuidado calculador, a delimitação de fronteiras nos ajuda compreender que nenhuma disciplina está segura quanto a seus limites, logo lançados estamos todos em um horizonte de dispersões e especialismos.

Diante do horizonte técnico, estamos sujeitos a riscos. Ao sermos no e com o “entre disciplinar”, tendemos a nos perder na relação com os campos que praticam domínios próximos aos nossos como já mencionado. A possibilidade da interdisciplinaridade surge em nosso horizonte devendo manter-se aberta ao atravessamento de outros saberes que a coloca a caminho do encontro com a transdisciplinaridade.

A transdisciplinaridade sempre acaba transgredindo seus limites e assim, dificilmente suporta a lógica do cuidado calculador, uma vez que a própria transdisciplinaridade é compreendida como abertura difícil de ser suportada. “Estes passeios ao léu, tão indispensáveis à nossa formação e ao exercício do nosso ofício, devem ser – não há jeito – da iniciativa de cada um” (FIGUEIREDO, 2009, p. 112). Face a abertura há de se concordar que a atitude que cada psicólogo de equipe técnica institucional assume em relação a escuta, dependa de sua ética, de seu cuidado e de seu estar lançado.

Nesse sentido, nosso entre se fez e faz pelo diálogo com o campo e com a pesquisa que possibilita a atenção ao cotidiano, bem como um exercício de liberdade frente a vida

legislada. Deste modo, compreendemos que a dispersão do campo teórico não seria uma exclusividade do âmbito da psicologia, mas uma peculiaridade de nosso horizonte histórico que pela técnica reforça o esgarçamento das disciplinas.

Voltar atenção ao campo da psicologia e de sua origem correspondeu ao clamor de melhor compreender o âmbito que afina a cada vez, nossa experiência de cuidado. Portanto, dar atenção a palavra psicologia corresponde ir de encontro a outras duas palavras que na companhia de Pompeia & Sapienza (2011, p. 142) revisitaremos. Assim, correspondemos a *logos* e *psique* na etimologia da palavra psicologia.

Revisitando as trilhas deixadas pelas palavras encontramos no livro “Heráclito” (HEIDEGGER apud POMPEIA & SAPIENZA, 2011: 142) a palavra *logos* que preservava no século 6 a.C um sentido de união: “auscultando não a mim, mas ao *logos*, é sábio dizer que tudo é um”, face a tal orientação era possível chegar à noção de colheita que a palavra um dia já designou. Diante do que reúne, *logos* foi pensado como o ser dos entes em sua totalidade que podia ser ouvido pelo existente.

No entanto, com o desenvolvimento da metafísica e do pensamento científico, *logos* deixa de significar união para guardar outro sentido. Como enunciado, passa a designar a noção de ideia e assim, ao anunciar algo como algo dá-se um julgar expresso pelo verbo *reor* de onde a razão (*ratio*) surge designando *logos* como razão.

Pelo caminho, a palavra *logos* já significou reunião, enunciado, ideia, juízo, razão, até chegar a ser conhecimento e assim, passou a ordenar e organizar os conceitos dos entes em categorias.

No mundo ocidental, o conhecimento considerado como *logos* constitui-se com um caráter especial que podemos descrever da seguinte forma. De modo geral, ele parte de situações ou casos particulares e, depois de um processo de abstração, chega a generalizações mais amplas, o que permite o estabelecimento de categorias e a formulação de leis gerais que possam reger aquilo que é conhecido; ou, a partir de princípios ou ideias gerais, dedutivamente, segundo as leis da lógica, chega à explicação de casos particulares. De um modo ou de outro, porém, é importante que ele opere com universais, e isso implica um distanciamento da realidade enquanto o “em cada caso”, o “único”, “está coisa aqui”. Assim, a partir de um certo momento da história da filosofia, as coisas do mundo, que aí estão para que sejam conhecidas, passam a se chamar objetos (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 142).

Segundo nosso contexto, espera-se que a equipe técnica da instituição de acolhimento aprofunde a história de cada menina acolhida por meio de cuidados fragmentados através de uma rede de proteção, por exemplo. Cada cuidado especializado deve ajudar no diagnóstico das causas que circunstanciaram cada acolhimento, bem como



auxiliar com eficiência na retomada dos direitos garantidos por lei. Portanto, faz-se necessário que se decomponha o que se pretende conhecer em seus elementos mais simples como vimos em *Descartes* no “Discurso do Método” para que se consiga explicar as negligências e por meio de relações causais, responsabilizar os culpados.

(...) uma vez conhecidas as causas de algo, torna-se possível a busca de meios que permitam interferir nessas causas. Dessas interferências pode resultar a alteração daquela realidade. Conhecimento, nesse sentido, passa a ser um instrumento de intervenção, de modificação de uma realidade. A possibilidade de modificar uma realidade ou situação confere poder a quem a possui e, assim, o conhecimento se constitui como instrumento de poder [...]. No decorrer da história do mundo ocidental, o conhecimento, sob a forma da ciência e da tecnologia decorrente, foi se tornando de tal forma necessário e poderoso, que ele hoje está presente em todos os setores, dominando o planeta (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 143).

Deste modo, o conhecimento decorrente do princípio de causalidade diz que podemos interferir na realidade, por exemplo, da menina que acolhemos para a partir daí controlar sua vulnerabilidade pelo cuidado protetivo. Assim, se *logos* caminhou na direção de tal significado, a atual noção de conhecimento operacionaliza em nosso campo de atuação cuidados calculados dirigidos à infância acolhida.

Diante do horror da lembrança da infância segregada nas grandes instituições de um passado presente, compreendemos as atuais estratégias de cuidado localizado na descentralização do atendimento da criança entre serviços. No entanto, consideramos ainda que tal caminho solicite, cotidianamente, reflexão para que não se perca de vista o bem cuidar da infância, fazendo surgir outros modos abandono como observamos no crescente fenômeno da devolução de adotados aos abrigos.

Se no passado a infância sofria com os horrores da segregação asilar, atualmente, o sofrimento é marcado pela ruptura de vínculos que se doa entre idas e vindas entre serviços de acolhimentos e famílias até que se esgote o tempo da infância.

Desta maneira, ao darmos atenção ao nosso lugar junto ao cenário, fomos convidados a revisitar a palavra psicologia (em nosso horizonte) que reforçar o conhecimento da psique atrelado, sobretudo, ao princípio da neutralidade daquele que cuida em relação a quem é cuidado.

Pelo caminho, chegamos à palavra *psique* que do grego (*psyche*) designa sopro que também deriva psíquico (*psychikos*) que equivale a palavra latina *anima* quer dizer alma. Logo, a palavra *psique* e *alma* designam uma peculiaridade dos entes vivos de um modo geral.

Para Aristóteles, a alma é a forma, no sentido de essência, de todos os corpos naturais que têm vida. As plantas têm a alma que responde por suas funções de alimentação, crescimento, reprodução. A alma dos animais, alma sensitiva, desempenha mais outras funções, como discriminação, locomoção. E a alma dos seres humanos, além dessas funções que são comuns às plantas e aos outros animais, tem algo que a distingue, isto é, tem a faculdade da razão. O homem é o animal racional. O pensamento de Aristóteles predomina durante toda a Idade Média, com as modificações introduzidas por São Tomás de Aquino. No século 17, porém, Descartes rompe com a tradição aristotélica (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 145).

A partir então de *Descartes* como já anunciamos, surge o que passamos a conhecer como dualismo, ou seja, de um lado se tem algo que conhece (*res cogitans*), logo aquele que pensa, e do outro (*res extensa*) a coisa extensa, a matéria, tudo o que há para ser pensado e conhecido. A vida em um sentido aristotélico deu lugar ao princípio cartesiano (*res cogitans*) e assim, por meio da substância a palavra *psique* passou a dizer do sujeito, da subjetividade e da consciência que precisa conhecer o que há no mundo externo. O conhecimento decorrente de tal princípio consolida tendências explicativas racionalistas, passando a privilegiar a mente e a razão. Assim, os empiristas surgem para explicar a experiência sensível (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 145).

As teorias procuram explicações sobre como se pode entrar em contato com o que existe externamente, ou seja, como é que conhecemos o que há para ser conhecido, logo como podemos ter certeza de que o que se apresenta é verdadeiro. Com isto, as coisas do mundo se transformam em objetos e em tal contexto a verdade objetivada só pode ser conhecida fundamentalmente, pelo método científico considerado capaz de abrir mundo para aqueles que o operam.

Portanto, em finais do século XIX, as questões relativas à mente e ao comportamento do homem chegavam ao laboratório por Wundt que realizava pesquisas na área da sensação e percepção, avaliando tempos e modos de reação frente a estímulos como cor, tamanho, profundidade e movimento. A preocupação estava voltada para a capacidade mental de organizar ativamente tais informações.

No século XX, Sigmund Freud, através do enfoque clínico descreve a estrutura e funcionamento do psiquismo, lançando os mecanismos de sua teoria. Em tal modelo, não só estão presentes as palavras *psique*, mente e consciência, mas a palavra inconsciente passa a compor o vocabulário teórico como forte determinante da subjetividade e do comportamento humano.

Ainda no século XX, destacam-se outras duas tendências no âmbito da psicologia: a Gestalt que estuda o fenômeno da percepção e o behaviorismo que aponta a importância dos condicionamentos. Para os behavioristas, somente se pode conhecer aquilo que é

observável externamente no sujeito, logo o que pode ser quantificado, medido e controlado, abrindo caminho para o surgimento das teorias comportamentais.

O que antes pertencia ao sujeito ou a subjetividade a partir de tais teorias, passa a ser passível de ser conhecido com objetividade através do método científico das ciências naturais.

Além disso, com o desenvolvimento das pesquisas que visam ao conhecimento mais detalhado do cérebro e suas funções, aumenta a compreensão que temos dos componentes orgânicos que interferem nas emoções, no pensamento, nas doenças mentais. Nessa perspectiva, espera-se que a ciência objetiva, no caso a neurociência, dê conta da explicação da chamada vida psíquica. O que era a subjetividade torna-se algo objetificado. A alegria e a tristeza tornam-se uma questão de níveis de serotonina; a fé, uma questão de sinapses (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 147).

Face a tal horizonte, embora o foco continue sendo a subjetividade como algo interno ao humano, a palavra *psique* deixa em sua origem o sentido de “alma ou espírito” e caminha em direção ao pensamento que se debruça sobre seu objeto, bem como psiquismo que abrange consciente e inconsciente.

Segundo o enfoque comportamental, embora *psique* esteja presente na palavra psicologia uma vez que se fala em psicologia comportamental, o caráter de subjetividade acaba sendo esvaziado e o comportamento observável adquire relevância. Frente ao progressivo estudo do cérebro, a neurociência avança permitindo-nos falar de neuropsicologia e assim, onde a palavra *psique* passa a corresponder a um dado objetivo.

Isso significa que aquela conotação de subjetividade que cercava a palavra *psique* evapora-se, na medida em que pensamentos, emoções, valores, problemas “mentais” podem ser explicados por estruturas cerebrais, enzimas, neurotransmissores etc. (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 147-148).

Deste modo, se afinam olhares acerca da menina acolhida em nossa instituição pela segunda vez, pois acredita-se que o déficit escolar da criança guarda explicações junto ao campo da neurologia. Segundo avaliação da pediatria e do serviço social, a menina deveria ser encaminhada para avaliação neurológica (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Portanto, com exceção da psicanálise cuja perspectiva é a de uma estrutura inconsciente subjetiva determinada pela experiência psicológica, pelo modo como o objeto vai se apresentar à consciência, atualmente, a maioria das psicológicas seguem na esteira da objetivação do sujeito.

Assim, quando hoje empregamos a expressão clínica psicológica, a “psique” que compõe a palavra “psicológica” já não diz respeito ao que ela significou

no passado. E o outro componente da palavra, o “logos”, significa agora aquele conhecimento que se organiza em teorias, que distancia seu objeto para poder explicá-lo, categorizá-lo (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 148).

Desta maneira, quando falamos da escuta indissociável de uma compreensão clínica junto ao âmbito da instituição de acolhimento para meninas, a tendência é pensar na sua impossibilidade. Segundo o cálculo, para que ocorra o agir terapêutico faz-se necessário que a criança seja acompanhada por profissional da rede de saúde do território do serviço de acolhimento ou da comunidade de origem da família da criança. Logo, o cuidado, a escuta vai se esgarçando diante de uma ampla rede de cuidados, supostamente, neutra e eficiente.

Deste modo, com eficiente neutralidade espera-se que as psicologias das equipes técnicas que atuam nos âmbitos das instituições de acolhimento para crianças identifiquem e encaminhem demandas para que resultados pré-estabelecidos sejam alcançados.

Nesse sentido, a escuta se restringe a um processo de intervenção especializada e fragmentada, técnica que deve pontualmente solucionar demandas, logo o cuidado se realizada através deste modelo. “A função do curar é pragmática. Curar significa eliminar algo, tal como na medicina é importante destruir o vírus, a bactéria, aquilo que está configurando a doença” (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 149).

Se a descentralizadora dos cuidados orienta para uma escuta clínica psicológica da criança junto aos serviços de saúde ainda, guardamos a estranheza acerca da incompreensão quando a escuta do psicólogo de equipe técnica é associada a palavra terapêutica, por exemplo.

Portanto, para além da história que marca as grandes instituições do passado que ao asilar a criança a excluía de todo tipo de convívio social por meio da centralização de seu atendimento, fazendo surgir a articulação dos cuidados em rede como estratégia da política atual, não deixamos de considerar que a nossa escuta e, portanto, o nosso cuidado não esteja isento de intervenção terapêutica, logo de compreensão clínica.

Se pela história das instituições de acolhimento do passado, infâncias foram perdidas (ALTOÉ, 2008) face a segregação e a despersonalização de seus cuidados por meio de técnicas disciplinares, atualmente, o tempo da infância, em especial, o da criança pobre, segue correndo riscos.

Comprendemos diante da história que a infância até então perdia-se quando ingressava nas grandes instituições, mas hoje o fenômeno que se apresenta quando uma

criança é acolhida é o da visibilidade técnica, nesse sentido, não podemos deixar de considerar o risco das urgências de agir, do abandonar abruptamente o cotidiano, pois ainda podemos nos perdermos em meio as nossas práticas.

Assim, consideramos que a infância vista pelas lentes da técnica ainda, protagoniza a despersonalização de seu existir. Compreendemos que o enfrentamento dos maus tratos, dos abandonos e das vulnerabilidades não se restringe a noções de centralização/descentralização dos atendimentos, mas repousa em uma ética do cuidado.

Retomando a possibilidade da escuta clínica em meio ao âmbito da instituição onde atuamos, iluminamos nosso caminho contanto com a perspectiva fenomenológica hermenêutica, especialmente, através do diálogo com a filosofia de Heidegger que no próximo capítulo melhor tematizaremos com o caso da menina Lua.

Buscamos cuidar escutando a criança que acolhemos, logo indo além do dualismo sujeito e objeto, assim, correspondemos a uma compreensão de ser-no-mundo-com-o-outro que a cada vez, vem ao nosso encontro e nos auxilia no trato das meninas que cuidamos. Desta maneira, quando provocados pela técnica, voltamos atenção para a prática em exercício para entender que: “o que define a clínica psicológica como clínica é sua ética: ela está comprometida com a escuta” (FIGUEIREDO, 2009, p. 63).

Mobilizados, portanto, mantivemos nosso diálogo com a filosofia heideggeriana e, em especial, com a noção de ser-no-mundo-com-o-outro e assim, nosso situamos nosso fazer para além dos atuais limites designados pelas palavras *logos e psique*, uma vez que em *logos* não encontramos conhecimento absoluto e em *psique* não encontramos estruturas internas como única via de acesso à vida.

Não consideramos o logos, conhecimento racional que se distância do seu objetivo para chegar ao geral, ao universal, como o modelo único ou privilegiado do conhecer. Pensamos que esse conhecimento, tão bem representado pelas metáforas que falam do olhar sob a luz – a luz da razão –, de certa forma rejeita o saber. Pois o saber se realiza em outras dimensões também. E, nesse caso, há outras metáforas que podem ser lembradas, aquelas que se referem a outros órgãos dos sentidos. No enxergar sob a luz da razão pode haver clareza, mas não há intimidade com o que é visto. E o saber se faz na intimidade. O saber é sempre um sabor, e o sabor é o gosto do que ingerimos, do que incorporamos; é algo que sentimos na boca. O saber se faz na proximidade. E como o tato aproxima! O olhar não conhece no escuro, mas o tato, sim. O olho trabalha na distância; o tato na proximidade, como quando podemos sentir algo com as mãos. Pelo olfato conhecemos o que nos rodeia e, metaforicamente, dizemos algumas vezes – isso não me cheira bem -. E também dizemos que as situações e as coisas falam para quem sabe ouvi-las (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 151).

Em articulação com POMPEIA & SAPIENZA (2011), situados junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas, estivemos nas redondezas, próximos às manifestações cotidianas dos fenômenos que se desvelavam pelo cuidado.

Nosso cuidado, nossa escuta em diálogo com a fenomenologia hermenêutica, nos liberava para uma relação de intimidade com o que vinha a luz, bem como com o que se velava, logo esse modo de compreensão nos permitiu estabelecer uma relação de intimidade. Mais livres, guardamos uma compreensão de campo capaz de unir e reunir nossa experiência com as meninas, em casa, ao lado, sustentamos o jogo e é justamente esse modo de estar e cuidar que é posto de lado pela técnica de nosso tempo.

O fato de esse saber ter sido posto de lado e de o logos ter sido privilegiado no decorrer da história da metafísica aparece junto com aquilo que Heidegger chama de o “esquecimento do ser”. Penso que o esquecimento do “ser” começa com a recusa da intimidade. A proposta de se relacionar de longe com as coisas talvez seja a marca daquilo que se desdobra nas implicações do desenvolvimento da metafísica. E no que se refere à psique, com a concepção de existência humana como *dasein*, *ser-no-mundo*, conceitos relativos a uma estrutura psíquica interna e a um mundo externo deixam de fazer sentido para nós (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p.151-152).

Portanto, em tempos de cuidados em articulação em rede, onde possibilidades de escutas transversalizam temas relativos a história da criança, compreendemos que se abandonados abruptamente, correm o risco de não pertencer a ninguém, uma vez que ninguém, propriamente, se responsabilizará quando a urgência de agir for mal calculada.

Sendo assim, buscamos corresponder à importância de constantemente pensar o fazer da psicóloga em questão que em diálogo com a filosofia, exercita a lembrança de que “o homem vem agindo demais e pensamos de menos” (HEIDEGGER, 2008b, p. 112).

Quando deixamos de pensar nossas correspondências, atrofiamos nossas práticas e corremos o risco de ficarmos presos ao nosso horizonte, predominantemente, técnico. Assim, deixa-se, quase sempre, escapar o que há de singular no cuidar da criança de modo que a substituimos em seu poder-ser e cuidado próprio.

Para nós faz muito sentido o que Heidegger (2008b, p. 113) chama a atenção quanto ao modo de ser contemporâneo, logo “o que mais cabe pensar mais cuidadosamente neste nosso tempo é que ainda não pensamos” (HEIDEGGER, 2008b, p. 113), ou seja, precisamos aprender a tematizar nossa lida que, abruptamente, abandonamos face as urgências de agir.

Fazer-se psicóloga em uma instituição de acolhimento para além do papel de articulador, implica cuidado ético, logo abrigo, morada provisória para o tempo da

infância de muitas meninas. Portanto, não há como abrir mão do exercício de pensar esse lugar que cotidianamente se reinventa.

Nesse sentido, em concordância com o encantamento de Dutra (2011), somos convidados a pensar nosso atuar à medida que melhor conhecemos o pensamento heideggeriano.

Dentre as distintas vertentes fenomenológicas, reconheço que nos últimos anos o pensamento do filósofo Martin Heidegger tem me encantado cada vez mais, na medida em que melhor o conheço. E o que me atrai no seu pensamento é a pertinência das suas ideias para o mundo contemporâneo. As noções de ser-aí, ser-no-mundo, historicidade, propriedade e cuidado, por exemplo, são algumas delas as quais têm sido pensadas no contexto da clínica psicológica. Na analítica da existência pensada por Heidegger, ressalta-se a condição irredutível de um ser humano inserido no mundo, um ser-no-mundo-com-o-outro e, portanto, impossível de ser concebido de forma fragmentada, reduzido à dimensão psíquica ou mesmo biológica ou social, fugindo, assim, a qualquer determinismo. A existência, portanto, não poderia ser explicada e nem submetida aos parâmetros científicos que caracterizam o pensamento na modernidade. Ou seja, o que se coloca como questão é a busca do sentido dos entes, ausente, segundo esse filósofo, da Metafísica que fundamenta a tradição científica e, com isso, impede o acesso ao mundo da vida (DUTRA, 2011, p. 15).

Nesse sentido, quando pensamos em cuidado no âmbito da instituição de acolhimento para meninas, falamos ainda de uma escuta afinada por disposições afetivas que fazem correspondência com um fazer técnico e ainda meditativo, cujo intuito visa o zelo do tempo que acolhe histórias de meninas.

Cuidar de uma ferida, um dodói no mundo das crianças, ganha sempre evidência ao nosso fazer sendo o horizonte a partir do qual se desvelou interrogações quanto ao trato profissional e a relação com o mundo da menina que passa por situação de acolhimento institucional. Assim, consideramos a importância de destacar que foi através da escuta indissociável de uma certa compreensão clínica que abriu nosso interesse de melhor estar com a criança que como qualquer existente é capaz de abertura, cuidado próprio e poder-ser.

Apostamos no exercício da noção de cuidado em Heidegger (1927) junto ao âmbito institucional como uma possibilidade de afinar nossa relação com a menina acolhida e assim, cultivar um espaço de escuta para além daquele que unilateralmente ao modo da técnica, identifica, encaminha e acompanha demandas. Antes, a psicologia em questão situada buscou pensar seu lugar.

Devolvidas ao abrigo da instituição, Kay ao lado da irmã Mila, esclarece os motivos de sua devolução respondendo-me: *“eles não gostavam da gente, davam as coisas só para a filha deles, a Gi”*. Então, peço um exemplo,

pensativa Kay responde: “*um dia fomos ao shopping e o pai falou que era para a Gi escolher uma blusa e disse para a gente que só ela poderia comprar nesse dia*” e acrescenta “*sabe minha escola custava uns três mil reais*”. Pergunto se a Gi também estudava nessa escola e Kay responde afirmativamente. Digo então para Kay que entendia que o pai investiu na educação, Kay ficou em silêncio. Mila, interrompe nossa conversa solicitando atenção e Kay narra: “*Mila vivia dizendo que Gi implicava com ela e um dia eu peguei e falei pra Gi que se ela continuasse eu daria um soco na cara dela*”. Mila tem 08 anos e, quase sempre, está impaciente, assim, aproveitando a interrupção de Mila pergunto para Kay se ela percebeu a impaciência da irmã que pedia atenção. Kay me olha e sorrindo pergunta: “*E agora tia vou ter que ficar aqui dentro até completar meus 18 anos?*”. Respondo a adolescente que a instituição de acolhimento é uma casa provisória e que a nossa, no momento, era a casa dela. Finalizo dizendo que juntas pensaríamos em uma saída e Kay responde: “*Eu gostaria mesmo de voltar a morar com minha tia, mas estou vendo que isso não será possível*”. Pergunto se ela já tinha pensado nessa possibilidade, de não poder voltar para a tia e Kay diz que sim. Escutando a adolescente devolvida faço um convite para a mesma pensar sobre o seu poder-ser em família, no mundo (SILVA. Diário de campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Kay e Mila na ocasião da primeira passagem em nossa instituição, foram acolhidas pelo motivo de estarem vivendo em situação de cárcere privado na casa da madrinha de Mila que passou a cuidar das irmãs após a mãe das meninas começar a cumprir pena por assassinato do companheiro, pai de Mila.

As meninas estiveram acolhidas por um breve período de tempo uma vez que, logo foram para adoção através de busca ativa da VIJ<sup>24</sup>. O tempo do estágio de convivência com o casal que já tinham uma filha biológica foi de 15 dias, em um hotel na Barra da Tijuca e assim, lembramos de Kay que durante o breve acolhimento costumava ser cuidadosa com as demais meninas acolhidas e com Mila, era maternal.

Em atendimento na instituição Kay contou como a mãe matou o pai de Mila. Narra que a mãe e o padrasto bebiam muito e que achava que por “*fofocas*” da madrinha de Mila sua mãe “*matou*” o companheiro. Kay e Mila disseram que tudo aconteceu na presença das mesmas. Depois da prisão da mãe, contaram que passaram um tempo morando com uma tia materna, mas logo a madrinha de Mila a levou para morar com ela e Kay foi junto para não ficar longe da irmã. Kay diz que não saiam à rua, que Mila era maltratada pelas filhas da madrinha e que já estavam reprovadas na escola por faltas. Kay fala pouco da história da família de sua mãe limitando-se a dizer que todos eram envolvidos “*com o que não prestava*”. Kay conta que conseguiu fugir da casa da madrinha de Mila e pedir ajuda, assim foram acolhidas (SILVA. Diário de campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Diante da complexidade das histórias das meninas, a possibilidade de reintegração em favor da tia materna foi descartada, logo Kay e Mila foram informadas de que receberiam a visita de um casal adotante.

---

<sup>24</sup> Vara da Infância e Juventude.



A notícia era urgente a pedido do juízo, segundo a assistente social de nossa equipe. Assim, as meninas precisavam ser informadas naquele mesmo dia, pois a juíza aguardava retorno do serviço social. A psicóloga em questão coube uma pequena fala além de observar a reação das meninas diante do anúncio feito pela assistente social da equipe técnica (SILVA. Diário de campo. Rio de Janeiro, 2013 – 2018. Manuscrito).

Para além da questão política que a atuação interdisciplinar acarreta a cada momento, no caso de Kay e Mila, diante da urgência do anúncio da assistente social, do aguardo do juízo, bem como do casal adotante que residiam em outro Estado, a psicologia em questão buscou convidar as meninas a pensarem na possibilidade que se abria por meio da adoção, uma vez que em seus corações guardavam uma tia da família de origem. O apelo convidava as meninas a deixarem crescer o coração para que outra família também pudesse lá, habitar,

Mila parecia não entender bem o que havia sido dito, mas do lado da irmã confiava o seu destino. Kay sem dizer uma única palavra fechou todos os botões da camisa polo que usava no dia e face a analogia do coração, comunicava que não queria ser adota ou ao menos que não estava pronta, naquele momento. (SILVA. Diário de campo. Rio de Janeiro, 2013 – 2018. Manuscrito).

Como a assistente social de nossa equipe havia anunciado, a adoção se concretizou de modo urgente. A psicóloga em questão teve apenas duas oportunidades de contato com a família adotante para observar que diante da novidade, Kay e Mila, se animaram e foram empolgadas com a “nova família” para São Paulo. Contudo, também de modo urgente, após seis meses, foram devolvidas sob a alegação de que Kay em surto, teria colocado em risco a integridade física da filha biológica do casal adotante. Devolvidas, Kay e Mila, foram encaminhadas para um segundo acolhimento institucional.

Chegaram em uma segunda-feira e já na terça, Kay deveria comparecer ao CAPsi para uma consulta psiquiátrica agendada pelo juízo, uma vez que Kay trouxe na bagagem um laudo expedido por um psiquiatra de São Paulo. A assistente social de nossa instituição disse que iria levar Kay a consulta, logo precisei dizer a colega de equipe que também acompanharia, solicitando os relatórios encaminhados pela VIJ para leitura e atualização do caso. Os documentos foram entregues seguidos da colocação: “*estão aqui ainda não consegui ler nada*” (SILVA. Diário de campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Tivemos acesso a avaliação da equipe técnica da VIJ de São Paulo, onde residiram as meninas ao lado da família adotiva por aproximados 6 meses. Relatórios psicossociais narravam situações envolvendo ciúmes entre as filhas em relação ao pai, além da filha biológica achar a irmã adotiva Mila “chatinha”, bem como do desejo de Kay em voltar

para o Rio depois de ter visto certa noite o pai morto de Mila. O laudo psiquiátrico encaminhado pela família substituta falava de CID F25.9. Compartilhamos com a assistente social de nossa equipe a leitura realizada e a mesma disse que apostava em uma separação das irmãs para que Mila pudesse ter a chance de ter uma família adotiva.

Em atendimento Kay conta que a mãe adotiva era estressada e que a mesma gritava e batia com as mãos nas paredes, narra que a Gi recebia mais atenção do pai e que a mesma maltratava Mila. Acerca do surto, Kay disse que estava vendo o pai “*morto*” da Mila e que ele disse, apontando para ela, que a culpa tinha sido dela. Kay contou que depois da medicação deixou de vê-lo e ouvi-lo, no entanto, estava sentindo muito sono. Kay que conversava comigo sentada no sofá da sala de convívio adormeceu e assim, a deixei, aparentemente, sossegada (SILVA. Diário de campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Em segundo acolhimento em nossa instituição pelo motivo de colocação em família substituta mal sucedida, Kay passou a receber acompanhamento psiquiátrico no CAPSi de nossa área de abrangência. Em sincronicidade com a ocorrência da devolução das irmãs Kay e Mila, mais uma vez em certo grupo, em certa rede social poderá certa juíza, desta vez, sobre psicoterapia.

Psicoterapia? Quando a VIJ indicar terapia para o adolescente você pegar a guarda é para colocar na terapia no dia seguinte e não 1 ano depois ou nunca. Ah não tenho \$\$\$? Mas, faz quarto lindo e paga escola cara e explicadora, não é? Ah tem carência do plano? Mas, vai de férias ao Beto Carreiro. Aí depois de 6 meses que está tudo um caos vem chorar na VIJ que acontece isto, aquilo é ainda tem a petulância de dizer que enganamos e que a criança é uma peste. Aff, escutem o que se fala. Elejam prioridades. Psicólogo é prioridade e não detalhe ou supérfluo. Sabe aquela festa de arromba da chegada da criança? Isto é supérfluo. (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

A psicóloga da VIJ comenta o post e completa.

Concordo totalmente. Só gostaria de acrescentar que, nos casos em que observei, as pessoas preferem comprar celular, computador e tablet em vez de pagar sessão de terapia. Para que uma criança precisa disso tudo? Só o preço de um tablet corresponde a dois ou três meses de terapia, dependendo do valor cobrado pelo profissional. Como psicóloga, só posso dizer que boa parte das crianças que vão para adoção precisam desse apoio por questões ligadas ao passado e ao presente. Sim, lidar com pais adotivos super ansiosos, como é o caso da maioria de vocês, também é uma tarefa árdua. Eles abrem mão de muitos aspectos seus, só para serem aceitos por vocês. Então, a terapia também pode ser útil para os adotantes. Até porque, vocês também estão vivenciando novas experiências. É tudo muito novo para todos os envolvidos. Portanto, investir em terapia é investir na qualidade da relação. Não é mimimi. É acreditar que pode dar certo e apostar nisso com todas as suas forças. Agora pra quem acha que tudo isso que eu escrevi é besteira, só posso dizer uma coisa: psicólogo de Fórum não faz terapia, nem milagre. Não basta ir uma vez por ano na minha sala, esperando por mudanças radicais. Vocês mudaram do dia pra noite? Não. Então por que seus filhos precisam mudar? (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Face as possibilidades de escutas que configuram a rede de proteção à infância, consideramos que a psicologia em questão contando com noção de cuidado aberta por Heidegger, conseguiu, para além da técnica, corresponder a um cuidado mais livre junto ao campo da instituição de acolhimento para meninas.

### **2.3 - Cuidado Meditativo**

“O mundo inteiro descansa uma hora”  
(SCANLON & FRAZEE, 2013)

Afinal, sabemos: cuidado e coração caminham juntos...

Até aqui, buscamos anunciar as contribuições do diálogo entre psicologia e filosofia para a experiência de uma escuta de cuidado junto a uma instituição de acolhimento para meninas. Voltamos a lembrar que continuaremos seguindo tal rumo, o que não implica dizer que estamos desconsiderando as orientações técnicas direcionadas aos serviços de acolhimento para criança para, então, considerar um desenvolvimento teórico-institucional acerca de uma psicologia de escuta fenomenológica hermenêutica.

Nossa proposta visa uma certa suspensão da relação com o âmbito teórico não coeso da psicologia, para pensar sua constituição de sentido na relação de cuidado situado. Assim, para além do conhecimento técnico, buscamos corresponder a uma escuta de compreensão clínica, disposição meditativa, junto ao próprio âmbito da instituição de acolhimento, onde atuamos pela psicologia de uma equipe técnica, bem como como pesquisadores.

Para a época moderna, a questão do conhecimento passou a se apresentar como uma questão de método. Para conhecer é necessário formar representações adequadas, claras e distintas, e operar com essas representações, estabelecendo funções relacionadas segundo critérios lógicos. Em suma, o conhecimento verdadeiro restringe-se, sob esta perspectiva, ao tipo de pensamento que Heidegger denominou como “calculante”. O método é o caminho, enquanto conjunto de procedimentos racionais e/ou empíricos predeterminados, que garante que, se partimos do mesmo ponto e seguirmos estritamente a mesma trajetória, chegaremos obrigatoriamente ao mesmo lugar, garantido, assim, a atestação universal do conhecimento e, essencialmente, sua eficácia. Mas, esta forma de pensar não é o fruto de uma evolução intelectual do espírito humano, ela é parte dependente de um modo histórico de experiência da realidade. Ela só faz sentido e se torna possível correlativamente ao surgimento da natureza como matéria prima, como reserva de recursos irrestritamente disponíveis à

intervenção exploratória e ao controle. Heidegger denomina esse horizonte histórico de realização do mundo como “era da técnica” (SÁ, 2017, p. 31).

Nesse sentido, uma das tendências do pensamento filosófico de nossa época também chama atenção para uma certa “desconstrução” da noção de substancialidade ou de sujeito que não seria compreendido “apenas como uma característica do que tem um modo de ser extenso, mas daquilo que subsiste por si mesmo enquanto algo no mundo, ainda que em um modo não extenso, como a *res cogitans* cartesiana”. (SÁ, 2010: 73).

Tal tendência tem influenciado inúmeras práticas psicológicas de modo significativo. Diante desse deslocamento do plano metafísico para aquele de uma hermenêutica que se sabe histórica, algumas práticas psicológicas atuais se definem mais por uma perspectiva reflexiva do conhecimento envolvendo “dimensões ontológicas, estéticas, éticas e políticas da existência humana” do que a partir de formulação técnico-científicas (SÁ, 2010: 73).

Antes de seguirmos, consideramos oportuno mencionar a área de concentração do programa que nos acolheu e por meio da pesquisa nos possibilitou pensar nossa experiência de cuidado, circunstancialmente, afetada diante do contexto de orientações e relações técnicas de cuidado calculador no âmbito dos atuais serviços de acolhimento da infância.

Os estudos da subjetividade abrangem as condições da produção de subjetividades a partir do campo social assim como o estudo dos múltiplos dispositivos institucionais que obstaculizam os processos de individuação e diferenciação. A complexidade do tema diz respeito às condições sócio-políticas verificadas no mundo atual. O estudo de tais condições requer, para além das abordagens pertinentes ao campo da psicologia, a inclusão de perspectivas oriundas do campo da filosofia, dos estudos sobre o corpo em seus múltiplos processos de estigmatização, do estudo dos processos de criação e seus impasses atuais, relacionados ao campo da arte contemporânea, da saúde pública, da cognição e do trabalho, estendendo-se às questões relacionadas à violência e à criminalidade. Nesse contexto, a clínica torna-se indissociável da política, já que diz respeito tanto aos processos que afetam o campo da subjetividade quanto aos processos sócio-políticos que atingem amplos setores da população no mundo globalizado (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA, 2018)<sup>25</sup>

Diante das linhas de pesquisa “Clínica e Subjetividade” e “Subjetividade, Política e Exclusão Social”, compreendemos que nossa pesquisa está situada entre linhas, uma vez que volta a atenção a escuta das “histórias de vida, exclusão social e produção de subjetividade” da menina acolhida, como ainda as “políticas públicas vinculadas, em

---

<sup>25</sup> Disponível em <http://slab.sites.uff.br/area-de-concentração-linha-de-pesquisa/> <Acesso em: 23/07/2018>.

especial, à área dos direitos da criança e do adolescente” por meio de nossa aproximação com o âmbito de proteção e de cuidado da infância pobre no Brasil.

Portanto, é entre linhas, entre técnicas e métodos, entre escutas que práticas de inspirações fenomenológicas hermenêuticas têm pensado algumas modalidades de atenção psicológica em diversos contextos de atuação (DUTRA, 2008: 227). Tais práticas, surgem com certa relevância, pois guardam transformações ao cenário da psicologia, uma vez que “se inspiram em uma concepção não metafísica de homem e assumem uma posição crítica com relação aos projetos cientificistas da psicologia moderna” (SÁ, 2010: 74).

Dentre as ações de atenção psicológica, muitos de nossos pares tem realizado a experiência, por exemplo, de plantão psicológico, levando a escuta a vários contextos sociais de ordem pública ou privada. Nesse sentido, demonstram que a escuta clínica não deve restringir-se a espaços exclusivos de saúde ou de práticas de psicoterapia como costumava-se conceber tal prática, mas antes a experiência se configura como uma ação de atenção psicológica, conforme nos fala Dutra (2008). Assim, delineamos uma certa modalidade de aconselhamento psicológico que visa o acolhimento e cuidado terapêutico do sofrimento daqueles que escutamos (DUTRA, 2008: 227).

Iluminados pela experiência de Dutra (2008) em contextos institucionais, consideramos importante sua pergunta sobre o significado do social para a experiência do cuidado da psicologia junto ao horizonte técnico.

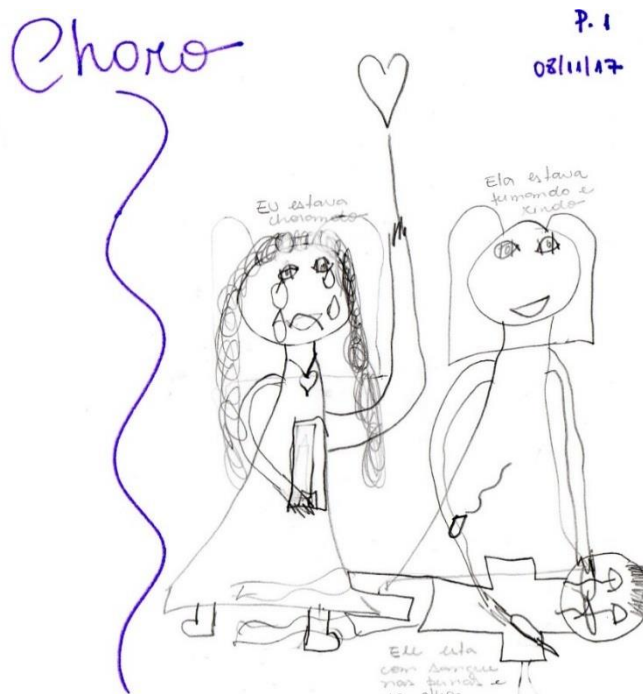
Quanto à necessidade de repensar a clínica, é preciso lembrar, assim como Paulon (2004), que não basta somente alterar a adjetivação da clínica para ampliada, contextualizada, ou qualquer outra denominação. É importante, acima de tudo, que esse novo adjetivo seja revelador de uma mudança na esfera teórico/conceitual e que profundas e necessárias reflexões sejam empreendidas no que se refere à dimensão ética e política das práticas clínicas (DUTRA, 2008, p. 227).

Portanto, voltar atenção à nossa experiência, à nossa escuta que se doa em relação com a menina acolhida por meio de nossa lida na instituição, revela uma certa atitude ou dimensão clínica que, essencialmente, se coloca à disposição por meio de nosso cuidado no próprio âmbito do serviço de acolhimento.

Nesse sentido, o conhecimento clínico da psicologia “essencial é aquele que somos e não o que temos enquanto representação conceitual”. O diálogo que buscamos com a filosofia de Martin Heidegger não visa a fundamentação de uma nova teoria psicológica, mas guarda a intensão de pausar, pensar afetações cotidianas que inevitavelmente atravessam o nosso modo de cuidar. (SÁ, 2010: 74). Abaixo, pelo

desenho de Mila, ilustramos como o encontro entre a psicóloga em questão e a menina no próprio campo institucional abre para a criança a possibilidade reflexiva.

Figura 7 – O choro da Menina Mila



Fonte: A autora

Pretendemos, assim, chamar a atenção para a importância de se tematizar a escuta da psicologia que guarda a essência de cuidado. Logo, para além de identificar demandas e prestar os necessários e devidos encaminhamentos para a rede de proteção, antes, precisa se fazer abrigo, acolher o sofrimento da criança que enfrenta medida protetiva.

O sofrimento da menina não esperou que saísse a vaga para psicoterapia junto ao âmbito da saúde, conforme prevê as orientações técnicas. Nesse sentido, simultaneamente, a escuta da psicóloga da equipe técnica da instituição guardou uma dimensão, ou seja, uma atitude que precisou transgredir a técnica.

Numa linguagem fenomenológica, diríamos que se trata de suspender os preconceitos intelectuais e afetivos da atitude cotidiana de ocupação utilitária de si e do mundo, para deixar vir ao encontro aquilo que se mostra, tal como se mostra a partir de si, em seu horizonte próprio de emergência (SÁ, 2017, p. 34).

Pensar a partir daí possibilita voltar atenção as relações de sentido do cuidado da infância pobre no Brasil, possibilita compreender que o campo reúne experiências pela relação com a rede de proteção, bem como pela experiência da psicóloga, da assistente social, da menina acolhida, das famílias de origens, extensas ou substitutas, da

comunidade religiosa, das freiras responsáveis pelo abrigo e ainda, dos demais funcionários e voluntários que compõe o campo. Todos lançados, reunidos, performam técnicas de cuidados que atravessam o âmbito institucional desde 1932, acolhendo meninas.

Nesse sentido, se nosso interesse pretende corresponder a uma possibilidade de atuação mais livre, mais aberta, lembramos como vimos no primeiro capítulo que em Heidegger (1927), a noção de cuidado iluminou nossa compreensão por meio dos modos de preocupação substitutiva e ainda antepositiva, portanto, tal noção sustentava um cuidado de compreensão clínica.

Diante da preocupação substitutiva que norteia, na maioria das vezes, as relações de cuidados institucionais, fomos conduzidos ao ensaio “A questão da técnica” (1953), e assim, tematizamos nosso horizonte histórico ao longo deste capítulo. Pelo ensaio, Heidegger chama atenção para um horizonte de realizações técnicas, onde a natureza, sobretudo a humana, surge como matéria prima, como fundo de reserva disponível à intervenção exploratória e ao controle social. Face a lógica do pensamento que calcula, abre-se ainda, a possibilidade de uma certa desconstrução capaz de nos reconduzir a uma outra atitude.

Heidegger (2000) propõe, em relação à técnica, outro modo de abertura que ele denomina *Gelassenheit* e que os franceses traduzem por “*sérénite*”. A palavra *Gelassenheit* remonta às origens do pensamento alemão. Mestre Eckhart a utilizou, no início do séc. XIV, para evocar a postura de suspender qualquer atitude voluntarista, ainda que moralmente bem intencionada, e, simplesmente, deixar Deus ser. *Gelassenheit* deriva do verbo *lassen*, deixar, e Heidegger a explicita como uma disposição em que a alma se coloca igualmente aberta e desapegada em presença de todas as coisas. Para ele, a “serenidade” torna possível dizer, simultaneamente, sim e não à técnica moderna: sim, à sua presença inevitável em nosso mundo cotidiano e, ao mesmo tempo, não à sua imposição histórica como o modo mais verdadeiro de conhecimento sobre o ser dos entes (SÁ, 2017, p. 32, grifo do autor).

Considerando, portanto, o nosso diálogo com a filosofia, bem como ao que nos foi possível compreender até aqui, privilegiamos agora uma pausa para iluminar nosso exercício de cuidado afinado com uma atitude meditativa.

Segundo Heidegger (1955), o pensamento calculador nunca para e, portanto, nunca chega a meditar, pois o cálculo não reflete sobre o sentido que impera em tudo que existe. Contudo, “existem, portanto, dois tipos de pensamento, sendo ambos à sua maneira, respectivamente, legítimos e necessário: o pensamento que calcula e a reflexão (Nacbdenken) que medita” (HEIDEGGER, 1955, p. 13).

Logo, nossa hipótese já anunciada, busca corresponder a uma disposição meditativa na relação com a menina junto ao próprio âmbito da instituição de acolhimento através do cuidado e da escuta da criança. Assim, esperamos contemplar uma atitude capaz de tematizar a vida no campo, privilegiando o cuidado próprio e poder-ser da menina durante o tempo de acolhimento e retorno à família, considerando, desta maneira, as orientações técnicas.

[...] diz-se que a pura reflexão, a meditação persistente, é demasiado <<elevada>> para o entendimento comum. Nesta desculpa a única coisa correcta é que é verdade que um pensamento que medita surge tão pouco espontaneamente quanto o pensamento que calcula. O pensamento que medita exige, por vezes, um grande esforço. Requer um treino demorado. Carece de cuidados ainda mais delicados do que qualquer outro verdadeiro ofício (HEIDEGGER, 1995, p. 14, grifo do autor).

Nesse sentido, compreendemos que a escuta da psicóloga em questão quando da chegada junto ao campo de acolhimento, careceu de tematização diante do julgo da técnica, assim, consideramos a pausa para dar atenção ao nosso ofício, ao nosso lugar em tal cenário.

Ampliamos nossa compreensão pela pesquisa e assim, acreditamos caminhar para além do trabalho prescritivo, logo pela prática cotidiana de cuidado e pesquisa fomos abrigo, morada ainda que provisória, para algumas meninas que narraram histórias de sofrimento, medo e esperança.

Outra menina chamada Vitória foi acolhida por nossa instituição em uma manhã. A menina de 08 anos ao lado da irmã de 04, passou a noite anterior em uma casa de passagem. Assim, quando chegamos para mais um dia de trabalho, Vitória e Janaina, já estavam na companhia das demais crianças brincando. Nos apresentamos e buscamos maiores informações acerca do motivo do acolhimento. Segundo relatórios do Conselho Tutelar, da casa de passagem e Boletim de Ocorrência, as meninas teriam sido abusadas pelo atual namorado da mãe.

Em atendimento de acolhimento, atenção psicológica a Vitória naquela mesma manhã, procurei acolher a criança explicando o que era uma medida de proteção e perguntei se a menina sabia o motivo de ter vindo para a nossa instituição. A criança explicou que a vizinha chamou a polícia porque sua mãe falou que podia chamar. Segundo Vitória, ela e a irmã, gritaram por socorro e não era a primeira vez. A menina falou sobre o que havia acontecido em casa. Disse que o padrasto a trancou no banheiro e colocou uma faca em seu pescoço e depois fez o mesmo com sua irmã, retirada do colo da mãe enquanto chorava. A narrativa da menina também esclarecia um pouco da dinâmica da família. Escutava a menina com atenção e sem pressa e assim, Vitória foi confiando um desenho. Explorando a sala da psicologia na instituição, perguntou sobre os jogos e os brinquedos. No decorrer desse dia, encontrei



Vitoria algumas vezes em outros espaços da instituição e assim, a menina, sempre que me via corria ao meu encontro para me dar um abraço. Nesse sentido, pela escuta, compreendia que me fiz abrigo cuidando do cuidado-próprio da menina que dizia que queira voltar a morar com a mãe, mas não poderia continuar sendo com o padrasto (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Iluminados por Heidegger (1955), compreendemos que se podemos considerar dois modos de pensamento, logo um que calcula e outro que medita, também direcionamos nosso cuidado de maneira que, simultaneamente, podemos cuidar ao modo técnico e ainda meditativo.

[...] qualquer pessoa pode seguir os caminhos da reflexão à sua maneira e dentro dos seus limites. Porquê? Porque o Homem é o ser (*Wesen*) que pensa, ou seja, que medita (*sinnende*). Não precisamos, portanto, de modo algum, de nos elevarmos às <<regiões superiores>> quando reflectimos. Basta demorarmo-nos (*verweilen*) junto do que está perto e meditarmos sobre o que está mais próximo: aquilo que diz respeito a cada um de nós, aqui e agora (HEIDEGGER, 1955, p. 14, grifo do autor).

Se o cuidado afinado pela legislação da vida se torna naturalizado e descentralizador, ansiando por previsibilidade e exigindo do conhecimento técnico, em um curto período de tempo, soluções práticas para complexas vulnerabilidades das crianças em medida protetiva de acolhimento institucional, consideramos o estranhamento face a algumas histórias de meninas que nos afetam pela perda de enraizamento.

Tal perda não é causa de circunstâncias externas ou de fatalidades, não é efeito de negligências de uma vida superficial. “A perda do enraizamento provém do espírito da época” que todos herdamos ao nascer. Assim, verificamos que a nossa época vem sendo ameaçada pelo desenraizamento, logo inspirados por Heidegger, também perguntamos: O que caracteriza o nosso tempo, o nosso cuidado ao lado da menina acolhida? (HEIDEGGER, 1955, p. 17).

Se pela técnica sofremos com os processos de desenraizamento, segundo Heidegger (1955, p. 18), podemos considerar que o que caracteriza o nosso tempo ao lado da menina acolhida é o esquecimento de nossa capacidade de cuidar de modo não só técnico, mais ainda meditativo. Através da suposta neutralidade do conhecimento científico e profissional, práticas buscam por eficiência e resultado.

O curso da técnica revirou todas as representações dominantes e assim, fomos e somos transportados para outra visão de mundo, resultando uma posição diferente do homem no mundo e em relação ao mundo que “aparece agora como um objeto sobre o

qual o pensamento que calcula investe, nada mais devendo poder resistir aos seus ataques” (HEIDEGGER, 1955, p. 19).

O poder sob a forma de qualquer equipamento ou construção técnica, há muito tempo já superou nossa vontade de decisão. No entanto, inspirados por Heidegger (1955, p. 20-21), o que ainda nos inquieta não é o fato do mundo ser cada vez mais técnico, mas sim a lembrança de que ainda, não estamos prontos para esse processo, ou seja, de não conseguirmos exercitar o pensamento que medita.

Permaneceremos entregues ao desamparo e à prepotência (*Übermacht*) da técnica, se renunciarmos à possibilidade de contrapor o pensamento que calcula. Portanto, acompanhando a reflexão de Heidegger (1955), devemos perguntar agora se ainda somos capazes de restituirmos um novo solo (*Grund und Boden*), onde nosso cuidado possa surgir de um novo modo (HEIDEGGER, 1955, p. 22).

Se pelo aberto, através de nosso existir, não nos é negado a possibilidade do que nos é próximo, segundo Heidegger (1955), o pensamento que medita exige que não fiquemos presos a representações de mundo, mas antes nos preocupemos com o que a princípio parece inconciliável.

Façamos a experiência. Para todos nós os equipamentos, aparelhos e máquinas do mundo técnico são hoje imprescindíveis, para uns em maior e para outros em menor grau. Seria insensato investir às cegas contra o mundo técnico. Seria ter vistas curtas querer condenar o mundo técnico como uma obra do diabo. Estamos dependentes dos objectos técnicos que até nos desafiam a um sempre crescente aperfeiçoamento. Contudo, sem nos darmos conta, estamos de tal modo apegados aos objetos técnicos que nos tornamos seus escravos (HEIDEGGER, 1955, p. 23).

Face ao aberto, nos relacionamos de outro modo com a técnica e, nesse sentido, na contramão de tal horizonte, podemos utilizar o conhecimento técnico e ao mesmo tempo permanecermos livres deixando que a técnica repouse em si mesma. Assim, podemos dizer sim a inevitável utilização técnica e podemos ainda dizer não, impedindo, deste modo, que a técnica nos confunda e esgote nossa natureza (*Wesen*), (HEIDEGGER, 1955, p. 24).

Portanto, pela disposição serena, podemos ampliar as possibilidades de relação com o nosso campo de atuação mesmo diante das imposições do tempo legislado. Logo, a lida que medita pode colaborar com um cuidado de caráter terapêutico, contribuindo para que outros modos de engajamento com a vida apareçam.

“Gostaria de designar esta atitude do sim e do não simultâneo em relação ao mundo técnico com uma palavra antiga: “a serenidade para com as coisas (*die*

*Gelassenheit zu den Dingen*)”. Tal disposição ou atitude nos reconduz a uma possibilidade de cuidar que pode dizer “sim e não” (HEIDEGGER, 1955, p. 24) em tempos de tecnologização do cuidado da infância acolhida.

Heidegger (1955) ao designar o termo “serenidade”, nos orienta a uma atitude ou disposição que ilumina um caminho onde o pensamento meditativo pode ser exercitado e assim, conduzir a uma maior liberdade diante do mundo. Menos restritos pelo cuidado calculador, podemos nos relacionamos com o aberto do campo de nossa atuação.

Deste modo, “a serenidade em relação às coisas e a abertura ao segredo são inseparáveis”. Assim, nos concede a possibilidade de estarmos no mundo de modo mais autêntico, nos devolvendo a perspectiva de um novo enraizamento (HEIDEGGER, 1955, p. 25).

Na contramão do pensamento calculante Heidegger (1955), ao designar o termo “serenidade”, nos orienta ainda a uma atitude ou disposição mais relevante da escuta da psicóloga em questão que “se desfaz e refaz, se esgarça como saber, na lida de suas práticas [...]” (SÁ, 2011, p. 83).

Ao exercitarmos a possibilidade de um pensamento mais reflexivo pela pesquisa, buscamos nos recolocar diante das urgências de agir de um tempo legislado para a vida da menina acolhida, considerando o apoio de um pensamento que medita e assim, buscamos cuidar ao lado da técnica, caracterizando o nosso cuidado como meditativo:

Para realizar este propósito, é preciso que nosso logos esteja atento aos “sinais dos tempos”, ao processo de acontecer ou vir-a-ser do homem e de tudo que ele produz de novo nas áreas do saber e do viver. Isto acontece quando o logos, a razão ética, opera ao mesmo tempo nas modalidades calculante e mediante. Explicitando, a razão calculante pesa, pondera e decide legislar, normalizando os costumes através dos códigos. Cabe ao mesmo logos, pela sua vertente mediante, olhar mais longe, além do “momento do código”. Sem este duplo olhar e movimento, a ética “endurece”, vira “doutrina” estereotipada (PEGORARO in Prefácio CABRAL, 2009, p. 15).

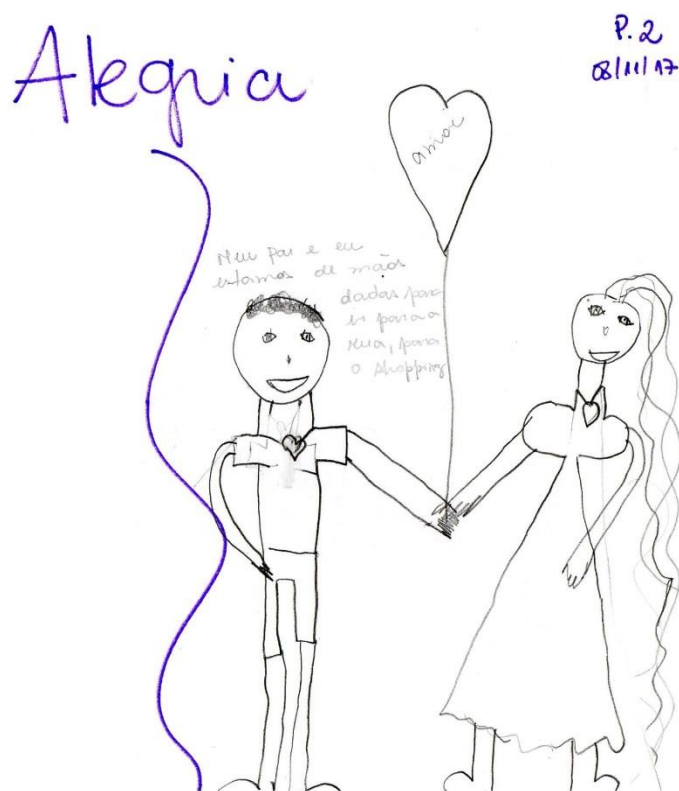
Diante de tal caminho nos recolocamos frente a noção de ser-aí que em *Ser e Tempo* (1927), essencialmente é cuidado. Preocupados com a ética face a nossa lida no campo de acolhimento para meninas, recorremos ao ensaio “A questão da técnica” (1953) que por sua vez, encaminhou nosso olhar para o ensaio “Serenidade” (1955). Assim, a cada vez, passamos a dizer “sim e não” para o cuidado institucional da menina que ora precisa se fazer técnico e ora se fez meditativo através de uma outra técnica, a escuta de compreensão clínica.

Nesse sentido, conseguimos dar atenção à relação e ao engajamento com o nosso campo de atuação enquanto prática contemporânea da psicologia que pôde se preocupar

com a menina acolhida não só a partir de uma visada de controle social, mas que procura guardar a lembrança de que somos todos, abertura de sentido

Logo, como ser-aí, ser-no-mundo-com-o-outro, cuidamos a partir de nosso aí. Caminhando ao lado das meninas que acolhemos com o coração, escutamos “tantos enredos [...] com intrigas que vinham do sul, que era preciso serenidade para costurar uma emoção a outra” (QUEIRÓS, 2011, p. 7). Desta maneira, pela escuta da psicóloga em questão, Mila confiou mais um desenho. Narrando a trágica história da família, a menina, foi sentindo como andava seu coração frente aos eventos que ocasionaram sua medida protetiva.

Figura 8 – Lembrança do Pai: Alegria da Menina Mila



Fonte: A autora

Se em *Serenidade* (1955) Heidegger lança luz, de modo especial, sobre a essência da técnica, iluminando a importância de caminharmos de modo que seja possível recuperar aquilo que o filósofo designa como pensamento meditativo, tal disposição não consolida abandono do pensamento que calcula, logo do cuidado técnico, mas abre para nós a possibilidade de uma relação mais livre com nossas situadas práticas.

Nesse sentido, compreendemos que embora a técnica, possa ser empregada para diversos meios e fins como vimos no início deste capítulo, a mesma não é um instrumento

em nossas mãos e nem é um acontecimento acidental no mundo, mas a técnica consiste de um momento na história do esquecimento do ser, onde nos deixamos capturar pelas coisas, convertendo a realidade em ocupação dominante.

Diante da perspectiva técnica, o mundo se dobra e credita verdade ao modo do cuidado calculador que garante domínio, quase sempre, sobre todas as coisas. O esquecimento do ser atrofia o pensamento e determina os modos de ser no mundo.

A compreensão de ser-no-mundo não exclui as possibilidades de engajamento com as preocupações cotidianas junto à instituição, ao contrário, doa modulação de sentido a tais cuidados. Assim, por meio do pensamento meditativo é possível experimentar de um novo enraizamento em meio à legislação do tempo da infância acolhida.

Sintetizando, entendemos que a fenomenologia abre para as práticas psicológicas a mera perspectiva de uma lembrança, a de que todas as suas ocupações com as coisas e preocupações com o homem dependem de uma doação prévia do ser que nenhuma objetivação alcança, e que sempre ainda é possível buscar nela um enraizamento de sentido para a vida (SÁ, 2011, p. 85)

Decidir por um caminho que solicita pausa diante das histórias sofridas das meninas acolhidas clama por aguardo, correspondência ao que vem ao encontro, serenidade que ilumina os limites e as possibilidades do estar em jogo ao lado da criança em medida protetiva. Segundo Heidegger (1955), a serenidade é a disposição própria ao pensamento meditativo, pensamento de sentido que clareia a preocupação, ou seja, o cuidado que pretende situar-se para além da técnica e assim, fazer-se essencialmente ser-no-mundo-com-o-outro.

Em um texto intitulado “Diálogo num caminho do campo”, Heidegger (1944-1945) já desenvolvia o sentido do termo “serenidade” (SÁ, 2017).

O diálogo parte de um questionamento sobre a essência do homem e, logo de início, imprime sobre a questão uma “viragem” (*Kehre*), isto é, propõe que se desvie o olhar da direção em que essa essência é tradicionalmente tomada como o pensamento enquanto representação e vontade. Se o pensamento é o elemento fundamental da essência do homem, refletir sobre essa essência, numa direção distinta da tradição, implica uma meditação sobre o pensamento enquanto algo diferente da vontade. O pensar que se procura aqui não é, portanto, um querer. O modo de disposição através do qual somos colocados diante das coisas sem a intervenção do querer é a serenidade (SÁ, 2017, p. 32).

Apostar na direção de uma atitude que buscou corresponder a uma disposição serena, não quer dizer que estamos aqui privilegiando modos distintos entre atividade e passividade, uma vez que a serenidade se encontra fora do âmbito da vontade.

Desta maneira, Heidegger (1955) sugere que aguardemos antes de qualquer tentativa de objetivação para que possamos nos aproximar da essência do pensamento. Nesse sentido, devemos abandonar expectativas quanto ao aguardar, pois o propósito do aguardo é o simples “aventura-se no próprio aberto” (SÁ, 2017, p. 33).

Se a “serenidade” vem da própria abertura consistindo no aguardar sereno através do qual realizamos nossa experiência, compreendemos que nosso esforço de correspondência a um modo de cuidado meditativo, se deu no encontro, pela relação, ao lado, junto ao próprio âmbito institucional que promoveu acolhimento.

Heidegger diz que é este o sentido do termo “decisão” (*Entschlossenheit*), empregado em “*Ser e Tempo*”, o corresponder num modo próprio do ser-aí à abertura de sentido do ser, nada tendo a ver, portanto, com alguma espécie de voluntarismo subjetivista (SÁ, 2017, p.33, grifo do autor).

Pelo exercício do pensamento meditativo através da pausa da pesquisa, pudemos reafirmar o cuidado junto ao âmbito institucional, guardando proximidade na relação com a menina acolhida e, assim, o fazer-se enquanto prática de cuidado mais uma vez, foi inspirado por uma atitude que guardou escuta a partir de uma compreensão clínica.

[...] a escuta clínica, seja na modalidade de psicoterapia, aconselhamento psicológico, atenção psicológica ou plantão psicológico, consistirá, sempre, numa prática clínica, numa intervenção psicossocial, uma vez que nela está envolvida uma demanda de sofrimento, ainda que se trate de uma pessoa, um grupo ou instituição (DUTRA, 2008, p. 229).

Ao voltarmos atenção sobre as práticas de nosso cuidado junto a um contexto social, direcionamos nossa escuta para as vulnerabilidades da infância no Brasil. Tal reflexão iluminou um horizonte histórico técnico, marcado por certa legislação da vida que ora se afirma pelo pensamento que calcula, ora pelo pensamento que medita e assim, também dizemos como cuidamos.

O que estamos tentando realizar iluminados pela noção de ser-aí, essencialmente cuidado, seria suspender um pouco a valorização que o horizonte desvela acerca da técnica concebida como um cuidado preventivo a vida do homem, logo como único caminho a ser considerado. Compreendemos que não produzimos nada, mas antes abertos de modo co-originário não guardamos distância temporal, assim, entendemos que o campo institucional que se abriu ao nosso cuidado reuniu experiências e afetos.

## CAPÍTULO III: DA MENINA NÃO SE OCUPA, COM ELA SE PREOCUPA

*“Desse ente não se ocupa, com ele se preocupa”*  
(HEIDEGGER, 1927, p. 177)

### 3.1 – Acolhimento Institucional: Por Uma Visada Fenomenológica Hermenêutica

Figura 9 – Pela Menina Isabela: A Psicóloga



Fonte: A autora

E já fazem alguns anos, que a menina Isabela (11 anos) foi morar com sua família de coração. Na companhia de novos irmãos, mantém contato com a irmã de sangue e também com a mãe da irmã que virou tia de coração. A separação do grupo de irmãos não veio pelo acolhimento institucional uma vez que, foram acolhidas juntas, mas face a dificuldade de algumas famílias substitutas adotarem numerosos grupos de irmãos, as

meninas foram separadas (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017, Manuscrito). Diante da constatação do cálculo, chegamos ao capítulo final de nossa pesquisa.

Ao longo do caminho da tese, buscamos delinear a difícil tarefa de transmitir um cuidado de compreensão clínica junto a uma instituição de acolhimento para meninas. Tal empenho configurou uma pausa para pesquisar e pensar a vida cotidiana e seus modos de cuidado no campo de proteção sem grandes atropelos.

Assim, consideramos que o nosso fazer como psicóloga, necessariamente, passou pela experiência de uma ética do cuidado e, nesse sentido, por nossa abertura ao lado das meninas acolhidas que de algum modo, nos conduziu ao risco da transgressão técnica. Desta maneira, nos aventuramos e disponibilizamos a escuta de compreensão clínica no próprio âmbito de acolhimento (ver DUTRA, 2008, p. 229).

“Calar ou deixar falar” (LARRAT, 2008, p. 30) o que escutamos a partir de nossa compreensão, caminhava ao lado de uma correspondência mais serena diante da técnica e assim, a cada momento, dialogamos com os desafios de uma psicologia inserida em uma política, cuja atuação deve acontecer a partir da interdisciplinaridade.

Mais uma vez, esclarecemos que não negamos a técnica, mas antes, a partir dela buscamos nos posicionar de modo mais livre. Desta maneira, acolhendo ainda a orientação técnica voltada aos serviços de acolhimento à criança, recorreremos aos nossos pares pela pesquisa e dialogamos com nossos limites e possibilidades.

Na companhia de Roberto Novaes de Sá, estudioso da tradição fenomenológica hermenêutica e orientador desta tese, buscamos costurar possíveis contribuições para o nosso campo atual.

Começamos com algumas contribuições da hermenêutica<sup>26</sup> dirigidas às práticas de cuidado de inspiração clínica que se dá “*a partir da análise dos fundamentos apriorísticos da compreensão, da estrutura circular da interpretação, do enraizamento histórico-existencial do intérprete*” (SÁ, 2017, p. 11-14), logo entendemos que nos coube olhar para os clamores do campo institucional.

Assim, face ao que realizamos, tematizamos os limites e as possibilidades de uma compreensão livre “*de preconceito e constrangimentos autoritários*”. Nossa hermenêutica, especialmente, iluminada pelos diálogos com o pensamento de Martin Heidegger (1927) influenciado por Dilthey, auxiliou nosso entendimento quanto a crítica

---

<sup>26</sup> O termo hermenêutica provém do deus grego Hermes e segundo o dicionário significa interpretação do sentido das palavras; interpretação dos textos sagrados; arte de interpretar as leis. (SÁ, 2017, p.11).



que rejeita “*objetivismos e propriedades do método no âmbito da compreensão*” (SÁ, 2017, p. 11-14) do cuidado.

Compreender que existe uma distinção entre as metodologias das ciências naturais e as das ciências humanas, implica entender que as primeiras buscam explicar seu objeto partindo de contextos de relações causais, onde o método hipotético-dedutivo vigora. As segundas, privilegiam a compreensão, logo a busca de sentido a partir de uma relação empática “*garantida pelo parentesco entre o intérprete e o objeto de interpretação, já que ambos são objetivações do mesmo fundo comum: a vida (Leben)*” (SÁ, 2017, p. 15).

Diante de nossa experiência face a dispersão teórica do campo, não só da psicologia, podemos dizer que a hermenêutica se firma como um auxílio de análise meta-teórico, capaz de aclarar possíveis tentativas interdisciplinares previstas e orientadas ao trabalho das instituições de acolhimento. Nesse sentido, o modelo dialógico poderia em correspondência às ciências humanas, proporcionar relações mais interativas entre as equipes das instituições e a criança acolhida.

[...] o horizonte inicial de compreensão do interprete quanto o horizonte de sentido original do fenômeno modificam-se para a produção de um horizonte comum em que a interpretação se dá [...] de qualquer modo a inquirição hermenêutica é essencialmente interativa e implica a autocompreensão do intérprete no processo de compreensão do outro (SÁ, 2017, p. 16).

Portanto, interpretar a história contada pela menina acolhida, bem como narrada por sua família pressupõe sempre uma pré-compreensão da equipe técnica, logo uma hermenêutica, “*uma visão perspectivista*” entre o que escuta e aquele que compartilha mundo.

[...] já que não se trata, como no caso dos positivismos, de decidir entre uma interpretação absolutamente falsa ou verdadeira, mas de verificar que aspectos ou dimensões do fenômeno um certo modo de interpretar revela e quais ele oculta a partir do horizonte de pré-compreensão que o torna possível (SÁ, 2017, p. 16).

Assim, buscamos dialogar com o serviço institucional voltado ao acolhimento de crianças no Brasil que, essencialmente, devem priorizar a recepção, a acolhida e a escuta da criança (Cf. Resolução CNAS Nº 109/2009, p. 33-43). Tecemos relações cuidadosas pela vida cotidiana, bem como com a rede de proteção à infância e, desta maneira, consideramos, o que orienta a técnica quanto a imprescindível escuta da criança, em especial, no âmbito institucional por não guardar neutralidades.

Se diante das urgências de agir, no lugar de ampliar cuidados, deixamos escapar sutilezas do mundo da menina no campo que reúne sua experiência cotidiana, podemos

restringir a potência da escuta, compreensão e tematização que se abre ao cuidado-próprio da criança que precisa ser em família e em comunidade.

Assim, em concordância com Guedes (2014), frente a abrangência do campo institucional vislumbramos possibilidades para “*contemplar as diferentes esferas das vidas das crianças e adolescentes acolhidos, em toda a sua complexidade*”, assim, encontramos modos de estarmos juntos. Nesse sentido, a atuação do psicólogo de equipe técnica não é meramente burocrática, pois “há uma escuta clínica em jogo e que é importante de ser sustentada, por mais que esteja fora do setting tradicional ou que o trabalho não ocorra nos moldes de um atendimento “tradicional (NÚCLEO ENTRETEMPOS, 2014).

Portanto, ressaltamos uma dimensão terapêutica que pelo campo de acolhimento foi sendo afinada pela tese, ou seja, por uma atitude que ilumina a prática de cuidado da psicóloga em questão. Ao considerarmos a não neutralidade de nossa relação com a menina, consideramos que acolher fala ainda sobre uma clínica, logo escuta compreensiva. Guardando tal orientação, privilegamos nossa compreensão, bem como o horizonte de sentido da criança. Diante do contexto comum, desvelamos uma prática meditativa de cuidado.

[...] contra qualquer pretensão de totalização do saber. Os horizontes de pré-compreensão, embora finitos, são sempre abertos, estão sempre em processo de transformação histórica e nenhuma interpretação atinge, jamais, uma transparência absoluta de seu horizonte último de possibilidade. A mediação hermenêutica é muito mais da natureza do diálogo em que se põem em jogo as possibilidades e os limites do consenso, do que de uma arbitragem neutra que possua as regras definitivas do jogo (SÁ, 2017, p. 17).

Assim, a hermenêutica pode oferecer contribuições diretas as práticas de cuidados da psicologia que por não ser coesa conta com inspirações diversas. Aqui referenciamos a peculiar escuta do profissional que compõe a equipe técnica da instituição de acolhimento, uma vez que ao mesmo cabe encaminhar e acompanhar histórias. No entanto, de acordo com nossa compreensão, antes, cabe ainda a tal prática considerar o cuidado-próprio e o poder-ser da criança.

[...] a criança não pode ser avaliada [...] ignorando o modo como ela se determina [...] pensar a responsabilidade de uma criança se torna possível a partir do momento em que é ela quem vai lidar com as dificuldades e os possíveis traumas que uma vida pode gerar, é sobre ela que recairão as decisões tomadas, as determinações concretizadas, e as possibilidades geradas. Isso não quer dizer que uma criança não deve ter cuidado e carinho, mas deve-se trabalhar junto a ela seu caráter de ter de ser e poder-ser [...]. (FEIJOO et al. 2015: 161).

Face a tal cuidado, não restringimos a menina a noção de vítima, mas pela escuta aberta na instituição, consideramos que ampliamos as possibilidades de compreensão da própria criança que tivemos a oportunidade de acolher e acompanhar.

Somente em nossa instituição, Lua foi acolhida por três vezes. Sua história de acolhimento institucional começou aos 07 e terminou pouco tempo depois da menina completar 11 anos. Nos primeiros acolhimentos, Lua, manteve-se fiel aos segredos da família, foi cúmplice da mãe que era alcoolista. Frente ao cuidado articulado em rede e as reintegrações em favor da família, a menina, entre acolhimentos, frequentou o Projeto de Projeção Social Básica (cf. Resolução CNAS nº 109/2009) também ofertado por nossa instituição. A aposta técnica, visava controle e cuidado substitutivo.

Nesse sentido, guardando as orientações técnicas, não deixamos de avaliar o necessário encaminhamento da menina para psicoterapia na Policlínica de nossa área de abrangência, no entanto, enquanto aguardávamos pela vaga, escutamos as demandas de Lua e assim, iniciamos uma certa escuta clínica com a criança.

Diante do contexto técnico institucional, onde o termo atendimento clínico carrega pré-conceitos, assim, foi preciso substituir tal interpretação por atenção psicológica, logo nossa experiência de escuta, não menos clínica, deixou de ser interrogada. Inspirados por Dutra (2008) passamos a usar o termo “atenção psicológica” para designar nosso cuidado meditativo junto ao âmbito da instituição de acolhimento para meninas.

Durante as tentativas de reintegração, Lua, não dizia nada que pudesse comprometer a mãe, mas Vento, sua irmã adolescente, denunciou as negligências da família e logo, a escola confirmou que Lua era faltosa. Pela frequência da criança em nosso projeto, percebíamos que menina vinha perdendo peso, um dos primeiros sinais que a criança apresentava em momentos difíceis da existência. Face ao pedido de ajuda de Vento, Lua e ainda outros dois irmãos foram acolhidos.

Lua pouco falava, mas também não negou quando perguntei se sua mãe havia voltado a beber. Nossa escuta compreendia uma menina que demonstrava cansaço diante da história de acolhimento. Aos poucos passou a confiar seus segredos compreendendo, que não precisava esquecer sua família de origem, pois os mesmos ficariam bem guardados em seu coração. A menina passou a desejar uma vida em família, fora da instituição. O coração de Lua, desejoso, queria ser cuidada. Diante do comprometimento da mãe com o álcool, Lua foi adotada (SILVA, Diário de Campo, Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

A relação de cuidado acima descrita fala essencialmente, de uma relação hermenêutica que se deu pela mediação entre várias orientações técnicas. Priorizando atenção para a compreensão hermenêutica, foi possível considerar que a criança

ativamente participou do diálogo entre as disciplinas que compõe o campo de sua proteção e cuidado.

Portanto, escutar Lua foi imprescindível para encaminhar e acompanhar sua família a rede de proteção, bem como tematizar com a própria criança “*seu caráter de ter de ser e poder-ser*” (FEIJOO et al. 2015: 161) em uma família substituta. Se à hermenêutica compete essencialmente a temática da compreensão e da interpretação, tal noção pode contribuir com o cuidado da psicóloga em questão.

Portanto, a interpretação urgente que demanda a tecnologização do cuidado da infância acolhida, tende a conduzir a caminhos ingênuos e a mal-entendidos uma vez que, a determinação apressada da história da criança, pode contribuir para o surgimento de arbitrariedades que no lugar de cuidar acaba por oferecer desamparo a quem se pretende proteger.

Lembramos do caso de Kay que de passagem por nossa instituição em seu breve primeiro acolhimento, anunciou à equipe técnica, ao fechar os botões de sua camisa polo, que não era possível para ela abrir seu coração para adoção quando, na verdade, preservava a esperança de voltar a morar com a tia. Assistimos ao fracasso da urgência de agir na vida da adolescente que após uma colocação mal sucedida em família substituta, foi devolvida novamente ao abrigo de nossa instituição.

Em Heidegger (1927 apud SÄ, 2017: 18), a questão do círculo hermenêutico aprofunda-se, pois se antes apresentava-se como uma determinação mútua entre o sentido “objetivo” das expressões particulares e seu contexto igualmente “objetivo” de significação comum, pela contribuição do filósofo, podemos considerar que o cuidado é componente do próprio círculo.

Deste modo, nossa compreensão seria originariamente constitutiva de nossa existência que na relação com a menina acolhida precede, como condição de possibilidade, a qualquer intenção interpretativa.

Toda interpretação funda-se no compreender. O sentido é o que se articula como tal na interpretação e que, no compreender, já se prelineou como possibilidade de articulação. Como o enunciado (o “juízo”) se funda no compreender, representando uma forma derivada de exercício de interpretação, ela *também* “tem” um sentido. O sentido, porém, não pode ser definido como algo que ocorre em um juízo ao lado e ao longo do ato de julgar. No presente contexto, a análise temática do enunciado tem várias metas (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 215).

Nesse sentido, o cuidado jamais poderá restringir-se unilateralmente a técnica, mas para além dela, pois implica a existência numa correspondência ética que dirá como se deve cuidar, logo fala das identificações.

Por tomar como objetivo de reflexão a compreensão em seu sentido geral e em todos os seus contextos possíveis, a hermenêutica caracteriza-se mais como uma abordagem filosófica meta-teórica do que como uma teoria específica. [...] Seu papel deve ser, antes de tudo, fornecer uma relação mais livre, isto é, mais crítica e transdisciplinar, com seu campo propriamente teórico, evitando assim o risco, sempre iminente [...] de tornar-se um mero aplicador de técnicas e repassador de ideologias quase nunca ou apenas precariamente tematizadas (SÁ, 2017, p. 19).

Mencionamos mais uma vez o caso de Kay, lembramos que se a interpretação apressada do mundo da adolescente nos conduziu a proposições ingênuas, reafirmamos, que as urgências de agir na história de vulnerabilidade de quem se pretende proteger, tende a determinar a estrutura global de sentido de quem se cuida de modo substitutivo, deixando de considerar os fenômenos particulares da realidade existencial do acolhido.

Mas, afinal, do que falam os fenômenos, as particularidades de cada existência de menina? A palavra fenômeno provém do grego “*phainomenon*” que diz sobre o simples aparecer dos entes, logo eis a essência da fenomenologia (SÁ, 2017, p. 26).

Passamos agora às contribuições da fenomenologia para nossa experiência junto a instituição de acolhimento. Para considerá-la como uma atitude, foi preciso exercitá-la não de modo diferente do que já realizamos até aqui, mas buscando apreendê-la como uma possibilidade de orientação face a prática.

A fenomenologia pode auxiliar na busca da verdade do fenômeno que se doa antes mesmo de qualquer compreender acerca da história vivida pela menina acolhida, logo pode auxiliar na visada do que se revela junto ao mundo de cada criança, uma vez que o problema da verdade não pode ser reduzido a uma questão de método como anseia o cálculo. A fenomenologia:

[...] indica, assim, um olhar que atravessa, que observa de vários lados, que examina com atenção. A expressão “perspectivas e rumos...” sugere, portanto, uma relação entre o que é visto e a direção ou o caminho que se toma. Mas, não é apenas o que se vê que determina o caminho a seguir, também o rumo em que se está determina a paisagem descortinada. “Andar às cegas” não é uma expressão apropriada para o movimento aleatório de uma partícula física ou de uma folha ao vento, apenas o ente cujo modo de ser é essencialmente “visão” pode andar às cegas. Somente aquele que vê pode ter um rumo ou perder-se dele. “Perspectivas e rumos...” não exprime, pois, uma sequência causal e linear de eventos; primeiro se vê e depois se perfaz um caminho, trata-se, antes, do mero desdobramento de uma conjuntura originária que nos diz respeito no mais essencial de nosso ser (SÁ, 2011, p. 77).

Portanto, a expressão “*perspectivas e rumos*” nos sugere a lembrança de uma relação com o tempo e assim, compreendemos que nosso diálogo com a filosofia fenomenológica hermenêutica nos proporciona uma visada de tempo diferente daquele que é legislado para a proteção da infância. O tempo da menina acolhida também é outro, logo mais uma vez, nos vem à lembrança a história das irmãs Kay e Mila.

*“Tia porque eu tenho de ir (CAPSI) não gosto de lá, não gosto de conversar com ela (psicóloga), prefiro conversar com você e com a tia B (AS da Instituição de acolhimento), com ela eu não falo nada”*. Esclareço para Kay mais uma vez, que precisamos ir ao equipamento, pois existe uma orientação, logo já que temos de ir, talvez, fosse importante para ela se abrir para a conversa com a psicóloga do equipamento. Kay silencia e entra na Kombi em direção ao CAPSI. Antes de iniciar o atendimento com Kay, a psicóloga do CAPSI me diz que no final do atendimento da adolescente gostaria de trocar umas palavras e assim, confirma que Kay não fala nada. Compartilho então com a colega à disposição afetiva da adolescente e a mesma diz que entendia, pois, o processo era recente e assim, me pede mais algumas informações do caso. Na Kombi retornando para a instituição Kay, foi conversando sobre sua experiência ao lado da família substituta fornecendo-me informação de que havia ido a duas consultas com o psiquiatra e que ia também a uma psicóloga em São Paulo. Conversando sobre a vida, passamos ao tema da recém matricula de Kay na escola próxima a instituição de acolhimento, do seu ir e vir sozinha da escola, bem como do seu desejo de voltar a morar com a tia, irmã de sua mãe. Entre idas e vindas aos CAPSI, Kay e eu, conversamos sobre o seu mundo, falamos da experiência passada ao lado da família substituta, falamos sobre suas relações, em especial, com sua irmã Mila, pensamos sobre seus projetos, uma vez que Kay preocupa-se com a possibilidade de permanecer em um serviço de acolhimento até completar 18 anos (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013 – 2018. Manuscrito, grifo do autor).

Diante do acontecer cotidiano na instituição, a vida extrapola os limites técnicos. Nesse sentido, transgredimos e realizamos sobreposições de atendimentos em nome da proteção e do cuidado.

Dessa forma, para que as intervenções realizadas junto às crianças e aos adolescentes acolhidos e suas famílias sejam efetivas, é necessário que haja uma estreita articulação entre os diversos órgãos envolvidos no seu atendimento. Assim, para fortalecer a complementaridade das ações e evitar sobreposições, é importante que esta articulação proporcione o planejamento e o desenvolvimento conjunto de estratégias de intervenção, sendo definido o papel de cada instância que compõe a rede de serviços local e o Sistema de Garantia de Direitos, na busca de um objetivo comum (RESOLUÇÃO COJUNTA Nº 1, 2009, p. 44).

Apontar nossas trilhas, nossos rumos, foi uma aposta que buscamos realizar para não ficarmos restritos a uma noção técnica de suposta incompletude institucional, mas antes afinados por nossa incompletude existencial, por nossa abertura, sustemos nossa transgressão técnica.

Assim, compreendemos que por meio de nossa escuta conseguimos acessar o mundo da menina acolhida e, logo reafirmamos nossa aposta em um cuidado que

priorizasse o acolhimento, a meditação. Nesse sentido, nos recolocamos frente aos nossos limites e possibilidades junto ao campo.

Exercitamos sem maiores exposições, uma atitude fenomenológica, logo iluminados por Husserl (apud SÁ, 2017) por meio de Heidegger, consideramos a noção de “*epoché*” em nosso contexto. *Epoché* é um termo grego antigo e fala sobre a suspensão de juízo, caracterizando uma atitude filosófica.

A questão essencial que move o pensamento de Husserl (1992) é a de como fundamentar, de modo absolutamente seguro, o conhecimento. Para ele, os esforços filosóficos de Descartes e Kant não haviam sido suficientes para assegurar essa fundamentação necessária. Husserl propõe para a filosofia uma atitude radicalmente crítica, em que, para que algo seja admitido, é exigido que se mostre em toda a sua evidência. Para ele, a “atitude natural”, que inclui tanto a atitude científica quanto a do sendo comum, considera as coisas como existentes em si mesmas, independentemente de sua relação com a consciência. [...] Contrariamente, a “atitude fenomenológica” ou filosófica no sentido próprio, deve ater-se apenas àquilo que se dá a experiência, tal como se dá: o que chamamos de fenômeno (SÁ, 2017: 25).

Quando paramos para sentir e tematizar o tempo de nosso cuidado, o tempo do cuidado-próprio da menina, o tempo legislado, por exemplo, na maioria das vezes, permanecemos restritos a uma noção de que no mundo há crianças negligenciadas que precisam para sua proteção ocuparem os espaços dos serviços de acolhimento e, para tanto, precisam corresponder às representações teóricas-técnicas daqueles que operam seus cuidados.

Mas, para a fenomenologia, esse modo tradicional de compreender a percepção da realidade de crianças que demandam por acolhimento pode estar equivocada, uma vez que nada podemos saber sobre negligência, maus tratos ou muito menos supor seu cuidado, somente pela simples constatação de que existem crianças em vulnerabilidade, logo abandonadas a sua própria sorte no mundo.

[...] o abandono, em sua pluralidade, se constitui numa dimensão que atravessa a vida de milhares de crianças deixando marcas, algumas indelévels, em sua corporeidade e como esta prática se faz violência, também nos estilos de atendimentos que se efetivam nas instituições (SOUSA, 2006, p. 1).

Portanto, se reunimos nosso cuidado e voltamos a atenção sobre tais circunstâncias, devemos exercitar uma atitude que ao retornar as “*coisas mesmas*” possa se abrir como cuidado meditativo em relação com a menina que acolhemos e não simplesmente, reproduzir restrições impostas por certa tecnologização do cuidado.

Sendo ao lado, logo cuidando não pela experiência de abandono ou vulnerabilidade de todas as crianças no mundo, mas de cada caso de menina acolhida pela

instituição onde atuamos, podemos compreender com auxílio de uma atitude fenomenológica que a consciência é sempre intencional é sempre consciência de algo. Assim, na contramão da tradição filosófica, a intuição torna-se a via de acesso ao fenômeno (SÁ, 2017, p. 25), ou seja, ao mundo da menina que acolhemos.

A influência da fenomenologia ao campo das ciências humanas é ampla e vasta “*incluindo disciplinas como a história, a sociologia, o direito, a antropologia e a psicologia*” (SÁ, 2017, p. 27), nesse sentido, contribuiu fornecendo um método descritivo e compreensivo acerca do sentido próprio dos fenômenos que se desvelam na proximidade daqueles com quem se relaciona.

A fenomenologia, portanto, em Heidegger (1927), nos recoloca diante da suspensão de nossa lida cotidiana, uma vez que quando nos damos conta de nosso envolvimento com a tecnologização do cuidado, não encontramos por assim dizer, nenhuma “posição transcendental absoluta”, mas antes nos deparamos com nossa negatividade originária, nossa incompletude existencial (SÁ, 2017, p. 27).

Portanto, antes de nos restringirmos a noção de incompletude institucional, consideramos importante atenção a incompletude existencial que sempre nos recoloca diante da ética do cuidado face a nossa finitude, como ser-para-a-morte.

A partir da radical suspensão heideggeriana, não podemos tomar a fenomenologia como uma atitude metodológica, voluntariamente controlável, uma vez que está coloca em jogo a própria estabilidade ontológica de nossas experiências, “*ela está sempre associada a algumas entonações afetivas fundamentais da existência, como a angústia, o tédio, o amor, a serenidade*” (SÁ, 2017, p. 30). Assim, correspondemos de diferentes modos suspendendo nossa absorção técnica e passamos a nos preocupar com o sentido existencial de cada menina que tivemos a oportunidade de cuidar.

Apesar de Heidegger não ter utilizado termos husserlianos como redução ou *epoché* é possível considerar que em seu pensamento, o mesmo tenha realizado um “passo atrás” em relação aos modos de ocupação cotidiana. Portanto, exercitar uma atitude fenomenológica é antes dar-se conta do estar em jogo por meio de nosso aí.

“Em nosso ser-aí” não significa no homem, e sim, na abertura do ser que experienciamos historicamente como ser homem e, mais especificamente para nós, como ser sujeito jogado ante o poder da técnica moderna, ora controlando o mundo, ora perdendo o controle, mas sempre limitados em nosso poder-ser pelo acontecimento histórico de ser-aí que esquecemos que somos. O paradoxo da atitude fenomenológica é que o “sujeito” não pode dar um passo atrás sem acompanhar a si mesmo, sem se apropriar da nova visada como uma posição subjetiva superior. A sua pretensão de suspender a si mesmo já está de antemão fadada ao fracasso. Só uma desistência de si, uma entrega ou uma rendição poderia levar a esse tipo de recuo. Ainda assim, seria uma iniciativa voluntária



do sujeito a decisão de suspender sua vontade de ser sujeito. Mas, essa ascese de si mesmo jamais seria possível se dependesse somente de alguma instância subjetiva positivamente fundada. Apenas porque o ser-aí, como ser-no-mundo, é ontologicamente mais originário que o “ser homem dentro do mundo” é que faz sentido a atitude fenomenológica como realização de uma possibilidade própria do existir: ser si-mesmo como mero deixar ser o que vem ao encontro no mundo (SÁ, 2011, p 78).

Desalojar-se implica fazer a experiência da própria angústia que a cada vez nos afeta frente às urgências de agir ao lado das histórias de abandono, nos casos de acolhimento que ainda hoje justificam a institucionalização da infância no Brasil. Lançados, todos nós nos encontramos em um horizonte técnico e assim, pela técnica ainda não encontramos suficiente condição de possibilidade para transformar radicalmente nosso horizonte vulnerável.

Casos que atravessam o tempo e, infelizmente, ecoam em familiaridade junto ao nosso contexto, denunciam enraizamentos de uma lógica de menos valia de crianças e adolescentes pobres, talvez, não só no Brasil, mas no mundo.

Como vimos no primeiro capítulo, lembramos da história do menino Bernardino e da adolescente de Abaetetuba do interior do Pará. Histórias que precisam ser lembradas não para tecnologicizar o cuidado da infância de hoje, mas para nos recolocar face a dimensão ética na relação com o outro.

Lembramos, no segundo capítulo, da menina Vick que passou brevemente por nossa instituição de acolhimento e por tantas outras até chegar, com saúde debilitada ao sistema socioeducativo. Tais casos ilustram inúmeros exemplos de abandonos que não devem ser esquecidos.

Livrar-se das crianças se constitui num episódio cultural significativo para os adultos, senhores das deliberações prescritas que trazem consigo, cuja riqueza está nas matrizes de referências sobre a relação adulto-criança. Com indiferença ou tragados pelas culpas, de maneiras sutis ou naturalizadamente explícitas, os adultos não podem eximir-se da história de abandono que construíram para milhares de crianças em todos os recônditos do planeta. Ambiguamente, as marcas deixadas por suas decisões forjaram, de um lado, padrões de condutas adultocêntricas, de outro, resistências e lutas para que essas crianças pudessem participar, dos modos possíveis para cada uma delas, da construção de enredos para suas vidas (SOUSA, 2006, p. 3).

Distinguímos “*a graça do cuidado em nossas relações*” (SOUSA, 2006, p.4), por meio dos diálogos com a filosofia e nos relacionamos com uma certa desconstrução técnica, tendência que tem tocado diversas práticas da psicologia.

Nesse sentido, a angústia (HEIDEGGER, 1927) que nos mobiliza quando suspendemos algumas identificações de cuidado calculador no âmbito institucional, pode ser equiparada a redução fenomenológica de Husserl, logo suspensão do mundo natural

ou do mundo simplesmente dado da criança, assim, é possível nos recolocarmos diante do caminho.

Buscamos pensar nosso cuidado por uma visada meditativa, iluminada por Heidegger, conforme delineamos no capítulo anterior e assim, decidimos<sup>27</sup> agir de modo mais livre (SILVA, 2010: 40).

A decisão é um modo privilegiado de abertura da presença. [...] Primeiramente, esta não é, em absoluto, uma qualidade do “juízo” e nem tampouco de um determinado comportamento, mas um constitutivo essencial do ser-no-mundo. [...] A decisão não desprende a presença, enquanto *ser-si-mesmo mais próprio*, de seu mundo, ela não a isola num eu solto no ar. E como poderia, se a presença, no sentido de abertura própria, nada mais *é propriamente* do que *ser-no-mundo*? A decisão traz o si-mesmo justamente para o ser que sempre se ocupa do que está à mão e o empurra para o ser-com da preocupação com os outros. A presença decidida se liberta para seu mundo a partir daquilo em virtude de que o poder-ser se escolhe a si mesmo. Somente a decisão de si mesma coloca a presença na possibilidade de, sendo com outros, se deixar (HEIDEGGER, 1927, p. 378-379).

Propomos uma visada fenomenológica a partir da aproximação das conferências *A Questão da Técnica* (1953) e *Serenidade* (1955) que nos alertou para o quanto nosso horizonte histórico reduz nosso cuidado a uma questão de método como já nos esforçamos para emoldurar até aqui.

Acolher ao outro, às suas necessidades fundamentais, como organismos vivo indissociável de sua condição de sujeito social tem sentido de cuidado. Não violentamos as pessoas de quem cuidamos porque cuidar é uma dimensão fundante do amor, enquanto uma conduta relacional que procria eticamente a vida, a partir de uma estética do *estar-junto* no mundo (SOUSA, 2006, p.10).

A decisão pela noção de cuidado que buscamos tematizar nada tem a ver com afirmação da vontade subjetiva, mas decidir-se pelo os outros e por si mesmo é deixar-se descentrar da experiência como sujeito. Desta maneira, compreendemos a partir da disposição serena a possibilidade de dizermos sim e não para a tecnologização do cuidado. Portanto, tal decisão guarda uma relação mais livre, ou seja, aberta para um cuidado meditativo ao lado das meninas acolhidas pela instituição onde atuamos, horizonte que se doou em pesquisa.

Nesse sentido, sem sugerir passividade, a atitude serena inaugura uma possibilidade de ser livre para o mistério, compreensão que também abriga uma disposição privilegiada, a serenidade fala da capacidade de dizermos, simultaneamente,

---

<sup>27</sup> A palavra decisão é empregada aqui no sentido heideggeriano que em *Ser e Tempo* (1927), designa um movimento em um sentido de destrancar, abrir. Assim, uma das modalidades do homem é o destrancar-se e o abrir-se para. (HEIDEGGER, 1927/2008: 579).

sim e não as nossas identificações. Logo, dizer sim justifica-se diante do mundo das preocupações urgentes e ao mesmo tempo, dizer não significa que a experiência do horizonte pelo qual nos preocupamos não é inerente, mas antes depende de um movimento originário que possa ultrapassá-lo.

Apesar dos avanços legais, reordenar os serviços de acolhimento institucional por meio das ofertadas de parâmetros que buscam orientar todos os serviços com conhecimento técnico não têm abarcado a complexa situação enfrentada pela criança que passa por medida protetiva.

Insuficiente, a rede de proteção luta cotidianamente para garantir que experiências passadas não voltem a acometer a infância do Brasil de hoje. No entanto, para além do reordenamento técnico, apostamos na lembrança da possível difusão de uma visada mais contemplativa, logo mais humana acerca das práticas de cuidado durante o tempo do acolhimento da criança.

Diante do esforço de reparação da dignidade da existência da criança acolhida (BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Art. 7º), buscamos tematizar nossa prática de cuidado junto à instituição de acolhimento para meninas, considerando as relações de sentido da própria criança através de uma visada fenomenológica que pode fornecer um olhar compreensivo acerca do horizonte comum das atividades de trabalho no âmbito, bem como para os modos de disposições propícios ao exercício de tais atividades (SÁ, 2017: 33). Portanto, não guardamos a pretensão de lançarmos um desenvolvimento teórico-institucional de uma psicologia fenomenológica hermenêutica como já ressaltamos.

[...] gostaríamos de pensar aqui sobre quais perspectivas e rumos se abrem para a fenomenologia, enquanto possibilidade de experiência de descentramento do sujeito voluntarista no âmbito da psicologia em plena era da técnica. [...]. Se conseguirmos, efetivamente, realizar algum recuo nesta direção, devem aparecer sentimentos de ambivalência, inseguranças com relação às nossas identidades teóricas e profissionais, receios relativos à possível ausência de valor dos empreendimentos teóricos-institucionais em que estamos empenhados, desestabilizações de sentido que podem se alastrar, sem limites pré-fixados, por nossas complexas estruturas identitárias. Anuncia-se a angústia que sempre já esteve lá como possibilidade de experiência de nossa negatividade mais essencial, precariamente encoberta pelas identificações reificadas como um eu simplesmente dado (SÁ, 2011, p. 81-82).

Nesse sentido, reconhecemos que por vezes pela técnica enrijecemos e assim, por ela correspondemos a padrões de cuidado calculador mesmo guardando a lembrança do cuidado meditativo. Lembramos que o ser-aí (HEIDEGGER, 1927) em seu modo cotidiano e mediano de ser tende de início ao fechamento, ao encerramento de todo

sentido dos entes em um horizonte de instrumentalidade. Tal fechamento não caracteriza nenhuma patologia, mas sinaliza que toda abertura se define por limites para então se abrir em possibilidades.

Entre capturas cuidamos de modo substitutivo, logo ingênuos diante da urgência de agir, também nos deixamos levar pela pressa. Deixamos escapar a imprescindível pausa para pensar, pausa que sempre reconduz a abertura, ao mistério e a serenidade, disposição essencial para aqueles que atuam em contextos de alta complexidade.

No entanto, esperamos ainda ter conseguido conciliar nossa lida com os parâmetros técnicos sem perder de vista uma maior elaboração temática de nosso horizonte. Talvez, mais apropriados de nossa situação hermenêutica possamos acolher a menina sem deixar de considerar nossa liberdade originária e constitutiva, logo corresponder a outras possibilidades históricas de cuidado que se anunciam por meio de uma disposição meditativa. Quem sabe assim, talvez, seja realizável uma experiência mais singular das perspectivas e rumos de uma psicologia fenomenológica em consonância com uma integração de nossos limites e possibilidades mais próprias no âmbito dessa relação histórica (SÁ, 2011, p. 81-82).

Se a psicologia enquanto prática atual guardar correspondência com os acontecimentos históricos acerca da infância acolhida no Brasil e, enquanto fazer, realizar-se como cuidado meditativo pela relação com a criança, *“então, o destino técnico da psicologia também não é algo imposto de fora da história por uma determinação natural ou divina”* (SÁ, 2011, p. 82).

Atuar junto aos reordenados serviços de acolhimento para crianças no Brasil de hoje, não deve guardar radical oposição entre cuidado calculante ou meditativo, mas antes deve priorizar a pausa para tematizar cotidianamente os direitos já garantidos. Como, exemplificamos, no capítulo anterior, uma vez que os perigos do esquecimento da pausa têm aumentado o número de devoluções de crianças adotadas aos abrigos, consideramos que uma das contribuições de nossa pesquisa ao campo, seja ressaltar a lembrança de que para construirmos um serviço de qualidade com a menina, primeiro, devemos todos habitar tal espaço com o coração.

As relações essenciais não se deixam, contudo, representar adequadamente através do esquema meio-fim. Construir não é, em sentido próprio, apenas meio para habitação. Construir já é em si mesmo habitar. [...]. Quando se fala do homem e do espaço, entende-se que o homem está de um lado e o espaço de outro. O espaço, porém, não é algo que se opõe ao homem. O espaço nem é um objeto exterior e nem uma vivência interior. Não existem homens e, além deles, espaço. [...]. Habitar é, porém, o traço essencial do ser de acordo com o

qual os mortais são. Quem sabe se nessa tentativa de concentrar o pensamento no que significa habitar e construir torne-se mais claro que ao habitar pertence um construir e que dele recebe à sua essência. Já é um enorme ganho se habitar e construir tornarem-se dignos de se questionar e, assim permanecem dignos de se pensar (HEIDEGGER, 1951, p. 126,136,140).

Nesse sentido, buscamos habitar o espaço da instituição de acolhimento onde atuamos, fazendo a costura dos sentidos que sopraram aos ouvidos. Em casa, junto das meninas que ora acolhemos, consideramos ter correspondido as demandas que vieram ao encontro.

Tinha fio que era comprido e parecia percorrer uma família inteira, pros lados, pra cima e pra baixo.

Outros eram curtos e interrompidos; truncadinhos, abarrotados.

Tinha fio brilhante, dourado, cor-de-rosa.

Fios gargalhentos, enfuziantes (...)

Havia os escuros em forma de nó e outros bem grossos, difíceis de passar o dedo sem que este escorregasse para os fios vizinhos.

E também os silenciosos.

Nestes, não dava para passar a mão (FILINTO, 2011).

“*Se a questão fundamental da psicologia é a questão da liberdade*” (SÁ, 2011, p. 83), da escuta e do cuidado, esperamos ter dialogado com as imposições técnicas de nosso campo buscando sempre considerar o interesse da menina e assim, com ela ter costurado projetos. Logo, pela habitação prévia junto ao campo institucional, buscamos evitar as ilusões voluntaristas de controle e dominação, sempre que possível.

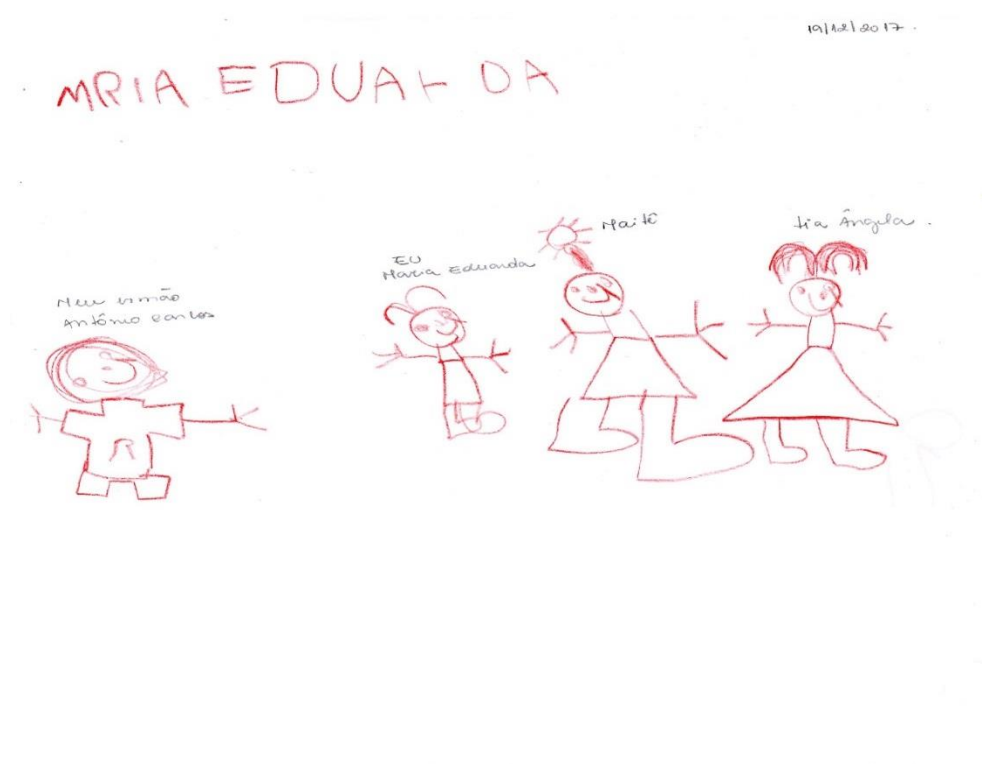
A atitude fenomenológica, entendida sob a inflexão heideggeriana, não nos retira da facticidade do campo de contradições, conflitos e dispersão teórica da psicologia para o âmbito de uma psicologia fenomenológica mais científica do que as ciências empíricas, sejam elas do mundo natural ou da subjetividade. Mostra-nos, antes, que não se trata aqui de uma disputa entre saberes instituídos e identidades teórico-profissionais, no interior da qual basta fazermos a escolha correta e nos empenharmos na luta. O passo atrás da fenomenologia desvela esse campo como realização regional de um mundo histórico que é o nosso, e que como ser-no-mundo não podemos deixar de habitar, mas podemos suportar o seu estar-em-jogo e, talvez, descobrir aí uma habitação mais rica e acolhedora (SÁ, 2011, p. 84).

A abertura existencial compreendida por uma visada fenomenológica hermenêutica, iluminou o caminho para o apropriar-se, logo para o habitar junto a instituição que acolhe meninas há mais de 85 anos, campo que nos coloca em jogo como ser-no-mundo-com-a-criança-acolhida.

### 3.2 – A Dignidade da Existência da Menina

“A criança e o adolescente têm direito à proteção e à saúde, mediante a efetivação de políticas públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência”  
(ECA, 1990: Art. 7º)

Figura: 10 – O Desenho da Família de Duda



Fonte: A autora

A família de Duda (05 anos) é composta por várias crianças das quais a menina não consegue se lembrar de todos os irmãos. Pela instituição foi acolhida com uma irmã adolescente por um breve período de tempo. Foram transferidas apesar do posicionamento contrário de nossa equipe para um abrigo no centro da cidade em favor da proximidade da família extensa. A última notícia que recebemos de Duda dizia que diante da complexidade da família extensa, a menina permanecia acolhida (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

Chegamos aos tópicos finais de nossa tese e compreendemos como vimos nos capítulos anteriores que as origens dos cuidados viciosos, logo calculado remonta o tempo das grandes instituições dos séculos passados.

Assim, face a tais sedimentações, infelizmente, vivemos retrocessos que indicam que ainda muito se precisa caminhar para que uma radical transformação se efetive em nosso horizonte de cuidados com a infância. Como cuidamos? É a questão que buscamos pensar e responder ao longo do nosso caminho.

É interessante observar como retornamos, no presente e com distintas variações cotidianas, a um passado que imprimiu no modo de viver ocidental moderno as condutas características da cultura patriarcal [...] imersos nessa cultura [...] homens e mulheres incorporaram ao seu modo de viver desiguais formas de desistência das crianças. Podemos tomar como ilustração a campanha nacional pela redução da idade penal, cuja ambiguidade expõe um número considerável de adultos a clamarem pela punição de meninos e meninas, por eles nomeados de marginais, enquanto assumem um lugar de vítimas que se julgam ameaçadas por estas crianças. [...]. Vivemos *como se todos os nossos atos requeressem o uso da força*, à medida que não fomos educados para compreender e vivenciar a indispensabilidade do diálogo, a sabedoria da escuta, e ainda, para distinguir a graça do cuidado em nossas relações (SOUSA, 2006, p. 3-4).

Assim, surgem vários fenômenos relacionados à infância como, por exemplo, aponta a pesquisa que indica o contexto, onde à infância é marcada por certo modelo de família nomeada como “matrifocais”<sup>28</sup>.

Em tal configuração familiar aparece a necessária ajuda financeira dos filhos, em especial, em auxílio à mãe. Assim, como uma questão de honra a “criança cuidadora” (*nurturing childhood*) contrasta com a “criança cuidada” (*nurtured childhood*) nascida em famílias que correspondem aos ideais de cuidados, atualmente, promulgado para a infância (HECHT, 1997 apud RIZZINI & FONSECA, 2002, p. 18).

Para além da questão do trabalho infantil, de modo transversal, o tema da “criança cuidadora” aparece ainda em contextos onde a família é afetada por problemas decorrentes da dependência química entre os adultos que na maioria das vezes, não conta com uma rede de apoio mais ampla.

Algumas meninas que tivemos a oportunidade de acolher, quando afetadas pela dependência química da família, substituíram os pais em cuidados básicos de irmãos menores como nos mostrou as histórias da adolescente Kay e da menina Lua.

---

<sup>28</sup> São famílias onde o pai/marido não consegue cumprir seu papel de provedor e assim, a criança passa a contribuir para o sustento da mãe e de irmãos menores com o fruto de seu trabalho (HECHT, 1997 apud RIZZINI & FONSECA, 2002, p. 18).

KAY (14 anos). *Eu não admito que ninguém além de mim chame a atenção de Mila (08 anos). Nossa mãe bebia e depois que aconteceu aquilo com o pai da Mila, foi presa... eu sei que Mila não é fácil, eu preciso chamar a atenção dela, mas não gosto quando a tia G faz isso* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito, grifo do autor).

LUA (11 anos). *As vezes ela chegava de manhã, tomava banho, escovava os dentes e ia dormir. Quando meu irmão acordava eu trocava a fralda dele e fazia um nescalzinho para ele. Brincava com ele e na hora do almoço fazia um miojinho. Nesses dias eu não podia ir pra escola. Eu não acho justo isso que ela faz comigo* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito, grifo do autor).

Atualmente, segundo JOBIM (2018) o abandono afetivo da criança se revela ainda por meio da autonomia, fenômeno que não se restringe as crianças pobres e assim, nos convida a pensar como podemos educar, logo cuidar dos adultos que educam as crianças. Nesse sentido, achamos pertinente voltar atenção aos adultos das famílias das meninas que também na maioria das vezes, enfrentaram ou enfrentam processos de exclusão social.

Na história do nosso país, os serviços de acolhimentos foram geridos e tinham o quadro de pessoal composto principalmente por pessoas voluntárias, religiosos ou leigos. Aos poucos essa realidade tem se modificado, mas ainda hoje há a prevalência da concepção de que “basta o bom coração” para se trabalhar nesses serviços. O reconhecimento de que todos os profissionais que atuam em serviços de acolhimento desempenham o papel de educador, impõe a necessidade de seleção, capacitação e acompanhamento de todos aqueles responsáveis pelo cuidado direto e cotidiano das crianças e adolescentes acolhidos (BRASIL. RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 1 DE 18 DE JUNHO DE 2009, p. 55-56).

Diante do desafio, a questão da educação é uma noção importante para os serviços de acolhimento institucional, uma vez que todos em tais contextos independente do cuidado devem exercitar o papel de educadores. Contudo, frente ao tempo legislação da infância, ponderamos que a missão de educar continua fadada ao fracasso não só por conta dos prazos, mas ainda conforme nos lembra Sousa (2006), sabemos que historicamente, fomos educados para que as diferenças sejam evitadas.

[...] a primeira reação dissonante de uma criança às instâncias típicas de um adulto é vista como desobediência, como atrevimento que deve ser punido com rigor, mesmo que os afazeres infantis estejam a expressar, muitas vezes, a imitação daquilo que aprendeu como conduta peculiar de seus educadores. A cultura patriarcal não abriga em suas prerrogativas qualquer manifestação de desacordos, por isso exclui tudo e todos que não caibam nesse mundo, possuído por ela na varredura das singularidades (SOUSA, 2006, p. 4).

Face aos contextos desiguais, o cálculo e o controle prevalece e ainda afina os modos de relação com a infância. Como fundo de reserva, a criança com o amparo legal



se abre para o fenômeno da colocação em famílias substitutas que supostamente, estaria apta para educar e cuidar da criança destituída da família de origem.

Os reconhecidos esforços da rede protetiva são insuficientes de modo que por vezes, nos esforçamos em buscar sentido diante do acolhimento de meninas que ainda, em nosso tempo, sofrem violentos processos de exclusão social. Avançamos, sabemos, no entanto, consideramos que as chamadas práticas inclusivas acontecem no “*limite da acomodação social para amortizar os conflitos e conservar a ordem econômica e política*” (SOUSA, 2006, p. 10) não no Brasil.

Deste modo, meninas e também meninos, sujeitos de direitos, precisam se adequar a uma lógica perversa que torna abandonos em transtornos estéticos aos padrões de visibilidade social. Logo, as instituições seguem acolhendo e perpetuam lamurias quanto a incapacidade de superação dos filhos e filhas desta mãe gentil (SOUSA, 2006, p. 10).

Nesse sentido, que possibilidades ainda se abrem para pensar a dignidade da existência da criança conforme garante o Art. 7º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)? Para além da noção desenvolvimentista considerada, recorremos a noção de ser-aí para privilegiar a abertura da menina que acolhemos.

Portanto, buscamos compreender a existência da menina através da proximidade, considerando uma atitude que pensa com a criança seu cuidado-próprio e poder-ser face a um contexto de vulnerabilidade. Desta maneira, esperamos ter contribuído com a “*escuta*” e “*auto-cuidado*” (Cf. BRASIL. RESOLUÇÃO Nº 109/2009) da criança acolhida.

Guardar a compreensão da menina como ser-aí nos possibilitou cuidar de cada história como se fosse única, logo esperamos que cada criança tenha feito uma experiência digna durante o tempo que durou sua medida de acolhimento, pois uma das possibilidades da existência consiste no fato de enfatizarmos o curar, não no sentido de exterminar um mal pela raiz, mas de tratar. Curar e tratar, guardam um sentido semelhante e nos autoriza olhar para o nosso atendimento como um cuidado de compreensão clínica ali, no próprio âmbito da instituição.

Comprendemos que tal cuidado se doou no campo da instituição e assim, se realizou antes da necessária articulação com a rede de proteção, bem como dos devidos encaminhamentos. Nesse sentido, o trato guardou o bem cuidar (POMPEIA & SAPIENZA, 2009, p. 157).

Tudo que é delicado demanda cuidado, pede que seja bem tratado, pois o que é delicado se destrói com facilidade se for maltratado. O que é difícil precisa

de cuidado, pede que a pessoa se detenha, pare para olhar, pense bem, e, aí, cuidado quer dizer “tome cuidado”. E todo cuidado é pouco em relação àquilo que é importante, que é valioso. Quando uma situação se apresenta com essas três características, ou seja, delicadeza, dificuldade e importância, ela surge como um problema que solicita cuidado (POMPEIA & SAPIENZA, 2009, p. 157).

Se cada caso de acolhimento é único, voltamos atenção a palavra latina “*peculiares*”<sup>29</sup> que ao indicar que existem peculiaridades em cada história de menina acolhida, também nos lembra da singularidade que precisa ser considerada no fazer-se criança em desenvolvimento.

Na interpretação desta lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento (BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. 1990, Art. 6º).

Portanto, esclarecemos, mais uma vez que nossa escuta não olhou para menina a partir de perspectivas fechadas e determinísticas onde o tempo da infância se restringe a modelos interpretativos, quase universais.

Partimos da premissa que as etapas de vida – infância e adolescência – não devem ser consideradas apenas em função de processos biológicos universais [...] devemos reconhecer a possibilidade de que, numa sociedade de radical desigualdade como a brasileira, existem diversas visões de infância (RIZZINI & FONSECA, 2002, p. 11).

*“Menina começa na menina. Ela é um ser finito nela mesma, podem crer. Não é nunca um vir-a-ser, por que é na própria menina que ela mesma termina”*. (ZIRALDO, 2007, p. 45). Como ser em desenvolvimento, a menina acolhida enfrenta uma corrida, onde o tempo parece ser seu inimigo, logo concepções biológicas, psíquicas, afetivas e sociais, dizem do tempo da infância e o tomam como linear. A infância finda-se aos 12 anos e por isso, se justifica a corrida contra o tempo, pois se não processos de exclusão social podem se perpetuar quando a menina acaba para nascer a adolescente.

Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescentes aquele entre doze e dezoito anos de idade. *Parágrafo único*. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade (BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 1990. Art. 2º).

Lembramos como vimos no segundo capítulo que também a psicologia frente ao seu horizonte de sentido, contribuiu para sedimentar teorias que reforçavam a substituição

---

<sup>29</sup>Disponível em [www.significados.com.br/peculiar](http://www.significados.com.br/peculiar). <Acesso em: 26/12/2017>.

da criança ao modo do calculado. A psicologia como ciência não se firma em um campo coeso, mas antes através de múltiplos pressupostos confia considerações ao tempo da infância.

Dêem doze crianças sadias, de boa constituição, e a liberdade de poder criá-las à minha maneira. Tenho a certeza de que, se escolher uma delas ao acaso, e puder educá-la, convenientemente, poderei transformá-la em qualquer tipo de especialista que eu queira – médico, advogado, artista, grande comerciante, e até mesmo um mendigo e ladrão, independente de seus talentos, propensões, tendências, aptidões, vocações e da raça de seus ascendentes (WATSON, apud SILVA, 2010, p. 37).

Espera-se, desta maneira, conduzir a infância à saúde, longevidade e consequentemente, a produtividade controlada. Aposta-se que a infância possa dar bons frutos e assim, garantir o futuro da nação. Nesse sentido, noções como determinismo e ainda liberdade, deixaram de ser consideradas adequadamente (SILVA, 2010).

Se o reconhecimento do caráter próprio da existência da criança está cada vez mais ameaçado pelo julgo do pensamento que calcula, o que ainda podemos dizer da infância excluída, em especial, da menina que acolhemos considerando a marca de sua abertura existencial? Como nos esforçamos até aqui, ainda podemos recorrer ao exercício de um cuidado meditativo.

Nesse sentido, diante de um mundo de cuidado técnico, encontramos uma brecha para cuidar da menina a partir do mundo que é o dela. Logo, por meio de nosso diálogo com a filosofia, consideramos que a prática atual de cuidado visou o bem cuidar da menina buscando ampliar o horizonte da criança.

Se em Heidegger não encontramos nada anterior a existência e, portanto, não faria sentido dizer de uma teoria do desenvolvimento face a um ente dotado do caráter de poder-ser (FEIJOO et al. 2015, p. 151), então consideramos cuidar do apropriar-se das determinações do horizonte existencial da menina que em vulnerabilidade, precisou da medida protetiva.

As determinações do próprio horizonte existencial das meninas que acolhemos, indicam que algumas foram abusadas, drogadas, prostituídas, juradas de morte e pela fome transformaram-se em pedintes em ruas da cidade. Enfrentando vários modos de abandono, foram ainda devolvidas aos abrigos por suas famílias de origem, extensa ou adotiva.

Nas violências está a morte do cuidado. Nelas ganham vida as estratégias de vampirização, onde o agressor suga do outro, o agredido, a liberdade de escolha e de decisão, destrói a estética do desejo mútuo, onde a vida se realiza

embalada pelo convite para o *estar-junto solidário*. Entre adultos e crianças mergulhados nesse contexto, o cotidiano é marcado pelo dominar e submeter-se, promovendo a complacência com perspicazes rituais de maus-tratos (SOUSA, 2006, p. 15).

Tais circunstâncias fizeram surgir meninas cuidadoras de mãe, de pai, de irmãos menores e por vezes, do sonho de pessoas que não puderam gerar filhos biológicos ou que por uma questão de sentido desejaram filhos adotivos. Assim, as meninas que acolhemos nasceram mais de uma vez, não só para as famílias de origem, extensa ou substituta, mas ainda entre instituições nascem para toda forma de substituição de seus cuidados.

A menina que acolhemos falava de como cuidava reafirmando seu caráter de poder-ser cuidadora no âmbito da instituição ora através da brincadeira ao lado de outras meninas, ora pela relação com os adultos. Assim, a menina ia anunciando fechamentos e ainda resistindo sustentava aberturas.

Nesse sentido, como podemos recepcionar, logo acolher a menina, ou seja, como podemos cuidar durante o tempo da institucionalização? A resposta vem da própria menina e guarda a lembrança de que a cada vez, devemos nos relacionar com a noção de ser-aí que sempre lembra liberdade.

Assim, é oportuno lembrar conforme vimos no primeiro capítulo que o ser-aí é a tradução de *Dasein*, palavra alemã utilizada por Martin Heidegger (1927) para designar o ser-aí humano. Heidegger em sua fenomenologia hermenêutica ao evitar a palavra homem (impregnada por determinações) privilegiou a peculiaridade da existência que carrega consigo, originariamente, seu caráter aberto como cuidado com as coisas, com os outros e com consigo.

Como dissemos, na contramão das perspectivas desenvolvimentistas, buscamos olhar para a existência da menina partindo da noção de que “*a essência do ser-aí está em sua existência*” (HEIDEGGER, 1927 § 9). Logo, habitando no aberto, a menina, reuniu e doou sentido aos modos de cuidar daqueles que configuraram sua rede protetiva.

“Afinal, quem somos, como fomos e como seremos?” [...] Esta questão não fala mais do que do Tempo, este “algo” misterioso que se instaura desde o início com e na criança. Neste início ele recebe o nome de Infância; depois vai receber outros nomes. Isto é assim porque o tempo sempre se dá de maneira especial e diferente no decorrer da existência humana e com ela está intimamente imbricado (CYTRYNOWICZ, 2000, p.75).

Ao não restringimos o nosso cuidado a noção de ser criança em desenvolvimento, mas considerando a existência da menina como aquela que carrega a possibilidade de ser

*in-fanz*, buscamos situar nosso olhar acerca do ente que tem uma infância e, portanto, não foi sempre falante, embora em abertura aparece como aquele que precisa falar para constituir-se como existente, como ser falante (CYTRYNOWICZ, 2000, p.75).

A palavra **Infância** é composta em sua origem por **In, Fans Fos** o que significa sem fala, mas também, na luz ou na claridade, conforme consideramos o prefixo **In** como de negação ou de relação aos possíveis significados do nominativo **Fans,Fos**. No entanto, é conjuntamente destes dois modos que primeiramente compreendemos a existência humana no tempo da criança ou na infância: na claridade sem fala! Deste modo original podemos compreender o modo também especial da relação entre a criança e os outros, no qual ela se mostra e é percebida mais no âmbito do cuidado dos outros do que de seu próprio dizer. Encontramos aqui, na etimologia, uma pista importante para uma compreensão mais original e não metafórica do existir humano na infância (CYTRYNOWICZ, 2000, p. 75).

Assim, mesmo que o cuidado da infância na maioria das vezes, seja substituído pelo cuidado adulto, não podemos deixar de considerar a abertura existencial independente do tempo de vida. Logo, a menina, até as mais miúdas vai encontrar o modo de anunciar o seu mundo.

NATY (09 meses): No momento do acolhimento, anunciava que estava abaixo do peso recomendando. Chegou de fraldas sujas e com piolhos. Seu pequeno corpo apresentava marcas de brotoejas ou de picadas de insetos. Estava apática e respondia os estímulos de modo restrito. Chorava pouco, não sorria, não balbuciava. No entanto, no decorrer de seu acolhimento, de seu tempo, passou a corresponder com satisfação aos cuidados recebidos e, logo foi comunicando como gostava de ser cuidada. Passou a balbuciar vários sons. Com apoio ficava de pé ensaiando os primeiros passos. Com sorrisos e gracinhas correspondia às brincadeiras de adultos e de outras crianças. Assim, se comunicava demonstrando carinho ao deitar sua pequena cabeça no ombro das educadoras quando ia ao colo. Naty não costumava estranhar, tranquila chorava apenas quando estava com fome (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017, Manuscrito).

Sem fala, mas na clareira, Naty foi anunciando seu mundo que também ia sendo assistido através da relação estabelecida com cuidadoras e com outras crianças das quais três eram suas irmãs. Assim, também lembramos de Titi que autista compartilhava mundo sem a pronuncia de palavras. Nesse sentido, mesmo que tais existências estivessem mais sob os cuidados dos outros do que do próprio dizer, foram capazes de comunicar e dar testemunho do ser criança.

A palavra criança é dupla: criar e criação. Hanna Arendt (pág. 235 – Entre o Passado e o Futuro) diz que cada criança constitui uma novidade em duplo aspecto: ela mesma é uma novidade e é nova num mundo velho. Neste sentido, ser criança é a realização da própria novidade e do novo. Este caráter duplo é referente tanto a ela mesma como ao mundo, pois quando a criança cresce, cria-se também um mundo (Cytrynowicz, 2001, p.119).

Se cada um carrega sua história, é no tempo da infância que nos apropriamos da linguagem que nos acompanhara por toda existência. Por isso, não somos uma natureza em si, mas antes somos históricos (JOBIM, 1996, p. 38), abertura face a um mundo novo e antigo.

A rocha, a pedra, a areia, o seixo  
O braço, o ombro, o rosto, o queixo  
Um buraco pra cavar e uma concha para guardar  
O mundo inteiro é um vasto lugar  
O mel, a abelha, o favo, o zumbido  
O sabugo, a espiga, o milho cozido!  
O tomate vermelho, a erva de cheiro  
O mundo inteiro é um canteiro  
O tronco, o toco, o ramo, o carvalho  
Tregar no alto, ficar sobre o galho  
Ver a manhã passar neste abrigo  
O mundo inteiro é novo e antigo  
(SCANLON & FRAZEE, 2013).

Em todo modo de ser adulto ou criança, nos relacionamos com o tempo que nos mantém em jogo e assim, cuidamos e pastoreamos o sentido que se doa. Deste modo, Heidegger (1927) esclarece que os existenciais não são estruturas ônticas, mas ontológicas encontradas em qualquer instância do fenômeno ser-no-mundo. Desta maneira, quando caímos no campo de realização da instituição, essencialmente, o cuidado acontece pelas relações estabelecidas.

Em Ser e Tempo, Heidegger já afirma que as estruturas existenciais não são estruturas ônticas e, nesse sentido, podem ser encontradas em qualquer experiência de mundo do ser-aí. Isto não diz respeito apenas à caracterização do ser-aí europeu desenvolvido, mas, tanto no que se refere ao ser-aí infantil como ao que se refere ao ser-aí dos povos primitivos, o que estará em questão é o ser-aí humano, sendo a base do ser-aí humano o seu caráter possível e essencialmente histórico (...) as estruturas históricas estão presentes em seu caráter de aí em todos os homens, em todas as épocas, lugares ou fase de desenvolvimento de suas vidas, e é a partir desse caráter que o ser-aí conquista o poder-ser que ele é (FEIJOO et al. 2015: 149-150).

Voltando atenção a questão do ser em desenvolvimento, noção que orienta a legislação vigente, pensamos na bebê Naty para exemplificar a noção de existência iluminada por Heidegger (1927) e assim, diante da consideração podemos dizer que a existência do bebê antes mesmo de nascer abre no mundo um campo de sentido que movimenta seus cuidados e até mesmo des-cuidos. Portanto, um bebê, logo que se anuncia já doa sentido mesmo que por intermédio da barriga da mãe (CASANOVA: 2017)<sup>30</sup>.

---

<sup>30</sup>CASANOVA.M. Leituras de Ser e Tempo de Martin Heidegger – Aula 7 de 12. Instituto Dasein de Psicologia hermenêutico – fenomenológica. Gravado em 04/05/2017.

A existência articula sentido no mundo junto aos demais entes, mesmo antes de pronunciar suas primeiras palavras. Portanto, guardando tal noção podemos dizer que o cuidado da menina no âmbito institucional, nos orientou para uma abertura originária e indeterminada de seu existir.

Assim, mesmo que o horizonte técnico oriente para uma visada desenvolvimentista e neutra, onde a criança poderia ser concebida como uma folha em branco pronta para receber condicionamentos, por exemplo, achamos pertinente perguntar pela causa primeira, ou seja, pelo ato inaugural da existência.

Dialogando com Heidegger (apud FEIJOO et al. 2015), consideramos que o ato inaugural a vida é intencional, uma vez que podemos compreender que seria intencional o ato do bebê estremecer quando lhe falta apoio ou quando ainda estremece diante do som, por exemplo.

(...) estremecer é um ato possível, e como todo ato indica que se trata de um comportar-se em relação a algo. Estremecer frente a um ruído é uma possibilidade característica de um horizonte específico e não uma capacidade ou uma faculdade do ser homem. Para Heidegger (1928/2008), a “reação” da criança tem efetivamente o caráter de choque, bem como o primeiro choro, já é um choque bem determinado, portanto intencional (FEIJOO et al. 2015:147).

Face a muitos nascimentos a menina que acolhemos também se projetou para além do acontecimento de sua medida protetiva e como intencionalidade foi capaz de se relacionar com os possíveis desdobramentos que o abrigo trouxe para sua existência.

Portanto, ao voltarmos atenção para além dos limites desenvolvimentistas nos relacionamos com o jogo da existência da menina que buscamos cuidar por meio da instituição. Deste modo, compreendemos que nossa relação de cuidado com a menina acolhida se doou de modo anterior ao tardio cuidado orientado pela técnica.

Assim, ao considerarmos o caráter intencional da existência da menina, também levamos em conta nossa intencionalidade de poder-ser-cuidado-meditativo-no-campo-institucional.

(...) no jogo, as regras e o jogador não devem apenas estar juntos, há mais do que isto em jogo: trata-se de algo, antes de mais nada, originário. Dizemos que há uma certa alegria no jogo, mas não apenas nele, mas no próprio jogar. Jogar é, em seu caráter básico, um estar afinado, estar numa certa afinação e, o que vale até para o contrário, a cada tipo de afinação pertence um jogo em um sentido muito amplo. A alegria não se encontra apenas no jogo, mas em toda alegria – e não somente nela – em toda e qualquer afinação encontra-se algo parecido com o jogo. (HEIDEGGER, 1996: § 36 apud CYTRYNOWICZ, 2001, p.122).

A menina afinando-se ao próprio jogo habitando ainda que, provisoriamente, em uma instituição de acolhimento encontrou familiaridade. Diante de um horizonte técnico, muitas meninas choraram e sofrendo cuidaram do coração partido, em um aguardo sereno. Em certo desligamento, disse para a menina: vamos falar de coisas boas hoje e Lara com 10 anos, prontamente respondeu: “*voltar para casa hoje*”. Minha confirmação foi de encontro ao silêncio, pensamento, sorriso, emoção e abraço. Então, a menina falou: “*obrigada tia!*” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro. 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Habitar espaços diz respeito ao fato de que nem é o mundo que sustenta o aí da existência e nem tão pouco é o existente que irá sustentar o mundo, mas como ser-aí-com-o-outro-no-mundo, logo em jogo, reunimos nossas experiências de cuidado.

PALOMA (08 anos). *Eu antes morava com a minha mãe* (diagnosticada com transtorno e dependente química). *Depois eu morei com o meu pai e depois voltei a morar com minha mãe. Agora eu moro aqui. Eu antes tinha duas casas uma da minha mãe e uma do meu pai. Estudava perto da casa da minha mãe, mas minha mãe não deixava eu ir para a escola com medo do meu pai me pegar de novo. Vim para cá porque o Conselho Tutelar me trouxe. Eu gosto de estudar e de fazer desenhos e de comer* (risos). *Já sei ler e escrever e eu quero morar com minha avó, mãe do meu pai. Minha mãe e meu pai brigam muito* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

A menina que acolhemos precisava ser em sua experiência para singularizar-se por meio do cuidado que lhe é próprio uma vez que só assim, se educa para a vida. Se pelo diálogo com Heidegger (1927) podemos considerar que a criança é um poder-ser que se constitui a partir do mundo fático que é o dela, então, por meio do horizonte hermenêutico dotado de familiaridade, cada menina é capaz de conquistar seu campo de ação e, nesse sentido, sua existência não se diferencia do existir adulto.

No entanto, a existência da menina também seguia determinações que não era dela. Lançada em um mundo a princípio impessoal junto ao âmbito institucional, se deixava absorver pelas orientações que recebia. “*Tia Sheila cadê minha visita?*” Perguntava Ayla (05 anos) quando me encontrava na instituição desde que sua família, mãe e irmã, deixaram de visitá-la. Certo dia no horário do almoço a menina me chamou no refeitório e perguntou se teria que trocar de família. Seu questionamento surgiu depois que uma outra menina também acolhida disse que ela seria adotada (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).



Ayla, mobilizada com a ausência da família, diante da indeterminação familiar aberta pelo campo institucional com a possibilidade da adoção da amiga de acolhimento, perguntava se deveria ser em uma família substituta. Nesse sentido, a menina de apenas 05 anos de idade foi tomada pelo impessoal, pelo cálculo, logo como sujeito de direito e ser em desenvolvimento.

Órfão de pais vivos, “a adoção da Ayla precisa ser encaminhada com cuidado, pois ela ainda não está firme”, comenta a assistente social de nossa equipe. O pai de coração, um médico bem-sucedido, ansioso buscava garantias de que a adoção daria certo ao pedir a equipe técnica testemunho de nossa experiência com adoção. A tentativa de dizer como era a criança, seja por meio de determinações biológicas, psíquicas ou sociais apontava para o ter de dizer do que será da menina quando esta chegar a vida adulta (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Frente a legislação da vida, costuma-se perder de vista a negatividade da existência da criança, logo nos distanciamos de nossa própria indeterminação e assim, tendemos ao fechamento. Quando absorvidos pelos modos de cuidado calculador nos deixamos levar por determinismos e, nesse sentido, a negatividade originária daqueles que cuidam da criança junto a rede de proteção se obscurece de tal modo que se pode erguer a pretensão de que o tempo da infância seria uma coisa entre outras no mundo.

Entretanto, na contramão de tal realização, encontramos pelo cuidado meditativo o caminho de retorno ao aberto que nos é originário, logo anterior a qualquer tecnologização.

Constata-se no heterogêneo campo dessas práticas, paralelamente à revitalização dos projetos cientificistas biologizantes e fisicalistas, uma perspectiva crítica que tende a deslocar a questão metafísica “o que é” o homem, qual a sua quiddidade, o seu ser em-si, para a questão sobre o sentido do seu ser, ou seja, uma questão hermenêutica (SÁ, 2010, p. 73).

Por meio da visada fenomenológica hermenêutica apresentada por Heidegger (1927) como já vimos, nos aproximamos de uma experiência de cuidado junto ao âmbito institucional capaz de considerar o tempo da criança e assim, aguardar o despertar do cuidado próprio e poder-ser da própria menina como clarificaremos no próximo tópico com o caso da menina Lua.

Ao desconsiderarmos noções psicologizantes acerca da vida, onde o tempo quase sempre é dado como linear, consideramos o que nos veio ao encontro através das relações de sentido junto ao campo. Sendo o nosso aí, ou seja, nossa relação de sentido com o cuidado meditativo, demos atenção a nossa facticidade e também a nossa peculiar escuta.

Nesse sentido, dizemos que algumas meninas acolhidas se vincularam de modo espontâneo com o nosso cuidado. Assim, não menos ético, mas menos técnico nos aproximamos da noção de serenidade (Heidegger, 1953) para pensar a possibilidade de habitar o campo institucional de modo mais cuidadoso. No aguardo, confiamos no tempo e assim, correspondemos ao que nos veio ao encontro através da escuta de cada demanda ao seu tempo (FIGUEIREDO, 2009, p. 101). Portanto, consideramos que a existência da menina foi cuidada através de certa proximidade e reunião de experiências.

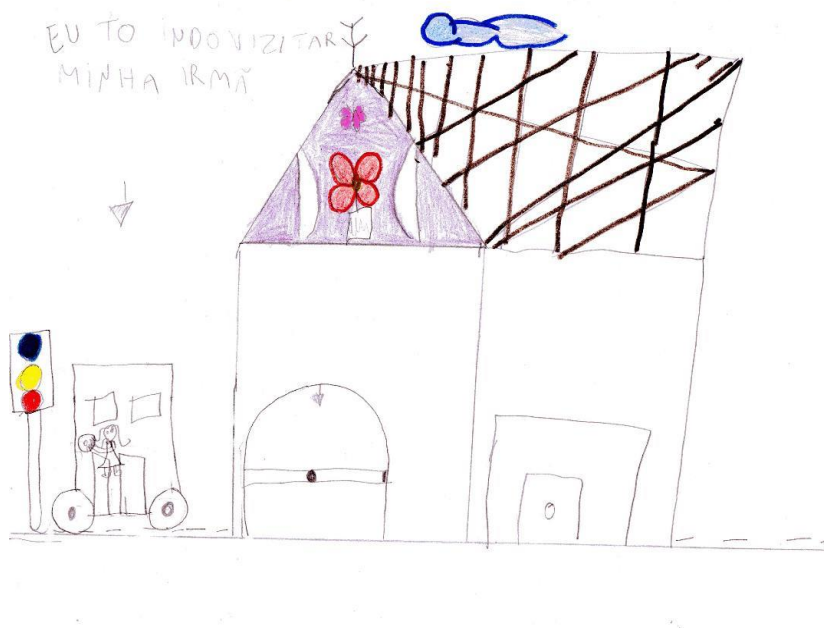
A mesa, o prato, a faca, o saleiro  
A barriga faminta, o jantar vem ligeiro  
O pão, a farinha, o caldeirão fervente  
O mundo inteiro é frio e quente  
O sol se pondo, a sombra repentina  
O fim do dia, o grilo, a cortina  
Um fogo leva o frio embora  
O mundo inteiro descansa uma hora  
(SCANLON & FRAZEE, 2013).

Mas próximos através da lida cotidiana, buscamos tematizar as histórias das meninas e por meio de tal possibilidade, compreendemos o cuidado realizado. Assim, utilizando um vocabulário do serviço, pudemos dizer sobre o “perfil da criança” acolhida. Saber dizer da criança remete a compreensão de sua dor e expectativas, remete ao que leva a criança ao fechamento, bem como a abertura. Desta maneira, nos colocamos em correspondência ao cuidado-próprio e ao poder-ser da menina que de um modo ou de outro deve conseguir reestabelecer sua convivência familiar e comunitária.

Os avós, os pais, os parentes, os primos  
O piano, a harpa e o violino  
De colo em colo segue o bebê  
O mundo inteiro somos eu e você  
(SCANLON & FRAZEE, 2013).

Acolhendo, a instituição reuniu relações de sentido proporcionando à equipe técnica proximidade com as histórias das meninas e com o mundo da criança. Pela proximidade através do atendimento das famílias de origem, extensa ou substituta ou dos apadrinhamentos afetivos, fomos de encontro as dinâmicas familiares por meio das visitas domiciliares ou da visita de menina a irmãos acolhidos em outros serviços.

Figura 11 – Mila: Dirigindo o Ônibus Para Visitar kay



Fonte: A autora

Pela convivência comunitária, acompanhamos a criança através do seu ir e vir à escola ou ao posto de saúde e assim, o mundo da menina se revelava por meio da relação estabelecida com as consultas, festas, passeios culturais e idas e vindas ao fórum em dias de audiência concentrada. Logo, sem distanciamentos nos aproximamos das meninas antes para cuidar e acolher compreendendo sua história para então, posteriormente, realizar os necessários encaminhamentos/acompanhamentos dos casos.

Mesmo reconhecendo a relevância do Estatuto da Criança e do Adolescente, a criação dos Conselhos Tutelares, (...) a organização do Plano Nacional de Enfrentamento das violências contra as crianças, esforços coletivos enviados para sua proteção, sob o nosso ponto de vista, visto do lugar em que nos colocamos como pesquisadoras, estão distantes práticas condizentes com uma Gestão do Cuidado (SOUSA, 2006, p. 18).

Consideramos que seja uma lida complexa essa de cuidar de menina em medida protetiva de acolhimento, onde a determinação familiar que até então conhecida passa a ser em suspensão frente a possibilidade real de colocação em família substituta, não é à toa que o serviço seja classificado como de alta complexidade. No entanto, é justamente por isso, que se faz necessário resistir a tecnologização do cuidado em favor do cuidado-próprio e poder-ser da menina acolhida. Quando a menina nasce para o serviço de acolhimento, durante todo tempo antes de dizer “eu” é falada pelos outros.

A rigor, mesmo antes de nascer, o bebê já é assunto das palavras alheias. Um belo dia, ao se perceber como uma pessoa supostamente singular, de algum modo o indivíduo sabe que já vinha sendo dessa maneira percebida agora; ou seja, ele percebe que não “começou” nesse momento. Mas só muito mais tarde (ou nunca) perceberá que pouco decidiu acerca de sua identidade (CANCELLO, 1991, p. 82).

Como já mencionado, o sofrimento da menina no âmbito do serviço de acolhimento não espera por encaminhamentos. Quando o sofrimento surge no âmbito institucional a criança anseia por cuidado no momento mesmo em que está demonstrando raiva, medo ou carência, por exemplo. Nesse sentido, há na atuação do psicólogo de equipe técnica uma certa dimensão clínica que clama para vir à luz num desvelar terapêutico. Diante dos modos de comunicação da criança, não pudemos negligenciar ou abandonar seu apelo. Face ao mundo circundando pelo campo, correspondemos ao acolhimento sereno.

Tudo o que se escuta, sente e vê  
O mundo inteiro é tudo isso  
Tudo isso somos eu e você  
A paz, a esperança e o amor verdadeiro  
Nos somos o mundo inteiro  
(SCANLON & FRAZEE, 2013).

Segundo Cytrinowicz (2000), o modo de estar da criança no mundo quase sempre é rico em experimentar novas possibilidades sendo a “mobilidade de significados” uma constante no tempo da infância. Nesse sentido, consideramos que não se deve abandonar as comunicações das crianças realizadas no âmbito do serviço, logo não se deve deixar de escutar e cuidar face a sua abertura.

É assim que algo que agora é uma coisa, logo não será mais e que as crianças vivem fascinadas nesta permeabilidade. As lembranças e as expectativas que se formam facilmente são reunidas no presente. E é esta reunião que compõe o enredo único de cada brincadeira, numa articulação constante dos modos presentes possíveis de relação. Isto também ocorre com os acontecimentos ansiosamente esperados que ainda não se deram, mas que podemos observar tanto no aguardo impaciente do amanhã que virá, como da chegada de uma pessoa querida que se fez anunciar. Todos estes acontecimentos estão fortemente marcados como presenças imediatas (CYTRINOWICZ, 2000, p. 77).

Nesse sentido, envolvidas com tudo que lhe é próximo e ainda estar por vir, as meninas anunciam seu mundo jogando, brincando, conversando, desenhando e assim, participaram ativamente de seu Plano de Atendimento Individual (PIA), segundo recomenda a técnica vigente.

A menina que acolhemos, deste modo, foi confiando sua história e dando testemunho da imensa capacidade humana de reinventar mundo (CANCELLO, 1991, p.

83). A criança procurava junto com a psicóloga em questão a solução imediata para sua medida de acolhimento institucional.

Pelo lúdico cuidadosamente ofertado através da sala da psicologia da instituição “a criança experimenta – relembando, modificando, inventando, atualizando – o que quer e o que não quer ante o que se impõe de tudo o que aparece” (CYTRINOWICZ, 2000, p. 77), através da medida protetiva.

A instituição como um campo de realização para a menina nos possibilitou pensar e compreender se a criança em acolhimento institucional, se afinava com as possibilidades que lhe eram propostas através do cálculo de seu cuidado que quase sempre, sabemos, se preocupa ao modo da substituição.

Assim, nem sempre a possibilidade do que se aproxima para a menina que acolhemos foi experimentado de modo tranquilo. Se por um lado, o advir de um mundo pleno em possibilidades amplia a instrumentalidade da criança para melhor enfrenta-lo, por outro traz o desamparo diante da experiência da indeterminação, por exemplo, em tempos de suspensão de visitas ou destituição familiar angustia.

Nestes momentos o mundo da criança se amplia para além do imediato, numa intensa e nada tranquila possibilidade vivencial. Esta intensidade do envolvimento com a proximidade de situações desagradáveis de impotência leva a criança a desesperar-se (CYTRINOWICZ, 2000, p. 78).

Quando recepcionamos a menina em acolhimento, o campo da instituição deve apresentar-se como espaço de proteção, cuidado, bem como de realização, logo o futuro da criança em família de origem torna-se inserto e algumas meninas fazem tal experiência mobilizadas por sofrimentos. Portanto, se há no tempo da infância uma experiência do imediato em relação ao tempo presente, a criança acolhida, pode sentir-se desamparada mesmo quando em medida protetiva.

LARA (10 anos). *“Eu vim para cá porque o meu tio, marido da minha tia, mexeu nas minhas partes íntimas quando eu tinha 08 anos. Daí eu fiquei estranha. Minha mãe percebeu porque eu fiquei sem fome e minha tia viu que eu estava diferente na hora que me dava banho (Choro). E agora? Eu vou ser adotada? (Choro). Eu quero voltar para a minha mãe. Quando isso aconteceu eu tinha oito anos e minha mãe foi na polícia, o meu tio fugiu de bicicleta e nunca mais voltou. Eu não sei porque só agora vim para ficar aqui”* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).

Apesar do sofrimento, compreendemos que tais momentos podem ainda aplicar a possibilidade de crescimento da própria criança, iluminando seu olhar para algo novo e para o futuro que pode trazer resoluções para os enredos familiares.

Maya (08 anos), perguntava pela ausência da visita da mãe. A equipe comunicava a cada vez, que as visitas tinham sido suspensas pela justiça uma vez que, sua mãe não compareceu aos encaminhamentos feitos. Perguntamos se a menina achava que a mãe realizaria as orientações e o corpo da menina diz que não. Na semana que anunciamos para Maya que a juíza iria encaminhar uma mãe e um pai de coração para ela conhecer e que, portanto, logo se compreendia que não voltaria para a mãe que até então era a sua, a menina, respondeu com enurese noturna todos os dias daquela semana. Assim, vivendo um tempo que não encontra espaço para desperdícios, a menina conheceu os pais de coração e ao lado da irmã que também seria adotada junto, disse que seu coração deveria crescer e ficar grande e cheio igual ao BRT. Deste modo, a criança deu a entender que acolheria em seu mundo os pais adotivos (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).

Testemunhar um horizonte de abandono e desamparo não só para a criança pobre, mas ainda para os adultos de tais famílias, ajuda a compreender que a perspectiva desenvolvimentista, logo o tempo cronológico tende a jogar contra as famílias de origem uma vez que, o campo insinua que *“se olhar bem ninguém volta para casa”* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

O caminho da colocação em família substituta não visa só o melhor interesse da criança, mas ainda espera controlar futuras vulnerabilidades sociais ao buscar garantir que repetições intergeracionais não voltem a acontecer. Nesse sentido, calcular mal acarretaria riscos, pois quanto mais tempo a criança *“perde entre reintegrações ou no abrigo, maior as chances de não conseguir uma família adotiva”*, pois afinal *“Deus que me perdoe, quem é que vai querer essa menina com esse histórico”* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

Face ao pensamento que calcula, a idade da criança marca o jogo. Ansiosos para realizarem o sonho do filho, alguns pretensos pais de coração idealizam crianças e assim, alguns adotantes desejam meninas *“tabulas rasas”*.

*Agora eu sou Luana (08 anos). Prefiro meu cabelo relaxado, mas minha mãe R prefere natural mesmo. Eu preciso estudar muito, pois estou ruim em matemática, por isso não tenho muito tempo para brincar. Espero que as coisas melhorem agora porque as vezes eu fico nervosa, choro, grito. Eu bati na minha mãe R, puxei a faca de pão para ela, mas pedi desculpas. Ela disse que ia me devolver para o abrigo. Agora a gente está rezando os salmos todas as noites para tudo ficar bem* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito, grifo do autor).

A criança destituída da vulnerável da família de origem, precisa considerar muitas vezes de modo urgente, a ampliação de seu coração para acolher a adoção como um caminho possível ao seu poder-ser em família e em comunidade, pois *“abrigo não é lugar de criança”* (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2017. Manuscrito).

Diante de um contexto que legisla a vida e tecnologiza o cuidado, apostamos na dignidade da abertura da existência da menina e voltamos atenção a possibilidade do cuidado-próprio e do poder-ser da criança. Intuímos que nossa prática de cuidado poderia se realizado ao lado da menina de modo mais meditativo e menos restritivo frente as imposições do controle técnico.

Esperamos que as urgências de agir fundamentadas por uma noção de tempo cronológico que privilegia metas não seja tão ou mais importante do que a própria experiência da menina acolhida. Deste modo, consideramos o cuidado meditativo como essencial para a correspondência do que vem ao encontro pelo aberto existencial. O cuidado meditativo ao se inscrever em uma compreensão filosófica tem o significado de *cura*.

Se o humano toma o cuidado como princípio guia de sua existência, esta será expressão de seu modo de ser-estar em relação com a vida e com o mundo. Assim, cada ato deste ser humano cuidadoso é de atenção para consigo, para com o outro, o meio e as subjetividades que vão mediar este encontro (SOUSA, 2006, p.14).

Ao passo que o cuidado solicita o preocupar-se com a própria existência e com a existência dos outros, promove um espaço de convivência, um *estar-junto solidário* (Maffesoli, 1996 apud SOUZA, 2006, p. 14). Logo, a menina que acolhemos ao confiar sua história, compartilhou ainda sentimentos. Tais afetos foram acolhidos e não abandonados, sendo costurados pela escuta no momento mesmo da procura da criança.

(...) preocupação que, em sua essência, diz respeito à cura propriamente dita, ou seja, à existência do outro e não a uma *coisa* de que se ocupa, ajuda o outro a tornar-se, *em* sua cura, transparente a si mesmo e *livre para* ela (HEIDEGGER, 1927/2008a, p. 179).

As afetações da menina, “*transforma-se na dor daqueles e daquelas que são os agentes cuidadores, para impulsionar os procedimentos de cura desta dor*” (SOUSA, 2006, p.14). Nesse sentido, o cuidado da equipe técnica e, em especial, da psicologia será sempre anterior a qualquer orientação técnica, a qualquer metodologia ou articulação. Portanto, pelo cuidado meditativo existe uma dimensão clínica em questão que é indissociável ao ato de acolher, logo da escuta da menina em medida protetiva de acolhimento institucional.

Se ao cuidado associamos o sentido de cuidado-próprio, viabilizando ao cuidador uma tematização sobre seu estilo de vida, isso não sugere que negligenciamos o cuidado com a menina, uma vez que cada um de nós só pode se reconhecer como humano na

presença de outro. Portanto, foi pela preocupação com a criança que nós reconhecemos e despertamos para um sentido de bem cuidar situado no próprio contexto onde atuamos.

É nas instituições que o sentido prático e o significado educativo do cuidado podem ganhar vitalidade, podem se transformar em relações de novo tipo que não dispensam a ética, *articulada ao campo de uma estética sugestiva* que permite aos sujeitos em relação *abandonar a esfera tirânica dos decretos* para que possam se inscrever nas tramas de uma *educação do gosto e da sensibilidade* (RESTREPO, 1998, p. 10 apud SOUSA, 2006, p. 15, grifo do autor).

Heidegger (1927, v 1 apud SÁ, 2017, p. 52), propõe que apreendamos a totalidade estrutural do ser-aí através da vida cotidiana, mediana, imprópria e impessoal. Desta maneira, a totalidade estrutural da menina nos parece acessível junto ao campo que reuniu nossas experiências. Logo, consideramos que por meio de tal compreensão seja possível ainda reordenar os serviços de acolhimento de modo a cuidar da criança para além de perspectivas desenvolvimentistas uma vez que, mais livres diante da técnica podemos de modo mais claro compreender as possibilidades de transformações dos serviços.

Essa unidade existencial-ontológica do ser-aí é por ele denominada com o termo “cuidado” (*Sorge*): “o ser do ser-aí diz antecipar-se a si mesmo já sendo em (no mundo) junto a (os entes) intramundanos que vêm ao encontro”. (1927, p. 257). A designação do ser do ser-aí como “cuidado” é um desenvolvimento integrador da multiplicidade estrutural que a análise fenomenológica do “ser-no-mundo” revela em *Ser e Tempo*. Por não ser nenhuma “substância” ou “ser-simplesmente-dado”, o ser-aí se dá sempre “no-mundo”, numa estrutura de significância, num contexto de relações (SÁ, 2017, p. 52).

Como vimos no primeiro capítulo Heidegger (1927) distingue dois modos fundamentais de cuidado (*Sorge*). Logo, com as coisas simplesmente dadas nos relacionamos ao modo da ocupação (*Bersorgen*) e, com o ser-aí nos relacionamos ao modo da preocupação (*Fürsorge*). Por sua vez, a preocupação vai se estruturar a partir de dois modos de relação com o outro.

Portanto, pela noção de preocupação sabemos que podemos substituí (*Einspringt*) o outro, em especial, a criança em seu cuidado próprio. Desta maneira, buscamos pelo cuidado meditativo orientar nosso acolhimento para além da preocupação que substitui a menina.

Assim, através da noção de preocupação que se antepõe (*Vorausspringt*), ou seja, que busca colocar o outro diante da possibilidade de cuidado-próprio frente as urgências da vida cotidiana, convida, para que simultaneamente, exercitemos o sim e não em favor da liberdade face ao horizonte da técnica. Nesse sentido, esperamos que nosso cuidado



tenha se afinando a uma atitude capaz de corresponder ao sentido de cada menina em medida protetiva.

Logo, pela compreensão acima emoldurada, situamos o cuidado “*em princípios éticos, estéticos e políticos*” (SOUSA, 2006, p. 15). Deste modo, o princípio ético estaria vinculado ao cuidado que reconhece a criança também como originária abertura. O princípio estético remetido às práticas institucionais de atenção ao acolhimento da criança configura discursos e materializa ações “*favorecendo os processos de subjetivação do grupo em convivência*” (SOUSA, 2006, p. 15). Já o sentido político afina-se com uma noção de escuta indissociável da clínica pela atuação/cuidado do psicólogo.

Se constitui numa prática articulada com as demandas e com os conflitos sociais que, cotidianamente, transversalizam as dimensões culturais e históricas da humanidade. Isso faz com que o cuidado com o outro se encontre numa matriz solidária, numa atitude prévia, que se antecipa na e pela convivialidade através da alegria do bem-fazer. É essa experiência que vai promover a *cura*, a que Heidegger sabiamente nomeou como o *próprio ser do ser-aí*, da existência, que congrega a infinitude dinâmica de nossa plasticidade ontológica enquanto seres imersos no mundo (SOUSA, 2006, p. 15).

Enfatizar que o próprio âmbito institucional por excelência, guarda o sentido concreto de ações de cuidado voltados às crianças acolhidas, caracteriza uma compreensão de que a tais espaços pertence o compromisso público-jurídico da proteção integral da criança “*como uma extensão ético-estético-política do processo sócio-cultural*” (SOUSA, 2006, p. 15). Logo, é na e pela instituição que podemos dar um passo atrás e redirecionar o cuidado voltado a criança a um modo mais originário.

Desta maneira, no próximo tópico apresentaremos o caso da menina Lua, acolhimento que a legislação da vida pareceu considerar o tempo da família da criança. Diante de tal preocupação, nos foi possível privilegiar o processo de abertura e experiência da própria menina para além da mera mudança subjetiva (SÁ, 2010, p. 85).

Nesse sentido, ressaltamos, mais uma vez que para apreender este sentido ontológico do cuidado devemos não perder de vista que o ser-aí é o seu “aí”, logo abertura de mundo em que o sentido (o ser) vêm ao encontro.

Isso significa que as realizações das possibilidades existenciais num modo próprio ou impróprio, autêntico ou inautêntico, singular ou impessoal, não é apenas uma questão de transformações psicológicas internas, sem nenhuma relação ontológica com o ser dos entes que lhe rodeiam no mundo ou afetando-os apenas posteriormente por mudanças no modo de representá-los. Enquanto “abertura” em que se revela o ser dos entes, qualquer transformação essencial do ser-aí é, imediatamente, uma transformação do mundo, pois traz à luz outros aspectos de sentido dos entes que nela se mostram (SÁ, 2017, p. 52).

Com isso, deixamos de considerar relações de causa e efeito para iluminar a importância da difícil tarefa de romper com sedimentações de cuidados viciosos voltados a infância, onde algumas restrições de sentido são inimagináveis.

Assim, compreendemos que o âmbito desenvolvimentista voltado ao tempo da infância como um único véis de acesso à vida infantil tende a reforçar alguns processos excludentes uma vez que, a infância sucumbe aos 12 anos e a adolescência aos 18 anos. Em uma corrida contra o tempo, uma Vara da infância inicia uma campanha em certa rede social para mobilizar amigos e conhecidos para ajudarem na compra de uma casa. O tempo é o da adolescente Ângela.

“A, órfão, sem família, paraplégica, tem 17 anos e terá que deixar o abrigo em 2019. Precisamos fazer uma campanha para adquirir um local para ela morar sozinha, sendo que os valores de imóveis do RJ são bem caros, como todos sabem. Conto com a ajuda de todos. Segue o número da conta”. A adolescente que depois de recusar uma adoção internacional por medo de avião, foi desmembrada de seu irmão que seguiu destino rumo a Itália. Ângela, em certa instituição de acolhimento, após cair de uma árvore ficou paraplégica. Prestes a completar 18 anos, deve deixar o abrigo onde passou os últimos anos e assim, espera-se que a adolescente conquiste sua autonomia (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013 – 2018. Manuscrito).

Nosso olhar buscou compreender a menina que acolhemos em medida protetiva institucional (ECA Art. 101) tentando suspender sempre que possível, a questão da técnica que circunstância nosso âmbito de atuação uma vez que, todos em alguma instância acaba afetado por modos de cuidar já sedimentados.

Ângela foi recepcionada por mim. Não compreendi o motivo de sua transferência para nossa instituição uma vez que, a menina já chegou com data agendada para iniciar estágio de convivência com um casal italiano. Ângela chegou em um dia de sol, estava quente e o casaco vermelho que vestia a menina me chamava atenção. O casaco vestido pela menina estava ao contrário de modo que a abertura do zíper ficou para as costas da criança. Parecia que a menina se protegia do mundo com um escudo feito de casaco. Apresentei a instituição, espaços e pessoas, e Ângela observava e parecia guardar certa desconfiança. Com a equipe técnica, a menina, não compartilhou o motivo de seu acolhimento e assim, decidimos não forçar a falar. Em observação livre notamos que a menina interagia com as demais e por estas soubemos um pouco sobre Ângela, no entanto, nada revelador. Como já sabíamos, a menina seguiu para o estágio de convivência com o casal italiano e em menos de 15 dias recebemos a notícia de que menina não havia aceitado a família estrangeira. Novamente, foi acolhida, mas não por nossa instituição (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013 – 2017. Manuscrito).

Restritos corremos o risco de ficar sempre que cuidamos de modo apressado das urgências cotidianas. Junto à instituição que reuniu as experiências de inúmeras meninas em medida protetiva, a equipe técnica costuma ser solicitada para atuar com a criança quando esta apronta na escola, no dormitório, com a educadora ou com a tia da cozinha,

por exemplo. Logo, ouvimos com certa frequência “*você converse com ela depois*” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro. 2013-2018. Manuscrito), apelos para apagar os incêndios provocados pela “criança-estorvo” (BADINTER, 1985).

O campo solicita do psicólogo que eduque de alguma forma os “desvios” da menina acolhida curando comportamentos “inadequados” não só da criança, mas ainda da família que precisa dar respostas urgentes aos encaminhamentos realizados. Assim, o cotidiano, muitas vezes acaba encurtado, restringindo possibilidades de singularização que através do tempo poderiam vir à luz.

A alta complexidade das histórias das crianças em acolhimento guarda um sentido importante uma vez que, a palavra problema indica “*um valor moral de bem e de mal ligado à ideia de problema psicológico ou existencial*” (POMPEIO & SAPIENZA, 2009, p. 157). Em nossa época, quase sempre, o problema é visto como barreira, logo é sufocado e abandonado. Existe uma tendência, uma visada do problema da infância que privilegia uma dimensão valorativa do mal, esquecendo que é aí que também habita e, portanto, se localiza o bem cuidar.

Na perspectiva contemporânea, o ter de manter tudo sob controle e eliminar rapidamente qualquer sofrimento faz com que o lidar com um problema se reduza, frequentemente, à mera ideia de luta, de busca de dominação, o que leva à pressa de querer dominar o problema, sem levar em conta que é preciso antes de tudo nos aproximarmos dele, que ouçamos o que ele está contando (...). Nos problemas que fazem parte da vida, o que há é uma tensão que solicita atenção. Tudo aquilo que está tenso tem algo a dizer, expressa alguma coisa, fala de uma existência, conta algo de uma relação que articula dois elementos, existência e resistência, num jogo que pode ser uma verdadeira paixão. A tensão que aí aparece pede um cuidado, e esse cuidado tem o caráter do abrigo (POMPEIA & SAPIENZA, 2009, p. 159).

Em tempos de tecnologização do cuidado, a noção de cuidado em Heidegger (1927) guarda relevante contribuição aos atuais serviços de acolhimento uma vez que, nos convida a pensar certa dimensão ética do fazer. Nesse sentido, lembramos mais uma vez que afinados estamos com a possibilidade de uma escuta cuidadosa, logo meditativa junto ao âmbito da instituição de acolhimento para meninas.

Compreendemos que a escuta do psicólogo e cuidado surge por meio de sua hermenêutica, podendo corresponder a uma atitude situada para além da técnica. Logo, todo o nosso esforço de interpretação da técnica só foi possível a partir de uma pré-compreensão inerente ao nosso próprio campo existencial. Nesse sentido, em hipótese alguma foi possível desconsiderar nosso campo de realização, pois foi a partir daí que pudemos sustentar nossa abertura e fazer.

Elucidar o cuidado como estruturador da relação com a menina acolhida guardou a lembrança de que as relações entre adultos e crianças são constituídas de sentido no mundo, logo orientadas por nossas intencionalidades.

A questão que se instala no cuidado da equipe técnica da instituição de acolhimento, em especial, com a psicologia é a mesma imposta pela vida, ou seja, não se pode atribuir as equipes nenhuma neutralidade, mas sim correspondência ao seu aí, logo ao campo. Assim, sustentamos aberturas e cuidados, poder-ser não só da menina que acolhemos mais também o nosso próprio cuidado através da pausa em questão.

### **3.3 – Cuidado Próprio e Poder-Ser de Uma Menina Que se Chama Lua**

“O mundo inteiro está aqui.  
Está ali.  
Está em todo lugar.  
O mundo inteiro é tudo o que se encontra à nossa volta.  
Agora ”  
(SCANLON & FRAZZE, 2013).

Para nós, proteção, acolhimento e cuidado corresponderam a uma escuta de modulação clínica...

No aguardo, ao lado da menina junto ao campo de realização da instituição de acolhimento, reunimos nossas experiências e exercitamos essencialmente o cuidado e o poder-ser. Em relação com a menina Lua acolhida por negligência segundo guia de acolhimento, a psicóloga que compõe a equipe técnica da instituição em questão, através da pesquisa junto ao programa de pós-graduação da Universidade Federal Fluminense, afinou a lida por certa disposição meditativa.

Unidas pelo âmbito institucional, menina e psicóloga-pesquisadora, lançadas em um contexto onde o cuidado se realiza de modo técnico, cada uma a sua maneira, realizaram experiências de poder-ser e de cuidado-próprio face as restrições técnicas do campo. Valorizamos cada brecha concedida pela vida cotidiana que guarda não só a pretensão de capitanear o tempo da criança acolhida, mas ainda o fazer da psicologia.

O peixinho quando nasce não precisa de cuidado nenhum (...)  
Ele logo sai nadando, ziguezagueando  
No mar azul, sem medo nenhum...  
- E o passarinho?  
O passarinho quando nasce precisa da mamãe para cuidar

Só depois de vinte dias de comida na boquinha  
Aprende a voar e aprende a se virar...  
- E o cachorrinho?  
O cachorrinho quando nasce só precisa de cuidado para mamar  
Mas depois de seis semanas, ele e seus irmãos  
Aprendem a lição de como ser um cão...  
- E o bicho homem?  
O bicho homem  
(TATIT & TATIT, 2017).

Diante da alta complexidade do serviço, con-fiar na noção de ser-aí conferiu recursos meditativos para nossa compreensão junto a instituição e nesse sentido, iluminou nossa experiência de ser abrigo para o acolhimento da criança.

Con-fiar, portanto, na noção de ser-aí possibilitou guardar a escuta da menina, da família, da instituição e até mesmo do fazer-se em rede de proteção. Através do exercício da lembrança de que somos entes em jogo, durante a experiência no campo, cuidamos da criança contemporânea que não menos desamparada, careceu de abrigo.

Acolher meninas solicitava correspondência a um modo de cuidado afinado por liberdade uma vez que, negar tal possibilidade conotaria falta de sentido com o trabalho realizado. Sustentar a escuta de inspiração clínica no próprio âmbito institucional mais uma vez, nos fez apostar em um cuidado preocupado afinado por uma disposição antepositiva, serena. Assim, reunidos acolhemos a criança considerando a relação estabelecida com a mesma no próprio âmbito institucional.

Anunciamos no primeiro capítulo que chegamos à instituição em finais de 2011, e logo percebemos a riqueza que o campo abria para pesquisa através dos serviços ofertados pela Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e; Proteção Social Especial de Alta Complexidade – Abrigo Institucional, serviço que nos mobilizou angústias.

Assim, nossa intenção buscou entender o lugar da psicologia junto ao âmbito de acolhimento institucional para meninas uma vez que, vivemos tempos de cuidados articulados em rede, logo escutas. Nesse sentido, pensamos os modos de cuidado que se abriam a nossa experiência a partir de uma escuta considerada indissociável de uma compreensão clínica. Preocupados com a menina que acolhemos, consideramos a perspectiva que ilumina nosso percurso de cuidado psicológico que definimos muito mais como uma atitude do que, propriamente, como uma técnica. Desta maneira, compartilhamos nossa reflexão reconhecendo que não esgotamos e, portanto, ainda pouco conhecemos acerca da proteção à infância. No entanto, com humildade ofertamos nossa compreensão para outras intenções de cuidar da criança, em especial, das meninas.

Lembramos que em 2013, diante de nossa contratação pela instituição como celetista, bem como da aprovação de nosso projeto de pesquisa inicialmente intitulado “A Noção de Cuidado em Heidegger: Reflexões Para Uma Experiência da Clínica Psicológica Afetada Pela Tecnologização do Cuidado”, formalmente iniciamos nossa pesquisa de campo de inspiração fenomenológica hermenêutica vinculada ao programa de pós-graduação da UFF.

Nesse sentido, como já estávamos lançados junto ao campo e, justamente, por ele afetados, não consideramos a submissão de nosso projeto ao comitê de ética uma vez que, de certo modo nossa pesquisa já havia dado partida.

Buscamos autorização para a realização da pesquisa recorrendo diretamente a diretora da instituição de acolhimento onde atuamos, bem como a juíza titular da Vara da Infância e Juventude que capitaneia o nosso serviço, assim, conseguimos as devidas autorizações, respectivamente, em 8 de fevereiro e em 24 de junho de 2014.

Esclarecemos que optamos por não mencionar o nome da instituição de acolhimento, bem como a regional da Vara da Infância a fim de resguardar o sigilo de todos aqueles que envolvemos no caminho, logo ao longo do trabalho não identificamos áreas de abrangências, serviços e equipamentos da rede de proteção da infância e assim, resguardamos a mesma orientação ao agradecer aqueles que nos ajudaram com a pesquisa mencionando somente seus sobrenomes. Já os nomes das meninas cujas histórias ilustraram vários trechos da tese foram alterados.

Como recursos empregados para coleta de informações compreendemos a escuta, atenção e cuidado da menina no campo institucional, além de pesquisas junto ao Módulo da Criança e Adolescente (MCA)<sup>31</sup>, relatórios técnicos, processos e documentos legais, por exemplo.

O cotidiano junto ao âmbito da instituição também foi registrado em cadernos que ao longo do caminho nos serviram como diários para alimentação de prontuários, confecção de relatórios, bem como tematização da pesquisa propriamente dita. Pelos diários, reuníamos o sentido do campo que a partir de uma visada da psicologia em diálogo com a fenomenologia hermenêutica, buscou ofertar testemunho de uma experiência de cuidado.

O período formal da pesquisa é de agosto de 2013 a dezembro de 2018. No entanto, tal percurso foi interrompido por um evento feliz ainda em 2013, ano que a

---

<sup>31</sup> Cadastro on-line que contém dados dos programas de acolhimento de cada criança ou adolescente acolhido no Estado do Rio de Janeiro.

pesquisadora soube que estava grávida. A gestação que veio aos 41 anos pedia diminuição do ritmo de trabalho e assim, o nascimento da menininha aos 26 de julho de 2014, para a mãe exigia relações de cuidados. Nesse sentido, justificamos o estendido prazo da tese, bem como mais uma vez, agradecemos a UFF pela compreensão dispensada ao tempo da pesquisadora, agora, também mãe.

- E o bicho homem?  
Ai, ai, ai...  
Vou falar:  
Esse bicho é demorado  
Dá um bocado de trabalho danado  
Nunca é bastante toda hora todo instante  
Precisa de muito cuidado  
Cuidado, para aprender andar  
Cuidado, pra não se machucar  
Cuidado, com a alimentação  
Cuidado, quando é sim ou não  
Cuidado com as bactérias  
Cuidado com a rede elétrica  
Cuidado com um choro aflito  
Cuidado com um simples mosquito (...)  
(TATIT & TATIT, 2017).

Desta maneira, mesmo com o final da licença maternidade em dezembro de 2014, a pesquisa precisou aguardar certo tempo para voltar a corresponder à escrita, pois afinal ser mãe não é puro instinto, mas intuição ainda que se revela a cada vez em relação a sua cria.

Retomar os cuidados das meninas acolhidas nascidas de outros ventres solicitava a pesquisadora que delegasse a outros membros da família o cuidado da menininha que nasceu do próprio ventre. Assim, em 2015, retomamos os estudos junto ao programa de pós-graduação da UFF após um cenário de greve e no aguardo, encontramos as questões iniciais que motivaram o interesse de pensar a tecnologização do cuidado da infância, bem como o lugar da psicologia em contextos institucionais. Logo, em novembro de 2016, qualificamos.

O cuidado com as meninas acolhidas pela instituição por vulnerabilidade reafirmava seu sentido e a pesquisadora foi conseguindo, aos poucos, superar o tempo que precisava ficar sem a filha pequena para realizar o trabalho. Deste modo, fomos mais uma vez, reunindo cuidado junto ao campo da instituição.

A noção de cuidado renovava sua pertinente face da experiência institucional, pois afinal de um modo originário cabe a psicologia cuidar e, portanto, manter em aberto seu interesse de melhor compreender a existência daqueles para quem volta atenção.

Retomamos o cuidado com as meninas em medida protetiva de acolhimento e buscamos sustentar a possibilidade de uma prática, logo de uma escuta psicológica mais meditativa. Para tanto, trilhamos um caminho que se inspirou na tradição fenomenológica hermenêutica que se coloca na contramão de neutralidades como vimos no início deste capítulo.

Diante das urgências de agir o cotidiano foi sim abruptamente abandonado, contudo, a cada vez pude ser recuperado através da abertura que nos reconduzia a preocupação com a infância, em especial, com a menina que nasceu em contextos onde acessos que poderiam elevar sua existência a dignidade, são restritos.

Apostamos na possibilidade de fazer frente aos dilemas da psicologia contemporânea sustentando nossa escuta indissociável da clínica e assim, circunstanciamos o entre da psicóloga da equipe técnica em questão. Logo, mesmo diante da lógica do trabalho articulado, antes não deixamos de ser abrigo para as meninas acolhidas cotidianamente.

Reconhecemos que não superamos em definitivo as mobilizações que a era técnica nos trouxe, pois somos em tal tempo e assim, nos encontramos lançados em jogo entre abertura e fechamento. No entanto, pela manutenção do descerramento correspondemos de um modo mais sereno o habitar institucional.

Cuida com cuidado, da impaciência  
Cuida com cuidado, da solidão  
Cuida com cuidado, da violência  
Cuida com cuidado, da dispersão  
Cuidado com o bullying na escola  
Cuidado com o mundo das drogas  
Cuidado com a distância  
Cuidado com a intolerância  
(TATIT & TATIT, 2017).

Se intencionais somos desde o momento que nascemos não devemos guardar distanciamentos radicais entre os modos de ser-aí criança, adolescente ou adulto, mas antes devemos sempre reconduzir nosso cuidado a abertura. Experimentando liberdade, nos recolocamos para além das perspectivas desenvolvimentistas.

Logo, o peculiar da experiência se deu justamente pela proximidade com o campo que ainda nos acolhia. Nesse sentido, compreendemos que ao sustentar a abertura originária da existência da criança também intuitiva, garantimos a nossa escuta a possibilidade de cuidar da menina Lua de um modo mais meditativo. Desta maneira, buscamos tematizar o cuidado próprio e poder-ser da criança ao lado das famílias de origem, extensa e substituta.



Guardando a serenidade face aos modos de cuidado calculador, ou seja, substitutivo, recobramos nossa intencionalidade inicial quando da chegada âmbito de acolhimento. Portanto, cuidamos através de uma escuta de inspiração clínica junto a instituição onde atuamos sem com isso, negligenciar as políticas de atendimento direcionada a infância (ESTATUTO, 1990: Art. 86).

(...) Sem paranoia...  
Cuida do caminho  
Sem paranoia...  
Cuida com afeição  
Sem paranoia...  
Prestando atenção (...)  
Sem paranoia...  
Fica lado a lado  
Sem paranoia...  
Cuida com amor (...)  
(TATIT & TATIT, 2017).

Assim, compreendemos que a medida de acolhimento institucional é tardia diante de todo modo de abandono que inúmeras meninas ainda, em nosso tempo, fazem a experiência. Logo, não há reordenamento que possa abarcar a incompletude não só do abrigo, mas ainda àquela do existir humano. Face ao cuidado, buscamos ao lado da criança, sem aprisionamento técnico, afinar nossa escuta com a incompletude da existência da menina Lua que quase sempre, em sofrimento, se relacionava com sua medida protetiva.

Se nas instituições de acolhimento devemos todos ser educadores, é no próprio campo que acolhe a criança onde a mesma vai encontrar meios para compreender seu cuidado próprio e poder-ser em família de origem, extensa ou substituta. É a partir desse preparo protetivo da criança que precisamos atuar de modo mais atento com a proximidade com a criança.

Em Heidegger de 1927, encontramos uma noção de cuidado que reverberou com o pensamento tardio do filósofo (1953 e 1955), logo encontramos o sentido que iluminou nossa intenção de cuidado com o campo institucional. Assim, a cada vez exercitamos a lembrança de que no lugar de substituir a menina em seu cuidado, devemos antes, educá-la para o jogo de ser cuidado-próprio em família e em comunidade.

Assim, finalizamos o terceiro capítulo e ainda, a tese ofertando o cuidado que tivemos com a menina Lua uma vez que, consideramos que a história da criança, bem como de sua família lança luz acerca da questão do tempo calculado e do tempo do sentido face aos serviços de proteção.

Antes de compartilhar a relação de cuidado com Lua, devemos ainda contextualizar um pouco da história da família da menina. Nesse sentido, pode ser que algumas circunstâncias ao longo das narrativas possam aparecer repetitivas em cada história observada.

### **3.3.1 – A História de Vento irmã de Brisa, Lua, Antônio e Danilo**

A história de acolhimento da menina Lua foi impulsionada por um vento forte que ventou a história da família para vários cuidados.

A adolescente Vento chegou ao abrigo de nossa instituição pela primeira vez em 31/03/2014, quando estava com 12 anos. Segundo guia de acolhimento, Vento tinha sido vítima de abusos físicos e psicológicos. Assim, abria-se para a equipe técnica da instituição a possibilidade de cuidar da adolescente de modo técnico e ainda meditativo.

Diante da urgência de agir, contamos com o cálculo das orientações técnicas, a possibilidade de exercitar uma atitude que pudesse ir de encontro a verdade que o campo institucional revelaria com tempo ainda resistia.

Vento, na época contou a equipe técnica da instituição que vinha sofrendo “na mão” da mãe, narrando que a mesma dizia não gostar dela e que ela parecia com “uma macaca”. Certa vez, Vento teria ouvido a mãe pedir para o pai de Lua cavar uma cova nos fundos da casa para enterrá-la, demonstrando um desespero ainda muito presente, Vento disse que ficou imóvel, sem respirar, fingindo que dormir.

A adolescente contava que a mãe acreditava que ela se insinuava para o pai de Lua e que por este motivo ameaçou entregá-la para o tráfico fazer o que bem entendesse com o seu corpo.

Vento dizia ter testemunhado as várias vezes que a mãe bêbada, passava as noites na rua e que em tais ocasiões o pai dos irmãos demonstrava ter medo da mulher. A adolescente declarava que a mãe não cuidava bem de seus irmãos Lua e Antônio, logo se dizia preocupada com os pequenos que ficaram em casa. Vento, mal sabia que sobre ela cairia a culpa porvir do acolhimento dos irmãos.

Mas, o abrigo de Vento veio com a perna queimada e com o pedido de socorro junto a clínica da família que acionou o Conselho Tutelar e assim, a adolescente recebeu sua protetiva. Sobre a queimadura Vento esclareceu as escutas envolvidas que a mãe havia jogado em cima dela um prato de “miojo quente”.

A assistente social de nossa equipe realizou várias tentativas de contato telefônico com a mãe de Vento para que a mesma pudesse comparecer a instituição para atendimento, mas não obteve sucesso. Conforme prevê as orientações técnicas, a adolescente foi acolhida por nossa instituição por ser esta próxima à residência da família. Contudo, tal cálculo mobilizou em Vento grande pavor restringindo sua convivência em comunidade face ao temor de topar com a mãe na rua.

Assim, Vento esclarecia que o morar com a mãe era recente, pois havia sido criada por um tio desde bebê. Deixou a casa do tio por ter feito “besteiras” e por isso, o tio a devolveu para a mãe. Vento narrava que o tio não gostava de sua mãe, pois a mesma teria lhe roubado dinheiro e um cartão de crédito.

Frente ao atendimento do tio de Vento, a equipe buscou trabalhar a possibilidade de reintegrar em seu favor. Logo, em 07/05/2014, Vento foi desligada de nossa instituição e voltou a viver com o tio, senhor M.

Vento foi inserida no Serviço de Proteção Social Básica (Cf. Resolução N° 109/2009) também ofertado por nossa instituição e conforme prevê as orientações técnicas, foi acompanhada por seis meses pela equipe técnica, em especial, pela assistente social uma vez que, em julho de 2014, a psicóloga em questão saia de licença maternidade.

Segundo a assistente social o acompanhamento após a reintegração de Vento ao tio não revelou maiores dificuldades e no final de 2014, justificando dificuldades em relação a distância entre a casa do tio e a instituição, bem como falta de recursos para custear as passagens, Vento em concordância com seu tio foi desligada do Serviço de Proteção Social Básica.

No entanto, em 27/07/2015, em uma das audiências de reavaliação de Lua, nossa equipe foi surpreendida ao saber que Vento estava sendo mais uma vez, devolvida pelo tio que não desejou renovar a guarda da adolescente e assim, oficialmente, devolvia Vento para a mãe.

Nossa equipe questionou a reintegração de Vento em favor da mãe recordando os motivos que ocasionaram o primeiro acolhimento da adolescente, mas a justiça considerou que não teria outra alternativa para jovem uma vez que, Vento não soube aproveitar a oportunidade que teve ao lado do tio, logo se não voltasse para a mãe ficaria acolhida até completar 18 anos, pois dificilmente, se consegue colocar um adolescente para adoção. Na presença da juíza, a mãe de Vento disse que aceitaria a filha de volta desde que recebesse apoio. Sensível ao tempo da família, a juíza sugeriu que a mãe se

comprometesse com o seu tratamento no CAPSad e que Vento deveria ser inserida novamente em nosso Serviço de Proteção Básica.

Então, a juíza solicitou a equipe técnica da instituição de acolhimento que expedisse relatório psicossocial logo que avaliasse a reintegração. Naquele momento, compreendíamos que a mãe, gestante mais uma vez precisaria de tempo para se organizar.

Vento e ainda Lua foram reintegradas a família de origem e passaram a frequentar nosso Serviço de Proteção Social Básica, Antônio irmão caçula continuou acolhido.

Nesse sentido, buscamos atuar de modo mais afinado com a equipe técnica da instituição que acolhia Antônio, bem como com o CAPSad que deveria cuidar da mãe. Já Vento e Lua, escutamos de modo mais próximo e atento uma vez que, as irmãs aguardavam sair vaga psicoterapia na Policlínica<sup>32</sup>.

Através de nosso Serviço de Proteção Social Básica, Vento buscava o espaço da sala da psicologia de modo espontâneo, bem como se apresentava sempre que era convidada. Em atendimentos realizados no mês de agosto de 2015, demonstrou certo arrependimento por ter sido desobediente com o tio. Com relação à mãe dizia estar surpresa, pois a mesma estava diferente, “conversava mais” e por isso, Vento dizia que também iria se esforçar demonstrando o desejo de fazer dar certo a oportunidade de estabelecer uma vinculação mais próxima com a mãe. Nesse sentido, tematizamos com a adolescente qual seria o seu lugar na família.

Os atendimentos de setembro de 2015, trouxeram ventos revoltos. A adolescente narrou que desejava deixar a casa da mãe confidenciando que a mesma teria voltado a beber. Vento soprava que preferia voltar aos cuidados do abrigo a continuar “vivendo com ela” fazendo referência a mãe.

Vento dizia que Lua não estava se comportando bem principalmente com o pai, este estaria trabalhando muito e quase nunca ficava em casa. Em tal ocasião, Antônio continuava acolhido e a adolescente reconhecia que a mãe “até que estava se esforçando”, com um sorriso reconheceu que a mesma havia conseguido fazer sua matrícula na escola. Tematizamos que talvez com a ocupação das aulas as coisas pudessem melhorar para Vento já que aos poucos vinha estabelecendo uma rotina e pensamos juntas que a relação

---

<sup>32</sup> As policlínicas são unidades de referência de Atenção Secundária de atendimento ambulatorial especializado. Equipes multiprofissionais realizam consultas especializadas, procedimentos e exames. Atualmente, a cidade do Rio de Janeiro conta com nove policlínicas. Para agendar atendimento, o usuário deve procurar a unidade básica de saúde mais próxima de sua residência e, se necessário, o clínico encaminhará a consulta para o especialista. O acesso às policlínicas é feito a partir do Sistema de Regulação – Sisreg.

com a mãe precisava de tempo e espaço para florescer. Contudo, os atendimentos de setembro de 2015, anunciavam que o poder-ser de Vento em família com a mãe não era possível.

Face a demanda de Vento e em articulação com as outras equipes envolvidas com a história da família, realizamos um estudo de caso e consideramos, naquele momento, que precisávamos aguardar retorno dos encaminhamentos feitos para a mãe junto ao CAPSad.

O contexto familiar de Vento passa por momentos de reconstruções de vínculos e definições de papéis. Todos os membros da família demonstram desejo em corresponder às orientações técnicas, contudo, a adolescente Vento vem demonstrando dificuldades em relação a mãe e por vezes, expressa o desejo de não continuar vivendo ao lado da mesma. A genitora, demonstra que enfrenta dificuldade no trato com a filha adolescente uma vez que, a mesma foi criada por seu tio. (...). Não devemos esquecer que o tratamento da mãe desta família não é tarefa fácil junto ao CAPSad. Nesse sentido, a mesma precisa ser acompanhada com atenção a fim de que estabeleça melhor compreensão de seu processo de recuperação (RELATÓRIO PSICOSSOCIAL, 2016: 7-8).

Pelos atendimentos de outubro de 2015, Vento narrou que a mãe estava melhorando uma vez que, saía com menos frequência à rua. Refletindo disse que “esse é o único defeito dela”, pois quando saía levava “gente” estranha para dentro de casa. Vento considerava que ambas estavam se esforçando: “estou ficando mais quieta, na minha, não revido as provocações e tento ajudar a arrumar a casa, cuido dos meus irmãos”. Logo, trouxe a notícia de que a audiência de Antônio estava próxima e que a mãe não via a hora do menino voltar para casa.

Seguimos ao lado de Vento nos meses de novembro e dezembro de 2015, mas face ao recesso para as festas de final de ano seguido do período de férias em janeiro de 2016, somente reencontramos Vento em fevereiro e assim, sentimos um certo desânimo escutamos da adolescente que tudo estava indo.

Em 14 de março de 2016, a adolescente procurou a instituição muito nervosa dizendo que não voltaria mais para a casa da mãe, pedindo socorro a assistente social acionou o Conselho Tutelar e apenas com a roupa do corpo Vento seguiu para um outro abrigo dizendo: “não posso continuar vivendo com ela”.

Durante a nova experiência de acolhimento, Vento, recebeu apenas uma única visita da mãe e segundo a assistente social da nova equipe a reação da adolescente foi de pavor. Voltamos a ter breves contatos com Vento através da visita a irmã Lua acolhida pela terceira vez em nossa instituição.

### 3.3.2 – A História da Família Extensa Materna

O único membro da família extensa materna que tivemos contato foi com o tio avó mencionado por Vento, sr. M, que compareceu à nossa instituição em 04/04/2014, quando a sobrinha neta foi acolhida pela primeira vez.

Senhor M, em atendimento psicossocial confirmou um pouco da história narrada por Vento e frente ao primeiro acolhimento da sobrinha se preocupou. Sendo da família extensa da mãe, confirmou que ajudou a criar a sobrinha neta desde que era um bebê, contudo, nunca chegou a ter guarda oficial. Contou que a sobrinha, mãe de Vento, entregou a primeira filha Brisa a família paterna e por isso, não pode fazer o mesmo com Vento. Logo, disse que criou Vento com o apoio de uma irmã como se fosse sua filha.

No entanto, com a chegada da adolescência de Vento, senhor M enfrentando alguns problemas de saúde em decorrência de um atropelamento, bem como frente ao recente falecimento da irmã, decidiu devolver a sobrinha neta para a mãe, pois temia que a mesma repetisse “os erros da mãe dela”.

Segundo senhor M, sua sobrinha mãe de Vento até chegar a adolescência “era uma menina tranquila”, mas “de repente” influenciada por amigas “mudou de comportamento” chegando a ser interna no antigo Padre Severino por porte de arma branca.

Passando dos 60 anos, senhor M informou que nunca havia se casou e que, portanto, sobre ele caiu a responsabilidade de cuidar da mãe de 80 anos e acamada após um AVC. Zelava ainda de uma irmã também solteira e de uma outra sobrinha e de seus dois filhos.

Senhor M contou que também recebeu em sua casa a mãe de Vento com a família e que assim, chegaram a morar todos juntos durante um tempo. A sobrinha, mãe de Vento, teria dito que queria ajudar nos cuidados da tia doente, mas segundo senhor M acabou “levando mais problemas”.

Senhor M narrou que chegou a ser dopado pela sobrinha que lhe furtou uma boa quantia em dinheiro além de acumular dívidas em seu cartão de crédito. Disse que na época registrou boletim de ocorrência, mas que não deu em nada afirmando que a sobrinha seria uma pessoa complicada, no entanto, o pai de Lua “era uma pessoa prestativa”.

Senhor M diante do acolhimento de Vento renovou o interesse de cuidar da sobrinha neta e assim, após corresponder algumas orientações da assistente social de

nossa equipe em 07/05/2014, pegou a guarda provisória da sobrinha. Entretanto, narrando novas dificuldades no trato com Vento deixou de renovar a guarda em 27/07/2015, devolvendo a sobrinha neta para mãe.

De volta ao abrigo institucional em 14/3/2016, senhor M, nunca deixou de visitar Vento durante seu segundo acolhimento. Mesmo diante das incertezas quanto à capacidade de continuar cuidando da sobrinha neta considerou mais uma vez, a possibilidade de requerer a guarda de Vento que lhe foi concedida em 14/04/2017.

### **3.3.3. – A História da Família Extensa Paterna**

Nosso contato com a família extensa paterna da menina Lua foi por meio de relatórios psicossociais. Segundo relatório técnico (2014) da instituição que acolheu inicialmente a criança um tio paterno estava requerendo a guarda provisória da menina Lua, senhor L.A, teria dito que a mãe da menina tinha relacionamento conflituoso com toda a família e que isso teria contribuído com o agravo da doença de seu pai, avô da criança já falecido. Senhor L.A. informou que seu pai enquanto viveu amparou e cuidou de Lua, bem como dos pais da criança. O relatório contava que o tio de Lua teria informado que o pai da menina sempre foi um bom pai.

De acordo com relatório complementar (2014) ainda da equipe que cuidou da menina antes de seu acolhimento em nossa instituição, um outro tio paterno senhor G. teria informado que o pai da menina estaria muito abalado com o fato do acolhimento da filha, passando a dizer então um pouco da vida pessoal. Senhor G. teria dito que foi criado por seus avós e seus irmãos L.A e o pai de Lua ficaram com seus pais (avós paternos da menina), assim, teriam sido educados de maneiras diferentes. Senhor G. morava em um bairro distante dos pais de Lua e trabalhava como controlador de trânsito, possuindo ao lado da esposa um salão de beleza. Irmão mais velho do pai de Lua, senhor G. seria aquele que passou a auxiliar os pais da menina depois que os avós da criança faleceram.

Segundo senhor G. de acordo com relatório (2014) seu irmão L.A não tinha estabelecida boa relação com o pai de Lua em decorrência de uma briga por terrenos de família, logo a iniciativa de L.A em entrar com o pedido de guarda da sobrinha Lua teria sido motivada por vingança contra o pai de Lua.

Senhor G expressou o desejo de entrar com o pedido de guarda da sobrinha, no entanto, nunca compareceu a Defensoria Pública e nem aos atendimentos agendados pela assistente social de nossa equipe. Nesse sentido, a família extensa da menina Lua revelava

fragilidades que não conseguiram ser superadas para a efetivação dos direitos da criança que em nossa instituição passou por acolhimentos nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.

### **3.3.4 – A História do Pai de Lua, Antônio e Danilo**

O pai dessa família quase sempre, se mantinha em silêncio. As poucas vezes que se colocou procurou o olhar da companheira mãe de seus filhos, como quem pedia consentimento para falar. Tal atitude se repetiu no âmbito de nossa instituição como em tempos das audiências das crianças. Durante os dois primeiros acolhimentos da menina Lua, o pai manteve-se fiel a mulher e nunca disse nada que pudesse comprometê-la aspecto que mudou depois do terceiro acolhimento da menina Lua.

Percebíamos que o pai era afetuoso com os membros de sua família, em especial, com Lua e era para o colo do pai que a menina pedia abrigo durante as visitas em nossa instituição, bem como em dias de audiências. O pai de Lua sempre ofertava colo para a menina e durante o segundo acolhimento da filha parecia ter renovado alguma esperança face aos encaminhamentos feitos para a mulher, logo mostrou mais abertura para com a equipe técnica.

O segundo acolhimento de Lua ocorreu após uma tentativa mal sucedida de reintegração da criança ao tio paterno L.A e em tal ocasião, demonstrou preocupação com a situação da filha iniciando uma nova busca entre os familiares que pudessem ficar com a guarda da criança. Desta vez, o pai da menina recorreu ao irmão G.

Preocupado ao lado da mãe dos filhos, mesmo em silêncio, o pai buscou o apoio do irmão, esperando que o mesmo ajudasse. Tal cálculo não deu certo, pois o senhor G não sustentou o interesse pela guarda da sobrinha pouco visitando a criança em nossa instituição.

Diante da impossibilidade da família extensa, frente à ausência de outros membros que pudessem requerer a guarda da menina, as equipes apostaram na reintegração de Lua aos pais, logo sustentou o aguardo dos frutos dos encaminhamentos feitos a família.

Motivado, o pai além do trabalho como celetista em um condomínio como zelador, buscou realizar “bicos” aos finais de semana demonstrando a seu modo, contentamento com a frequência da mulher junto ao CAPSad, bem como nos Alcoólicos Anônimos (AA) e ainda em um curso de gastronomia. Esperançoso, falava que a companheira estava se esforçando em um projeto para fazer bolos e doces em potes para que ele vendesse no trabalho.



Assim, em tal ocasião Lua foi reintegrada a favor dos pais em julho de 2015, bem como Vento a favor da mãe após ter sido devolvida de modo formal pelo tio avô materno, senhor M. Em audiência o pai tomando certa coragem ainda que de modo tímido, falou ao pé do ouvido da companheira que não era favorável que Vento voltasse a morar com eles, mas logo calou-se quando a mulher respondeu para a juíza que aceitaria Vento “de volta”.

Como já anunciamos nossa equipe acompanhou a reintegração de Vento e Lua e durante certo tempo o pai guardou a esperança de dias melhores. Comunicativo, passou a procurar a equipe técnica de modo espontâneo para dar notícias da família e contar que estava trabalhando muito uma vez que, a família estava reunida e vinha crescendo: “agora tenho mais bocas para sustentar”.

Contudo, a fragilidade da família se fez presente novamente e desta vez, o pai demonstrando cansaço falou. Diante do nascimento do filho Danilo e dos novos acolhimentos de Lua e Antônio, o pai por um breve momento, conseguiu dizer a uma psicóloga do juízo que também acompanhava o caso que estava cansado e que o acolhimento dos filhos era culpa da mulher. A relação com a companheira parecia estremeçada.

Diante do terceiro acolhimento de Lua, o pai visitou pouco a filha justificando que não poderia perder mais um trabalho, contudo, em dias de audiência continuava ofertando colo para a filha que já não era tão pequena.

Quando as visitas de Lua foram suspensas pela justiça, após certo tempo sem darem notícias, o pai buscou a instituição ao lado da mãe dos filhos para comunicar que haviam mudado de endereço. Contaram que se afastaram de vizinhos que pudessem trazer má influência, justificando, desta maneira, a ausência no âmbito institucional para verem a filha.

A equipe que cuidava da mãe no CAPSad em certo estudo de caso com as equipes técnicas das instituições de acolhimento das crianças, considerou que o pai era omissivo e assim, sobrecarregava a mãe. O cálculo também julgava que o pai precisava trabalhar para manter o sustento da família uma vez que, a mãe não trabalhava fora para cuidar de si e também dos filhos caso fossem reintegrados.

Nossa escuta compreendia que o silêncio do pai que dizia muito sobre o seu poder-ser, logo entre uma possível separação da mãe de seus filhos para requerer a guarda das crianças Lua, Antônio e Danilo, o pai sem estudos, trabalhador braçal e de poucas palavras correspondia a possibilidade de continuar sendo ao lado da mulher.

A última notícia que tivemos do pai de Lua veio da recepcionista de nossa instituição que o encontrou ao lado da companheira mãe de seus filhos, em um certo dia na comunidade quando o poder familiar acerca dos filhos já havia sido suspenso.

### **3.3.5 – A História da Mãe de Brisa, Vento, do Bebê Adotado, Lua, Antônio e Danilo**

A mãe desta família costumava dizer à equipe técnica da instituição que não se sentia à vontade na presença de psicólogos e talvez por isso, sempre tenha evitado tais profissionais através dos equipamentos por onde passou.

Quando precisava recorrer a equipe técnica buscava primeiro falar com a assistente social e deste modo, a psicóloga em questão ia tendo notícias da mãe através da escuta do serviço social de nossa instituição.

Nesse sentido, a assistente social que compõe a equipe técnica costumava dizer que a mãe nunca havia reconhecido sua dependência, logo quando precisou dizer sobre o acolhimento de Lua e Antônio responsabilizou Vento.

A mãe justificava que a relação com Vento era difícil uma vez que, a filha adolescente havia sido criada por seu tio evitando, desta maneira, falar sobre o motivo que ocasionou o acolhimento institucional de Vento.

Em relatório psicossocial (2014) da equipe técnica que acolheu inicialmente a menina Lua, a mãe da criança teria dito que o comportamento das filhas Brisa e Vento eram difíceis dando um exemplo de um carnaval quando as adolescentes teriam ido para uma favela sem avisar a família.

Segundo relatório (2014), a mãe teria contado que Vento tinha o hábito de fugir para casa de colegas além de pegar dinheiro escondido, narrando ainda, que a adolescente seria de poucas palavras e que maltratava a Lua. A mãe justificava o comportamento de Vento dizendo que a mesma queria chamar sua atenção uma vez que, foi criada pelo tio avô até os 10 anos.

Ainda de acordo com o relatório (2014) acerca do episódio da queimadura na perna de Vento, a mãe teria dito que a adolescente deixou uma panela com “miojo” cair em sua perna por acidente.

Lembramos que o caso da família foi acompanhado pela psicóloga em questão de modo breve durante o primeiro acolhimento de Vento e Lua em 2014, quando saímos em licença maternidade. Nesse sentido, compreendemos a vinculação da mãe com a assistente social de nossa instituição e assim, respeitamos sua abertura face aos acolhimentos das filhas em 2015 e 2016. Guardamos respeito quanto as restrições feitas

pela mãe acerca dos profissionais de psicologia, logo realizamos poucos atendimentos individuais com a mesma, voltando maior atenção, portanto, aos cuidados de Vento e Lua. No entanto, esclarecemos que estivemos presente em todos os estudos de caso das equipes técnicas envolvidas com a história da mãe.

Assim, lembramos que no primeiro acolhimento de Lua em 16/06/2014, desesperada a mãe concordou com a assistente social de nossa equipe em reintegrar à filha em favor da família extensa paterna. A estratégia visava tirar a criança o quanto antes do abrigo, logo em 26/06/2014, Lua foi reintegrada ao tio paterno senhor L.A.

Mas, face a urgência, a reintegração da criança foi mal sucedida e Lua foi devolvida pelo tio e acolhida novamente pela segunda vez em nossa instituição em 23/01/2015. A mãe indignada em atendimento psicossocial narrou: “se era para devolver minha filha porque pegaram a guarda então”.

Em estudo de caso com a nossa equipe, a assistente social disse que o senhor L.A. haveria justificado a devolução da sobrinha alegando que ele e sua família não aguentaram os transtornos causados pelos pais de Lua durante o tempo que durou a guarda provisória da menina.

Diante da impossibilidade de outros membros da família extensa em requerer a guarda de Lua, a mãe mesmo sem verbalizar sua relação com o álcool se comprometeu com a justiça em audiência no primeiro semestre de 2015, ao dizer que faria de tudo para ter os filhos de volta. Logo, concordou com o encaminhamento feito para o CAPSad, bem como inserção em um curso de gastronomia ofertado na época por nossa instituição. A estratégia proposta pela assistente social de nossa equipe que visava ocupar o tempo da mãe durante seu tratamento no CAPSad e acolhimento dos filhos.

A mãe aprendeu a fazer bolos e doces e naquele ano fez um bolo de chocolate para a filha Lua comemorar o aniversário de 9 anos, primeiro que a menina passou acolhida enquanto aguardava também com esperança, o tempo de tratamento e recuperação da mãe.

A mãe parecia feliz com o rumo que a vida tomava e frente a possibilidade de reaver a guarda dos filhos Lua e Antônio, seguiu à risca as orientações técnicas. Demonstrando comprometimento quando deixava de realizar alguma visita aos filhos ou atendimento agendado com a assistente social, justificava a ausência apresentando atestados ou comprovantes de comparecimento em outros serviços da rede de proteção.

Diante da experiência do segundo acolhimento da filha Lua, a mãe se comprometeu em fazer de tudo que estivesse ao seu alcance para reunir a família até porque um novo filho estava sendo gerado, Danilo.

Em 27/07/2015, em uma audiência de reavaliação da medida protetiva de Lua, a justiça sensível aos esforços da mãe salientou que a mesma precisava se cuidar mantendo a orientação quanto ao tratamento no CAPSad, então reintegrou a menina Lua a família. A justiça não deixou de informar que se houvesse um novo acolhimento da criança a mesma seria colocada em família substituta e com o mesmo folego comunicou que Vento estava sendo devolvida pelo tio avô e que seria reintegrada naquele momento junto com Lua em favor da mãe.

Surpresos, ficamos todos com a notícia da devolução de Vento e a mãe disposta a fazer de tudo, mesmo diante da reprovação do companheiro, pai de Lua, Antônio e de Danilo a caminho disse que receberia Vento de volta desde que pudesse contar com a ajuda de nossa instituição.

Assim, Vento e Lua com a promessa de inserção no Serviço de Proteção Social Básica, retomaram para a família. Antônio continuou acolhido por mais um tempo, pois calculava-se naquele momento, que de modo gradual cada filho deveria ser reintegrado aos os pais para que os mesmos pudessem se organizar uma vez que, as crianças passaram meses acolhidas.

A justiça sugeriu ainda para a família que pudessem acolher a proposta de um projeto ainda piloto que funcionaria nos mesmos moldes do Projeto Apadrinhamento Afetivo<sup>33</sup> só que neste caso, voltando atenção para os pais. As equipes técnicas das instituições de acolhimento foram designadas pelo juízo para acompanhar e encaminhar relatório técnico acerca da evolução do projeto piloto para a Vara.

Nesse sentido, recebemos em nossa instituição a visita de um casal jovem de seguimento social privilegiado junto com a filha adotiva de 08 anos, buscando informações da família de Lua com o objetivo de afinar contato para proporcionar momentos de lazer e troca social. O mesmo movimento se deu na instituição que acolhia Antônio e portanto, em tal espaço aconteceu o encontro da família de Lua com o casal.

---

<sup>33</sup> Apadrinhamento Afetivo é um projeto que visa efetivar alguns princípios previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como a possibilidade da convivência familiar e comunitária. Acontece através de visitas, passeios aos finais de semana, feriados ou férias escolares das crianças acolhidas, principalmente, aquelas fora do perfil para adoção.

No dia do encontro compareceram Vento, Lua e o pai, a mãe justificou ausência alegando problemas de saúde em decorrência da gestação de alto risco de Danilo.

Naquele momento, frente aos atendimentos realizados com Vento através do Serviço de Proteção Social Básica, compreendíamos que a mãe não estava bem e assim, consideramos arriscar um atendimento com a mesma. Desta vez, o convite foi aceito pela mãe.

Em atendimento individual com a mãe, buscamos dar retorno acerca do trabalho realizado com Vento e Lua e assim, procuramos sentir como a mãe estava. Ficamos com o pensamento que talvez, a mãe tivesse aceitado o convite para justificar sua não adesão ao projeto piloto apadrinhamento familiar que no fim das contas, não deu certo. Assim, a mãe narrou que a intenção da juíza era boa e que compreendia sua oferta, no entanto, precisava, depois de tudo, de um pouco de privacidade ao lado do marido e dos filhos.

A mãe anunciava que a pressão estava sendo grande demonstrando certa fragilidade ao falar de Vento: “ela foi criada pelo meu tio e talvez por isso não me respeita, mas estou fazendo de tudo correndo atrás, depois de muito ir e vir consegui fazer a matrícula dela na escola”.

A mãe contou que Lua estava muito desobediente, principalmente, com o pai e disse que ficava com pena do marido que estava trabalhando muito para o sustento da família. Ansiosa, a mãe contava que não via a hora de Antônio voltar para casa e sobre o tratamento no CAPSad falou que continuava frequentando o equipamento e conversava com uma psicóloga.

Infelizmente, após esse atendimento com a mãe falou mais alto as vulnerabilidades da família e assim, depois de alguns meses ao lado dos filhos, a mãe assistiu um novo acolhimento de suas crianças.

Desta vez, face ao terceiro acolhimento de Lua em nossa instituição em 18/10/2016, a sensação das equipes que atuavam com as crianças foi afinada por um sentimento de impotência mesmo diante da atuação articulada. Uma das assistentes sociais das equipes disse: “não tenho mais imparcialidade para atuar neste caso, fizemos de tudo, não podem dizer que a rede não funcionou para esta família”.

Diante do desabafou da colega de equipe, pensamos sobre a atenção voltado para a mãe, logo lembramos que se todos que atuam junto aos âmbitos institucionais devem ser educadores não deveríamos antes promover liberdade.

Diante do caminho, pensamos que para sermos educadores conforme prevê o paradigma vigente, devemos antes perguntar em que direção o fazemos. Educamos para controlar ou libertar?

Nesse sentido, ficava mais claro que o processo de educação voltado para os adultos das famílias não deveria se restringir a mera substituição de seus cuidados, mas antes o processo deveria promover abertura. Pensando nisso, não conseguimos deixar de fazer referência a uma possibilidade de escuta clínica junto ao âmbito dos serviços de proteção.

Se lançados em nossos campos de realização não guardamos relações neutras, concluímos, que a colocação da colega de equipe se situava justamente na questão da técnica, onde o cuidado quase sempre, acaba substituindo o outro em seu poder-ser.

Assim, intuímos que nem tudo havia sido feito apesar dos esforços realizados e dos cuidados articulados. Sentíamos que até então a mãe carecia de uma atenção que pudesse privilegiar seu cuidado próprio para que assim, a mesma clarificasse seu poder-ser ao lado ou não dos filhos.

Em 19/10/2016, a mãe procurou a instituição após o terceiro acolhimento da filha Lua. Em seus braços trazia Antônio e nas palavras a notícia de que Danilo havia nascido com um problema de cardíaco, logo estava internado aguardando por uma cirurgia.

A mãe dizia que estava cansada, pois havia passado dias no hospital maternidade e por estar “correndo através” da cirurgia para o filho recém-nascido. Além de Antônio, acompanhava a mãe uma de suas técnicas de referência no CAPSad que também buscava informações acerca do motivo do novo acolhimento das crianças.

A mãe pedia orientação a assistente social como deveria proceder com Antônio, assim perguntou se a justiça o buscaria ou se ela deveria entregá-lo na instituição que o acolheu da última vez. Nesse momento, Lua chegou à sala do serviço social e a pergunta não encontrou espaço para ser respondida.

A mãe abriu os braços e a menina correu ao seu encontro. A mãe dizia bem baixinho ao pé do ouvido da menina: “não se preocupa você vai voltar logo para casa, mamãe promete, eu te amo!” e pedindo licença, deixaram a sala do serviço social para ficarem a sós em família.

Fora da presença da família, a equipe técnica aproveitou a oportunidade para conversar com a técnica de referência da mãe no CAPSad e assim, soubemos pela técnica que a mãe de Lua havia retomado o tratamento a pouco tempo e que estava sendo acompanhada por ela e por mais outra técnica de enfermagem.

Buscamos confirmar se a mãe estava sendo acompanhada pela psicologia do CAPSad conforme disse a mãe no atendimento anterior ao acolhimento das crianças e soubemos que não.

A técnica de referência do CAPSad esclareceu que o tratamento havia sido interrompido pela mãe alguns meses antes por conta da gestação de alto risco de Danilo. Disse ainda que a relação dos pais de Lua estava estremecida diante do novo acolhimento das crianças e finalizou dizendo que em sua avaliação a “usuária” destoava de quem realmente tinha problemas com álcool.

A assistente social de nossa equipe esclareceu a técnica de referência da mãe junto ao CAPSad o motivo do novo acolhimento das crianças. Nesse sentido, várias circunstâncias contribuíram para o acolhimento das crianças como: mais um pedido de socorro de Vento; informações da escola de Lua que dizia que a menina era faltosa; o pai teria dito a uma psicóloga do fórum que a situação em casa estava insustentável e a assistente social da maternidade teria comunicado que a mãe não era presente e que praticamente, havia abandonado o recém-nascido Danilo internado.

Diante da complexidade dos desdobramentos que circunstanciavam a história da mãe combinamos que marcaríamos um estudo de caso no CAPSad entre as equipes das instituições de acolhimento das crianças e a equipe de referência da mãe no equipamento.

Frente ao contexto familiar nossa escuta pré-compreendia que a mãe desta família guardava algumas questões ligadas a maternidade e voltando atenção a nossa própria experiência recente com o tema, entendíamos que certamente cada mãe havia de ter o seu tempo para florescer ao lado de cada filho. Logo, sem nenhuma neutralidade técnica nos esforçamos para tentar compreender o que poderia estar acontecendo com a existência da mãe de Lua.

Em audiência concentrada em 26/10/2016, a mãe negou em juízo que houvesse voltado a beber e disse: “meu único erro foi ter abandonado o tratamento” referenciando, desta maneira, o CAPSad representado por uma de suas técnicas de enfermagem. Com a palavra o CAPSad respondeu a defensora que a mãe havia retomado o tratamento recentemente e que não fazia uso de medicamento, pois não tinha sido ainda avaliada pela psiquiatra uma vez que, passou por uma gestação de alto risco e estava, no momento, amamentando o filho recém-nascido.

Então, lembramos que a mãe em atendimento psicossocial em nossa instituição teria dito que não amamentou Danilo por conta do problema de saúde do recém-nascido que ficava cansado ao sugar o peito e que, assim seu leite havia secado. Logo, íamos

reunindo informações que aos poucos vinham ao nosso encontro e que certamente iluminaria o cuidado com a menina Lua, considerando que neste momento, nossa equipe era a referência da criança.

Antes que a audiência concentrada voltasse atenção para o caso de outra menina, a mãe falou ao pé do ouvido de Lua para pedir a juíza para passar o natal em casa. A juíza responde que iria pensar e posteriormente, com a equipe técnica decidir.

Em um novo atendimento psicossocial em nossa instituição a assistente social de nossa equipe a pedido de uma psicóloga da VIJ<sup>34</sup>, procura sondar com a mãe a possibilidade de outro membro da família extensa requerer a guarda dos filhos acolhidos. Descartando tal possibilidade, a mãe disse: “não existe essa possibilidade até porque eu sou capaz de cuidar dos meus filhos”.

Em 27/10/2016, realizamos estudo de caso com a equipe técnica que acompanhava o acolhimento de Antônio e Danilo e soubemos que a instituição assistiu os pais dos meninos durante a gestação de Danilo com a compra de moveis para o quarto do bebê, enxoval e fraldas.

Assim, sentimos que a ajuda de que a mãe necessitava estava para além de material e mais uma vez, pensamos no que poderia estar faltando a mãe. Logo compreendemos que nossa atenção também estava voltada para a sua existência e nesse sentido, consideramos que talvez, a mãe ainda não tivesse sido estada e cuidada de um modo mais meditativo, apesar dos encaminhamentos já realizados. Desta forma, solicitamos um estudo de caso com o CAPSad em 22/11/2016.

No dia do estudo as equipes das instituições de acolhimento das crianças foram recepcionadas por uma assistente social que em mãos de um prontuário disse que estava assumindo o caso da mãe ao lado das demais referências. A profissional justificou que estava atendendo a um pedido das técnicas de enfermagem da mãe que neste dia não puderam participar do estudo.

Em consonância as equipes das instituições de acolhimento das crianças buscavam saber a linha interventiva do CAPSad com a mãe e assim, fomos informadas que a mãe recebia atendimento de segunda a sábado por meio de oficinas terapêuticas além de atendimentos individuais com as técnicas de referências. Neste momento, duas técnicas de enfermagem e uma assistente social.

---

<sup>34</sup> Vara da Infância e Juventude.



Logo, a assistente social do CAPSad esclareceu que vinham conversando com a mãe sobre a importância da adesão ao tratamento mesmo que os filhos continuassem acolhidos ou até mesmo não voltassem mais para a casa.

Nesse sentido, consideramos que talvez a mãe estivesse apenas cumprindo a determinação judicial. A assistente social do CAPSad contou que a mãe havia sido avaliada por um psiquiatra que descartou a necessidade de medicação além de estarem tentando viabilizar um vale transportes para auxiliar com os custos das passagens para que a mãe continuasse a frequentar o equipamento de modo regular.

A mesma dizia que a prevenção à recaída é uma estratégia que estuda os riscos e as variáveis que levam o usuário a recair. Assim, quanto maior for o conhecimento sobre os eventos negativos, maior a possibilidade de ação sobre tais eventos. A assistente social do CAPSad argumentava que a pressão social de amigos bebedores, lugares de consumo como festas e bares, além da falsa crença de poder beber com controle surgiam no caso da mãe.

Diante do tempo de acolhimento das crianças e do trabalho já realizado com a família, as psicólogas das equipes dos abrigos solicitaram a assistente social do CAPSad que a mãe pudesse ainda ser ouvida pela psicologia do equipamento uma vez que, compreendíamos que a mesma possuía demanda para tal escuta. A assistente social de referência combinou de levar o pedido para a supervisão.

Na sequência do estudo, as assistentes sociais tanto das instituições de acolhimento das crianças quanto do CAPSad, buscavam pensar a prevenção sugerindo que a mãe devesse se ocupar mais conjecturavam que talvez, a mesma pudesse trabalhar fora uma vez que, os filhos estavam acolhidos. No entanto, logo, ponderaram que a mãe também precisava de tempo para estar nas instituições de acolhimento dos filhos, bem como para frequentar o CAPSad.

Finalizamos nossa participação no estudo considerando a vinculação afetiva da menina Lua com a mãe. Falamos da cumplicidade da criança e do desejo de voltar a morar com a mãe, com o pai e com os irmãos Antônio e Danilo. Fizemos referência a experiência de acolhimento da criança, consecutivamente, nos anos de 2014 e 2015, e falamos que a perspectiva do tempo da criança era diferente em relação ao tempo dos adultos da família uma vez que, era Lua que estava acolhida. Assim, ponderamos algumas orientações técnicas que norteiam os serviços de acolhimento institucional para crianças e falamos do tempo da medida protetiva.

Em 14/12/2016, as equipes das instituições de acolhimento das crianças realizaram novo estudo de caso no CAPSad. Fomos recebidas pela assistente social e por uma das técnicas de enfermagem que acompanhava o caso da mãe. Nesse sentido, as equipes técnicas dos abrigos mais uma vez, falou acerca de dúvidas quanto ao tratamento realizado com a mãe.

Pelo CAPSad foi dito que o tratamento da mãe era um acompanhamento para a vida toda, contudo, não viam naquele momento, que a relação da mãe com a bebida impedisse que a mesma cuidasse de seus filhos. Segundo o equipamento, a mãe havia sido avaliada pela psicanalista do serviço que não reconheceu demanda para psicoterapia.

Nesse sentido, reafirmamos que considerassem a possibilidade da escuta da mãe pela psicologia do equipamento e comunicamos que diante do posicionamento quanto aos cuidados da mãe não restavam motivos para que as crianças continuassem acolhidas.

Assim, informamos para as técnicas do CAPSad que por relatório informaríamos ao juízo quanto à possibilidade de reintegração das crianças em favor dos pais. Logo que tivéssemos autorização judicial iniciariamos o desligamento gradual das crianças.

Diante do posicionamento do CAPSad, sentimos que precisávamos de mais um atendimento individual com a mãe e assim, apostamos na possibilidade de uma escuta mais meditativa. Mesmo reconhecendo a resistência da mãe em relação a figura do profissional de psicóloga tentamos agendar um atendimento com a mesma. Recorremos a um vocabulário técnico e justificamos que precisávamos realizar com ela uma entrevista de anamnese para melhor compreender o desenvolvimento da menina Lua.

A mãe compareceu na instituição em 22/12/2016, na hora marcada e assim, falamos um pouco sobre Lua. Iniciando a entrevista com perguntas tais como: como foi a gestação de Lua? Qual a ordem de nascimento da criança? A gestação foi desejada? Você fez pré-natal? Qual foi a primeira palavra da criança?

Assim, à medida que a mãe ia falando da filha, também foi dizendo do próprio existir: “eu fiquei muito bonita na gestação dela, a gestação foi normal, o parto foi normal, eu quis muito ter minha filha, ela mamou até quase dois anos, a primeira palavra que disse foi papai”.

A mãe contou que amava todos os filhos, mas que Lua era especial, embora, não tivesse sido programada. Foi muito desejada assim, que souberam da sua existência. Nesse momento, lembramos que a assistente social de nossa equipe havia compartilhado que em certo atendimento social a mãe teria dito que até poderia viver sem os meninos, mas não sem a menina Lua.

Voltamos atenção a fala da mãe que a essa altura da entrevista já dizia como havia conhecido o pai de Lua e como se apaixonou e que precisou “correr atrás” do companheiro durante um ano até conseguir conquistá-lo. Demonstrando orgulho pela conquista disse que o companheiro não é nenhum príncipe, mas é o amor dela, brincando que o mesmo sempre foi devagar.

Utilizar um recurso técnico da clínica como a entrevista de anamnese, conduziu a mãe a lembranças do início de seu relacionamento com o pai de Lua que por sua vez, a conduziu a recordação de outras experiências amorosas.

A mãe lembrou das duas primeiras filhas, Brisa e Vento contando que sofreu violência doméstica nas mãos do pai das filhas. Assim, justificou o fim da relação: “eu era muito nova, ele me batia, só por isso mesmo não continuei com ele. Daí como era muito nova não me sentia capaz de criar as meninas sozinha, daí entreguei Brisa para a família dele e Vento para os meus tios”.

A mãe chegou a “um período nebuloso” da vida, quando disse que depois da relação com o pai de Brisa e Vento se envolveu com um traficante e deste, engravidou e teve um menino.

Constrangida alegou que já havia deixado duas filhas sob os cuidados de familiares e, portanto, não poderia entregar mais uma criança para seus tios criarem. Desta vez, entregou o bebê para adoção na própria maternidade enfatizando que o processo foi “todo direitinho” feito por um juiz.

Revisitando sua história, a mãe foi deixando pistas, logo ia dizendo do frágil poder-se ao lado dos filhos. Falando sobre a maternidade e dos filhos que gerou, foi dizendo sobre o seu cuidado, assim foi costurando alguns sentidos e lembrou-se da criança que foi um dia.

*Minha mãe morreu de amor pelo meu pai! Morreu de tanto beber para chamar a atenção dele. Bebia de ficar caída na rua. Só tinha olhos para ele. Meu pai foi embora e refiz a vida ao lado da amante. Ela é uma pessoa boa, e eu procuro sempre por eles em aniversários ou no natal, mas meu pai não costuma me procurar. Eu não ligo! Faço a minha parte. Meu pai era militar, ele é um homem duro (sorriso) (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro. 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).*

A mãe de Lua se deu conta que talvez, tivesse falado demais dizendo que por isso não gostava de psicólogos. Dissemos que compreendíamos e nos colocamos a disposição para voltarmos a conversar em outro momento em respeito ao ponto final que a mãe anunciou naquele momento da entrevista.

Voltamos a falar de Lua e sobre sua experiência de acolhimento nos anos de 2014, 2015 e 2016, assim, comunicamos que iríamos encaminhar a menina para acompanhamento psicológico na Policlínica.

Esclarecemos que a menina vinha recebendo tal atenção na própria instituição, mas que tão logo a situação da reintegração familiar ficasse resolvida, Lua deveria iniciar psicoterapia em uma unidade de saúde próxima à casa da família. Logo, esclarecemos para a mãe que em algum momento, ela seria convocada para uma nova entrevista com a psicóloga do posto.

Finalizamos o atendimento falando sobre a possibilidade da mãe se abrir para tal escuta junto ao CAPSad anunciando que havíamos sugerido tal possibilidade no último estudo de caso com a equipe de sua referência.

Aproveitamos para saber o ponto de vista da mãe acerca de seu acompanhamento junto ao CAPSad. A mãe sorriu e disse que não se identificava muito com as atividades, contou que as vezes conversavam em grupo, faziam artesanatos ou batucavam alguma música, acrescentando que sabia que seu tratamento era para a vida toda e voltando a falar da filha disse que compreendia que Lua precisaria de atendimento psicológico.

A mãe demonstrou certo agradecimento pela escuta e assim, reafirmamos nossa abertura para novas conversas, mas a mãe disse que não tinha certeza se seria uma boa ideia “mexer no passado, em feridas cicatrizadas”, segundo ela.

Durante essa nova experiência de acolhimento dos filhos, a mãe, por algumas semanas deixou de visitar Lua em nossa instituição além de não ter ampliado os dias de visitação aos filhos Antônio e Danilo conforme havia proposto a equipe técnica do abrigo dos meninos. Em correspondência a uma orientação da equipe do juízo a mãe visitou Vento uma única vez.

A mãe que ora se comprometia ora não com suas questões, foi esgarçando o tempo do acolhimento dos filhos e assim, as equipes técnicas das instituições foi sustentando a manutenção do acolhimento das crianças deixando em suspenso, pareceres mais conclusivos.

Não voltamos a ouvir a mãe através de atendimento individual, mas realizamos novos estudos de caso com as técnicas das equipes envolvidas. Em 02/03/2017, nos reunimos com a equipe da instituição de acolhimento dos meninos Antônio e Danilo e mesmo considerando a possibilidade de uma nova reintegração das crianças aos pais diante do parecer do CAPSad ainda restavam impasses e incertezas acerca do cuidado da mãe.

A justiça continuava no aguardo do relatório do CAPSad e das equipes técnicas dos abrigos para então decidir o destino das crianças. Visando uma possível reintegração da criança em favor dos pais, liberou a menina Lua para passar seu primeiro final de semana em meados de março de 2017, mas infelizmente, a iniciativa foi mal sucedida uma vez que, para comemorar a saída da filha, a mãe bebeu na presença da criança.

Em 30/03/2017, recebemos notícias da instituição que acolheu os meninos, dizendo que Danilo havia sido hospitalizado novamente e que a mãe não foi ao hospital visitar o bebê.

Em 06/04/2017, recebemos a visita em nossa instituição das técnicas de referência da mãe no CAPSad que buscavam saber como andava a frequência das visitas da mãe a menina Lua, aproveitaram para informar que a mãe recebeu atendimento psicológico, logo passaria a ser acompanhada por um psicólogo do equipamento.

Em 11/04/2017, aconteceu mais uma audiência concentrada das meninas de nossa instituição e a menina Lua contou a juíza que a mãe bebeu no final de semana que ela saiu para passar com os pais em casa.

Desta vez, a justiça sem a presença dos pais escutou primeiro a menina. O próximo a ser ouvido foi o pai que precisou responder as perguntas da juíza e da defensoria uma vez que, a mãe foi convidada a aguardar do lado de fora da sala de audiência. Após ser ouvido o pai foi dispensado e a mãe convidada a entrar na sala de audiência, ambos, por um breve instante cruzaram olhares na soleira da porta tempo suficiente, para a mãe perguntar baixinho o que o pai havia dito quando o mesmo respondeu: “tudo”.

A mãe então, confirma que bebeu no final de semana que a filha passou em casa. Disse que bebeu socialmente em comemoração, pois estavam felizes com a presença de Lua. Minimizando a situação reafirmou que bebeu pouco e que tudo o que estava acontecendo, naquele momento, era um exagero. Diante das falas da juíza, bem como da promotoria e defensoria a mãe se queixou: “tanta mãe por aí fazendo coisa pior e não corre o risco de perder os filhos, gente que bebe de cair na rua, isso nunca aconteceu comigo, não bebo assim, isso é uma injustiça com a minha família”.

A equipe de nossa instituição, da vara e do CAPSad escutaram a mãe em silêncio e pelo silêncio, recordamos a entrevista de anamnese com a mãe realizada em nossa instituição. Pelo recurso clínico proporcionamos pausa a mãe de Lua que de certo modo, ao revisitar seu próprio tempo de menina nos fez sentir que havia acabado de falar da própria mãe em audiência.

As equipes técnicas das instituições de acolhimento das crianças ainda guardavam dúvidas quanto ao seu parecer. Então, a equipe que acompanhava o acolhimento de Antônio e Danilo sugeriu e agendou um estudo de caso das equipes dos abrigos e do CAPSad no CREAS do território para juntos pensarmos o caso da mãe.

Nesse sentido, a equipe que realizou tal proposta esperava encontrar uma suposta neutralidade técnica do profissional que escutamos o caso. Em silêncio, sem neutralidades, sentimos que a mãe de certo modo vinha anunciando sua vulnerabilidade afetiva e que não poderia ser ao lado dos filhos, ao menos enquanto não recebesse um cuidado que a não substituísse, assim aceitamos participar do estudo agendado.

Em 31/05/2017, comparecemos no CREAS para o estudo. Presentes estiveram as equipes das instituições de acolhimento de Vento, Lua, Antônio e Danilo, bem como do CAPSad que, desta vez, foi representado pelas duas técnicas de enfermagem da mãe e por uma psicóloga que até então não havia participado de nenhum estudo anterior.

O psicólogo do CREAS apresentou-se contando um pouco da proposta do centro de referência e comunicou que sua escuta contaria com o apoio de uma compreensão da clínica psicanalítica. Assim, o psicólogo solicitou as equipes que apresentassem o caso e logo ponderou que para ele havia ficado evidente que o processo da mãe havia estagnado.

Diante da informação de que a mãe não tinha comparecido a alguns atendimentos com a psicóloga da Vara considerando a experiência de acolhimento das crianças, pensamos juntos e compartilhamos a angústia da possibilidade de ter que decidir pela colocação das crianças em família substituta face os vínculos afetivos que envolviam os membros da família em questão.

Sentimos em silêncio que talvez, para esta mãe a ilusão de deixar que decidissem por ela seria mais suportável. Assim, o peso da decisão de entregar mais três filhos para adoção seria dividido com a rede de proteção.

A técnica de enfermagem de referência da mãe no CAPSad, uma senhora ainda pedia para as equipes das instituições de acolhimento das crianças que lhe dessem um pouco mais de tempo, pois temia que a mãe colocasse fim a própria vida uma vez que, a mesma costumava dizer que não viveria sem os filhos.

Acolhemos a angústia da técnica e tematizamos com a mesma que a mãe já vinha vivendo períodos desde 2014, sem a presença dos filhos em casa. Diante da angústia da técnica de enfermagem a psicóloga do CAPSad fez uma intervenção dizendo que conversariam melhor quando voltassem para o equipamento.

Já em nossa instituição soubemos pela assistente social de nossa equipe que a mãe havia comparecido em 01/06/2017, a uma entrevista com a psicóloga da Policlínica, conforme agendado. Segundo a assistente social, a mãe teria ficado muito nervosa uma vez que, se sentiu julgada pela psicóloga da unidade de saúde. A mãe teria ido sozinha a entrevista, pois o pai não pode se ausentar do trabalho.

Realizamos outros estudos com o CAPSad indo até eles e eles vindo até a instituição. Vento visitou Lua por algumas vezes em nossa instituição e Lua visitou os irmãos na instituição que acolhia Antônio e Danilo. A mãe fez outro bolo de chocolate para celebrar o aniversário de 11 anos de Lua em julho de 2017 e ao lado do pai, continuou visitando a filha de modo irregular. Assim, em agosto de 2017, as visitas foram suspensas por determinação judicial.

A mãe acompanhada do companheiro, pai dos filhos, buscou a instituição para falar com a assistente social de nossa equipe, mas como a mesma estava em atividade externa, pediu então para ser atendida pela psicóloga em questão. Parecendo inconformada com a decisão do juízo, a mãe dizia que iria recorrer quantas vezes fossem necessárias e justificou algumas ausências dizendo que haviam mudado de casa conforme sugestão da assistente social.

A mãe disse que pretendia fazer uma surpresa para todos e informou o novo endereço, bem como novos números de celular e perguntou se Lua já tinha ficado sabendo da decisão da justiça. Informamos que a menina já sabia e a mãe chorou.

Com cuidado, esclarecemos que toda criança tem direito de receber informações acerca de sua medida protetiva e buscamos, assim, suavizar o momento, dizendo que falamos com Lua respeitando sua “fase de desenvolvimento”.

A mãe solicitou que marcássemos um atendimento com a assistente social de nossa equipe para o dia 07/08/2017 as 9:00h, pois precisava de cópias das presenças das visitas a filha em nossa instituição para apresentar a Defensoria Pública.

Dissemos que daríamos o recado a assistente social e perguntamos por seu tratamento no CAPSad, a mãe respondeu que por conta da mudança e da decisão da justiça em relação as crianças não ia ao equipamento havia um mês.

Assim foi nosso último contato com a mãe e com o pai de Lua. Segundo a assistente social de nossa equipe, os pais não voltaram a instituição e a mãe teria abandonado o tratamento no CAPSad. Posteriormente, uma funcionária de nossa instituição disse que viu os pais de Lua circulando nas proximidades do novo endereço

do casal e em tal ocasião, a mãe, alcoolizada teria perguntando pela filha e dito: “cuidem bem da minha menina”.

### **3.3.6 – A História de Antônio e Danilo, Irmãos da Menina Lua**

Os irmãos de Lua, Antônio (3 anos) e Danilo (5 meses) foram separados da menina através das instituições de acolhimento e pela colocação em famílias substitutas. Antônio já estava em seu segundo acolhimento e o recém-nascido Danilo, saiu direto da maternidade para o serviço de acolhimento. Tivemos pouco contato com os irmãos de Lua uma vez que, nossa equipe se alternava para acompanhar a menina nas visitas aos irmãos.

Assim, nos lembramos de Antônio em um momento que antecedeu seu segundo acolhimento em nossa instituição, no colo da mãe o menino agitado não parava quieto enquanto aguardava ver Lua que havia sido acolhida pela terceira vez. O reencontro dos irmãos foi um daqueles momentos que é difícil de descrever. Lua, assim que entrou na sala do serviço social correu para abraçar a mãe e o pequeno Antônio que correspondeu ao seu laço. Os três permaneceram ali abraçados durante a eternidade do minuto que seguiu até que deixassem a sala em busca de um espaço sem testemunhas.

(...) meu coração deixava de bater para não assustá-los. Meu corpo ficava imóvel para não impedir suas procuras. Minha respiração interrompida fazia surgir uma pausa necessária para inaugurar uma liberdade mais definitiva (QUEIRÓS, 2003: 19).

Outra lembrança que guardamos do pequeno Antônio foi quando o mesmo ao ver que chegávamos na instituição em que o acolhia buscou por notícias da irmã Lua. O menino brincava na área externa da instituição e logo que identificou nossa equipe perguntou: “e Lua está bem? ”. Tínhamos ido até a instituição para estudo de caso entre equipes e que nos disse que Antônio andava agitado naquele tempo e por isso, estava sendo acompanhado pela pediatra e pela psicóloga. Em um quadro fixado na parede da instituição notamos algumas regras de convivência, onde o nome do pequeno Antônio liderava o ranque daqueles que transgrediam as regras.

Quanto ao bebê Danilo nascido com problemas de saúde, passou por uma cirurgia reparadora e logo que recebeu alta hospitalar aos 05 meses, seguiu para a mesma instituição que acolhia Antônio.

Em tal ocasião soubemos que Antônio vinha se comportando de modo cuidadoso com Danilo e que a cada dia, estavam mais vinculados. Frente as ausências dos pais que



aos poucos foram deixando de visitá-los, Antônio correspondia a Danilo com cuidados fraternos e assim, os irmãos de Lua iam fortalecendo seus laços.

Em certa visita de Lua aos irmãos, recordamos que os três brincaram juntos e até disputavam a atenção de Danilo que já ensaiava seus primeiros passinhos. Em tal visita parecia que Antônio deixava o lugar de irmão caçula que um dia foi cuidado por Lua, para ocupar o lugar de cuidador do pequeno Danilo.

### **3.3.7 – A História de Lua**

A menina Lua aos 7 anos, por determinação judicial de busca e apreensão na escola, chegou ao abrigo institucional pela primeira vez em 09/05/2014, em uma instituição também capitaneada pela mesma Vara de nossa área.

A equipe técnica da instituição que acolheu inicialmente a criança, realizou um breve estudo do caso, encaminhando cópia do relatório psicossocial para equipe quando da transferência da menina para a nossa instituição. Segundo relatório (2014) Lua no ato do acolhimento apresentava boa aparência, tranquilidade e teve boa adaptação institucional, embora, preservasse semblante tristonho.

Desta forma, através da transferência entre instituições de acolhimento ocorreu o primeiro abrigo da menina Lua em nosso serviço em 16/06/2014, mês que antecedia seu 8º aniversário.

O motivo do acolhimento da menina para nós velado naquele momento, apontava negligência dos pais uma vez que, o relatório psicossocial (2014) da equipe técnica da instituição por onde passou a criança dizia que familiares teriam dito que a mãe mantinha relacionamento estável com o pai de Lua há cerca de 10 anos. Portanto, tais familiares diziam ainda que a mãe da menina seria usuária de drogas, pois costumava “ficar em bares”. O relatório (2014) também contava que os familiares não teriam bom relacionamento com a mãe de Lua uma vez que, a mesma “seria uma pessoa problemática”.

Mesmo diante do breve acolhimento da menina uma vez que, Lua foi reintegrada a família extensa em 26/06/2014, nos foi possível perceber através das visitas dos pais e de seus familiares que a menina nutria bons sentimentos pela família de origem e extensa. Contudo, apesar da criança ter dito que concordava em de ir morar com o tio, senhor L.A, sentíamos que era com os pais que a menina queria ficar.

Lua desconfiada, nada dizia que pudesse comprometer seus pais, parecia entender que a responsabilidade de seu acolhimento era exclusivamente de sua irmã Vento. A

menina na ocasião teria ido em defesa da mãe dizendo que a perna queimada de Vento “foi sem querer” uma vez que, o prato de “miojo” colocado pela mãe no braço do sofá teria deslizado e caído na perna da irmã.

Através da observação das visitas dos pais a menina, testemunhamos momentos de afetividade entre os membros daquela família e nesse sentido, diante do caso apenas pré-compreendemos a dinâmica da família de Lua composta até então por mãe, pai, irmão e avós em um passado presente para a menina que sofria com as mudanças após o falecimento dos avós paternos e com a chegada de Vento que até então morava com o tio avô senhor M.

Recordando o momento da chegada de Lua em nossa instituição, lembramos que a menina reencontrou a irmã Vento que havia a pouco tempo sido reintegrada ao tio. O rosto familiar de Vento que passou a frequentar o Serviço de Proteção Social Básica talvez, tenha colaborado para a adaptação de Lua à nossa instituição. Logo, o campo de acolhimento foi se apresentando para Lua como um espaço de cuidados e verdades. Assim, com o tempo a menina foi deixando pelo caminho a configuração de família que até então compreendia como sua.

Face ao relatório psicossocial (2014) da equipe técnica do serviço de acolhimento anterior por onde passou Lua e ainda, afetados pela urgência de agir olhamos para a menina que desejava retomar a convivência familiar.

Deste modo, fomos favoráveis com a compreensão do serviço social de nossa instituição e assim, concordamos com a guarda provisória da criança em favor de seu tio paterno L.A que demonstrava na época, abertura para receber Lua em colaboração com os pais da sobrinha.

Não acompanhamos o período de pós-reintegração da menina Lua à família do tio paterno uma vez que, nossa atuação havia sido suspensa junto ao âmbito de proteção para o nascimento de uma outra menina. A psicóloga-pesquisadora suspendeu tudo para ser mãe em período integral por 5 meses correspondentes ao período de licença maternidade e de férias vencidas.

Com o fim da licença maternidade em 26/12/2014, retornamos as atividades junto ao campo e reencontramos Lua em 23/01/2015. A menina, veio ao nosso encontro e perguntou: “oi, você se lembra de mim? ”. Desta vez, Lua não encontrou o rosto familiar da irmã Vento que pediu para ser desligada do Serviço de Proteção Social Básica no final de 2015.

No lugar da tranquilidade demonstrada no acolhimento anterior, Lua parecia angustiada por sua indeterminação familiar. A menina havia sido devolvida pelo tio L.A ao abrigo da instituição e assim, realizamos o primeiro atendimento de Lua, após sua devolução na sala do serviço social espaço melhor localizado na instituição uma vez que, ficava próximo à sala de televisão e dormitório das meninas.

Lua que não sabia das férias da “tia B” assistente social que compõe a equipe técnica da instituição ao lado da psicóloga em questão, deixou o grupo de meninas com quem assistia televisão e foi até a sala do serviço social para apresentar uma urgência. A menina mobilizada por sua incompletude perguntou: “Tia Sheila, cadê a tia B? ”.

Comunicamos as férias da assistente social para a menina e dissemos que sentíamos muito pelo seu retorno ao abrigo, logo perguntamos se podíamos ajudar de alguma maneira, mas a menina apenas sorriu e nada disse. Sentíamos que a menina precisava falar sobre sua devolução e deste modo, perguntamos se ela conhecia a razão de seu novo acolhimento e a menina desabafou.

*A mulher do meu tio não podia mais ficar comigo porque precisava cuidar do neto dela que nasceu. Eu não sabia que seria devolvida, só sei que eles me arrumaram e disseram que a gente ia até o fórum para renovar minha guarda, mas lá falaram que não puderam renovar minha guarda e eu voltei para cá. Eles disseram que eu até podia ficar com uma tia que ficava comigo no sábado e no domingo. Só que ela é velha e tem varizes na perna, daí não dá para me levar na escola, porque já leva a neta dela e a perna dela dói. Eu só vou precisar de alguém para me levar e buscar na escola (choro). Eu sei onde ela mora e posso levar a tia B lá. Tia Sheila, eu só sei que não quero passar o carnaval e as olimpíadas aqui dentro” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).*

A experiência da menina face ao seu segundo acolhimento, desvelava uma criança preocupada e mobilizada para resolver seus abandonos. Desta maneira, Lua passou a buscar com frequência a equipe técnica para ter notícias de sua medida protetiva, deste modo, foi construindo com a equipe seu Plano de Atendimento Individual (PAI).

Sem maiores tematizações na época, cuidamos de Lua de modo meditativo, respeitamos o tempo e as disposições afetivas da menina. Talvez por isso, em correspondência ao que vinha ao nosso encontro não encaminhamos a criança durante seu segundo acolhimento para psicoterapia na Policlínica de nosso território conforme prevê as orientações técnicas para os serviços de acolhimento.

Nossa preocupação buscava preservar a criança de novas rupturas diante da traumática e recente devolução além do que, frente a brevidade do primeiro acolhimento de Lua, bem como da complexidade que girava em torno das histórias dos pais da menina,

em especial, da mãe, compreendíamos a necessidade de escuta da criança. Se escutávamos para melhor avaliar o caso da menina também acabamos por cuidar das narrativas da criança que durante seu tempo de acolhimento costurava sentidos possíveis de poder-ser em família e em comunidade.

Desta maneira, apostamos na escuta da menina Lua no âmbito da instituição, campo que reunia nossas experiências e assim, suspendemos a técnica que norteia as práticas de cuidado institucional. Nossa transgressão, nos conduzia a um exercício de uma escuta cotidiana mais afinada por uma compreensão clínica que se preocupava com o cuidado-próprio e o poder-ser da menina.

A escuta individual ou em pequenos grupos que realizamos sempre que acolhemos uma nova menina, potencializa a sala da psicologia como um espaço capaz de abrigar e costurar sentidos ao lado da própria criança junto ao âmbito.

Portanto, recorreremos a alguns trechos dos atendimentos realizados com Lua para melhor ilustrar o caráter de cuidado próprio e poder-ser da criança em família fosse ela de origem, extensa ou substituta. Nesse sentido, não perdemos de vista que o existir da criança seja ela acolhida ou não sempre se dá em jogo como um ser-no-mundo-com-o-outro.

A relação estabelecida e reunida pelo espaço de escuta privilegiado da psicologia na instituição de acolhimento se desdobrou ao lado de Lua não só no que diz respeito a construção de seu Plano de Atendimento Individual (PAI), mas forneceu ainda a psicóloga da equipe técnica em questão a compreensão necessária para o diálogo com os demais atores institucionais, bem como com a rede de proteção da infância acolhida.

Logo, compreendemos que mesmo que as orientações técnicas vigentes pelos processos de reordenamento digam que no âmbito institucional não deva ocorrer atendimento clínico da criança, pois o papel do psicólogo da equipe técnica seria outro, em tempos de fiscalizações do MPRJ<sup>35</sup> a sala da psicologia da instituição quando inspecionada costumava ser bem vista e até elogiada como um espaço adequado para o acolhimento da menina.

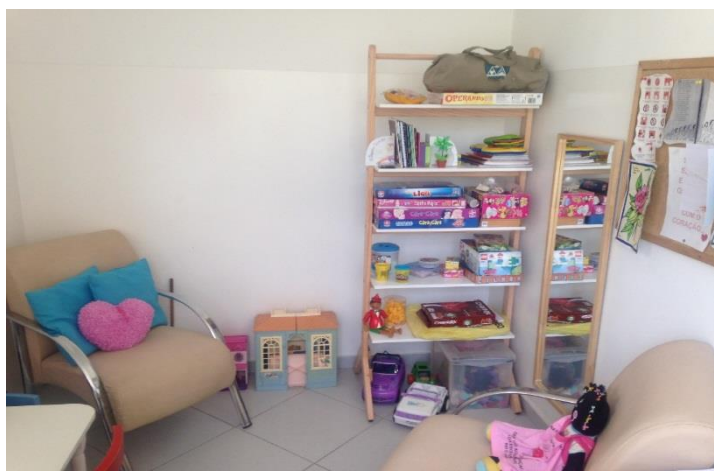
Desta maneira, lembramos que a sala da psicologia foi cuidadosamente preparada pela direção da instituição para acolher e assim, privilegiar a escuta das meninas durante o tempo de acolhimento. Assim, o espaço físico da sala não destoava da proposta de um setting de consultório particular que atende ao público infantil, logo a escuta e o cuidado

---

<sup>35</sup> Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

aspectos mais que essenciais da psicologia não pode negar seu lugar junto ao âmbito da instituição.

Figura 12 – A Sala da Psicologia



Fonte: A autora

A sala construída em um novo anexo da instituição contava com poltronas, mesa para atividade, estante com jogos, brinquedos, materiais de arte, espelho, além de uma mesa com computador, um armário para o arquivo de prontuários e um quadro de cortiça, onde fixamos mensagens, desenhos, fotos e um resumo ilustrado com os principais direitos das crianças.

Toda criança tem direito à atenção e ao amor  
Todas as crianças são iguais  
Toda criança tem direito a uma boa alimentação  
Toda criança tem direito a uma boa saúde<sup>36</sup>  
Toda criança tem direito ao lazer  
Toda criança tem direito de ir à escola  
Nenhuma criança deve ser vítima da guerra  
Nenhuma criança deve ser vítima de abusos sexuais  
Toda criança pode se expressar livremente  
Toda criança pode praticar sua religião  
Nenhuma criança deve ser maltratada  
Nenhuma criança deve ser explorada pelo trabalho  
Toda criança pode se unir a outras crianças  
Toda criança pode receber informações para seu bem  
Deve ser dada prioridade às crianças refugiadas  
Deve ser dada prioridade às crianças portadoras de deficiências  
Deve ser dada prioridade às crianças em conflitos legais  
Deve ser dada prioridade às crianças sem famílias  
(SOCIAL DEMOCRACIA SINDICAL. Campanha Nacional de Direitos Humanos. Diagramação: Sampa Online).

---

<sup>36</sup> “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Princípios Fundamentais, Artigo 2º. Código de Ética Profissional do Psicólogo. 2005.

Através do simples recurso fixado no quadro de cortiça da sala de psicologia em 29/01/2015, falamos para a menina Lua sobre os seus direitos e assim, cuidamos de tematizar com a criança os possíveis motivos que levavam ainda, em nosso tempo, inúmeras meninas a precisarem de medidas protetivas em instituições de acolhimento.

Conduzindo a menina ao impessoal de outras histórias e buscamos reduzir a angústia de Lua frente à sua indeterminação familiar, pois naquele momento, observávamos que a criança estava muito abatida e assim, perdia o apetite por alimentos e pelo brincar.

Diante do exemplo da história de outras meninas que já haviam passado pela instituição, o silêncio de Lua parecia pensar. O espaço da sala de psicologia da instituição delimitou um lugar onde a menina podia ir ao encontro de sua familiaridade deixando de ser mais uma entre as demais acolhidas. Nesse sentido, Lua deixou o silêncio para dizer.

*A tia (...) que ficava comigo nos finais de semana tem dois filhos, eles são adultos. Minha tia tem a perna inchada porque tem varizes, por isso ela não pode me levar e nem buscar na escola. Ela já leva a neta dela na escola. O nome da neta dela é (...). Ela é uma adolescente. O nome da minha mãe é (...) e o meu pai se chama (...). Eu quero logo ir embora para minha tia ou para minha mãe” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).*

*“Quando uma esperança começa a morrer eles fabricam uma nova. A esperança passou a ser uma certa doçura que sossegava a todos” (QUEIRÓS, 2002:15).* Em 10/02/2015, a assistente social de nossa equipe realizou contato com a tia mencionada pela menina, mas a senhora descartou qualquer possibilidade de ficar com a guarda da criança.

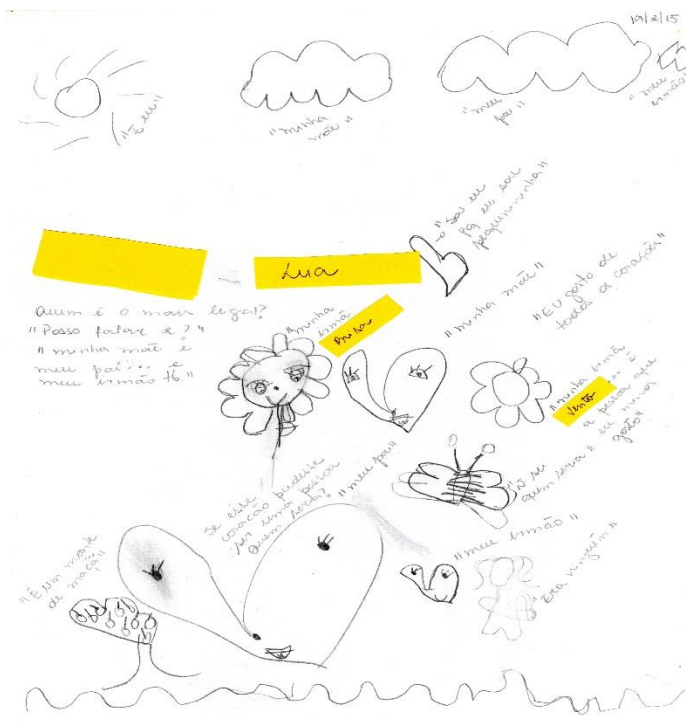
Diante da impossibilidade de se trabalhar a reintegração da criança a outros membros da família extensa nossa equipe compreendia naquele momento, que o caso da menina não era de adoção. Logo, construímos com os pais de Lua, bem como com a própria menina caminhos e orientações que pudessem garantir a reintegração da criança à família.

Assim, a menina renovou uma nova esperança e confiou que voltaria para a casa dos pais. Lua na experiência de seu segundo acolhimento aguardou ansiosa pelo tempo da mãe, logo a sala da psicologia na instituição passou a ser para a menina um lugar para “pensar a esperança” (QUEIRÓS, 2002: 16).

A menina que já havia passado brevemente por nossa instituição em 2014, portanto, conhecia bem o caminho da sala da psicologia e do serviço social e, quase sempre, buscava tais espaços de modo espontâneo. Nesse sentido, não deixamos de

acolher e unir nosso cuidado a experiência de cuidado-próprio da menina durante o tempo que durou o seu acolhimento.

Figura 13: O Mundo de Lua



Fonte: A autora

Assim, a menina que buscava a sala da psicologia na instituição para escapar de alguma atividade indesejada ou simplesmente para ocupar o tempo, reunia seu cuidado a escuta da psicóloga em questão. Aos poucos Lua foi fazendo do espaço da sala de psicologia lugar que durante um instante do dia era só dela. Na sala, a vida cotidiana era compartilhada e a menina expressava sua curiosidade com perguntas.

*Tia Sheila, como está a Manu? Quando você vai trazer ela aqui? Ela ficou com quem? Ela está em casa? Sabe aquela menina nova? Ela mexeu no bolo que estava no balcão da cozinha, o bolo era para a horário do lanche da tarde, eu não tive nada a ver com isso. Tia posso ver a minha pasta agora? ” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).*

A menina demonstrava sua confiança sempre que chegávamos a instituição ao correr para nos ofertar um abraço ou quando ela chegava da escola e ia até a sala da psicologia para dar um oi antes de lanche e brincar com as demais crianças. A relação de proximidade possibilitava uma melhor compreensão do mundo da criança que ao seu tempo compartilhava temores e sonhos.

A menina narrando o impessoal da vida compartilhada pela instituição unia sua experiência à nossa e nesse sentido, nos aproximando de sua disposição afetiva diante de seu segundo acolhimento institucional.

Figura 14 – Sentimentos de Lua



Fonte: Instituto Fazendo Minha História, material disponível no site

Como anunciamos ao logo da pesquisa compreendemos que nossa escuta é indissociável de uma compreensão clínica, logo foi preciso que pensássemos a questão do sigilo no trato com a criança uma vez que, o atuar da psicologia em instituição de acolhimento deve se doar de modo interdisciplinar e em articulação com a rede de proteção. Nesse sentido, consideramos pensar a questão dos segredos da menina acolhida com ela própria.

Em 13/03/2015, na sala de psicologia perguntamos a menina se ela sabia o que fazia um psicólogo. Assim, falamos sobre o nosso fazer na instituição junto com a tia B (assistente social) e dissemos que ao lado de outros profissionais trabalhamos para melhor compreender a história de cada criança acolhida ajudando a encontrar soluções para os problemas de cada família de menina. Deste modo, esclarecemos para Lua que existiam escutas que podiam ajudar as crianças com os seus problemas.

Como o estar ao lado da menina unia nossa experiência de cuidado lembramos de um livro infantil, já antigo que poderia nos auxiliar com a tematização da diferença entre



a nossa escuta como psicóloga junto a instituição e a escuta de um outro profissional de psicologia autorizado segundo as orientações técnicas, a realizar psicoterapia com a criança acolhida. Nesse sentido, consideramos ler tal livro com a menina que demonstrou interesse em escutar a história.

Você já notou como algumas crianças têm problemas?  
Elas talvez briguem muito.  
Elas podem ter dificuldade em repartir.  
Elas podem sentir-se muito tímidas e nervosas perto de outras crianças.  
Ou talvez elas se preocupem muito (NEMIROFF & ANNUNZIATA, 1995).

A menina concordava com a cabeça e com um sorrisinho discreto, dava a entender que queria ouvir um pouco mais da história.

Fazer muito algumas dessas coisas significa que as crianças têm problemas.  
Um problema é uma coisa que o preocupa ou que o faz sentir-se mal.  
Às vezes, um problema faz com que você sinta vontade de chorar, ou de bater em alguém, ou ficar sozinho.  
(...). Às vezes, a mamãe ou o papai podem ajudar (NEMIROFF & ANNUNZIATA, 1995).

Mas, às vezes a mamãe ou o papai não conseguem ou não podem ajudar daí outras pessoas como tios e tias, vovós e vovôs, professores e até a juíza através de instituições como a nossa tentam ajudar as crianças com problemas, mas também.

Existe um tipo especial de ajudante para as crianças que têm esses tipos de problemas.  
Algumas pessoas o chamam de “doutor de cuca”, mas seu verdadeiro nome é terapeuta de crianças (NEMIROFF & ANNUNZIATA, 1995).

Terapeutas de crianças são psicólogas ou psicólogos que trabalham em vários lugares, logo perguntamos para a menina o que ela achava de conversar sobre os seus problemas e sentimentos com a psicóloga do posto.

Lembramos que uma das atividades do psicólogo de equipe técnica em instituição é construir ao lado da criança seu PIA (Plano de Atendimento Individual) e assim, Lua nos olhou e deu de ombros dizendo em seguida: “tia Sheila, prefiro continuar vindo aqui conversar com você e indo na sala da tia B”. Concordamos com Lua e combinamos de voltar a falar sobre o assunto em outro momento.

A menina voltou seu olhar para o livro e assim, retomamos a leitura que buscava clarificar para a criança possíveis diferenças entre o atendimento do psicólogo da equipe técnica da instituição e do posto de saúde.

Em primeiro lugar, a ou o terapeuta vai conversar com seus pais para conhecer os problemas.  
Em segundo lugar, seus pais vão levar você para conversar com a ou o terapeuta.  
Depois, seus pais e o terapeuta vão planejar a melhor maneira de ajudar você.

Normalmente, as crianças encontram o terapeuta uma ou duas vezes por semana.

Você vai conversar com o terapeuta sozinho.

Você pode conversar sobre qualquer coisa que quiser.

De vez em quando, sua mãe e seu pai vão conversar com o terapeuta.

As crianças melhoram mais rapidamente quando os pais também conversam com o terapeuta (NEMIROFF & ANNUNZIATA, 1995).

Interrompemos a leitura para lembrar com a menina de como havia sido o nosso encontro na instituição e assim, dissemos que em primeiro lugar a acolhemos, depois apresentamos os espaços, bem como as pessoas que moravam ou trabalham na instituição e dissemos para Lua que ela conheceu as outras meninas que também se encontram acolhidas. A menina sorriu um sorriso amigável.

Prosseguimos dizendo que conhecemos um pouquinho de sua história através de sua irmã Vento que também esteve acolhida e depois conversamos com seus pais. A menina sorriu mais uma vez um sorriso com afeição.

Voltamos a perguntar para Lua se ela havia entendido que a psicóloga da instituição trabalhava junto com o serviço social e que às vezes, precisávamos conversar com a juíza sobre a história de cada menina acolhida. Lua ficou séria e respondeu que sim. Dissemos que caso se lembrasse de algo importante que pudesse ajudar a equipe a melhor compreender o que estava acontecendo com ela e com sua família estaríamos a disposição e assim, convocamos Lua para se responsabilizar com seu poder-ser.

A menina demonstrou ter compreendido que psicólogos e assistentes sociais de instituições de acolhimento precisam conversar sobre as histórias das famílias com a juíza e se necessário fosse conversar ainda com outros profissionais que pudessem ajudar a criança. A menina sorriu um sorriso compreensivo e aberto.

Assim, falamos à criança sobre sigilos e segredos.

O sigilo é como um segredo de mão única.

Os terapeutas não contam para ninguém as ideias ou sentimentos que as crianças têm. Eles os mantêm em segredo.

Mas AS CRIANÇAS podem falar sobre eles se quiserem (NEMIROFF & ANNUNZIATA, 1995).

Lua voltou seu olhar para nossa presença como quem aguardava por esclarecimentos. Dissemos para a menina que a psicóloga do posto cuidaria de seus segredos como falava o livro, mas já a “tia Sheila” por trabalhar na instituição, dependendo do segredo como dos sentimentos precisaria conversar com a “tia B” para depois escrever para a juíza para falar como estava a menina acolhida.

Lua respirou fundo e desviou o olhar demonstrando meditar. A menina sorriu um sorriso triste, mas ainda compreensivo.

Nosso cuidado face a presença compreensiva da menina suspendeu a técnica e acordou com Lua que quando fosse preciso falar sobre ela com a “tia B” ou com qualquer outro profissional, pediríamos antes sua autorização. A menina sorriu com os olhos e disse: “combinado tia Sheila”.

Logo, ao tematizarmos com a menina os limites e as possibilidades do atuar da psicóloga da equipe técnica em questão, convidamos Lua a se comprometer com seu cuidado-próprio e poder-ser e assim, a menina encontrou no impessoal do âmbito institucional um lugar onde poderia ser cuidada de modo mais meditativo. Nesse sentido, tantos outros atendimentos foram realizados no âmbito institucional durante o tempo que correspondeu o segundo acolhimento da menina que se manteve fiel aos segredos de sua família. .

A experiência do segundo acolhimento de Lua teve um início sofrido frente a sua devolução ao abrigo da instituição, no entanto, a menina recuperou a esperança e o orgulho pelos pais que vinham correspondendo as orientações das equipes envolvidas com a história da família. “Tia Sheila, minha mãe está fazendo o curso de gastronomia, aprendeu a fazer um monte de doces e fez um bolo de chocolate para o meu aniversário de 9 anos. Cantei parabéns com todas as meninas”.

Logo, ao consideramos que os pais de Lua vinham correspondendo as orientações técnicas e que o sentido da menina visava o retorno para a casa da família, nossa equipe em consonância com a equipe da Vara foi favorável a reintegração da criança aos pais em 27/07/2015.

Contudo, compreendemos que Lua deveria ser ainda acompanhada ao menos até o final do ano de 2015, assim, a menina foi inserida no Serviço de Proteção Social Básica de nossa instituição. Lua passou a frequentar a escola em horário integral das 7h às 14h30, bem como o nosso projeto das 15h às 17h de segunda a sexta-feira.

A menina reencontrou a configuração familiar que havia deixado pelo caminho, desde quando foi acolhida pela primeira vez ao voltar a morar com pai, mãe, irmão e com Vento. Desta vez, a caminho também estava Danilo que foi concebido durante o segundo acolhimento de Lua.

O período após a reintegração da menina foi afinado com a equipe técnica que acolheu seu irmão Antônio além do acompanhamento da família no âmbito de nossa instituição. Nesse sentido, na maioria das vezes, a assistente social atendia os pais e a psicóloga em questão cuidava de Lua e Vento.

Lua demonstrava estar em paz e feliz uma vez, que a indeterminação familiar estava resolvida. Continuava comparecendo na sala da psicologia, mas quase sempre era só para dar um oi, pois preferia aproveitar o tempo sendo criança, brincando com as outras meninas.

Durante algum tempo tudo parecia caminhar bem com Lua, no entanto, a menina foi perdendo o vigor e visivelmente triste, deixou de lanchar com as outras crianças, faltosa quando comparecia na instituição demonstrava desleixo com o cabelo e com o uniforme.

A menina, continuava passando pela sala da psicologia e sentíamos que ela queria falar, mas não sabia como. Nossa compreensão afinada com algumas queixas de Vento, sentia que algo não ia bem com a família. Logo, lembramos Lua sobre nossa disponibilidade de escuta e ainda voltamos a falar sobre a possibilidade de atendimento com a psicóloga do posto. A menina respondeu que estava tudo bem e sorriu um sorriso tristonho.

De certo modo, sabíamos que Lua dentre os filhos da família era quem podia estar melhor amparada pelos pais, pois o conflito maior se localiza na relação de Vento com a mãe. Desta maneira, exercitamos a lembrança de que o tempo de Lua era propriamente o dela e aguardamos uma vez que, os pais da criança mantinham a vinculação com o serviço social de nossa equipe ao darem notícias periódicas da gestação de alto risco de Danilo. Diante das circunstâncias, as ausências de Lua no Serviço de Proteção Social Básica se justificavam.

Contudo, face ao novo acolhimento de Vento nossa equipe realizou uma visita domiciliar a casa da família em 31/05/2016, onde recebemos a notícia por vizinhos de que a mãe estava hospitalizada para dar à luz a Danilo. Perguntamos pelas crianças Lua e Antônio e soubemos que os mesmos estariam sob os cuidados de uma vizinha até o pai chegar do trabalho.

Seguimos então até a escola onde estudava Lua e conversamos com a diretora do estabelecimento de ensino que nos informou que a criança havia iniciado bem o ano letivo, mas faltosa corria risco de ser reprovada.

No momento da visita a escola encontramos Lua e assim, falamos brevemente com a menina. Recordamos que Lua veio ao nosso encontro e desconfiada falou com a equipe por detrás de uma grade que nos separava. Lua disse que seu irmãozinho Danilo havia nascido.

Em 28/06/2016, a mãe compareceu a instituição trazendo notícias de que o filho Danilo nasceu com problemas de saúde e que se encontrava internado no aguardo de uma cirurgia. A mãe justificou a falta de tempo e disse que estava pagando uma pessoa para tomar conta de Lua e Antônio enquanto acompanhava o recém-nascido no hospital. Logo, a mãe justificou que Lua por vezes deixaria de comparecer ao Serviço de Proteção Social Básica. Neste mesmo dia, ofertamos espaço junto a nossa instituição para que a equipe técnica que passou a cuidar do segundo acolhimento de Vento realizasse atendimento psicossocial com a mãe. Não passou muito tempo até que recebemos notícias de que a mãe não estava prestando a assistência necessária ao filho Danilo no hospital o que provavelmente ocasionaria novos acolhimentos para Lua e Antônio.

A menina Lua aos 10 anos, novamente foi acolhida por negligência em 18/10/2016. Em seu quarto acolhimento, terceiro em nossa instituição, a menina passava por períodos de sua infância vivendo entre a família e o abrigo da instituição. Assim, olhamos para o coração da menina e vimos “a esperança balançando” (QUEIRÓS, 2002: 21-28).

Lua desta vez, foi acolhida por volta das 17h, por determinação judicial que apreendeu a menina na saída das atividades em nossa instituição através do serviço de proteção social básico. Lua foi informada que não voltaria para casa naquele dia e, segundo nossa diretora a menina se desesperou batendo com as mãos na cabeça e com os pés no chão. Lua pedia para que a deixassem ir para casa: “vou me comportar e ir direitinho para a escola e para o orfanato”.

Em 19/10/2016, por volta das 10h atendemos a menina na sala da psicologia. Buscamos com cuidado acolher a criança, no entanto, de modo direto perguntamos se sua mãe havia voltado a beber, a menina permaneceu em silêncio, mas também não negou. Lua estava visivelmente abatida e demonstrava cansaço.

Perguntamos pelo irmão que nasceu e a menina atualizou informações acerca da família. Contou que a mãe havia ido visitar a irmã Vento pela primeira vez e que seus irmãos também seriam acolhidos. Falou de sentimentos ao dizer que estava com saudades da mãe e que a mesma havia sido avó, pois Brisa sua irmã mais velha tinha dado à luz a uma menina. Pontuamos para Lua a recém-chegada dos novos membros da família uma sobrinha e um irmãozinho e enfim a menina sorriu face a vida que se renovava.

Lua então perguntou se contaríamos a juíza sobre nossa conversa e assim, reafirmamos o nosso acordo dizendo que só falaríamos o que ela autorizasse. A menina deu a entender que naquele momento, a conversa havia terminado para ela e ao deixar a

sala disse: “tia Sheila se eu pudesse gostaria de morar no orfanato durante a semana e passar os finais de semana com meus pais e meus irmãos”.

A criança demonstrou mais uma vez, sua angústia diante do novo acolhimento assombrada pela possibilidade de colocação em família substituta e assim, a questão da adoção nunca esteve tão próxima da menina.

Como em seu período de acolhimento anterior em 2015, a criança buscava pensar com a equipe soluções para as fragilidades de sua família, logo apesar do abatimento Lua sustentava o desejo de poder-ser ao lado da família de origem.

À tarde, a menina recebeu a visita da mãe e de seu irmão Antônio que ainda não havia sido acolhido. Lua reencontrou a família e corre para os braços de seus queridos dando testemunho à equipe de seu laço. Chorando ouviu a mãe prometer que logo ela voltaria para casa.

Lua, novamente precisou adaptar-se a todas as regras da instituição de acolhimento. A convivência comunitária ficava por conta da ida e vinda da escola, da vila olímpica, dos passeios promovidos por parceiros da instituição além das atividades coletivas com as meninas inscritas no Serviço de Proteção Social Básica que de segunda a sexta-feira, povoava o âmbito institucional.

Desta maneira, a menina acolhida convivia indo até a comunidade e, a comunidade vinha até ela por meio de sua morada provisória no “orfanato”.

Figura 16: Afetos da Menina



Fonte: A autora

A convivência institucional solicitava disciplina assim, Lua era cuidada pelo cálculo que substituíam o tempo da menina ditando horários mais rígidos para as refeições, banho, estudo, brincar, assistir televisão, dormir e acordar. A rotina da menina na

instituição não era a mesma de casa, contudo, o abrigo ofertava a Lua certa condição de cuidado que por ela era aceito.

Na instituição está a referência do viver mais próximo que é negado às crianças. Ora, todas as crianças que vivem numa instituição, convivem num lugar com suas regras e aí encontram e desenvolvem as suas preferências, suas lembranças, seus sonhos, seus medos, e dificuldades. Talvez possamos dizer que na instituição, nesta organização de vida, a autonomia do cuidar de si se faz presente mais cedo. E que isto não é igualmente fácil para todos, o que pode provocar grandes dificuldades. Mas isto pode também ocorrer em certas famílias (CYTRYNOWICZ, 2001: 121).

A instituição de cunho religioso contava com cinco freiras e um quadro de funcionários composto por uma equipe técnica responsável pelo abrigo, duas cuidadoras, três educadoras, uma professora de educação física, duas cozinheiras, um motorista, uma recepcionista, uma administrativa, um zelador, um serviços gerais e dois prestadores de serviço um para as aulas de informática e outro para as aulas de gastronomia. Todos, independentes do cargo deviam exercitar o papel de educadores, segundo o paradigma vigente.

Em 20/10/2016, Lua nos encontrou durante o horário do lanche e pediu para conversar e assim, acompanhamos a menina até a sala da psicologia. No entanto, no espaço a menina silencia demonstrando hesitação.

Sentimos que as palavras guardadas no coração da menina careciam de cuidado até que pudessem ser ditas. Então, consideramos que Lua gostava de atividades de desenho e pintura compreendendo que talvez a menina precisasse de um cuidado mais guiado não para substituir, mas para caminhar ao lado.

Recordamos de outro livro (HEEGAARD, 1998, p. 13)<sup>37</sup>, também antigo que poderia iluminar o momento da menina no âmbito da instituição e apresentamos o material para Lua, que sorrindo disse: “quero escrever o livro”. E assim, através do cuidado guiado a menina conseguiu falar de algumas coisas que precisava mudar em sua família. “Vento precisa mudar para ter uma família, a mesma que a minha e todo mundo gostar dela. A gente quer ficar com a nossa mãe, mas ela precisa fazer o que a juíza disse, ir na psicóloga dela. O meu pai não sei o que ele precisa mudar”.

O poder-ser de Lua apesar do cansaço e desesperança frente ao novo acolhimento, ainda era ao lado da família. Assim, sentíamos que a menina carecia de familiaridade,

---

<sup>37</sup> HEEGAARD, M. Quando a família está com problemas: as crianças podem aprender a lidar com a tristeza decorrente da adição às drogas e ao álcool / Marge Heegaard; trad. Maria Adriana Verissimo Veronese – Porto Alegre: Artmed, 1998.

logo a possibilidade da menina de existir em um âmbito institucional era sofrido e em uma família substituta quase nulo, naquele momento.

Nesse sentido, ainda nos cabia cuidar para que Lua compreendesse que o seu cuidado-próprio independia de onde o seu existir acontecesse. Em 26/10/2016, a menina Lua participou de mais uma audiência concentrada e ouviu, em silêncio, a mãe negar que houvesse voltado a beber. A menina, orientada pela mãe ao pé do ouvido pediu a juíza para passar o natal em casa.

Assim, em 28/10/2016, Lua buscou a sala da psicologia de modo espontâneo para contar que a juíza havia ficado de pensar se deixaria ela passar o natal com os pais. Lembramos à criança que ouvimos quando ela fez o pedido para juíza, pois também estávamos na audiência e Lua sorriu um sorriso envergonhado.

Lua perguntou se vimos Vento e respondemos que não, logo buscamos saber porque Lua perguntava pela irmã. A menina respondeu que estava com saudades de Vento e assim, também lembrou de Antônio contando que trocava as fraldas do irmão. Elogiamos o cuidado da menina com o irmão e brincando, perguntamos do que estavam sujas as fraldas trocadas pela a menina. Rindo, Lua disse “dos dois: xixi e cocô”. A menina confessa que ficava com um pouco de nojo, mas que fazia a troca das fraldas para agradar a mãe e então pede para continuar a atividade do livro (HEEGAARD, 1998:15).

Pensando sobre as famílias que mudam quando nascem bebês ou quando alguém vem morar junto e até quando os pais se separam, a menina escrevia e renovava a esperança de poder-ser novamente ao da família. “A minha mãe vai mudar. A minha mãe quer mudar a sala, o quarto. A minha mãe muda tudo que eu disser. Eu amo minha família”.

Ao lado da menina compreendemos que talvez fosse o momento de encaminhar Lua para atendimento psicológico na Policlínica de nosso território e voltamos a conversar com a criança sobre tal possibilidade explicando que encaminhamento era uma orientação técnica não só para ela, mas para todas as meninas acolhidas que estivessem com problemas e assim, dissemos para Lua que ela deveria ao menos tentar conversar com a psicóloga do posto. A menina compreendeu e concordou, no entanto, sentimos que a criança continuaria buscando a sala da psicologia na instituição. Confirmamos com Lua que iríamos conversar com a “tia B” sobre o encaminhamento e a mesma disse “tá”.

Assim, conversamos com a assistente social de nossa equipe sobre o encaminhamento e a mesma ficou de falar com a agente de saúde, bem como agendar a



consulta da criança com a pediatra pelo Sisreg<sup>38</sup>, caminho necessário para que Lua conseguisse atendimento com a psicóloga na unidade de saúde.

Em 14/11/2016, Lua recebeu a visita da irmã Vento em nossa instituição e surpresa abraçou a irmã emocionada. Passaram a manhã juntas e se despediram logo depois do almoço. Um pouco depois desse momento encontramos Vento e perguntamos se ela estava bem. A adolescente disse que estava bem, mas demonstrou preocupação com Lua: “falei com Lua para ela deixar de ser boba e contar tudo, agora que não estou mais lá ela (mãe) vai fazer a mesma coisa com ela (Lua)”.

Em 17/11/2016, Lua buscou a sala da psicologia para dizer que estava muito feliz por ter recebido a visita de Vento e que estava ansiosa para saber se a juíza iria deixá-la passar o natal em casa.

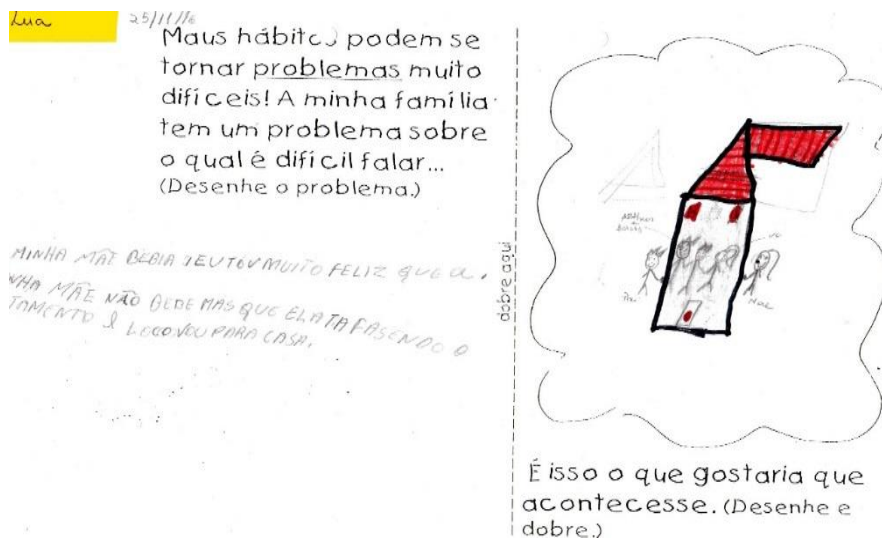
Tematizamos com a menina a possibilidade da não autorização da juíza e dissemos para Lua que ela tinha sido muito corajosa em fazer o pedido para a juíza. Então, a menina disse: “a ideia foi da minha mãe”. Lua, pegou uma folha de papel e faz um desenho da família, desta vez também incluiu Vento e nos pediu para guardar em sua pasta. Sentimos que Lua começava a compreender que a irmã não era a única responsável por seu acolhimento e nesse sentido, parecia que Lua havia se reconciliado com Vento.

Em 25/11/2016, a menina Lua buscou a sala da psicologia e sem jeito pediu uma folha. Com palavras escritas pergunta: “tia Sheila eu queria perguntar onde você vai passar o natal e perguntar como está a Manu”. Com cuidado dissemos para a menina que ainda não tínhamos um retorno da juíza quanto ao seu pedido corajoso. A menina sorriu um sorriso sem graça e pediu para continuar a “escrever o livro” (HEEGAARD, 1998:15).

---

<sup>38</sup> Sistema Nacional de Regulação.

Figura 16 – A Proteção da família



Fonte: HEEGAARD, 1998.

Através da atividade do livro (HEEGAARD, 1998: 16-19) Lua conseguiu falar do alcoolismo da mãe pela primeira vez. “A minha mãe me dá carinho, me dá amor e eu não quero trocar a minha mãe por ninguém porque eu amo ela e o meu pai. Eu só não gostava da bebida!”.

Sentíamos que desde que Lua recebeu a visita da irmã Vento a possibilidade de não poder-ser ao lado da mãe ganhava força, embora, a narrativa da menina ainda apresentasse certa rejeição a ideia.

Em 09/12/2016, a menina buscou a sala da psicologia para continuar com a atividade do livro (HEEGAARD, 1998). Tínhamos notícias da juíza para dar a menina e comunicamos que ela não tinha autorização para saída de o natal com os pais. A menina recebeu a notícia com desânimo, no entanto, renovou o ânimo ao saber que poderia passar as festas de final de ano na casa do tio G.

Em janeiro de 2017, não atendemos Lua uma vez que, estávamos de férias. Em fevereiro mês de colônia de férias na instituição, ocuparam o tempo da menina que parecia animada com os eventos.

Logo, em 02/03/2017, acompanhamos a menina Lua em uma visita aos irmãos Antônio e Danilo na instituição onde os meninos estavam acolhidos. Aproveitamos a oportunidade para uma breve troca com a equipe técnica dos meninos que considerava, nesse momento, em apostar mais uma vez na possibilidade de reintegração das crianças em favor dos pais uma vez que, o CAPSad dizia que a mãe mesmo demandando de acompanhamento para a vida, tinha condições de cuidar dos filhos.

À tarde, Lua procurou a sala da psicologia e parecia que a visita aos irmãos a fez entrar em contato com experiências vividas ao lado da família. A menina disse que estava feliz por ter visto os meninos e narrou de modo espontâneo, um pouco de seu cuidado com Antônio.

*Quando minha mãe sai para beber, deixava eu e o Antônio com o nosso pai dormindo. Às vezes, minha mãe chegava em casa de manhã. Ela tomava banho, escovava os dentes e ia dormir e as vezes ela não deixava eu ir para a escola. Quando Vento morava com a gente, ela me levava para a escola e o Antônio para a creche. Depois que Vento foi para o abrigo eu passei a cuidar do Antônio. Às vezes eu esquentava o feijão e o arroz que minha mãe fazia e às vezes fazia um 'miojinho' para o Antônio comer. Minha mãe dormia durante o dia e quando o meu pai chegava do trabalho minha mãe já estava melhor sem o cheiro da bebida. Minha mãe e o meu pai se gostam muito e o meu pai pedir para a minha mãe deixar de beber. Eu também já pedi para a minha mãe deixar de beber, eu fico triste quando ela quebra a promessa. Ainda prefiro morar com minha mãe, mas também moraria com o meu tio G porque foi bom passar o natal e o ano novo na casa dele (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito).*

Diante da confiança da menina que sabia que estava revelando um segredo importante pensamos se a mãe face a sua vulnerabilidade, teria condições de zelar pelos cuidados básicos dos filhos. Pensamos com a menina cuidadora de irmão se ela também pensava no des-cuido da mãe e tematizamos se Lua se sentia pronta para ajudar nos cuidar de Antônio e ainda de Danilo caso todos voltassem para casa. A menina respondeu: “acho que agora vai ser um pouquinho mais difícil, agora complicou”.

Recordamos que os dias que seguiram o mês de março de 2017, demandou da equipe técnica intermediações de conflitos entre as meninas acolhidas, situações em que Lua de modo direto esteve envolvida.

Lua na ocasião afinava amizade com uma menina também acolhida que mais tivemos dificuldades de cuidar, Thayla, desafiava o cuidado de todos. A menina foi acompanhada pela psicologia da policlínica de nosso território que desconfiava de transtorno de personalidade, mas o diagnóstico não chegou a ser fechado, pois Thayla se recusou a continuar com a psicoterapia.

Voltando atenção a história de lua diante do posicionamento do CAPSad que cuidava de sua mãe, a justiça considerou que talvez se tratasse do caso de uma nova reintegração de Lua aos pais e assim, autorizou que a criança passasse um final de semana em casa, calculando, desta maneira, um desligamento gradual da criança.

Em 29/03/2017, Lua buscou a sala da psicologia para contar como havia sido o final de semana na casa dos pais. Perguntamos como estavam as coisas por lá e a menina compreendeu que falávamos do espaço físico então respondeu que a mãe havia comprado

um móvel branco que estava no quarto para guardar as roupas dela e de seus irmãos quando todos voltassem para casa. Dissemos que ficávamos felizes em saber da organização da casa, mas referenciando o livro (HEERGAARD, 1998) que estávamos trabalhando, esclarecemos nosso interesse era saber das pessoas.

A menina então começou falando dela ao dizer que ela havia mudado porque deixou de implicar e bater nas outras meninas, logo dissemos que mudar era difícil, mas não impossível! A menina continuou contando sobre o final de semana com os pais dizendo que saíram para comer pizza no sábado à noite e que domingo fizeram um churrasco em casa: “meu pai mudou porque deixou de beber, mas... ah tia, a minha mãe mudou mais ou menos ela bebeu no churrasco, mas não saiu para a rua não”. Perguntamos como Lua se sentiu com a mudança “mais ou menos” da mãe e a menina disse: “fiquei triste! ”. Lua então pergunta: “tia Sheila quando Vento vem me visitar de novo? ”. A resposta foi negativa, pois afinal não sabíamos dizer quando Vento viria naquele momento. Sentimos que no abrigo de Vento, Lua encontrava força.

Então, acrescentamos que iríamos verificar a possibilidade de levá-la ao abrigo de Vento para ela conhecer o espaço e visitar a irmã, Lua demonstrou ânimo. A menina contou que Vento ajudava muito em casa e que sentia a falta da irmã narrando: “isso que ela (mãe) faz comigo de cuidar do Antônio, antes ela (mãe) fazia com Vento. Agora que também tem o Danilo vai ficar mais complicado”. Perguntamos foi para Lua cuidar de Antônio.

*Eu acordava de manhã e procurava minha mãe pela casa e não encontrava. Daí quando o Antônio acordava eu dava um ‘nescal’ para ele e, às vezes, dava suco ou biscoito. Trocava a fralda dele, dava banho, fazia um ‘miojinho’ para ele comer, via televisão com ele e colocava ele para dormir. Eu não acho certo isso que ela (mãe) faz comigo! ” (SILVA. Diário de Campo. Rio de Janeiro, 2013-2018. Manuscrito, grifo do autor).*

Mais aberta a dinâmica da família, tematizamos com Lua que face a esses cuidados ela estava quase reprovada na escola por faltas e lembramos que educação é um direito fundamental de toda criança. Recordamos o nosso acordo com a menina e dissemos que precisaríamos conversar com a “tia B” sobre o que ela havia contado acerca do final de semana na casa dos pais.

Dissemos que, provavelmente, também seria necessário conversar com a juíza. A menina disse que entendia e acrescentou: “minha mãe precisa fazer o tratamento dela, porque eu continuo querendo voltar para ela”. O poder-ser da menina Lua ainda era ao lado dos pais, no entanto, uma dimensão de cuidado próprio ganhava força à medida que a menina ia compreendendo a dinâmica de sua família.

Como dissemos à menina, a assistente social precisou dar uma devolução para a juíza e então a saída da menina para passar os finais de semana na casa dos pais foi suspensa.

Em 05/04/2017, convidamos Lua para nos acompanhar até a sala da psicologia na instituição e cuidamos de falar com a criança sobre o posicionamento da juíza. Lua recebeu a notícia demonstrando tristeza, no entanto, também demonstrava compreensão. Então convidamos a menina para continuarmos com a atividade do livro e assim, tematizamos um pouco sobre a questão da dependência da mãe.

Usar drogas ou álcool pode se tornar um mau hábito. Adição significa que as pessoas têm dificuldades para parar, mesmo quando elas sabem que aquilo faz mal para elas ou para os outros. Isto é uma doença. As crianças podem tentar de vários jeitos fazer com que a pessoa pare de beber ou de usar drogas. As crianças não podem causar ou fazer parar a adição. Algumas drogas compradas na farmácia podem ajudar a curar as pessoas se forem usadas com cuidado. Usar demais pode fazer mal e se chama abuso de drogas. (...) O álcool é uma droga encontrada em bebidas como cerveja, vinho, gin, vodka, uísque e cachaça. Ele pode afetar de maneira negativa a saúde e o comportamento da pessoa. Quando as pessoas não conseguem controlar a quantidade que bebem, elas têm uma doença chamada alcoolismo. (HEEGAARD, 1998: 18-19).

“Quando a minha mãe bebe ela fica bêbada e engraçada, mas eu fico triste em falar desse assunto! Eu gosto muito da minha mãe e eu nunca vou deixar de amar ela, mesmo ela bebendo. Eu não gosto e nunca vou gostar da minha mãe fica bêbada, é muito difícil para mim e dói meu coração, mas eu vou continuar amando ela” e Lua fica pensativa.

Tematizamos com a menina que compreendíamos que as vezes pessoas alcoolistas podiam magoar a quem amavam. “Tia Sheila, eu creio que minha mãe vai parar de beber e de voltar de manhã para casa. Eu creio que minha mãe vai conseguir parar de beber. Eu creio que Deus vai ajudar minha mãe a parar de beber”.

Nas famílias em que existe adição, as pessoas podem ter muitos sentimentos, mas não falam sobre eles. Muitas pessoas bebem ou usam drogas para não sentir ou pensar em coisas desagradáveis. Mas ... isso traz mais problemas e sentimentos difíceis. A adição traz mudanças e muitos sentimentos. (...) a mudança traz perdas e ganhos. A dor da perda se chama tristeza. A tristeza vem e vai como as ondas do oceano. O que você perdeu? (HEEGAARD, 1998: 22-23).

“Eu não sei porque minha mãe bebe, mas eu sei que “perdi” de ficar com os meus irmãos, com os meus primos e com os meus tios, mas isso tudo vai mudar”. A menina reconhecendo a possibilidade de mudança abria-se para uma certa esperança e parecia habitar o âmbito institucional de modo mais familiar.

Figura 17 – Família Institucional



Fonte: A Autora

No decorrer do mês de abril de 2017, seguimos cuidando dos sentimentos da menina contando com o apoio do livro (HEEGAARD, 1998). Lua, quase sempre, buscava a sala da psicologia lembrando das páginas ainda pendentes de nossa atividade. A menina também participou de atendimentos em grupo onde a equipe escutava cada menina acolhida para o dia da audiência concentrada, que também aconteceu em abril.

Assim, em audiência, Lua corajosa correspondeu ao cuidado-próprio e colocando em risco seu poder-ser ao lado dos pais, responder em juízo que a mãe bebia e que precisava fazer o seu tratamento para ficar boa. Nesse momento, a promotora disse que a criança precisaria de psicoterapia, pois havia revelado o problema da família e assim, pensamos em silêncio que a menina já tinha esse cuidado através de nossa escuta de compreensão clínica.

Após a audiência Lua voltou a envolver-se em conflitos com outras meninas acolhidas, mas costumava levar tais questões para serem tratadas à medida que aconteciam na sala da psicologia da instituição, espaço que a menina conseguia falar sobre os sentimentos: “Eu sentia raiva por não poder ficar com os meus pais e quando minha mãe às vezes, não ia para o tratamento ou não vinha me visitar. Eu tenho problemas quando minha professora passa um trabalho difícil e agora eu só tenho problema com isso”.

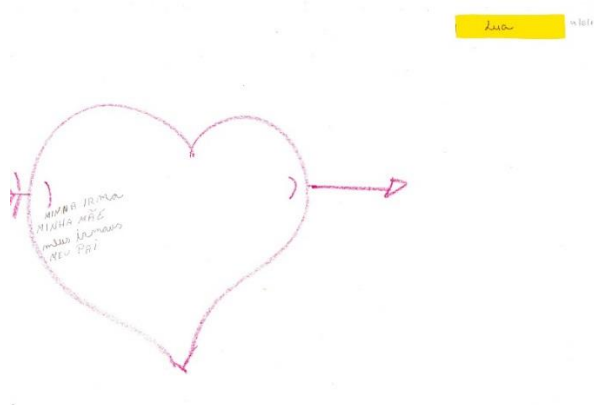
No início de maio de 2017, a equipe teve retorno do agendamento da menina para acompanhamento psicológico na policlínica. Em 15/05/2017, comparecemos na unidade de saúde para uma entrevista com a psicóloga que nos atendeu em grupo ao lado de outras mulheres, mães de crianças com dificuldades de aprendizagem, bullying escolar e comportamentos desafiadores. Por fim, nos identificamos e apresentamos a demanda da menina Lua. A psicóloga da Policlínica agendou uma nova entrevista com os pais da

criança para o dia 31/05/2017, no entanto, esclareceu que não tinha previsão para o início do atendimento com a criança uma vez que, estava atuando sozinha na unidade de saúde. Assim, continuamos escutando Lua no próprio âmbito da instituição até o momento de seu desligamento em 31/01/2018.

Em 07/06/2017, recebemos contato telefônico da psicóloga de referência do caso na Vara e a mesma sugeria que devêssemos iniciar o preparo da criança para colocação em família substituta, contudo, continuamos escutando a menina sem anunciar tal possibilidade uma vez que, não havíamos recebido nenhuma informação por ofício além do que os pais da menina continuavam visitando a criança.

Em 09/06/2017, informamos a menina que sua irmã Vento havia voltado a morar com o tio avô delas, e Lua disse que ficava feliz por Vento e perguntou quando iria visitar seus irmãos Antônio e Danilo. A menina parecia desanimada, mas fez um desenho e escreveu “minha irmã, minha mãe, meus irmãos, meu pai” demonstrando que a família estava bem guardada no seu coração.

Figura 18 – O Que Guarda o Coração?



Fonte: A autora

Em junho de 2017, Lua recebeu a visita de uma família encaminhada pelo juízo. Tal família já havia adotado uma outra menina de nossa instituição e assim, nossa equipe foi surpreendida diante da falta de comunicação. A mulher encaminhada para Lua chegou acompanhada dos pais e da filha adotiva, Virginia, que passou a se chamar Luna após a adoção. A mulher dirigiu-se direto à Lua oficializando que estava ali para levá-la para passar o final de semana com eles.

Em atendimento na sala da psicologia após o final de semana fora Lua contou que a mulher teria dito que seria sua mãe e que logo ela iria morar com sua família e que

passaria a se chamar Júlia. Dissemos a Lua que não tínhamos tal informação, mas que buscaríamos saber com a “tia B”. Assim, nossa equipe buscou esclarecimentos com o juízo, bem como chamou a atenção para a precipitação do anúncio acerca de temas como maternidade e troca de nome, foram sugeridos para a menina.

Em 07/07/2017, Lua comemorou seu 11<sup>a</sup> aniversário e seus pais compareceram à instituição levando bolo, docinhos e refrigerantes. A menina alegrou-se em cantar parabéns ao lado dos pais, mas nada comentou sobre a suposta família substituta que também a visitava.

Em 01/08/2017, recebemos um ofício que tratava da suspensão das visitas dos pais à criança. Assim, convidamos Lua para comparecer à sala da psicologia e comunicamos a decisão judicial. A menina recebeu a notícia com tristeza e chorando perguntou se poderia ficar junto dos irmãos Antônio e Danilo. Dissemos a menina que expressaríamos em relatório o seu desejo.

Então desenhamos para a menina um pequeno coração e pedimos para ela escrever o nome de todas as pessoas que lá poderiam morar bem guardadas. A menina, escreveu o nome da mãe, do pai, de Antônio, Danilo, Vento, Brisa, tia Sheila, Tia B, Tia M, Thayla e de cada freira. Desenhamos um outro coração maior para a menina e pedimos para que ela escrevesse novamente no coração grande o nome de todos que ela já havia escrito no coração menor e assim fazendo a menina também escrevemos família de coração.

Quando a existência de uma criança é lançada em uma instituição de acolhimento não demora para que o horizonte abra não só para a criança, mas ainda para a família e para própria rede de proteção a possibilidade da adoção.

Essa é a salvação e o risco, a falta de opção para inúmeras crianças que historicamente, em nosso país nasceram em berços vulneráveis. A adoção de crianças órfãs de pais vivos vem sendo o caminho tomado pela legislação da vida quando a educação calculada pelos os atores que compõe a rede de proteção falha com os adultos das famílias.

Tematizamos o espaço vazio que ainda restava no desenho do coração maior e a menina começou a escrever sentimentos, nomes de colegas da instituição e da escola. Sentindo o anúncio do possível desdobramento que o contexto institucional de acolhimento oferece como solução para o problema da infância vulnerável, começamos a trabalhar com Lua a possibilidade da adoção. Assim, ao escrevermos dentro do coração a frase família de coração, convidávamos para que a menina pensasse no assunto.



A menina sorriu com doçura e curiosidade: “mas se eu for para uma família de coração, os meus pais vão poder me visitar? Se eu for para uma família, minha mãe vai poder me dar uma foto dela junto com meu pai, para eu lembrar sempre deles? ” Respondemos a menina que infelizmente, talvez seus pais pudessem apenas morar em seu grande coração. A menina não sorriu um consolo.

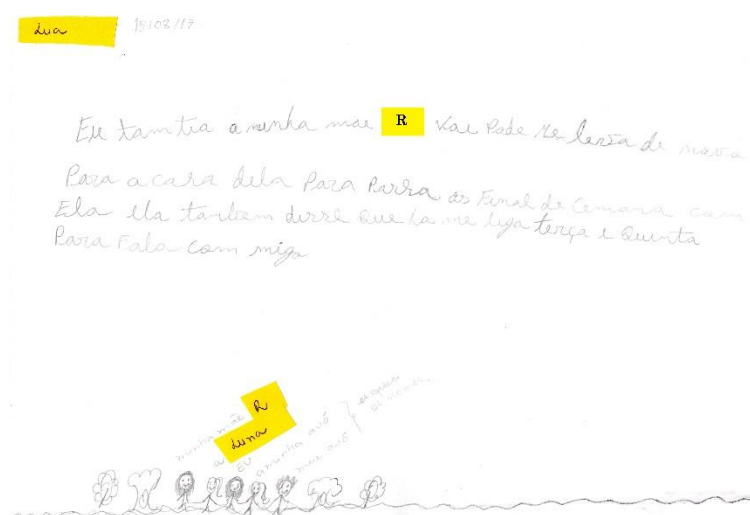
Em 15/08/2017, convidamos a menina para nos acompanhar até a sala da psicologia. No caminho Lua perguntou se passaria outro final de semana na casa da “mãe R” e assim, perguntamos se ela gostaria de voltar a casa de R. Sorrindo a menina disse que sim.

Já na sala, perguntamos como foi o final de semana na casa de R e a menina contou que foram ao clube e que comeram estrogonofe de frango. Disse que R olhou sua cabeça porque estava com piolhos. Perguntamos a criança se ela ainda desejava ficar junto dos irmãos Antônio e Danilo e a menina respondeu: “agora eu quero ficar com a R”.

Lua disse que estava feliz em receber a visita da família que adotou Virginia e perguntou: “tia Sheila, eu queria perguntar se a minha mãe R vai poder me levar de novo para a casa dela para eu passar o final de semana. Ela disse que iria me ligar na terça e na quinta para falar comigo”. Dissemos a menina que ainda não sabíamos informar.

Lua desta vez, não demonstrou interesse em continuar com a atividade do livro (HEEGAARD, 1998), assim, convidamos a menina para fazer um desenho da família.

Figura 19 – O Poder-ser da Menina em Família Substituta



Fonte: A autora

Em 30/08/2017, as meninas acolhidas não tiveram aula e aproveitamos o dia para estar com cada uma delas individualmente. Convidamos Lua para que depois do lanche da manhã fosse até a sala da psicologia e logo, a menina bateu a porta.

Acolhemos a menina no espaço e perguntamos como andavam as coisas na casa da família que a criança passou a conviver. Com um sorriso largo a menina disse que estava tudo bem e narrou: “minha mãe R e meus avós estão bem e a Luna também”.

Nossa aposta para o encontro era concluir algumas atividades do livro ainda por fazer com Lua e assim, sentir como estava o vínculo da criança com seus irmãos Antônio e Danilo que não seriam adotados juntamente com ela. Com cuidado perguntamos se Lua gostaria de ver o material “escrito por ela” e a menina respondeu que sim.

Entregamos o livro (HEEGAARD, 1998) ainda incompleto entre outros desenhos nas mãos de Lua. A menina com cuidado foi folheando cada página escrita ou desenhada por ela durante um tempo e ao final disse com firmeza: “acabei tia Sheila”. Assim, sentimos que a menina estava mais certa de seu poder-ser em uma família substituta.

Então ao lado de Lua, tomamos uma folha de papel em branco e escrevemos “minha história” e pedimos para a menina ler. Lua, que gostava de tais atividades acompanhava com atenção e fez o que pedimos. Em seguida, apagamos a frase e perguntamos para Lua se poderíamos utilizar aquela folha para escrever outra frase e Lua respondeu que sim. Escrevemos a palavra caminho em cima da frase que apagamos.

Nosso cuidado, naquele momento, buscava tematizar com a menina que através da existência fazemos histórias e que por vezes, tais histórias deixam marcas que podem machucar, mas ainda liberta. “A riqueza da infância, que aponta sempre para a nossa condição fundamental de vir a ser, constantemente nos faz ver que o nosso trabalho somente é possível na base da confiança e da libertação para o que está por vir” (CYTRYNOWICZ, 2001: 121).

Então, desenhamos um caminho e lembramos que por ele a menina havia feito história ao lado da mãe, do pai, de Brisa e Vento, de Antônio e Danilo, bem como de primos e tios e ainda em nossa instituição. Lembramos que fizemos história juntas, desde 2014, quando ela começou a morar por períodos na instituição através de sua medida protetiva.

A menina e a psicóloga em questão se emocionaram e desta vez, não parecia uma emoção carregada de angústia, mas sim de gratidão pelo encontro. Assim, perguntamos a Lua sobre os irmãos que ela antes havia pedido para ficar junto e a menina sorriu mais

uma vez, um sorriso compreensivo narrando: “depois que eu for morar com minha mãe R vou continuar visitando meus irmãos como faço aqui”.

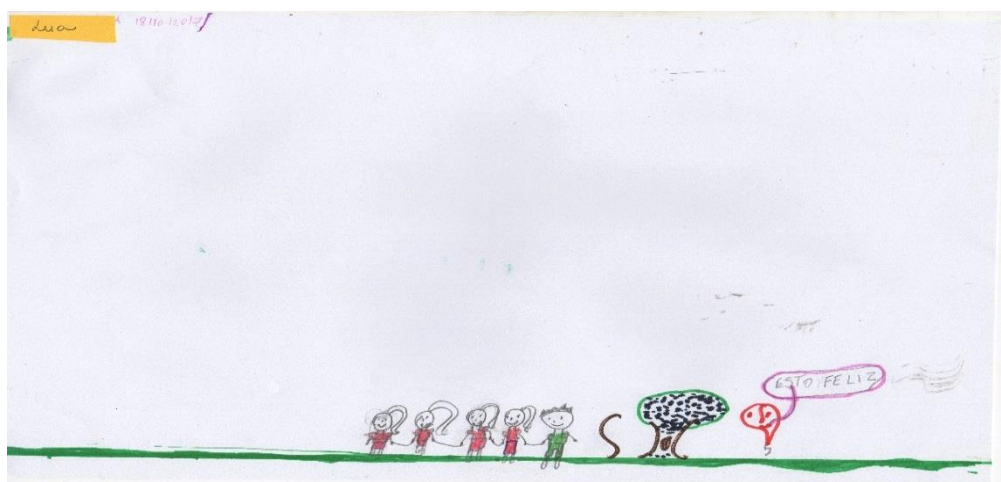
Figura 20 – A Família de Origem Vira de Coração e a de Coração Vira de Origem



Fonte: A autora

Em 18/10/2017, a menina ainda buscava pela sala da psicologia, no entanto, suas buscas eram cada vez menos frequentes. Nesse encontro, Lua trouxe notícias de alguns passeios que havia feito com a mãe R e com a irmã Luna e com os avós. Dizendo que estava feliz, narrou que não via a hora de ir morar de vez com “minha nova família”.

Figura 21 – Estou feliz!



Fonte: A autora

Em 31/10/2017, a menina buscou a sala da psicologia para saber porque a juíza estava demorando para deixar ela ir morar de vez com sua família de coração. Queixando-se comparava sua situação com a de outras meninas que já tinham sido adotadas. Tematizamos com Lua que cada uma tem o seu próprio tempo e lembramos que ela precisava terminar o ano letivo, pois sua família de coração não era de nosso território. A menina impaciente sorriu diante do sentido da demora.

Figura 22 – Cuidado Próprio e o Poder-ser da Menina Lua



Fonte: A autora

Não tivemos mais encontros com Lua na sala da psicologia e assim, passamos a ver a menina apenas de passagem em outros espaços da instituição. Logo, que finalizou o ano letivo a juíza autorizou que a criança passasse as festas de final de ano e as férias de janeiro de 2018, na casa da família substituta de onde a menina não mais voltou. Lua foi desligada oficialmente de nossa instituição em 31/01/2018.

Tivemos notícias de que a mãe adotiva de Lua acolheu nossa orientação e após inclusão da menina em seu plano de saúde a levou para uma consulta psicológica. Lua que agora também é irmã de Luna mantém contato com a família que adotou seus irmãos Antônio e Danilo. Sentimos que Vento, assim como os pais ficaram bem guardados no coração da menina que a pouco tempo ao lado da família substituta visitou a instituição.

Tematizamos por nossa escuta de compreensão clínica questões que se afinavam com o tempo e com o cuidado das meninas em medida de proteção de acolhimento institucional e assim, reafirmamos que a existência da criança não guarda diferença radical de nós adultos. Compreendemos que de tais meninas não nos ocupamos, mas antes devemos nos preocupar, logo não estamos em relação com seres simplesmente em desenvolvimento, mas capazes de sempre virem a ser em suas próprias histórias.

No caso de Lua, mesmo que tenha sido preciso “avaliar” a origem do processo de acolhimento da menina, compreendemos ainda que pela cronologia dos acontecimentos correspondemos ao que veio ao nosso encontro e sustentamos o cuidado meditativo da

criança. Portanto, ao buscamos compreender os abandonos da menina através da vida cotidiana junto ao campo da instituição que nos acolhia encontramos familiaridade com o mundo de Lua: *“Na perspectiva da temporalidade humana mais fundamental, não cronológica, buscar as origens abre a possibilidade do futuro delimitado pelas condições mais próprias do viver de cada um”*. (CYTRINOWICZ, 2001: 122).

Heidegger (1927) ao compreender o ser-aí, o fenômeno ser-no-mundo, revela o que há de peculiar na existência humana e assim, nos distinguindo dos demais entes. Logo, ser-aí é aquele ente que carrega consigo a abertura do seu próprio ser, abertura esta que configura espaço de todo porvir daquilo que ainda não se tornou concreto, mas que pela abertura pode se tornar (VER POMPEIA & SAPIENZA, 2011).

A existência da menina Lua guardava essência de não acabada não só por ser um ser em desenvolvimento, mas por seu cuidado-próprio e poder-ser no tempo. Portanto, ao considerarmos a menina como ser-aí, ampliamos a perspectiva do tempo da criança para além do tempo calculado para as medidas de proteção.

O tempo instaura o que se abre em possibilidade para o ser-aí da menina cujo fundamento é não ser e assim, nos dedicamos a cuidar da tarefa do poder-ser de Lua que acolhemos através de nossa escuta.

É aqui que aparece o sonhar, é aqui que surge o desejo. É curiosa a noção de desejo, pois o fundamento do desejo é vazio da falta. Se nada falta, o desejo não se configura. Mas o desejo não é meramente falta. Ele busca algo, anseia por algo. O anseio, que brota da falta, busca um propósito, isto é, algo colocado adiante. Há no futuro alguma coisa que se anuncia como capaz de preencher a falta, e, no momento que a falta encontra a forma que pode preenchê-la, configura-se o desejo por algo (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 152-153).

Através da experiência junto ao campo da instituição, compreendemos que existindo as meninas sonham, fazem planos, desejam um futuro em família e em sociedade. Algumas anseiam pelo retorno para a casa dos pais, outras aceitam a possibilidade de morar com familiares ou famílias substitutas e ainda, existem aquelas que optam pelos serviços de acolhimento até completarem 18 anos. Pela temporalização, as meninas aspiram desejos e doam sentido a seu futuro.

Pela temporalização, a criança sonha com o que ainda não é uma vez que, a todo o momento, lançada diante de si experimenta seu projeto e assim, face ao que ainda não existe, em jogo, se relaciona com aquilo que existe. Nesse sentido, concretamente, a criança se relaciona com aquilo que ainda não é, mas pode vir a ser.

Como existentes, não esquecemos que crianças e adultos também se relacionam com seu passado, com o que não é mais, mas um dia já foi. Logo, não foi possível orientar

Lua para que esquecesse sua história ao lado da família de origem, contudo, foi possível cuidá-la de um modo mais meditativo sustentando a abertura para que a menina pudesse se orientar por projetos futuros.

Assim, consideramos que Lua não deixou de se relacionar com a configuração familiar que deixou de existir e, portanto, compreendemos a luta de muitas meninas para voltarem a morar com suas famílias de origem, mesmo diante de histórias marcadas por abandonos e negligências.

As recordações de uma história vivida ao lado da família, também configura uma possibilidade concreta para a criança que traz do passado a presença daquilo que se desvela a cada vez no seu existir acolhido. Olhando para o passado, crianças e adultos se deparam com relações situadas entre causas e efeitos e assim, buscam recursos para seguir com o que sonha o coração.

Outra possibilidade de temporalização e talvez, a mais valorizada em nosso contexto, é aquela que se efetiva como presente. Aberta para o futuro, à existência da criança deve voltar-se para o passado considerando o já vivido para lançar-se à tarefa da realização presente. “O presente não é apenas o momento que está passando, um ponto na linha do tempo cronológico, *chronos*; ele é a oportunidade, a ocasião, é *kairos*” (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 154).

O presente de Lua na instituição de acolhimento era o âmbito que o ser-aí da criança tinha para realizar o seu vir a ser. Nesse sentido, justificamos todo o empenho de bem cuidar da criança respeitando sua história junto ao âmbito da própria moradia provisória.

Justificamos, portanto, todo esforço meditativo ao lado da menina uma vez que, “o cuidado pode se realizar concretamente dos mais variados modos, incluindo os modos do descuido, do cuidar mal” (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 154).

Compreendemos que fomos abrigo, abertura onde a vida concreta da menina pode se realizar e assim, essencialmente, cuidamos e realizamos história. O cuidado afina-se à ética a cada vez que lembramos do aberto que nos possibilita ir além da técnica que nos absorve junto aos campos de realizações. Abertos sempre estamos diante da possibilidade de ser em dimensões de futuro, passado e presente.

Somos o ente que faticamente tem de ser na realização de seu existir no mundo. Logo, mundo é mais do que a totalidade de tudo o que existe, é antes de tudo horizonte de possibilidade onde tudo que existe pode se desvelar como verdade.

Nesse sentido, existindo ao lado de Lua junto à instituição testemunhamos o mundo da menina que se fez e se desdobrou em “história em que a multiplicidade de todas as coisas, de todos os acontecimentos, ou seja, de tudo o que para ele se manifesta, se reúne como sendo manifestação do ser, isto é, se realiza” (POMPEIA & SAPIENZA, 2011, p. 154).

Diante de tal compreensão, podemos olhar para nossa experiência junto ao serviço de acolhimento para menina ora dialogando com a tecnologização do cuidado ora correspondendo e sustentando uma atitude mais meditativa como caminho de cuidado que se faz em liberdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

ERA uma vez uma menina que se chamava LUA.

Um dia um vento forte ventou as vulnerabilidades da menina pelos quatro cantos da terra.

Foi assim, que a história soprada chegou aos ouvidos de adultos que logo buscaram proteger a menina.

LUA precisou aceitar refúgio em um reino não tão distante daquele onde viveu até os sete anos.

Ansiosa por família, a menina com saudades não via a hora de poder voltar para casa, onde mesmo borralheira era princesa de um pai e uma mãe.

LUA protegida, enquanto aguardava conheceu outras meninas que assim como ela precisaram de abrigo.

Naquele reino estranho que chamavam de casa provisória, reunia muitas histórias de meninas.

Lá, quase todas as noites antes de dormir, LUA se aconchegava para escutar. Os contos não saíam dos livros, mas brotavam das próprias experiências das meninas protegidas.

Os enredos faziam LUA pensar nos dias já vividos e na vida depois de amanhã, já que o presente parecia suspenso, no aguardo mesmo.

LUA menina afetada, enfrentava a indeterminação afinada por medos, tristezas, raivas e bravezas.

Pelas afetações foi levada a procurar refúgio ainda dentro do abrigo.

Em uma salinha aos fundos encontrou um coração que gostava de cuidar sustentando aberturas.

Acolhida pelo coração que escutava liberdade e enxergava cuidado na própria menina, fizeram LUA con-fiar.

Assim, em dias que as visitas não vinham ou quando uma promessa era quebrada, LUA procurava o coração da salinha dos fundos para desabafar traços cinzas bem marcados em folhas de papel A4.

Segredos surgiram clareando o tempo da menina que enquanto esperava chegar à vida colorida depois do amanhã se deixava tocar no presente.

O reino passou a fazer sentido para LUA que a essa altura percebeu que seu coração havia crescido.

De coração grande, a menina aprendeu a ser abrigo guardando bem lá no fundo os habitantes do reino onde foi princesa.

Compreendendo que não precisava esquecer, mas sim guardar fizeram LUA sonhar com outras moradas (SILVA, HISTÓRIA BASEADA NA EXPERIÊNCIA DE CUIDADO COM A MENINA LUA JUNTO AO AMBITO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO PARA MENINAS. Rio de Janeiro, 2019. Digitalizado, grifo da autora).

A psicologia nunca se firmou em um campo coeso e assim, diversos modos de cuidado surgem entre múltiplas abordagens teóricas fundamentando o âmbito que nem sempre consegue assegurar eficiência a suas relações.

Vislumbrar que quase tudo que diz respeito as relações humanas não adquirir determinação diante da imprevisibilidade da existência humana, ainda nos ajuda a compreender que jamais encontraremos, somente pela via teórica ou técnica, suficiente



recurso que garanta sucesso ao cuidado do psicólogo independente do contexto que ocupe.

Nesse sentido, iluminamos o nosso caminho recorrendo ao pensamento filosófico de Martin Heidegger (1927) onde noções como ser-aí, ser-no-mundo, historicidade, cuidado, técnica e serenidade doam contornos aos contextos das práticas psicológicas contemporâneas.

Por isso, quando chegamos a instituição onde a pesquisa da tese foi realizada, não deixamos de considerar uma escuta de compreensão clínica que se fez terapêutica pelo cuidado reunido junto com as meninas acolhidas.

No entanto, face ao nosso horizonte técnico foi preciso pensar o cuidado situado na instituição de acolhimento que enfrentava processos de reordenamentos de seus serviços. A descentralização do atendimento institucional parecia de certo modo, restringir a existência ao modo da substituição no lugar de ampliar o cuidado-próprio e o poder-ser. Logo, não só a existência da criança e da família em vulnerabilidade social era afetada por uma enxurrada legislativa, mas ainda o fazer da psicologia em questão.

Se até então, o cuidado da psicologia em questão vinha sendo afinado pela escuta clínica de inspiração fenomenológica hermenêutica, pela normatização tal escuta foi desautorizada junto ao contexto institucional.

Assim, a importância de se pensar o lugar da psicologia em tal âmbito ganhava relevância uma vez que, diante da articulação em rede face as urgências de agir, abandonamos, por vezes, abruptamente a vida cotidiana.

O risco de ficarmos restritos à nossa constituição histórica cujo horizonte de sentido é denominado por Heidegger como a era da técnica (1953) quase sempre, aprisiona o fazer as malhas da instrumentalidade. Portanto, nos faz sentido o que Heidegger chama a atenção ao modo de ser contemporâneo: “o que mais cabe pensar mais cuidadosamente neste nosso tempo é que ainda não pensamos” (2008b: 113).

Assim, pela automação da tecnologização do cuidado consequentemente, deixamos escapar modos mais livres de poder-ser da criança que se pretende proteger e cuidar.

Diante das apostas feitas através dos capítulos reunidos na tese, buscamos pensar nosso lugar junto ao âmbito da instituição de acolhimento para meninas, logo sustentamos a livre correspondência a um modo de cuidar mais meditativo.

Ao lado das meninas que acolhemos tematizamos e retomamos um exercício afinado através do campo por uma visada fenomenológica hermenêutica e nesse sentido,

mesmo diante da descentralização das escutas, o fazer em questão, sustentou sua prática psicológica caracterizada por uma relação de cuidado afinado pelo tempo.

Compreender que o caminho percorrido conferiu sentido ao trabalho da psicologia junto ao campo da instituição de acolhimento nos conduziu a livre correspondência para acolher os clamores das meninas, simultaneamente, dizendo sim e não as normatizações do serviço.

Deste modo, voltamos atenção ao cotidiano institucional e contextualizamos nossa prática ainda atual por meio das ilustrações dos casos das meninas. Iluminamos tal recurso, com a noção de cuidado ofertada por Heidegger em *Ser e Tempo* (1927) e assim, tal iniciativa nos conduziu ao pensamento tardio do filósofo. Portanto, com o apoio dos ensaios *A Questão da Técnica* (1953) e *Serenidade* (1955) encontramos liberdade para habitar o serviço de acolhimento para meninas de um modo mais compreensivo.

Face as noções de sujeito e ser em desenvolvimento da criança, consideramos a partir da filosofia de Heidegger que devemos evidenciar a condição original da existência como lançada no mundo com os outros, não sendo possível concebê-la de modo fragmentado restrito a dimensão psíquica, social ou mesmo biológica.

Se quisermos tratar da dignidade da existência humana em um sentido heideggeriano, devemos guardar a noção de que existir sempre escapa a qualquer determinação, intencionais, portanto, escapamos dos determinismos científicos e técnicos.

Nesse sentido, a noção de ser-aí que essencialmente é cuidado, nos ajudou a compreender que nos preocupamos com nossa lida à medida que realizamos a experiência de mundo ao lado da menina que acolhemos. Logo, compartilhamos a experiência de nosso aí na instituição não para encerrar em si a reflexão acerca de nosso lugar junto ao âmbito, mas antes esperamos manter o caminho aberto.

Portanto, mesmo que o pensamento de Martin Heidegger possa ser considerado como meros ensaios filosóficos, tal reflexão reafirmou sua relevância em favor de uma psicologia que exigiu da psicóloga em questão uma postura mais humilde ao abrir mão do reconfortante poder de um suposto saber teórico e técnico, para lançar-se diante dos limites e das possibilidades do próprio âmbito da instituição de acolhimento para meninas.

Diante de um mundo que é novo e antigo, verificamos uma enxurrada legislativa que diante da alta complexidade de nosso contexto social nos faz sentir que o advento do novo parece na verdade, como o do mesmo.

Logo, para nós, a questão da clínica ganha evidência sendo o horizonte a partir do qual se desvela nossas interrogações acerca de nosso fazer. Pela escuta encontramos nosso entre dentre os saberes instituídos e assim, situamos o nosso cuidado privilegiando a noção de ser-no-mundo-com-outros.

Frente a tantas histórias de meninas, de famílias de origens, extensas ou substitutas, face a tantas resistências compartilhamos caminhos possíveis ora afinados pelo cuidado calculador ora pelo cuidado meditativo. Diante de fronteiras disciplinares que doam contornos as políticas da assistência social, trocamos de lugar e nos perdemos, contudo, pela abertura originária nos reinventamos.

Finalizamos, destacando mais uma vez que, foi através da e na clínica que se desvelou nossa intenção de melhor compreender a existência da menina acolhida enquanto possibilidade de ser, ou seja, abertura. Apostamos na escuta e no cuidado meditativo como uma atitude possível face aos limites do campo institucional.

## Referência Bibliográfica:

ABREU.A. **Menina amarrotada**. Jujuba. São Paulo, 2013

ALTOÉ.S. **Infâncias Perdidas: O Cotidiano nos Internatos-Prisão** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Sociais, 2008. pp. 298. ISBN: 978-85-99662-94-6. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

ARIÈS.P. **História Social da Criança e da Família**. LCT, Rio de Janeiro, 2015.

ASSIS.S.G & AVANCLJ.Q. **Violências e Vulnerabilidades nos Desenhos Infantis**. Edição Eduff & Fiocruz. Rio de Janeiro, 2017.

AXLINE, M, V. **Dibs em busca de si mesmo**. 23ª edição. Agir. Rio de Janeiro, 2005.

BADINTER. E. **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAPTISTA, M.V. Um Olhar para a História. *In Abrigo Comunidade de Acolhida e Socioeducação*. Instituto Camargo Corrêa. São Paulo, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. P. 292.

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providencias. Disponível em <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/8069.htm)>. Acesso em: 03/05/2019.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. **Edição comemorativa**. Brasília, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (**CONANDA**). Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília, DF, [2006]. Disponível em: <<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/iditem/162>>. Acesso em: 14/06/2017.

BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA Nº 1, de 18 de junho de 2009. Aprova o Documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. Disponível em [www.mds.gov.br/aceso-a.../resolucao-conjunta-no-1-de-18-junho-de-2009](http://www.mds.gov.br/aceso-a.../resolucao-conjunta-no-1-de-18-junho-de-2009)>. Acesso em: 03/05/2019.

BRASIL. Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial da União. República Federativa do Brasil – Imprensa Nacional. Ano CXLVI Nº 225. Brasília – DF, quarta-feira, 25 de novembro de 2009. Seção 1. ISSN 1677-7042. Disponível em <[www.mds.gov.br/aceso-a.../resolucao-no-109-de-11-de-novembro-2009](http://www.mds.gov.br/aceso-a.../resolucao-no-109-de-11-de-novembro-2009)>. Acesso em: 04/05/2019.

BRASIL. Lei Nº 12.010, de 03 de agosto de 2009. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/12010.htm)>. Acesso em: 22/01/2016.

BRASIL. Lei Nº 13.509, de 22 de novembro de 2017. Dispõe sobre adoção e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/13509.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13509.htm)>. Acesso em: 28/04/2019.

CABRAL, A. M. **Heidegger e a Desconstrução da Ética**. UERJ. Mauad. Rio de Janeiro, 2009.

CANCELLO. L.A.G. **O Fio das Palavras. Um Estudo de Psicoterapia Existencial**. São Paulo: Summus, 1991.

CASMAMIE. A. TEREZA. **Psicoterapia de Grupo na Abordagem Fenomenológico-Existencial: contribuições Heideggerianas**. 2012. Tese de Doutorado. Disponível em: <[www.slab.uff.br](http://www.slab.uff.br)>. Acesso em: 20/01/2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução 010/2005. Aprova o Código de Ética do Profissional Psicólogo. Brasília, agosto de 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução 010/2010. Institui a regulamentação da Escuta Psicológica de Crianças e Adolescentes envolvidos em situação de violência, na Rede de Proteção. Brasília, 29 de junho de 2010. Disponível em:<[www.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010\\_010.pdf](http://www.cfp.org.br/wp-content/uploads/2010/07/resolucao2010_010.pdf)>. Acesso em: 03/05/2019.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Ano da Psicoterapia. 2ª Impressão. 2008. Disponível em: <<http://www.cfp.org.br/wp-content/uploads/2009/05/Ano-da-Psicoterapia-Textos-geradores.pdf>>. Acesso em: 23/01/2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Nota Técnica Nº 1/2018/GTEC/CG. Nota Técnica Sobre os Impactos da Lei Nº 13.431/2017 Na Atuação das Psicólogas e dos Psicólogos. Disponível em:< [www.cfp.org.br](http://www.cfp.org.br)>. Acesso em: 20/09/2018.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA. II Seminário Psicologia e Assistência Social: da proteção básica à especial (vídeo 4). Mesa Desatando Nós com Silvia Ignez. Maria Helena Zamoro. Ana Claudia. Disponível em <[www.youtube.com/watch?v=1x\\_OW1SKMys](http://www.youtube.com/watch?v=1x_OW1SKMys)> Acesso em 08/07/2018.

CYTRYNOWICZ. M. B. **A Trajetória Humana: Uma Perspectiva Daseinsanalítica.** Daseinsanalyse / Associação Brasileira de Daseinsanalyse – Nº 10 (2001) – São Paulo: A Associação, 2000. P. 44-53.

CYTRYNOWICZ. M. B. **A O Tempo da Infância.** Daseinsanalyse / Associação Brasileira de Daseinsanalyse – Nº 10 (2001) – São Paulo: A Associação, 2000. P. 74-89.

CYTRYNOWICZ. M. B; HERMANN. M.C; KURODA.S; PUZZILLI.A.P. VIANNA.F.C. **Psicoterapia: Preservação da Condição Infantil Para Crianças Institucionalizadas.** Daseinsanalyse / Associação Brasileira de Daseinsanalyse – Nº 10 (2001) – São Paulo: A Associação, 2001. P. 86-125.

CYTRYNOWICZ. M. B. **O Tempo na Criança e a Daseinsanalyse.** Daseinsanalyse / Associação Brasileira de Daseinsanalyse – Nº 14 (2005) – São Paulo: A Associação, 2005. P. 64-79.

DUTRA, E. **Afinal, o que significa o social nas práticas fenomenológico-existenciais?** Estudos e Pesquisas em Psicologia (2008). RJ: UERJ, Ano 8, N.2. P.221-234.

DUTRA, E. **Práticas Clínicas em Instituição: Reflexões Sobre a Formação do Psicólogo na Perspectiva Fenomenológico-Existencial.** X Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituições – Perspectivas e Rumos da Psicologia na Atualidade – UFF, 2011.

DYLTHEY, W. **Ideias Sobre uma Psicologia Descritiva e Analítica.** 1. Ed. Via Verita – Rio de Janeiro, 2011.

FEIJOO.A.M.L. **A Escuta e a Fala em Psicoterapia.** São Paulo. Vetor, 2002.

FEIJOO.A.M.L. **Temas em Psicoterapia Infantil.** O Atendimento infantil na ótica fenomenológico-existencial / Valdemar Augusto Angerami – Camon (org). São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

FEIJOO.A.M et al. **Considerações Sobre o Desenvolvimento Infantil em uma Perspectiva Existencial.** In FEIJOO & FEIJOO. Ser Criança Uma Compreensão Existencial da Experiência Infantil. Rio de Janeiro. Edições IFEN, 2015.

FEIJOO.A.M.(ORG.) **Suicídio: Entre o Morrer e o Viver.** Desmoralizando o Suicídio na Contemporaneidade. Rio de Janeiro, RJ: INFEN, 2018.

FERNANDES.M.A. **O Cuidado Como Amor em Heidegger**. Revista da Abordagem Gestáltica – XVII (2): 158-171, jun-dez, 2011.

FONSECA.C. **Caminhos da Adoção**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FIGUEIREDO.L.C.M. **Revisitando As Psicologias: Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos**. 5ª ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FIGUEIREDO.L.C.M & SANTI.P.L.R. **Psicologia: Uma (nova) Introdução**. 3ª ed. 2. São Paulo: EDUC, 2010.

FILINTO. T. **Vestido de Menina**. São Paulo: Petrópolis. 2011.

FORGHIERI. Y.C. **Psicologia Fenomenológica: Fundamentos, Método e Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

FREITAS,J.L. “A Criança sob o Olhar Fenomenológico: o Despertar do Mundo-da-Vida”. In FEIJOO & FEIJOO. Ser Criança Uma Compreensão Existencial da Experiência Infantil. Rio de Janeiro. Edições IFEN, 2015.

FREITAS. O.S. **Histórias de Adoção Tardia: Um Olhar A Partir da Analítica Existencial Heideggeriana**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br><Acesso em: 20/10/2017>.

GILL.D. **Um Diálogo entre Jean Piaget e Martin Heidegger sobre a infância**. In FEIJOO & FEIJOO. Ser Criança Uma Compreensão Existencial da Experiência Infantil. Rio de Janeiro. Edições IFEN, 2015.

GUEDES,C.F. **O Que Faz um Psicólogo no Abrigo? Da Abrangência de Campos de Atuação a uma Ética do Trabalho**.<[www.nucleoentretempos.com/2014/03/19/o-que-faz-um-psicologo-no-abrigo-da-abrangencia-do-campo](http://www.nucleoentretempos.com/2014/03/19/o-que-faz-um-psicologo-no-abrigo-da-abrangencia-do-campo)>.Acesso em: 29/03/16.

INWOOD.M. **Dicionário Heidegger**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2002.

HEEGAARD. M. **Quando a Família Está com Problemas**. Coleção: Coisas da Vida. Editora: Artimed, 1998.

HEIDEGGER.M. Ser e Tempo (1927). Volume Único. 3ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Questão da Técnica** (1953), In: Ensaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **A Questão da Técnica**. Cadernos de Tradução, n. 2, DF/USP, 1997.

\_\_\_\_\_. **Construir, Habitar, Pensar** (1951), In: Ensaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **O Que Quer Dizer Pensar?** (1952), In: Ensaios e Conferências. Petrópolis: Vozes, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Serenidade** (1955) Lisboa: Instituto Piaget, 1959.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Formação de Profissionais Em Serviços de Acolhimento**. Disponível em: <[www.institutofazendohistoria.org.br](http://www.institutofazendohistoria.org.br)> Acesso em: 18/05/2016.

INSTITUTO FAZENDO HISTÓRIA. **Guia de Ação com Famílias Metodologia de Trabalho com Histórias de Vida Junto às Famílias**. Disponível em: <[www.institutofazendohistoria.org.br](http://www.institutofazendohistoria.org.br)>. Acesso em: 06/10/2017.

JOBIM.S. **Comportamento e Cultura Infantil**. Disponível em <[www.youtube.com/watch?v=v5Q2g7IS14](http://www.youtube.com/watch?v=v5Q2g7IS14)> Acesso em: 09/01/2018.

LARRAT.E. **A Inserção Institucional do Psicólogo em Equipe Interdisciplinar: Calar ou Deixar Falar a Especificidade? Práticas e Formação**. UERJ. Ano I. P. 30-36, 2008.

LORENZI.G.W. **Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil**. Disponível em: <[www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-Brasil](http://www.promenino.org.br/noticias/arquivo/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-Brasil)>. Acesso em: 29/06/2016.

MANSO.C.C. **O fazer-cuidar: seguindo práticas de cuidar nas Equipes de Saúde da Família e nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família**. Tese de Doutorado. UFF. Niterói, 2015.

MATTAR.C.M. **A Criança e a Família: Aspectos Históricos e Dilemas Contemporâneos**. In: FEIJOO & FEIJOO. Ser Criança Uma Compreensão Existencial da Experiência Infantil. Rio de Janeiro. Edições IFEN, 2015.



MELO.M.M.L. **Adoção: ATO DE AMOR OU FALTA DE OPÇÃO?** Artigo não publicado. Graduada em Serviço Social e aluna do curso de pós-graduação da Universidade Veiga de Almeida. Religiosa da Congregação das Irmãs Franciscanas de N. Sra. Do Bom Conselho. Ex-diretora do Orfanato Santa Rita de Cássia – Situado na cidade do Rio de Janeiro em Jacarepaguá/RJ.

MENEZES.M E NÖRNBERG.M. **Práticas de Acolhimento em Abrigo Infanto-Juvenil.** Disponível em: <[www.revista.unijui.edu.br/](http://www.revista.unijui.edu.br/)>. Acesso em: 28.08.2017.

NEMIROFF.M.A & ANNUNZIATA. J. **O Primeiro Livro da Criança Sobre Psicoterapia.** Porto Alegre. Ed. Artmed, 1995.

NOAL.D. **O Humano do Mundo. Diário de Uma Psicóloga sem Fronteiras.** Bauru, SP: Alto Astral, 2017.

OAKLANDER, V. **Descobrimos Crianças A Abordagem Gestáltica com Crianças e Adolescentes.** 17ª Edição. São Paulo: Summus, 1980.

PALA.A.C.S. **As Contribuições das Noções Heideggerianas de Cuidado (Sorge) e ser-para-a-morte (Sein Zun Tode) para a Psicoterapia Daseinsanalítica com Pacientes com Doenças Crônicas.** UFF. 2008.

PERDIGÃO.A.C. **A Ética do Cuidado na Intervenção Comunitária e Social. Os Pressupostos Filosóficos.** *Análise Psicológica* (2003), 4 (XXI): 485 – 497. Disponível em: <[www.scielo.oces.metes.pt/pdf/asps/v21n4/vn](http://www.scielo.oces.metes.pt/pdf/asps/v21n4/vn)> . Acesso em: 20/04/2010.

POSSAMAI.F.V. & SOUZA.R.T. **A Questão da Técnica em Martin Heidegger.** V Mostra de Pesquisa da Pós-Graduação – PUCRS, 2010. Disponível em: <[www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V\\_mostra\\_pdf/filosofia/82734\\_fabiovalenti\\_possamai.pdf](http://www.pucrs.br/edipucrs/Vmostra/V_mostra_pdf/filosofia/82734_fabiovalenti_possamai.pdf)>. Acesso em: 25/05/2018.

QUEIRÓS. B. C. **Até passarinho passa.** 1. Ed – São Paulo: Moderna, 2003.

\_\_\_\_\_. **Coração Não Toma Sol.** Ed. Renov. – São Paulo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Onde tem bruxa tem fada...** 3ª Ed – São Paulo: Moderna, 2002.

RIBEIRO.P.R.M. **História da Educação Escolar no Brasil: Notas para uma Reflexão.** Disponível em: <[www.scielo.br/scielo.php?script=Sci\\_arttextepid=SO103-853x19900001000003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=Sci_arttextepid=SO103-853x19900001000003)> . Acesso em 09/04/2018.

RIZZINI.I. **O Século Perdido Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil.** São Paulo: Cortez Editora, 2008.

RIZZINI.I & FONSECA.C. **As Meninas e o Universo do Trabalho Doméstico no Brasil Aspectos Históricos, Culturais e Tendências Atuais**. Disponível em: <[www.white.lim-ilo.org/IPec/documentos/final\\_práticas\\_cult\\_brasil.pdf](http://www.white.lim-ilo.org/IPec/documentos/final_práticas_cult_brasil.pdf)>. Acesso em: 06/01/2018.

RIZZINI.I & VALE.J.B. **Redução da Maioridade Penal: uma velha questão. Desigualdade & Diversidade**. Disponível em <[www.desigualdadediversidade.soc.puc-rio/media/DD\\_15\\_3-Rizzini.pdf](http://www.desigualdadediversidade.soc.puc-rio/media/DD_15_3-Rizzini.pdf)>. Acesso em: 19/07/2017.

SÁ, R. N. **Para Além da Técnica: Ensaio Fenomenológicos Sobre Psicoterapia, Atenção e Cuidado**. 1. Ed – Rio de Janeiro: Via Verita: 2017.

SÁ, R. N. **Perspectivas e Rumos da Psicologia na Atualidade: A Fenomenologia**. X Simpósio Nacional de Práticas Psicológicas em Instituições – Perspectivas e Rumos da Psicologia na Atualidade – UFF, 2011.

SÁ, R. N. **Técnica, violência e poder: reflexões clínicas heideggerianas**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense. Disponível em: <<http://www.fundamentalpsychopathology.org/8>>. Acesso em: 15/01/2009.

SAPIENZA.T.B. **Do Desabrigo à Confiança**. Daseinsanalyse e terapia. São Paulo. Escuta, 2007.

SAPIENZA. B. T. & POMPEIA. J. A. **Os Dois Nascimentos do Homem: Escritos Sobre Terapia e Educação na Era da Técnica**. 1ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Via Verita: 2011.

SCANLON.L.G & FRAZEE.M. **O Mundo Inteiro**. Tradução de Marília Garcia. – 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra: 2013.

SILVA. S. C. **Liberdade: Limites e Possibilidades de uma Prática Clínica Psicológica com Moradores do Complexo da Maré**. 2010. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <[www.slab.uff.br](http://www.slab.uff.br)>.

SOUZA.A.M.B. **O Sentido Institucional de Acolher: Por Uma Gestão do Cuidado com as Crianças Violentadas**. Disponível em: <[gestãodocuidadosaoleolodo.pbworks.com](http://gestãodocuidadosaoleolodo.pbworks.com)> Acesso em: 20/05/2016.

TATIT.P & TATIT.Z. **Cuida com Cuidado**. PALAVRA CANTADA. Álbum: Bafafá. Data de Lançamento: 2017. Disponível em <[www.youtube.com/watch?v=DBEJ77HUMs](http://www.youtube.com/watch?v=DBEJ77HUMs)>. Acesso em: 15/12/2018.

TONIN.J. **A Sociedade Impessoal do Dasein na Analítica Existencial de Ser e Tempo**. Kinesis, Vol. nº 15, dezembro 2015, p. 60-75.

VASCONCELOS. M. E. **Os psicólogos e sua inserção no SUAS: da sensação inicial de perda de identidade ao reconhecimento de uma nova profissionalidade e de suas bases teóricas**. Disponível em: <[www.crprj.or.br/documentos/noticia2014\\_070214\\_01.pdf](http://www.crprj.or.br/documentos/noticia2014_070214_01.pdf)>. Acesso em: 30/01/2016.

ZIRALDO. **Meninas das Estrelas**. São Paulo. Editora Melhoramentos. 2007.

## APÊNDICE I: Autorização da Instituição de Acolhimento

### AUTORIZAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, Assistente Social, Diretora da \_\_\_\_\_ - com sede situada a rua \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, sob CNPJ \_\_\_\_\_, autorizo à ocorrência dos estudos do projeto de pesquisa da tese de doutorado intitulada: A Noção de Cuidado em Heidegger: Contribuições para Clínica Psicológica em Tempos de Tecnologização do Cuidado, de Sheila Corrêa da Silva, Psicóloga, portadora do RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, residente à \_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, nas dependências desta instituição. Este estudo visa esclarecer como a noção do cuidado se dá a prática da psicologia clínica institucional na perspectiva fenomenológica hermenêutica. Faz parte da linha de pesquisa Clínica e Subjetividade do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense - Campus Gragoatá, telefone 21-2629-2875 – Bloco O, sala 448 – São Domingos, Niterói, orientada por Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá.

## APÊNDICE II: Autorização da Vara da Infância e Juventude



Rio de Janeiro, 02 de junho de 2014

À  
Excelentíssima Juíza Titular, da Vara da Infância, Juventude e do Idoso – Comarca  
\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro.  
Dra. \_\_\_\_\_:

Assunto: **Autorização para realização de pesquisa.**

Excelentíssima Juíza, de Direito,

Solicitamos autorização para realização de pesquisa na linha Clínica e Subjetividade do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense, no âmbito da Instituição de acolhimento \_\_\_\_\_, com a necessária permissão para refletir sobre o Serviço de Acolhimento Institucional para crianças/adolescentes, capitaneado pela Vara da Infância e Juventude.

Esclarecemos que a pesquisa visa melhor compreender a noção de cuidado proposta pela perspectiva fenomenológica hermenêutica diante de tempos de tecnologização do cuidado para fins de elaboração de tese de doutorado. Pretendemos evidenciar tais contribuições ao âmbito da psicologia e suas práticas.

**Anexos:** Autorização da instituição a ser pesquisada; Declaração de matrícula no programa de doutorado; Projeto de Pesquisa.

Respeitosamente,

Prof. Dr. Roberto Novaes de Sá  
Orientador

Tel.: \_\_\_\_\_  
e-mail: \_\_\_\_\_

Sheila Corrêa da Silva  
Orientanda

Tel.: \_\_\_\_\_  
e-mail: \_\_\_\_\_

“Mãe, meu coração parou de bater, é assim que a gente deixa de amar?  
Hum... acho que estou sentido alguma coisa!  
Filha, quando o nosso coração para de bater morremos.  
Mãe, é assim que é o nosso futuro? ”<sup>39</sup>

---

<sup>39</sup>Reflexões de Manu em 22/01/2018.